

VIBRA

Demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes

Vibra Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2024



SUMÁRIO

Relatório da Administração.....	2
Balanços patrimoniais individuais e consolidados.....	23
Demonstrações do resultado individuais e consolidadas.....	24
Demonstrações de resultados abrangentes individuais e consolidadas.....	25
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas.....	26
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas.....	27
Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidados.....	28
1 Considerações gerais	29
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis	29
3 Uso de estimativas e julgamentos	30
4 Políticas contábeis materiais	31
5 Novas normas	31
6 Caixa e equivalentes de caixa	33
7 Contas a receber, líquidas	33
8 Estoques	35
9 Bonificações antecipadas concedidas a clientes	36
10 Investimentos	37
11 Imobilizado	44
12 Intangível	47
13 Fornecedores	49
14 Financiamentos.....	50
15 Arrendamentos.....	54
16 Tributos.....	57
17 Salário, férias, encargos, prêmios e incentivos	62
18 Benefícios concedidos a empregados	66
19 Provisão para Crédito de Descarbonização (CBIO).....	77
20 Patrimônio líquido	78
21 Receita de vendas.....	82
22 Custo e despesas por natureza.....	83
23 Resultado financeiro, líquido.....	85
24 Informações por segmento	86
25 Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências.....	89
26 Compromissos contratuais	99
27 Instrumentos financeiros.....	100
28 Gerenciamento de riscos.....	102
29 Partes relacionadas.....	114
30 Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa	117
31 Evento Subsequente.....	117
Declaração dos diretores sobre as demonstrações contábeis e sobre o relatório dos auditores.....	119
Membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.....	120
Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário.....	122
Parecer do Conselho Fiscal.....	126
Relatório dos auditores independentes.....	127

Relatório da Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Gestão sólida consolidando trajetória de rentabilidade em 2024

O ano de 2024 foi um marco para a Vibra, destacando-se como um período de conquistas estratégicas que consolidaram nosso posicionamento como a maior plataforma multienergia do Brasil. Com uma gestão disciplinada, entregamos resultados sólidos, aumentando ainda mais o patamar de rentabilidade da Companhia. Avançamos em todas as cinco avenidas de crescimento, assegurando rentabilidade, eficiência e expansão de mercado. O volume de vendas em 2024 foi de 35.821 mil m³, com um Ebitda Ajustado de R\$ 6,3 bilhões (excluindo os efeitos da recuperação tributária extraordinária - LC 194/22 – R\$ 4.610 milhões), gerando uma margem Ebitda Ajustada de R\$ 175/m³. Nosso fluxo de caixa livre (FCF) totalizou R\$ 3,3 bilhões no ano, garantindo a solidez financeira da companhia. O lucro líquido alcançou R\$ 6,4 bilhões e encerramos com alavancagem de 0,9x, denotando uma posição financeira robusta.

Fortalecemos ainda mais nossa liderança no mercado de combustíveis, valorizando nossa rede embandeirada e reforçando nossa posição nos segmentos premium, através da entrega de uma proposta de valor cada vez mais importante e a centralização do *pricing*. Estabilizamos o *market-share* de nossa rede embandeirada ao longo do ano, com um nível de rentabilidade superior aos anos anteriores, refletindo nosso foco na qualidade e fidelização da revenda. A BR Mania expandiu sua presença e faturamento, atingindo um novo patamar de eficiência e experiência para nossos clientes. Inclusive, todo este foco na nossa rede fez com que atingíssemos a liderança como a marca preferida, mais confiável e com o melhor combustível do Brasil.

No segmento B2B, consolidamos nossa estratégia de priorizar clientes diretos, melhorando nossa rentabilidade e ampliando a oferta de soluções integradas. O agronegócio foi um grande impulsionador da demanda, alinhado com os investimentos em infraestrutura e logística para atender com ainda mais eficiência esse segmento estratégico. O mercado de aviação apresentou forte recuperação, tivemos crescimento de cerca de 10% em nossos volumes em relação à 2023, mantendo nossa liderança absoluta nesse segmento.

Nossa infraestrutura logística foi um diferencial competitivo essencial ao longo de 2024. Realizamos investimentos estratégicos em novas bases operacionais, ampliando nossa presença em regiões-chave como Santarém, Belém e Miritituba. Com uma gestão e modelo de *sourcing* eficientes, através do planejamento integrado, conseguimos minimizar volatilidade e assegurar a rentabilidade da companhia. A capacidade de adaptação e a eficiência logística foram essenciais para capturar oportunidades e mitigar desafios no mercado de combustíveis.

A Vibra fortaleceu sua presença no mercado de lubrificantes em 2024, expandindo sua oferta de produtos de alto valor agregado ao longo do ano, viabilizada pela expansão e modernização de nossa planta, habilitando a marca Lubrax em segmentos estratégicos como montadoras e agronegócio. Além disso, nos estruturamos para avançar no mercado latino-americano, ampliando exportações e aproveitando sinergias logísticas. A Lubrax+ manteve sua trajetória de crescimento e fortalecimento como a maior rede de serviços automotivos do Brasil, ampliando a penetração na nossa base de clientes B2B e na rede de postos.

Na frente regulatória, tivemos avanços importantes na agenda de combate à informalidade no setor de distribuição, com a regulamentação da monofasia do PIS e da Cofins para o etanol e a nova lei do programa Renovabios. Acreditamos que estamos em um momento importante, com avanços estruturais para o setor, reduzindo oportunidades de concorrência desleal e trazendo maior previsibilidade ao mercado.

O ano foi um marco para a transição energética da Vibra, com o *signing* da aquisição dos 50% restantes da Comerc, consolidando nossa liderança no setor de energia renovável, com um portfólio robusto de geração solar e eólica, eficiência energética e comercialização no mercado livre. Esses movimentos reforçam nosso compromisso em liderar a transformação energética no Brasil.

PERFIL DA COMPANHIA

A Vibra Energia, originalmente constituída em 1971 como Petrobras Distribuidora S.A, foi criada para assumir as atividades de distribuição e comercialização de produtos de petróleo e derivados da Petrobras. Em julho de 2019, a Petrobras realizou uma operação de *follow-on*, vendendo parte de sua participação e realizando uma das maiores privatizações via mercado de capitais no Brasil. Em julho de 2021, a Petrobras completou seu processo de desinvestimento na empresa, que passou a se chamar Vibra Energia, dando início a uma nova fase com a adoção de uma nova marca e identidade corporativa.

A Vibra é líder no mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes no Brasil, com a maior capilaridade do setor. A empresa atende 7.897 postos de serviço com a bandeira Petrobras e cerca de 18 mil clientes B2B. Sua infraestrutura logística é extensa e incomparável, com cerca de 98 unidades operacionais focada no suprimento de combustível de todo país. A Vibra também possui a maior fábrica de lubrificantes da América Latina, 5ª maior do mundo, e atua em 94 aeroportos espalhados por todo o Brasil, garantindo o atendimento eficiente às necessidades de seus clientes.

A empresa se destaca pela excelência na comercialização de combustíveis derivados de petróleo, gás natural veicular, biocombustíveis, lubrificantes e produtos de conveniência. Além disso, oferece soluções para o mercado B2B, incluindo combustíveis líquidos, óleos lubrificantes, produtos químicos e serviços associados, atendendo a diversos setores da economia. No setor de aviação, a Vibra fornece produtos e serviços em aeroportos para companhias aéreas nacionais e internacionais.

Em sua jornada rumo à transição energética, a Vibra também investe em soluções renováveis, como gestão de energia elétrica, biocombustíveis, eficiência energética, créditos de carbono, eletromobilidade e geração de energia renovável. Seu objetivo é se consolidar como uma plataforma multienergia, capaz de atender qualquer demanda energética de seus clientes.

Relatório da Administração

ESTRATÉGIA ESG

A Agenda ESG da Vibra busca o avanço e aprimoramento constante visando atingir a excelência nos aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa. Com sete temas prioritários e alinhada a quatro Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, a Agenda é operacionalizada através de planos de ação e metas específicas, aplicadas em diversas áreas e monitoradas por indicadores específicos. Algumas dessas metas estão vinculadas à remuneração variável de gestores e equipes.

Para assegurar a integração dos aspectos sociais, ambientais e de governança corporativa em nossas estratégias de negócios, estabelecemos uma estrutura de governança ESG, que envolve: Conselho de Administração e Diretoria Executiva, Diretoria de Gestão da Mudança e ESG, Embaixadores ESG e Pontos focais ESG.

	ODS	Prioridades ESG	Ambição/metasp>
E	13 - Ação contra mudança do clima	Descarbonização de nossas operações	Reduzir 67% das emissões de GEE até 2026, em relação ao ano-base 2019
		Escopos 1 e 2	Neutralizar as emissões de GEE a partir de 2025
		Descarbonização dos clientes	Migrar clientes para energias mais limpas (GNL, biometano, mercado livre, entre outras) em 2024
		Escopo 3	Neutralizar as emissões de GEE a partir de 2050
S	16 - Paz, justiça e instituições eficazes	Causa social	Combater a violência sexual de crianças e adolescentes,
		Combate à violência sexual de crianças e adolescentes	engajando a sociedade e parceiros, protegendo crianças e adolescentes e incluindo famílias
	5 - Igualdade de gênero	Diversidade e inclusão	Ter 30% de mulheres na alta liderança até 2025
		Mulheres e negros na liderança	Ter 20% de pessoas negras em cargos de liderança até 2025
	8 - Trabalho decente e crescimento econômico	Segurança ocupacional	Zero SIFs (lesões graves ou fatalidades)
		Ambiente de trabalho mais seguro	Limite de Alerta de 0,71 do TFCA (frequência de acidentes com afastamento)
G	16 - Paz, justiça e instituições eficazes	Ética e integridade	Desenvolvimento de plano de ação para toda a rede de postos
		Combate a práticas irregulares no setor	
		Governança corporativa	100% transparência sobre os canais de denúncia e estrutura de <i>compliance</i> e governança até 2025
		Melhores práticas em transparência e responsabilização	100% da cadeia de valor de alto risco treinada em integridade até 2027
			100% de transparência das interações com a administração pública até 2030
			Remuneração da alta administração 100% íntegra (transparência e inclusão de critérios de integridade) até 2030

Reconhecimentos

Participamos dos principais índices e ratings de mercado como o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3), CSA do S&P Global, Carbon Disclosure Project (CDP), entre outros. Obtivemos resultados positivos nos últimos anos que demonstram o avanço na nossa governança e a gestão socioambiental.

	Listados desde 2019
	Listados desde 2020
	Fomos incluídos no <i>Sustainability Yearbook</i> 2021, 2022 e 2024 – no segmento <i>Retailing</i>
	Recebemos em 2022, 2023 e 2024 o selo Industry Top Rated – no segmento de <i>Refiners and Pipelines</i>
	Rating A desde 2021
	Pontuação B em 2021, 2022 e 2023
	Listados desde 2020
	Selo ouro no <i>GHG Protocol</i> desde 2019
	Melhores do ESG 2022 e 2023 na categoria Petróleo, Gás e Químico e, em 2024 na categoria Combustíveis e Transição Energética

Mudança do Clima

A Vibra tem o compromisso de mover o Brasil com a energia mais adequada para as necessidades de seus clientes. Isso traz a necessidade da busca constante de soluções inovadoras que também atendam às demandas da transição energética e da construção de uma economia de baixo carbono.

Nossa estratégia climática é orientada por oito eixos principais de atuação, inter-relacionados e transversais, amadurecendo nosso processo na transição energética. Esses eixos abrangem: (i) plano de redução; (ii) indicadores e metas; (iii) gestão de riscos; (iv) plano de transição; (v) engajamento; (vi) inovação; (vii) transparência; e (viii) plano de compensação.



Relatório da Administração

Temos o compromisso de, até 2026, reduzir nossas emissões de escopo 1 e 2 em 67% (ano base 2019). Parte relevante dessa redução (37,9%) será oriunda do processo de desativação da usina térmica de Juruti (município do estado do Pará), região que terá um sistema interligado nacional nos próximos anos, com a conclusão das obras das linhas de transmissão de energia.

Em relação ao nosso plano de redução dos escopos 1 e 2, desenvolvemos iniciativas em termos de transporte, como a utilização de etanol por nossa frota de veículos leves dos Executivos de Vendas (EVs) e uso de energia limpa nos caminhões utilizados para abastecimento de aeronaves: veículos elétricos e que utilizem diesel verde, bem como melhorias em termos de eficiência energética (aumento do investimento), através da redução das perdas de vapor associada a nosso processo produtivo, utilização de equipamentos de fontes renováveis (empilhadeiras etc.) e também a migração de mais 7 instalações operacionais para o mercado livre, totalizando 25 (26 incluindo as de geração distribuída) unidades e a aquisição de 30 mil I-RECs (certificado de obtenção de energia de fontes renováveis).

No que diz respeito a nossa meta de emissão líquida zero para os escopos 1 e 2 a partir de 2025, informamos que esta foi antecipada através da compensação/neutralização integral das emissões de escopo 1 e 2 do ano de 2023 por meio da participação no Programa ISS Neutro, uma iniciativa pioneira da Prefeitura do Rio de Janeiro que incentiva a compra de créditos de carbono por contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Adquirimos 55 mil créditos de carbono por meio da comercializadora Reflora, em uma transação intermediada pela Comerc Energia, os créditos em questão estão vinculados ao Conjunto Eólico Campo Largo e Umburanas, localizado na Bahia, que converte a energia cinética do vento em eletricidade e impulsiona o desenvolvimento socioeconômico de comunidades locais.

Como resultado de nossa atuação durante o ano de 2024, atingimos integralmente nossa meta anual de redução de 8% das emissões absolutas de escopo 1 e 2. Como parte da estratégia para diminuir as emissões do escopo 3, a empresa já alocou mais de R\$ 7 bilhões em parcerias e investimentos em outras empresas (incluindo o 1T25 referente à aquisição integral da COMERC Energia). Esses recursos visam ampliar o portfólio de produtos e serviços de baixo carbono, gerando valor para os clientes e para a Vibra. Norteamos nosso plano de redução por três pilares de atuação, são eles:

- Transporte de Produto - migração do transporte rodoviário para modais mais eficientes, utilização de energia mais limpa no transporte de nossos produtos, o aumento de eficiência logística (novos pools, torre de controle, frete de retorno e otimização de rotas) e no transporte rodoviário (cubagem e engajamento junto as transportadoras);
- Soluções de Energia via a nossa Plataforma Multienergia (COMERC, EVOLUA, ZEG Biogás, EZVolt e Biocombustíveis avançados e demais novos mercados em prospecção) – fornecendo as melhores soluções para nossos clientes, aumentando nosso portfólio sob a ótica da descarbonização; e
- Gestão de GEE e Cadeia de Valor – parceria com a start *up* Deep ESG para diagnóstico qualificado e oferta de soluções para os clientes na jornada de transição energética e processo de descarbonização

Relatório da Administração

A gestão estratégica dos riscos climáticos é um pilar essencial da nossa estratégia. Em 2024, conduzimos um Estudo de Riscos e Oportunidades Físicos e de Transição em parceria com uma empresa especializada, aprofundando a análise dos impactos das mudanças climáticas sobre nosso negócio, operações e cadeia de valor. O estudo avaliou diferentes cenários climáticos, considerando variáveis como mudanças na matriz energética (Tecnológico), evolução regulatória (Político Legal), transformação do mercado, preferências dos consumidores (Mercado) e aumento da preocupação das partes interessadas (Reputacional) e exposição a eventos climáticos extremos, como secas meteorológicas, anomalias de ventos, tempestades etc. Os resultados fornecem subsídios estratégicos para fortalecer a resiliência da Vibra diante das transformações globais em curso.

Aprofundando nossa compreensão sobre as emissões associadas às nossas operações e produtos, conduzimos um estudo detalhado de Pegada de Carbono em parceria com uma empresa especializada. Esse estudo quantificou as emissões de GEE ao longo do ciclo de vida completo dos 27 principais produtos da Vibra, incluindo 12 combustíveis rodoviários (+ ARLA 32), 2 combustíveis de aviação, 8 lubrificantes e 4 produtos químicos. A análise abrange desde a extração das matérias-primas, fabricação, transporte e armazenamento até o uso e descarte. Com esses resultados, aprimoramos nossa estratégia de descarbonização, identificamos oportunidades de redução de emissões em toda a cadeia e fortalecemos nossa oferta de soluções sustentáveis para os clientes, alinhadas à transição energética.

Nossa participação no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG *Protocol*, através da publicação de nosso Inventário Anual de Emissões de GEE foi reconhecido com o Selo Ouro, pela cobertura integral de nossas instalações e submissão à verificação de terceira parte. Também respondemos ao questionário de mudanças climáticas do CDP (*Carbon Disclosure Project*), incluindo a dimensão de *Supply Chain* e o ICO2 (Índice de Carbono Eficiente), cujo objetivo é fornecer um panorama das emissões das Companhia listadas na B3 e seu desempenho no processo de descarbonização.

Ainda nos temas de mudança do clima e transição energética, a empresa seguiu com a estratégia de fortalecimento do portfólio de produtos e serviços com o estabelecimento de parcerias para os novos negócios. Por meio de nossa Plataforma Multienergia, oferecemos produtos que contribuem para a descarbonização das atividades de nossos clientes, fortalecendo nosso posicionamento de assumir um papel ativo na transição energética do país.

Um exemplo desse compromisso é a parceria com a Volkswagen Caminhões e Ônibus, por meio da qual fornecemos, de forma pioneira, o Vibra Diesel Renovável, um combustível avançado que contém 10% de diesel renovável (HVO), um biocombustível de alta performance que reduz significativamente as emissões de gases de efeito estufa e pode ser utilizado sem necessidade de adaptações nos motores, para o primeiro abastecimento de todos os caminhões e ônibus produzidos pela montadora no Brasil. Essa iniciativa garante que os veículos saiam de fábrica com um combustível de menor pegada de carbono, impulsionando soluções mais sustentáveis para o setor de transporte.

Responsabilidade Social

A Vibra estabeleceu o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes como sua causa social, considerando o tema uma prioridade absoluta e urgente.

Ampliamos nossas ações com a *Childhood* Brasil, da qual somos parceiros desde 2019 e atua para prevenir a exploração sexual nas rodovias brasileiras e garantir os direitos das crianças e adolescentes. Passamos a apoiar projetos sociais que atendem diretamente crianças e adolescentes, fortalecendo a rede de proteção e prevenindo a exploração sexual, além de oferecer espaços de acolhimento para as famílias.

Relatório da Administração

Em maio de 2024, lançamos a campanha “Exploração Sexual Zero” para sensibilizar e conscientizar o maior número possível de pessoas sobre o tema. A campanha destacou a importância de denúncias em caso de suspeita, direcionando o público ao Disque 100, um serviço telefônico gratuito do Governo Federal para denúncias de violações de direitos humanos, assegurando sigilo e anonimato. Um filme foi lançado e divulgado em mídias de grande alcance, desdobrando a mensagem principal com o conceito “sem exploração, sem violência, com futuro” e mostrando, de forma emocional e educativa, um caso fictício que representa a realidade brasileira. Também foram publicados anúncios em veículos impressos, distribuídos materiais em postos Petrobras, divulgados posts em nossas redes sociais e realizadas ações em eventos, como a etapa da Stock Car em Cascavel (PR), com a participação de influenciadores digitais, Felipe Massa e Júlio Campos.

A campanha também foi apresentada em eventos patrocinados pela Vibra, com comunicação em telas, painéis e locuções durante os intervalos do Festival Pecuária de Goiânia (GO) e do Festival No Pelo 360 (MS). No Vibra São Paulo, casa de espetáculos com *namings rights* da Vibra, o filme da campanha foi exibido antes dos shows, e mensagens da campanha foram veiculadas nos painéis digitais disponíveis no local. Em parceria com a Opus, administradora responsável pelo Vibra São Paulo, o filme também passou a ser exibido antes dos espetáculos em outras casas da mesma empresa de entretenimento, a partir de julho de 2024: Teatro Riachuelo Natal, Teatro RioMar Recife, Teatro RioMar Fortaleza, Teatro do Bourbon Country - Porto Alegre, Teatro Bradesco e Teatro Sabesp Frei Caneca.

A campanha da causa atingiu 73% dos nossos revendedores através de ações no Vem de Vibra, divulgação em postos, Fórum Siga Bem Campinas, live específica para revendedores e Corrida Solidária no Marrocos. Ainda, 38% das equipes dos postos Petrobras foram envolvidos através do grupo no Facebook, palestras no Rio de Janeiro (RJ) e Vitória (ES), e pelo Programa Capacidade Máxima. Também atingimos 44% das nossas transportadoras por meio das divulgações realizadas na Premiação do Programa Motorista Deztaque, Fórum das Transportadoras e Casa Siga Bem. Nossos colaboradores foram engajados através do Fórum de líderes, campanha na nossa sede, comunicações internas, capacitação de multiplicadores e lives.

Estima-se que a campanha tenha alcançado mais de 7 milhões de pessoas. A iniciativa foi vencedora do Prêmio Aberje – Regional Rio de Janeiro/Espírito Santo, na categoria Sociedade, e foi reconhecida no 18º Encontro Anual do Programa Na Mão Certa, promovido pela Childhood Brasil.

Em agosto de 2024, a Vibra organizou um encontro que reuniu mais de 40 empresas de diversos setores, ONGs e representantes do governo para discutir e criar um plano de ação coletivo voltado à prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. O evento, realizado na Arena Magalu, em São Paulo, contou com a participação do Grupo Mulheres do Brasil, o Instituto Liberta e a *Childhood* Brasil. O principal objetivo do encontro foi desenvolver uma proposta de trabalho conjunta para prevenir a violência sexual contra crianças e adolescentes no país.

Como fruto desse esforço, será lançado em 2025 o Movimento pela Prevenção à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes: Violência Sexual Zero. Esta iniciativa reafirma nosso compromisso com a proteção e o bem-estar das futuras gerações, promovendo um engajamento coletivo na construção de uma sociedade mais justa e segura.

Em termos de investimento sociais, contribuímos ao projeto Projeto Gente Grande de atendimento a 300 jovens da região de Vicente Pizon (Fortaleza/CE), com o objetivo de prepará-las para programas de Jovem Aprendiz. Apoiamos dois projetos na Cidade Nova, bairro onde se localiza a sede da Vibra no Rio de Janeiro. Os projetos realizados pelo Instituto Meta Educação: Reforço do Futuro e Papo Reta Teatro, que proporcionaram reforço escolar para 132 crianças estudantes da rede pública e capacitação em artes cênicas para 60 adolescentes, respectivamente.

Relatório da Administração

Em parceria com Programa Amigos de valor, destinamos recursos do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA) para 9 projetos socioeducacionais beneficiando mais de 800 crianças e adolescentes em Barcarena (PA), Pacajá (PA), Tancredo Neves (BA), Cruzeiro do Sul (AC), Santarém (BA), Umarizal (RN), Glória do Goitá, Gravatá e Pombos (PE).

Ainda, desenvolvemos um modelo de mapeamento das comunidades presentes no entorno das nossas unidades e demos início a um plano de atuação socio territorial em comunidades. Nos meses de agosto e setembro de 2024, foi realizada uma pesquisa de risco social com 55 unidades, resultando na criação de um índice que permitiu identificar as comunidades que apresentavam maior vulnerabilidade e mereciam receber atenção prioritária.

O índice levou em conta dimensões como estrutura socioeconômica, nível de engajamento comunitário, histórico de acidentes e incidentes e nível de adesão à norma ISO 45001. A seleção também considerou o histórico de relacionamento comunitário, a visualização dos territórios pela ferramenta de georreferenciamento e a análise estratégica das lideranças.

Com base nestas informações, foram selecionadas dez unidades para um programa piloto de workshops formativos e mentorias visando capacitar e apoiar as equipes na criação e execução de planos de ação para fortalecer a gestão do relacionamento comunitário. A inclusão da sede da companhia foi uma decisão estratégica que permitirá acompanhar de perto a aplicação da metodologia desenvolvida para a gestão de relacionamento comunitário, possibilitando avaliações e ajustes necessários ao longo da execução do projeto.

Saúde, Segurança e Meio Ambiente

A política interna de Saúde, Segurança e Meio Ambiente é o alicerce da nossa gestão de SSMA. Ela incorpora as melhores práticas do mercado em termos de diretrizes e padrões corporativos. Nossa governança inclui uma Comissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, composta pelos gestores envolvidos diretamente nesses processos, e o Comitê de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, com a participação da Alta Administração da empresa.

A saúde e segurança da nossa força de trabalho, própria e de terceiros, assim como a proteção dos ambientes onde estamos inseridos são valores que orientam todas as nossas atividades. Trabalhamos para melhoria contínua do nosso sistema de gestão e, em 2024, a Taxa de Acidentes Com Afastamento (TFCA) foi de 0,60, abaixo do nosso Limite de Alerta (0,71). A Taxa de Acidentes Registráveis (TAR) foi de 0,64, abaixo do nosso Limite de Alerta (0,69). Estes resultados refletem a efetividade dos programas de prevenção de acidentes implantados, bem como o compromisso da alta liderança com a saúde e segurança dos trabalhadores.

Dentre as ações de segurança realizadas em 2024, destacamos o lançamento da Carta Compromisso pela Valorização da Vida assinada por toda força de trabalho. Nesta Carta reforçamos que na VIBRA, a Segurança é inegociável. Adicionalmente evoluímos na gestão baseada em risco através do conceito SIF – *Serious Injury or Fatality* (Vidas Mudadas e Fatalidades) e SEI – *Serious Environmental Impact* (Impactos Ambientais Severos), que estabelece uma sistemática de identificação e tratamento de riscos, para redução da exposição à acidentes graves nas operações da companhia.

Na área de transporte, gerenciamos o risco através do monitoramento constante da nossa frota a serviço da VIBRA. Em 2024 lançamos o novo Manual de Transportes Rodoviário de Combustíveis com diretrizes e procedimentos que garantem a segurança durante o transporte de nossos produtos. Ressaltamos a continuidade do Programa Motorista DEZtaque, que reconhece e premia os motoristas pelo seu desempenho.

Relatório da Administração

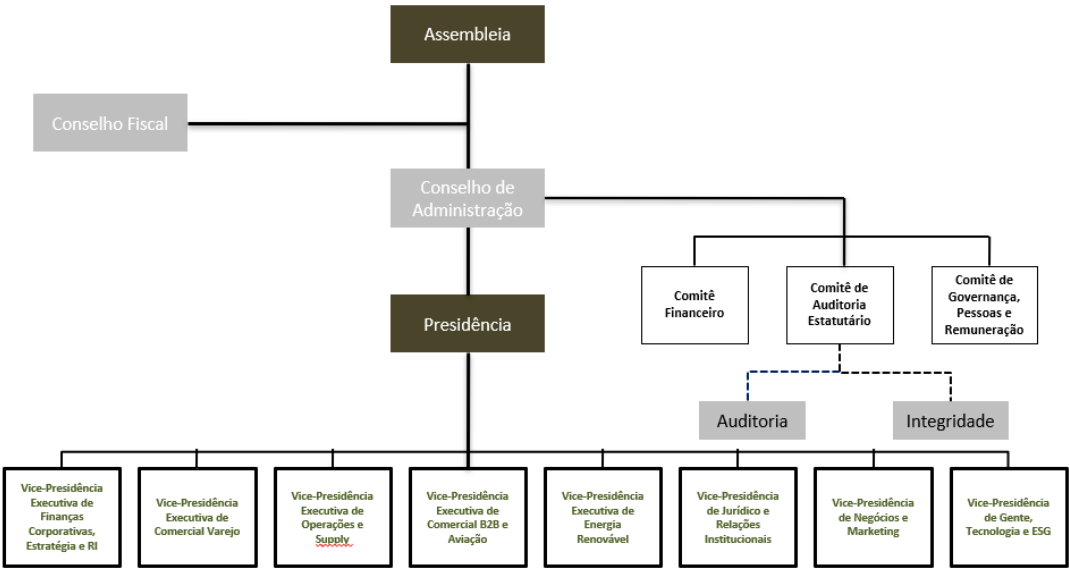
A taxa de frequência de acidentes de transporte calculada por milhão de quilômetros rodados (TFAT) em 2024 foi de 0,035, abaixo do nosso Limite de Alerta (0,054), mantendo o indicador de forma consistente por conta das iniciativas de monitoramento com a nossa Torre de Controle. Em 2024 tivemos apenas um evento de Volume Vazado com Impacto Ambiental (VIA), de 0,69 m³, abaixo do nosso Limite de Alerta (12 m³). Este indicador reflete o aperfeiçoamento constante das ações de contingência em situações com potencial de impacto ambiental, assim como o aumento da segurança nas nossas operações.

Na área ambiental atuamos para aprimorar a ecoeficiência de nossas operações e reduzir impactos e riscos ambientais. Nosso sistema de gestão passa por verificações frequentes, incluindo auditorias internas e externas. Em 2024, mantivemos a certificação multi-site do Sistema de Gestão Integrado (SGI) nas normas ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e ISO 45001:2018, abrangendo um total de 10 unidades operacionais, com a inclusão da Base de Maceió. Além disso, obtivemos a certificação ISO 9001:2015 para o Depósito de *Supply House* de Macaé. Também conquistamos as certificações ISCC EU e ISCC CORSIA para nossas bases em Cubatão e no Aeroporto do Galeão, reforçando nosso compromisso com práticas sustentáveis e a conformidade com padrões internacionais, especialmente na cadeia de biomassa e biocombustíveis.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança corporativa da Vibra corresponde, a exemplo de outras organizações complexas e de grande porte, ao conjunto de procedimentos e padrões de governança aderentes ao mais elevado padrão de governança para as companhias de capital aberto no Brasil, observando as regras da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e do regulamento do Novo Mercado da B3. Os órgãos de governança da Vibra são formados pela Assembleia Geral de Acionistas; Conselho Fiscal; Conselho de Administração e seus Comitês, e Diretoria Executiva. A Companhia dispõe ainda de uma Auditoria Interna e de uma área de Integridade, cujas atividades são reportadas ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário.

Atualmente a Companhia conta com 3 (três) Comitês de Assessoramento permanentes, vinculados diretamente ao Conselho de Administração, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias: (i) Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) Comitê Financeiro; e (iii) Comitê de Governança, Pessoas e Remuneração.



Relatório da Administração

No último ano, realizamos ajustes e revisões no Estatuto Social da Companhia, na Política de Alçadas (que dispõe sobre as alçadas de competência do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva) e na Tabela de Limites de Competência (que dispõe sobre o desdobramento das alçadas de competência da Diretoria Executiva), nos quais foram compilados diversos pontos de melhorias, principalmente com o intuito de tornar as decisões da Companhia cada vez mais céleres, deixando-a ainda mais eficiente e competitiva, e acompanhando cada vez mais a dinâmica dos negócios e do mercado onde atua. Na prática, significa que a Companhia fortaleceu mecanismos para agilidade e segurança nas deliberações e, por consequência, no alcance dos objetivos estratégicos.

Em linha com as tendências de mercado e das melhores práticas de governança, atualizamos nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, alinhando sua redação às práticas contidas no Código Brasileiro de Governança Corporativa (Informe de Governança), proporcionando, ainda, a elevação do score de “práticas de governança corporativa” dos Indicadores de Governança, como o ISE e o S&P.

Além disso, mantivemos o aprimoramento contínuo da gestão das áreas que suportam a governança corporativa da Companhia. Com base no modelo de três linhas e, tendo em vista a efetividade da prevenção, da detecção, da apuração e da correção de desvios em geral, criou-se um Sistema de Gestão de Integridade que, sobremaneira, integra dados e ações das áreas de Governança, Riscos e Compliance (GRC), representando uma evolução organizacional — que compreende um conjunto de arranjos institucionais, processos de trabalho, regulamentações, instrumentos de gerenciamento e controle — destinada a promover a integridade da corporação e de sua força de trabalho, sob a responsabilidade e a coordenação de uma área específica.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Em nosso desafio de aprimoramento contínuo da cultura em riscos na Vibra, em 2024 a Diretoria definiu os riscos prioritários a serem tratados ao longo do ano, considerando o cenário e apetite da Companhia e acompanhou a implementação das respectivas ações mitigatórias. Para conferir mais segurança e otimizar o processo de gestão de riscos, foi implementada automatização de rotinas por meio de plataforma GRC. Nessa esteira, foram desenvolvidos novos indicadores chave de risco (KRI's), os quais possibilitam o monitoramento contínuo dos limites de tolerância de exposição.

A fim de aprimorar nosso processo de gestão de riscos climáticos físicos, foi iniciado estudo abrangente de riscos climáticos físicos e de transição, juntamente com um plano estratégico de adaptação. Além disso, a Matriz de Riscos Corporativa foi atualizada ao longo de 2024, resultando na identificação de riscos emergentes e na atualização da severidade com base na avaliação da efetividade dos controles, e demais ações mitigação implementadas ao longo do ano.

Sobre as iniciativas em controles internos, acompanhando a dinâmica dos negócios da VIBRA, novos processos foram incluídos no escopo de avaliação e as melhores práticas foram aprimoradas, visando a mitigação de riscos e otimização de processos. Outra evolução que tivemos ao longo do ano de 2024 foi em relação à revisão do fluxo de importação de derivados, além do aprimoramento os controles já existentes, conferindo maior segurança, assegurando maior controle da documentação e rastreabilidade das operações.

Por fim, seguimos disseminando a cultura de gestão de riscos, conformidade e controles internos, por meio de ações de comunicação e realização de treinamentos dirigidos aos administradores e aos colaboradores da Companhia.

COMPLIANCE, OUVIDORIA E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Nosso Programa de Integridade, ancorado no Código de Conduta Ética, vem sendo constantemente aprimorado para que possa prestigiar, ao mesmo tempo, a prudência e a ousadia na tomada de riscos e decisões.

Relatório da Administração

Em 2024, a Vibra revalidou a certificação do Sistema de Gestão de Compliance na ISO 37301 por um órgão certificador independente, um marco significativo. O selo reforça a robustez e a efetividade do Programa de Integridade da organização, além de evidenciar o comprometimento com os mais altos padrões de transparência, ética e excelência. Uma certificação como essa não só fortalece a confiança de todas as partes interessadas, mas também destaca a empresa como um modelo de integridade no mercado.

Dando continuidade ao nosso compromisso firmado com o Movimento Transparência 100%, uma iniciativa do Pacto Global da ONU, cumprimos até o momento 2 das 5 metas estabelecidas, são elas: 100% de transparência da estrutura de Compliance e Governança e 100% de transparência sobre os canais de denúncia.

Ressalta-se que, com tais compromissos de transparência e integridade, a Companhia assegurou aos seus colaboradores, investidores e demais públicos de interesse, a divulgação de dados estratificados de apurações e remediações cabíveis resultantes de denúncias oriundas do nosso Canal de Ética, bem como divulgamos a estrutura dedicada à Governança e Compliance com organograma de reporte, nome e cargo dos responsáveis por cada área em nosso site externo.

A fim de manter a Vibra sempre atualizada com as boas práticas de mercado fizemos investimento em soluções inteligentes para transformar informação em conhecimento e trazer melhores resultados para nossas análises de Due Diligence e Background Check, assim conseguimos trazer maior agilidade, confiabilidade e disponibilidade das informações na avaliação dos eventuais riscos de integridade oferecidos pelo relacionamento com pessoas físicas e jurídicas.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nossos instrumentos de gestão empresarial são pautados em nossos Código de Ética e Guia de Conduta e nas Diretrizes de Governança Corporativa.

O Art. 23 XI. do nosso Estatuto Social determina que os auditores independentes não poderão nos prestar serviços de consultoria durante a vigência do contrato de auditoria.

Desde 2017 a KPMG Auditores Independentes foi a responsável pelos trabalhos de auditoria externa na Vibra Energia.

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO GERAL

Gente e Tecnologia

Em 2024, seguimos o movimento de transformação cultural, integrando os times de ESG e do Escritório de Transformação ao time de Gente e Tecnologia, criando a área de Gestão da Mudança e ESG, que também conta com o time de Treinamento, com o objetivo de acelerar o processo de transformação cultural da companhia. Adicionalmente, fortalecemos o time de Inovação e IA com a área de Engenharia de Dados, visando trazer mais robustez ao nosso processo de inovação.

Nosso objetivo persiste em buscar um ambiente de trabalho com maior conexão entre pessoas e negócios, sustentado por meritocracia, alto desempenho, diálogo aberto e construção coletiva. Estamos focados no atingimento de metas e na valorização do potencial e cuidado com cada colaborador, com confiança, segurança, coragem e felicidade.

Atração, seleção e retenção

O ano de 2024 foi marcado por avanços inovadores na nossa estratégia de atração, seleção e retenção de talentos. Alinhamos o discurso dos profissionais de atração de talentos com a Ambição 2030 da companhia, fortalecendo nossa identidade e propósito.

Relatório da Administração

Demos um passo importante na capacitação de novos talentos com a criação e lançamento do Programa Trainee, consolidando uma trilha estruturada para atrair e desenvolver profissionais de alto potencial. O projeto *Inova Estags* foi um marco no desenvolvimento de nossos estagiários, promovendo uma experiência imersiva que reforça sua visão sobre inovação dentro da companhia. A iniciativa estimulou a interação entre os participantes, incentivando a troca de conhecimentos e o trabalho colaborativo, além de fornecer uma compreensão mais profunda sobre processos inovadores, desafios do mercado e a aplicação prática de novas ideias no dia a dia da organização. Essa jornada não apenas aprimorou suas habilidades, mas também fortaleceu o senso de pertencimento e engajamento com a companhia.

Benefícios e Bem-Estar: Cuidando de Nossos Colaboradores

Alinhada ao processo de atração, seleção e retenção de talentos, a área de Benefícios e Bem-Estar investiu em diversos programas e ações para promover a qualidade de vida de nossos líderes e colaboradores. Destacamos a seguir algumas dessas iniciativas:

Plano de Previdência Complementar

Em 2024, seguimos oferecendo o Flexprev, plano de previdência complementar cuja patrocinadora exclusiva é a Vibra Energia e que é gerido pela Petros, entidade fechada de previdência complementar.

Além disso, avançamos no processo de cisão dos planos antigos Petros do Sistema Petrobras Repactuado e Não Repactuado, solicitado pela Vibra para segregar o patrimônio e a massa de participantes e assistidos da empresa, criando um plano separado das demais patrocinadoras. Esse processo, iniciado no final de 2023, tem previsão de conclusão para julho de 2025.

Plano de Saúde

Disponibilizamos um plano de saúde de excelência para líderes, colaboradores e ex-colaboradores da Vibra, bem como para seus dependentes. O plano é oferecido pela Bradesco Saúde, referência na América Latina e líder de mercado no Brasil.

Entre os diferenciais, destacam-se:

- Ampla rede de atendimento com 30 mil médicos, 29 mil dentistas e 3 mil hospitais referenciados;
- Cobertura para consultas, exames simples e especializados, terapias, tratamentos ambulatoriais e internações clínicas ou cirúrgicas;
- Saúde digital e clube de vantagens.

Programa EstarBem: Promoção da Saúde e Qualidade de Vida

Com foco na prevenção e no bem-estar, implementamos diversas ações para nossos colaboradores e seus dependentes. Entre as iniciativas, destacam-se:

- Campanha de Vacinação Antigripal;
- Acompanhamento de Pacientes Crônicos;
- Promoção de hábitos alimentares saudáveis;
- Programa de Acompanhamento de Gestantes.

Relatório da Administração

Em 2024, intensificamos nossos esforços para estimular mudanças de hábitos e incentivar um estilo de vida mais saudável. Nesse contexto, lançamos dois novos programas:

- Programa de Incentivo ao Esporte;
- Programa de Atenção Primária à Saúde.

Para complementar esse cuidado, mantemos o Espaço EstarBem em nossa sede, um ambiente dedicado a incentivar pausas, interação e socialização entre os times. O espaço também disponibiliza serviços de relaxamento, como massagem e shiatsu.

Nosso compromisso vai além da saúde física, abrangendo integralmente o bem-estar de nossos colaboradores em todas as suas dimensões. Seguimos investindo em iniciativas que promovam qualidade de vida e equilíbrio para todos.

Treinamento e Desenvolvimento

Em 2024, avançamos no desenvolvimento da nossa Universidade Corporativa, o Ativamente, com o lançamento de novos cursos nas academias. A plataforma de aprendizagem registrou um aumento de 55% na participação de cursos EAD. Também fomos indicados ao prêmio Ser Humano 2024, promovido pela ABRH-RJ, com o case "A Estruturação da Escola de Negócios da Vibra Energia – Ativamente como Suporte ao Posicionamento Estratégico e ao Processo de Transformação Cultural da Companhia".

A **pesquisa GPTW** foi aplicada pelo segundo ano consecutivo e **renovamos o nosso selo de melhores empresas para se trabalhar**. Os resultados mostram um aumento de 4 pontos percentuais no e-NPS. A análise dos resultados nos traz dados importantes e resultam na co-construção de um plano de ação único e integrado. A transformação é uma prioridade para companhia.

Perfil

Encerramos o ano de 2024 com 3.814 colaboradores, incluindo líderes, espalhados por todo o Brasil. Nossa população está bem distribuída entre operacional e administrativo, com mão de obra especializada e treinada em todas as áreas, contribuindo para execução dos processos de forma otimizada, sem perdas e custos adicionais.

São apresentados, a seguir, alguns dados do perfil dos nossos colaboradores:

Relatório da Administração

Colaboradores	PCD
3.814 colaboradores.	54 pessoas com deficiência.
Mulheres	Negros (Pretos e Pardos)
1.211 mulheres, que representam 31,8% da companhia.	1.642 Negros, que representam 43,1% da
Tempo médio de empresa	Idade média
6,6 anos é o tempo médio dos colaboradores na empresa.	40,8 anos é a idade média dos nossos colaboradores.

DESEMPENHO CONSOLIDADO 2024

A receita líquida de vendas aumentou 5,7%, passando de R\$ 162.947 milhões em reais em 2023, para R\$ 172.272 milhões em reais em 2024. Este crescimento é explicado, principalmente, pelo aumento de 9,0% nos preços médios de comercialização, essencialmente devido aos maiores preços dos produtos ao longo de 2024, parcialmente compensado pela redução de 3,0% no volume comercializado, com destaque para as variações no diesel (-4,0%), óleo combustível (-17,6%), coque (-87,1%) e combustíveis ciclo Otto (-1,3%), amenizadas pelas maiores vendas de combustíveis de aviação (+10,4%). O foco em nossa rede de postos e clientes B2B contratados, com menores vendas junto a clientes TRRs e postos bandeira branca, contribui para os menores volumes de vendas de diesel e ciclo Otto, enquanto as menores vendas de óleo combustível devem-se à transição de clientes para novas fontes de energia (principalmente gás natural) e ao menor fornecimento para termelétricas, essencialmente em razão de fatores climáticos e dos níveis dos reservatórios das hidrelétricas nacionais. No que tange ao Coque, as vendas reduziram significativamente com o encerramento de contrato com a Petrobras e cessaram no 2T24.

O lucro bruto reduziu 1,4%, passando de R\$ 8.361 milhões em reais em 2023, para R\$ 8.241 milhões em reais em 2024, principalmente em função da redução de 3,0% no volume comercializado e, parcialmente compensada, pelas margens superiores (+1,6%).

As Receitas / Despesas operacionais apresentaram uma variação positiva de R\$ 1.210 milhões, para uma receita de R\$ 428 milhões em 2024, em razão, principalmente, das variações apresentadas a seguir:

(+) Crédito de PIS e COFINS – Em 2024, crédito de R\$ 4.075 milhões correspondente a aquisições ocorridas no período de anterioridade nonagesimal contado da vigência da Lei Complementar 194/2022. Além do crédito de R\$ 535 milhões de créditos complementares referentes ao período original de vigência do art. 9º da LC nº 192/2022; R\$ 329 milhões de créditos sobre os valores de CBIOS adquiridos consoante as metas anuais da Companhia e que foram por ela aposentados no período entre 2020 até dezembro de 2024; e R\$107 milhões referentes a indêbitos tributários. Em contrapartida, houve, em 2023, créditos de R\$ 2.591 milhões em razão da Lei Complementar 192/2022 decisão proferida na ADI nº 7.181/DF (2023) que reconheceu a necessidade de se observar a anterioridade nonagesimal, por implicar revogação de benefício fiscal e ganho no processo de indêbito tributário do PIS/PASEP com a tese da Semestralidade (R\$ 828 milhões);

Relatório da Administração

(+) Despesa com Crédito de Descarbonização: variação positiva de R\$ 408 milhões referente ao provisionamento de R\$ 838 milhões em CBIOs em 2024, inferior à provisão do exercício anterior (R\$ 1.246 milhões). Refere-se à meta de descarbonização compulsória determinada pela ANP e o delta ocorre devido à redução do custo médio de aquisição do CBIO entre os períodos;

(+) Provisão para acordos extrajudiciais: reconhecimento de R\$ 360 milhões referente acordo celebrado, em 2023, com a Rede Forte Comércio e Outros, para dar fim a todos os litígios havidos entre as partes, por meio do qual estas se conferem plena, total e irrevogável quitação;

(+) Perdas e provisões com processos judiciais: variação positiva de R\$ 155 milhões em função, principalmente, de alterações nos riscos de processos judiciais (R\$ 217 milhões) ao longo de 2024, parcialmente compensadas por maiores perdas de processos judiciais (R\$ 62 milhões);

(+) Resultado com alienações/baixas de ativos: variação positiva de R\$91 milhões em função, principalmente, das maiores vendas de imóveis em 2024;

(-) Alienação ES Gás em 2023, sem contrapartida em 2024 (R\$ 564 milhões);

(-) Reconhecimento de perdas, em 2024, no valor recuperável referentes às participações societárias detidas na Comerc Energia S.A. (R\$ 343 milhões) e na Zeg Biogás (R\$ 362 milhões)

(-) Despesas com pessoal R\$ 77 milhões superiores em 2024, com destaque para com destaque para maiores dispêndios com remuneração, encargos, benefícios e provisões.

(-) Resultado do hedge de commodities: variação negativa de R\$ 82 milhões, essencialmente decorrente da perda na proteção da variação no preço praticado pela Petrobras em comparação ao preço pago na importação de derivados.

O resultado financeiro apresentou variação positiva de R\$ 853 milhões, de uma despesa líquida de 1.084 milhões em 2023 para uma despesa líquida de R\$ 231 milhões em 2024, principalmente em razão dos seguintes eventos:

(+) Em 2024, baixa do *earnout* da Comerc (+R\$ 479 milhões) e ajuste *earnout* integração e opções de compra e venda da Comerc (+R\$ 16 milhões), de acordo com laudo elaborado por consultoria especializada, além de ganho na renegociação das dívidas dos clientes Rede Duque (+R\$ 145 milhões) e VASP (+R\$ 50 milhões), associado à maior receita sobre aplicações financeiras em razão de maior valor aplicado (+R\$ 144 milhões);

O lucro líquido do exercício aumentou 33,6%, passando de 4.766 milhões em 2023 para R\$ 6.367 milhões em 2024, em função dos diversos pontos citados anteriormente. O resultado de 2024 reforça a trajetória de resultados positivos e de rentabilidade que marcam a história de sucesso da Companhia e refletem a gestão da Vibra.

O Ebitda Ajustado cresceu cerca de 23%, passando a R\$ 10.864 milhões em 2024, de R\$ 8.850 milhões em 2023, representando uma Margem Ebitda Ajustada de R\$ 303/m3 em 2024. Destaca-se a manutenção da liderança no mercado da Companhia, com a manutenção de margens de comercialização saudáveis, acompanhadas da gestão eficiente dos custos, disciplina nas despesas e recuperações tributárias inerentes ao setor.

Ressalta-se ainda a atuação junto ao Instituto de Combustível Legal, bem como a consolidação do papel de destaque da Vibra no processo de transição energética, sempre em conformidade com as agendas de Compliance e de ESG da Companhia.

Relatório da Administração

DESEMPENHO DOS SEGMENTOS DE NEGÓCIOS 2024

Rede de postos

Em 2024 nossa rede de postos finalizou o ano com 7.897 estações, intensificando nossa estratégia de posicionar o foco na rede embandeirada de postos, ampliando a oferta de valor e melhorando a performance média da rede.

Dentro do segmento de Rede de Postos destacamos:

Lojas de Conveniência

Em 2024 a BR Mania finalizou o ano com mais de 1.400 lojas ativas na Rede, após inaugurar 119 novas lojas, representando 18% de penetração na rede de postos Petrobras.

Além da expansão da rede, continuamos com a migração das lojas para a Nova Imagem BR Mania, onde observa-se um crescimento na venda média destas de até 26% versus o período pré-reforma.

Como diferenciação tivemos o lançamento de novos formatos de lojas, como a loja Premium e a Super Compacta (com tamanho entre 15m² à 30m²), com o objetivo de ter o formato ideal para cada Posto, de acordo com a vocação daquele ponto.

O ano foi marcado também pelo projeto de Abastecimento Centralizado para as lojas franqueadas, com a abertura de dois centros de Distribuição, o primeiro para atender os franqueados do Nordeste e o último inaugurado para a região de São Paulo, o que possibilita a compra dos nossos franqueados em um único canal, incrementando a nossa proposta de valor, atendendo mais de 30% das lojas.

Com isso, finalizamos o ano de 2024 com avanços significativos nos resultados:

- Crescimento de + 14% no faturamento das Lojas BR Mania, chegando no valor de R\$ 1,8bi e com faturamento médio mensal por loja de R\$ 125mil, superando o número de 2023 em + 8%.
- Na base *Same Store Sales* tivemos crescimento de 9% no faturamento.
- Número de Transações (média/loja): 6.166 (+8% vs. 2023);

Rede de Excelência Siga Bem

A Rede Siga Bem é a rede de excelência de postos Petrobras rodoviários, localizada nas principais rodovias brasileiras, que oferece estrutura completa de atendimento e serviços dedicados aos caminhoneiros.

No ano de 2024, a Rede Siga Bem permaneceu em 150 postos atendendo mais de 75 mil caminhoneiros por mês e representando mais de 36% do volume total de diesel rodoviário comercializado pela Vibra. Estivemos presentes nas estradas, com ações promocionais dedicadas aos caminhoneiros, e assinamos uma nova parceria com a empresa CARACOL PARKING LTDA, oferecendo aos revendedores Siga Bem soluções de automação para estacionamento e controle de acesso de veículos, contribuindo para a melhoria da mobilidade nos postos e nas rodovias.

Lubrificantes

O negócio de Lubrificantes se firmou como a quarta avenida de crescimento da companhia. O volume comercializado avançou 3,4% em relação a 2023, impulsionado por margens médias de comercialização superiores e controle das nossas despesas operacionais, resultando em um incremento no Ebitda.

Relatório da Administração

Os canais de negócio B2B e mercados internacionais destacaram-se com expansão de dois dígitos no lucro bruto, reflexo da intensificação do *cross-sell* e da estratégia de internacionalização. A linha de produtos premium (sintéticos) também contribuiu positivamente, fortalecendo o posicionamento do portfólio Lubrax como referência em valor.

Adicionalmente, a Vibra reverteu a trajetória de *market-share* observada nos últimos anos, com crescimento notável no mercado. O desempenho positivo reafirma a robustez da marca e a qualidade dos produtos, que seguem conquistando a preferência dos consumidores.

Centros de lubrificação Lubrax+

Por 5 anos consecutivos, a Lubrax+ é a marca mais lembrada pelos consumidores (Top of Mind) e se consolida como a 5ª maior franquia do Brasil e a líder no setor automotivo, de acordo com a Associação Brasileira de Franchising (ABF).

Encerramos 2024 com 1.685 unidades ativas nos Postos Petrobras, marcando presença em mais de 650 municípios, abrangendo todos os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal. A rede Lubrax+ cresceu 39% no faturamento e 20% em número de clientes finais em comparação a 2023.

Desempenho da Rede de Postos

A receita líquida ajustada da Rede de Postos aumentou 6,7%, passando a R\$ 106.422 milhões em 2024, de R\$ 99.786 milhões em 2023. Este crescimento é explicado, principalmente, em função dos maiores preços médios de realização (+11,4%), parcialmente compensado pelo menor volume vendido (-4,3%) em 2024.

Analisado o volume de produtos vendidos no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024, observa-se uma redução de -4,3%, principalmente em razão das menores vendas de diesel (-6,2%) e de produtos ciclo Otto (-2,1%). O foco da companhia em clientes de sua rede contratada e o perfil do mercado ciclo Otto com maior participação do etanol ajudam a explicar o menor volume comercializado em 2024. Todavia, ressalta-se a manutenção da liderança de mercado no segmento Rede de Postos.

O lucro bruto ajustado reduziu 6,8% passando a R\$ 5.122 milhões em 2024, de R\$5.497 milhões em 2023. Além da redução de 4,3% do volume vendido, as margens de comercialização do segundo semestre de 2023 foram beneficiadas pela restrição de produtos, variações de preços nas refinarias e margens de captura acima das usuais, o que resulta na redução do lucro bruto 2024 em relação ao exercício anterior. Ressalta-se a manutenção do foco em nossa rede embandeirada e menor participação junto aos postos bandeira branca.

As despesas operacionais ajustadas aumentaram R\$ 1.055 milhões, passando a R\$1.057 milhões em 2024, de R\$ 2 milhões em 2023, principalmente em razão de maiores recuperações tributárias alocadas no segmento em 2023 (cerca de R\$ 1.600 milhões), parcialmente compensadas pelas menores provisões com CBIOS em 2024 (R\$ 300 milhões), maior resultado com alienações de ativos (R\$ 103 milhões), variação positiva de R\$ 61 milhões nos resultados de hedge de commodities fechados nos períodos e menores despesas SG&A (R\$ 20 milhões).

O Ebitda ajustado reduziu 26%, passando a R\$ 4.065 milhões em 2024, de R\$ 5.495 milhões em 2023, essencialmente em razão de maiores recuperações tributárias alocadas no segmento em 2023 (cerca de R\$ 1.600 milhões). A margem Ebitda ajustada apresentou redução de 22,7%, passando a R\$ 184/m³ em 2024, de R\$238/m³ em 2023.

Relatório da Administração

A Rede de Postos representa, aproximadamente, 62% das Receitas Líquidas Ajustadas e 37% do Ebitda ajustado total da Companhia.

Desempenho B2B

Somos líderes no segmento B2B com 33,3% de *market-share*, sendo esta liderança observada nos principais produtos comercializados pelo segmento: diesel, óleo combustível e combustíveis de aviação. Temos um portfólio amplo de combustíveis claros, querosene e gasolina de aviação, óleo combustível, lubrificantes, energia e produtos químicos.

Em 2024, comercializamos 13,742 milhões de m³ de produtos, o que representa uma redução de 0,8% no volume comercializado no segmento em 2024 em relação ao exercício anterior. Redução atribuível especialmente, às menores vendas de óleo combustível (-17,6%), coque (-87%) e diesel (-1,1%), compensadas, em grande parte, pelas maiores vendas de combustíveis de aviação (+10,4%). Reforça-se o foco em nossos clientes B2B contratados, bem como a evolução de vendas a partir de distribuidores digitais. As menores vendas de óleo combustível devem-se à transição de clientes para novas fontes de energia (principalmente gás natural) e ao menor fornecimento para termelétricas, essencialmente em razão de fatores climáticos e dos níveis dos reservatórios das hidrelétricas nacionais. No que tange ao Coque, as vendas reduziram significativamente com o encerramento de contrato com a Petrobras e cessaram no 2T24.

Crescimento de 6,2% no lucro bruto ajustado, passando de R\$ 3.594 milhões em 2023 para 3.817 milhões em 2024, reflexo do avanço no relacionamento com os clientes e, especialmente, nas menores desvalorizações de inventário em razão dos reajustes de preços de diesel e querosene de aviação.

As despesas operacionais ajustadas aumentaram R\$ 1.422 milhões, passando a R\$1.337 milhões em 2024, de uma receita de R\$ 85 milhões em 2023, principalmente em razão de maiores recuperações tributárias alocadas no segmento em 2023 (cerca de R\$ 1.550 milhões), parcialmente compensadas pelas menores provisões com CBIOS em 2024 (R\$ 108 milhões) e variação positiva de R\$ 12 milhões nos resultados de hedge de commodities fechados nos períodos.

O Ebitda ajustado reduziu 32,6%, passando a R\$ 2.480 milhões em 2024, de R\$ 3.679 milhões em 2023, essencialmente em razão de maiores recuperações tributárias alocadas no segmento em 2023 (cerca de R\$ 1.550 milhões). A margem Ebitda ajustada apresentou redução de 32%, passando a R\$ 180/m³ em 2024, de R\$265/m³ em 2023.

O B2B representa, aproximadamente, 38% das Receitas Líquidas Ajustadas e 23% do Ebitda ajustado total da Companhia.

ENDIVIDAMENTO

A Dívida Bruta Ajustada da Companhia, após Instrumento Derivativo (swap), alcançou no período findo em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 19,86 bilhões, 22,6% acima da posição em 31 de dezembro de 2023. Este aumento está alinhado com os movimentos estratégicos da companhia sendo o principal a aquisição de aproximadamente 50% da COMERC (equivalente a R\$ 3,7 bilhões), totalizando controle de 98,70% do capital social votante e total da Comerc. Este incremento da dívida veio acompanhado de mudanças estruturais e positivas no perfil de endividamento da Cia por meio da estratégia de liability management.

Relatório da Administração

O foco no liability management e diversificação de fontes permitiram a Vibra reduzir o nível de custo médio da dívida para CDI + 1,30% a.a. no 4T24 (CDI + 1,37% a.a. no 4T23).

Ao longo de 2024 a Vibra captou um montante total de R\$ 5,96, bilhões através de debêntures e instrumentos bilaterais com diferentes instituições. A Cia conseguiu obter condições de financiamento atrativas, com prazos médios de 4,73 anos e custos competitivos. Os recursos captados foram utilizados para financiar o capital de giro da Companhia, pré-pagamento de dívidas e aquisição da Comerc

CAPEX E EMBANDEIRAMENTOS

Realizamos R\$ 1.092 milhões em Capex, concentrados na expansão e defesa do posicionamento logístico, na manutenção das infraestruturas operacionais, transformação digital e tecnologia da informação e SMS, demandas legais e na aquisição do Edifício Lubrax, sede atual da Vibra no Rio de Janeiro. A tabela a seguir apresenta a realização dos investimentos em 2024:

Investimentos em CAPEX (R\$ Milhões)	2024	%
Transformação Digital e TI	288	26%
Manutenção da Infraestrutura Operacional	268	25%
SMS e Demandas Legais	167	15%
Expansão e Def. Posicionamento Logístico	147	13%
Aquisição Prédio Administrativo (Lubrax)	139	13%
Obras em Clientes	43	4%
Automação	23	2%
Rede de Postos	10	1%
Imagens dos Postos	7	1%
Total	1.092	100%

Para expansões e renovações contratuais na rede de postos e serviços, a Companhia investiu cerca de R\$ 856 milhões em 2024, sendo cerca de 67% em bonificações por performance e o restante distribuídos entre bonificações antecipadas e financiamentos ressarcíveis.

Relatório da Administração

INVESTIDAS

Consolidado o objetivo estratégico de criar uma plataforma multienergia com o anúncio em agosto 2024 da antecipação do direito de compra dos 50% restantes, do capital social total da Comerc detidos em conjunto pela Perfin Infra e outros acionistas. Após cumpridas as exigências e aprovações habituais, a operação foi concluída em janeiro de 2025.

A associação entre a Vibra e a Comerc permite agregar competências complementares em uma plataforma integrada de energia, preparada para fornecer soluções para clientes finais com potencial e capacidade financeira para ser uma das mais relevantes empresas de energia do Brasil.

Em nossa estratégia de diversificação da comercialização de matrizes energéticas, a sociedade com a ZEG Biogás e Energia S.A., onde a Vibra é detentora de 50% (cinquenta por cento) do capital social, iniciou operação de sua primeira planta de produção de biometano em junho de 2023. Esta sociedade visa complementar a plataforma de produtos e serviços renováveis da VIBRA, como mais um passo rumo à inserção da Companhia no processo de transição e descarbonização da matriz energética brasileira.

A empresa Comercializadora de Etanol, denominada ECE S.A. (Evolua Etanol), uma Joint Venture (JV) com Copersucar S.A., sendo a Vibra detentora de 49,99% de participação, iniciou em 2024a segunda safra completa em plena operação. Os desafios de adaptação às dinâmicas do mercado confirmam a resiliência da nova comercializadora de etanol cujo objetivo é gerar ganhos de escala que viabilizarão maior competitividade e diversos tipos de sinergias nas operações, através de melhores controles operacionais, monitoramento constante e visão ampla de todos os processos da cadeia em tempo real, entre outros. Esta iniciativa está alinhada à pauta ESG da VIBRA, uma vez que essa comercializadora de etanol tem a ambição de desempenhar papel relevante no apoio à transição energética e à descarbonização da frota nacional de veículos leves.

MERCADO DE CAPITAIS

A Vibra é uma sociedade anônima de capital aberto, com suas ações listadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, desde 2017, com o código VBBR3, fazendo parte do segmento do Novo Mercado da B3, mais alto nível de governança corporativa. Seu capital social é representado por 1.119.000.000 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações da Companhia encerraram o pregão de 30-dez-24 cotadas a R\$ 17,84 apresentando uma desvalorização de 17,10% ao longo do ano e com volume financeiro médio de R\$ 187 milhões/dia negociado na B3 – Brasil, Bolsa & Balcão.

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS

Em 2024, aprovamos o pagamento do valor total de R\$ 1,07 bilhão, sob a forma de juros sobre o capital próprio (JCP), referente ao exercício social de 2024. O primeiro pagamento no valor de R\$ 520,7 milhões (R\$ 0,46 por ação), será realizado em 27 de fevereiro de 2025, o segundo, no valor de R\$ 262 milhões (R\$0,23), em 30 de maio de 2025, e, o terceiro, no valor de R\$ 292 milhões (R\$ 0,26), em 29 de agosto de 2025.

Relatório da Administração

O montante total distribuído à conta de dividendos, incluindo, portanto, o valor a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório, tanto em relação à juros sobre capital próprio já declarados quanto a título de dividendos a serem declarados na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 16 de abril de 2025 (“AGO”), é de R\$1.636.255.005,32, equivalentes a aproximadamente 1,46769602626 por ação ordinária, conforme discriminado na tabela abaixo:

Descrição	Data de pagamento	Valor bruto por ação (R\$)	Valor total bruto (R\$)
Juros sobre capital próprio já declarados	27/02/2025	0,46684916264	R\$ 520.700.033,81
	30/05/2025	0,23499226370	R\$ 262.000.000,00
	29/08/2025	0,26199833017	R\$ 292.000.000,00
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório e dividendos adicionais propostos a serem declarados em AGO/E	28/11/2025	0,50385775628 (*)	R\$ 561.554.971,51
Total		1,46769602626	1.636.255.005,32

(*) Valores estimados, que podem ser modificados em razão da transferência de ações em tesouraria para atender a eventuais entregas de ações nos termos dos planos de remuneração baseada em ações da Companhia. O cálculo considerou a quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2024.

O montante equivalente a juros sobre capital próprio indicado na tabela acima foi declarado tendo como base a posição acionária verificada em 28/06/2024, 23/09/2024 e em 23/12/2024.

Vale ressaltar que o valor total bruto de R\$1.074.700.033,81 indicado na tabela acima será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e em consonância com o estatuto social da Companhia ("Estatuto Social").

Vibra Energia S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.480	6.666	9.316	6.157	Fornecedores	13	2.432	4.496	2.427	4.493
Contas a receber, líquidas	7	4.953	6.135	5.295	6.749	Empréstimos e financiamentos	14	2.695	1.349	2.592	1.266
Estoques	8	6.109	5.954	6.102	5.956	Arrendamentos	15	80	121	183	229
Adiantamentos a fornecedores		293	288	201	258	Adiantamentos de clientes	21.1	409	511	401	504
Imposto de renda e contribuição social		4	17	2	17	Imposto de renda e contribuição social		187	1.034	184	1.019
Impostos e contribuições a recuperar	16.1	2.764	3.625	2.756	3.624	Impostos e contribuições a recolher	16	137	208	135	206
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	486	575	470	575	Dividendos e Juros sobre o capital próprio	20.4	1.512	1.124	1.512	1.124
Despesas antecipadas		131	106	124	105	Salários, férias, encargos, prêmios e incentivos	17	340	302	323	298
Instrumentos financeiros derivativos	27	461	142	461	142	Planos de pensão e saúde	18	145	155	145	155
Outros ativos circulantes		160	91	147	105	Instrumentos financeiros derivativos	27	53	4	44	4
		25.841	23.599	24.874	23.688	Provisão para Créditos de Descarbonização	19	-	48	-	48
						Credores por aquisição de participações societárias	27	145	182	70	182
						Outras contas e despesas a pagar		379	462	328	444
								8.514	9.996	8.344	9.972
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	14	17.754	13.421	16.946	12.825
Contas a receber, líquidas	7	843	391	985	391	Arrendamentos	15	279	627	492	932
Depósitos judiciais	25.2	1.333	1.281	1.331	1.280	Planos de pensão e saúde	18	757	1.251	757	1.251
Impostos e contribuições a recuperar	16.1	5.046	1.954	5.046	1.954	Instrumentos financeiros derivativos	27	65	810	65	810
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.3	2.170	2.195	2.160	2.194	Provisão para processos judiciais e administrativos	25	1.135	1.135	1.134	1.135
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	831	1.351	831	1.351	Credores por aquisição de participações societárias	27	89	485	89	485
Despesas antecipadas		47	62	47	62	Outras contas e despesas a pagar		22	25	241	253
Instrumentos financeiros derivativos	27	442	35	442	35			20.101	17.754	19.724	17.691
Outros ativos realizáveis a longo prazo		95	58	57	29			28.615	27.750	28.068	27.663
		10.807	7.327	10.899	7.296	Patrimônio líquido	20				
						Capital social realizado		10.034	7.579	10.034	7.579
						Ações em tesouraria		(105)	(1.150)	(105)	(1.150)
Investimentos	10	3.921	4.490	5.634	5.496	Reserva de capital		92	59	92	59
Imobilizado	11	6.984	6.954	6.262	6.294	Reservas de lucros		11.479	10.633	11.479	10.633
Intangível	12	1.447	1.111	784	620	Ajustes de avaliação patrimonial		(1.115)	(1.390)	(1.115)	(1.390)
		23.159	19.882	23.579	19.706			20.385	15.731	20.385	15.731
		49.000	43.481	48.453	43.394			49.000	43.481	48.453	43.394

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vibra Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Receita de vendas de produtos e serviços prestados	21	172.272	162.947	171.613	161.999
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22.1	(164.031)	(154.586)	(163.548)	(153.713)
Lucro bruto		8.241	8.361	8.065	8.286
Despesas operacionais					
Vendas	22.2	(2.759)	(2.714)	(2.767)	(2.726)
Perdas de crédito esperadas		62	(59)	64	(59)
Gerais e administrativas	22.3	(999)	(804)	(868)	(780)
Tributárias		(155)	(139)	(155)	(139)
Outras receitas (despesas), líquidas	22.4	4.279	2.934	4.237	2.913
		428	(782)	511	(791)
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos		8.669	7.579	8.576	7.495
Financeiras	23				
Despesas		(1.456)	(1.502)	(1.459)	(1.530)
Receitas		1.777	938	1.738	920
Variações cambiais e monetárias, líquidas		(552)	(520)	(536)	(504)
		(231)	(1.084)	(257)	(1.114)
Resultado de participações em investimentos	10	100	(36)	200	63
Lucro antes dos impostos		8.538	6.459	8.519	6.444
Imposto de renda e contribuição social	16.3				
Corrente		(2.295)	(1.813)	(2.268)	(1.797)
Diferido		124	120	116	119
		(2.171)	(1.693)	(2.152)	(1.678)
Lucro líquido do exercício		6.367	4.766	6.367	4.766
Resultado por ação básico - R\$	20.6	5,7104	4,2561	5,7104	4,2561
Resultado por ação diluído - R\$	20.6	5,6816	4,2445	5,6816	4,2445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vibra Energia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	6.367	4.766	6.367	4.766
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Plano de saúde				
Perdas atuariais	(100)	(153)	(100)	(153)
	(100)	(153)	(100)	(153)
Planos de pensão				
Ganhos (perdas) atuariais	443	(458)	443	(458)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(150)	155	(150)	155
	293	(303)	293	(303)
	193	(456)	193	(456)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Ajustes de conversão	82	(13)	82	(13)
Resultado abrangente do exercício	6.642	4.297	6.642	4.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vibra Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)

	Consolidado										Controladora	
	Reservas de lucros										Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
	Capital social subscrito e integralizado	Reservas de Capital / Opções outorgadas	Ações em Tesouraria	Incentivos fiscais	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial		
Em 31 de dezembro de 2022	7.579	40	(1.152)	164	123	270	6.510	-	-	(921)	12.613	12.613
Opções outorgadas	-	19	-	-	-	-	-	-	-	-	19	19
Ações em tesouraria	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13)	(13)	(13)
Perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(456)	(456)	(456)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	4.766	-	4.766	4.766
Apropriação em reservas	-	-	-	31	238	-	2.893	-	(3.162)	-	-	-
Dividendos / Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	404	(676)	-	(272)	(272)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(928)	-	(928)	(928)
Em 31 de dezembro de 2023	7.579	59	(1.150)	195	361	270	9.403	404	-	(1.390)	15.731	15.731
Aumento de capital	2.455	-	-	-	(361)	(270)	(1.824)	-	-	-	-	-
Opções outorgadas	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	15	15
Ações em tesouraria - utilização e cancelamento	-	-	1.074	-	-	-	(1.059)	-	-	-	15	15
Recompra de ações	-	-	(29)	-	-	-	-	-	-	-	(29)	(29)
Transação de capital reflexa	-	18	-	-	-	-	-	-	-	-	18	18
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	82	82	82
Ganhos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	193	193	193
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.367	-	6.367	6.367
Apropriação em reservas	-	-	-	-	319	-	4.412	-	(4.731)	-	-	-
Dividendos / Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(371)	(562)	-	(933)	(933)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.074)	-	(1.074)	(1.074)
Em 31 de dezembro de 2024	10.034	92	(105)	195	319	-	10.932	33	-	(1.115)	20.385	20.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vibra Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Atividade operacional					
Lucro líquido do exercício		6.367	4.766	6.367	4.766
Ajustes:					
Imposto de renda e contribuição social	16.3	2.171	1.693	2.152	1.678
Depreciação e amortização	22	554	554	537	564
Resultado com alienação / baixas de ativos		(361)	(838)	(335)	(799)
Perdas de crédito esperadas, líquidas de reversão	7	(22)	102	(25)	102
Resultado de participações em investimentos		(100)	36	(200)	(63)
Apropriação / baixa das bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	696	744	693	744
Apropriação de seguros, aluguéis e outros		123	101	102	99
Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas		2.324	538	2.314	553
Resultado valor justo instrumentos financeiros derivativos		(889)	847	(897)	847
Valor justo de earnout de aquisição de participações societárias	23	(486)	-	(486)	-
Despesa com planos de pensão e saúde	18	129	111	129	111
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	25.1	128	283	128	283
Impairment de investimento	10.5	705	-	705	-
Provisão para acordos extrajudiciais		-	360	-	360
Provisão para Créditos de Descarbonização (CBIOS)	19	837	1.246	837	1.246
Ganho em processo contra o Estado de Goiás		-	(120)	-	(120)
Créditos de ICMS - Fim da definitividade - Substituição Tributária		(124)	(82)	(124)	(82)
Créditos de PIS COFINS	16	(5.041)	(3.497)	(5.041)	(3.497)
Provisão para perda de recuperabilidade de impostos		(6)	102	(6)	102
Provisão de prêmios e incentivos		201	182	201	182
Ganho decorrente de relação contratual preexistente (aquisição de controle)		-	(31)	-	(31)
Remensuração de participação societária (aquisição de controle)		-	19	-	19
Outros ajustes		(97)	(4)	(99)	(23)
Redução (aumento) de ativos e aumento (redução) de passivos					
Contas a receber		1.590	1.136	1.645	889
Estoques		(149)	797	(145)	748
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	(298)	(579)	(286)	(579)
Despesas antecipadas		(131)	(116)	(106)	(114)
Depósitos Judiciais		(46)	(46)	(46)	(46)
Aquisição de Créditos de Descarbonização (CBIOS)	12	(851)	(1.459)	(851)	(1.459)
Fornecedores		(2.078)	(530)	(2.099)	(449)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(64)	(52)	(13)	(35)
Impostos, taxas e contribuições		(104)	516	(113)	519
Planos de pensão e de saúde		(289)	(297)	(289)	(297)
Pagamento de prêmios e incentivos		(146)	(98)	(146)	(98)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos		(113)	(46)	(113)	(46)
Adiantamentos de clientes		(113)	(40)	(106)	(42)
Adiantamentos a fornecedores		(13)	(96)	56	(61)
Pagamento para acordos extrajudiciais		(204)	(160)	(204)	(160)
Outros ativos e passivos, líquidos		48	205	39	214
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		4.148	6.247	4.175	6.025
Atividades de investimentos					
Desembolsos por aquisições de imobilizados e intangíveis	11 e 12	(1.134)	(742)	(1.094)	(723)
Desembolsos por aquisições/aportes de participações societárias		(41)	(28)	(585)	(52)
Recebimentos pela venda de ativos		488	1.271	452	1.257
Investimentos em TVM		(8)	-	-	-
Dividendos recebidos		7	137	38	147
Recebimentos de empréstimos concedidos		-	6	-	6
Mútuos concedidos		(31)	(37)	(23)	(20)
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado		(114)	(162)	-	(192)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimentos		(833)	445	(1.212)	423
Atividades de financiamentos					
Financiamentos					
Captações	14.1	5.925	1.836	5.776	1.836
Amortizações de principal	14.1	(2.101)	(3.174)	(2.003)	(2.974)
Amortizações de juros	14.1	(1.274)	(1.372)	(1.241)	(1.356)
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	20.4.1	(1.528)	(401)	(1.528)	(401)
Arrendamentos					
Pagamentos de principal	15.2	(93)	(130)	(199)	(273)
Pagamentos de juros	15.2	(40)	(75)	(45)	(82)
Recompra de ações		(29)	-	(29)	-
Contratos de swaps vinculados a operações de empréstimos					
Pagamentos de ajustes em contratos	28.1/28.2	(599)	(843)	(599)	(843)
Recebimentos de ajustes em contratos	28.1	64	42	64	42
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos		325	(4.117)	196	(4.051)
Efeito de variação cambial sobre caixas e equivalentes de Caixa		174	(54)	-	-
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício		3.814	2.521	3.159	2.397
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.666	4.145	6.157	3.760
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		10.480	6.666	9.316	6.157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vibra Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Receitas					
Vendas de produtos e serviços e outras receitas		179.992	177.436	179.262	176.488
Perdas de crédito esperadas, líquidas de reversão	7	22	(102)	25	(102)
Receitas relativas à construção de ativos para uso		802	651	802	633
		180.816	177.985	180.089	177.019
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos Produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		163.788	154.321	163.304	153.449
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		4.018	4.765	3.984	4.754
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos		4.929	4.182	4.928	4.182
Impairment de investimento	10.5	705	-	705	-
		173.440	163.268	172.921	162.385
Valor adicionado bruto		7.376	14.717	7.168	14.634
Retenções					
Depreciação e amortização	22	554	554	537	564
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		6.822	14.163	6.631	14.070
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de participações em investimentos	10	100	(36)	200	63
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais		2.355	1.066	2.314	1.048
Aluguéis e royalties	22	423	466	423	466
Ganho em processo contra o Estado de Goiás	22	-	120	-	120
Receita com Recuperação de Indébito Tributário	23.4	-	828	-	828
		2.878	2.444	2.937	2.525
Valor adicionado a distribuir		9.700	16.607	9.568	16.595
Pessoal e administradores					
Remuneração direta					
Salários		591	505	553	499
Prêmios por desempenho e outros incentivos		211	187	211	187
		802	692	764	686
Benefícios					
Vantagens		111	95	110	95
Plano de aposentadoria e pensão		155	137	155	137
Plano de saúde		66	57	66	57
		332	289	331	289
FGTS		54	54	54	54
		1.188	1.035	1.149	1.029
Tributos					
Federais		(2.329)	(1.160)	(2.395)	(1.164)
Estaduais		1.607	9.548	1.606	9.548
Municipais		39	42	37	42
Exterior		8	13	-	-
		(675)	8.443	(752)	8.426
Instituições financeiras e fornecedores					
Juros, variações cambiais e monetárias		2.586	2.151	2.571	2.162
Aluguéis / arrendamentos		234	212	233	212
		2.820	2.363	2.804	2.374
Acionistas					
Juros sobre capital próprio		1.074	928	1.074	928
Dividendos	20.4	529	272	529	272
Lucros retidos		4.764	3.566	4.764	3.566
		6.367	4.766	6.367	4.766
Valor adicionado distribuído		9.700	16.607	9.568	16.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

1 Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A Vibra Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil e constituída em 12 de novembro de 1971.

A Vibra Energia S.A. tem por objeto social a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia e de produtos químicos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada no município do Rio de Janeiro - RJ.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2025, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

2.1 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações contábeis. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. As IFRS não exigem a apresentação desta demonstração que, portanto, é divulgada como informação adicional.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.2 Base de mensuração

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi considerado o custo histórico como base de valor, com exceção de instrumentos financeiros avaliados por valor justo por meio de resultado e de passivo atuarial de benefício definido, reconhecido como o valor presente das obrigações deduzido do valor justo dos ativos do plano.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

2.3 Princípios de consolidação

As demonstrações consolidadas incluem as informações da Vibra Energia e de suas controladas diretas e indiretas. As transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e suas controladas, incluindo lucros não realizados, são eliminados nas demonstrações consolidadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a VB0224, controlada da Vibra, adquiriu o controle das empresas VSA Participações Ltda. e Cedro Serviços e Participações Empresariais Ltda. (nota 10.6).

As políticas contábeis referentes à elaboração das demonstrações consolidadas, bem como a identificação das empresas controladas estão apresentadas na nota 10.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia, assim como de suas controladas no Brasil, é o Real, que é a moeda do seu principal ambiente econômico de operação.

A Vibra Trading BV, controlada cuja moeda funcional é o Dólar, possui seus montantes de receitas e despesas convertidos pela taxa de câmbio média e os saldos de ativos e passivos convertidos pela taxa de 31 de dezembro de 2024.

3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As premissas utilizadas são revisadas periodicamente e baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados e impactos materiais podem ser percebidos nos resultados e na situação financeira da Companhia caso ocorram alterações significativas nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram baseadas.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas e em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

As estimativas que requerem maior nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Perdas de crédito esperadas – nota 7
- Impairment de investimentos em participações societárias – nota 10
- Vida útil dos ativos imobilizado e intangível – nota 11 e 12
- Impairment de ativo imobilizado e intangível - nota 11 e 12
- Valor justo do earnout (contraprestação contingente) em aquisição de investidas – nota 27
- Imposto de renda e contribuição social diferidos - nota 16
- Benefícios concedidos a empregados (planos de pensão e saúde) - nota 18
- Processos judiciais, administrativos e contingências - nota 25

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

3.1 Considerações relacionadas às mudanças climáticas

O Conselho de Administração monitora sistematicamente o plano de negócios, onde a Companhia tem iniciativas relacionadas ao tema das mudanças climáticas, como, por exemplo, redução de emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa), aumento do uso de energia renovável e a aquisição de CBIO para atendimento ao programa RenovaBio.

No âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), a Companhia tem obrigações legais perante a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) de metas anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa. A provisão para aquisição de CBIO está apresentada na nota 22.4.

No processo de elaboração das demonstrações contábeis, estimativas relacionadas ao valor em uso de ativos utilizam premissas e projeções do planejamento estratégico da Companhia (nota 10) e, portanto, incorporam as estratégias ligadas às questões climáticas.

4 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas, salvo indicação em contrário.

Os ativos e passivos com prazo de recebimento ou vencimento inferior a 12 meses da data do reporte são apresentados como ativos ou passivos circulantes, e os demais ativos e passivos, como não circulantes.

As políticas contábeis materiais estão descritas nas respectivas notas explicativas, com exceção das mudanças nas políticas que se encontram destacadas a seguir:

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

A Companhia adotou em 1º de janeiro de 2024 as alterações ao CPC 26/IAS 1, emitidas em 2020 e 2022, que visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. Não houve impacto quanto a classificação dos passivos da Companhia em circulantes e não circulantes, decorrentes da referida adoção. Informações sobre os covenants futuros estão descritas na nota 14.3.

5 Novas normas

Os novos requerimentos atualmente em vigor são: Passivos não circulantes com cláusulas restritivas – Alterações ao CPC 26/IAS 1; Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes – Alterações ao CPC 26/IAS 1; Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior – Alterações ao CPC 06/IFRS 16 e Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

As novas normas que ainda não foram adotadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2024 estão apresentadas a seguir:

Novas normas ou alterações	Descrição/Data efetiva
Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO) – OCPC 10	O documento traz orientações sobre o tratamento contábil (reconhecimento, mensuração e evidênciação) dos créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização. A Resolução CVM nº 223/24 torna obrigatória para as companhias abertas a Orientação Técnica OCPC 10 a partir dos períodos iniciados em 1º de janeiro de 2025.
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	As alterações ajudam as entidades a determinar qual taxa de câmbio à vista usar quando uma moeda não for conversível em outra. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que estas alterações tenham um impacto material nas suas demonstrações financeiras.
Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7	As alterações buscam esclarecer a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros; trazem orientações adicionais para avaliar se um ativo financeiro atende aos critérios de pagamentos de principal e juros; adicionam novas divulgações para determinados instrumentos; e atualizam as divulgações para instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026.
<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11</i>	Data efetiva 1º de janeiro de 2026.
<i>IFRS 19 Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures</i>	Data efetiva 1º de janeiro de 2027.
Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28)	Disponível para adoção opcional apenas em IFRS. A data efetiva foi diferida por tempo indeterminado.
<i>IFRS 18 Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>	Data efetiva 1º de janeiro de 2027.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e Bancos	1.309	520	399	68
Aplicações financeiras				
No país	8.931	5.792	8.677	5.735
No exterior	240	354	240	354
Total	10.480	6.666	9.316	6.157

As aplicações financeiras correspondem a (i) Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Operações Compromissadas emitidos por bancos de primeira linha e a (ii) fundos de investimentos no país, cujos recursos encontram-se aplicados majoritariamente em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais brasileiros. Todas as aplicações possuem liquidez imediata. As aplicações financeiras no exterior referem-se a aplicações de recursos no *Overnight*.

⇒ Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa.

7 Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Partes relacionadas (nota 29)	-	-	699	700
Terceiros	8.044	8.884	7.818	8.790
Total das contas a receber (nota 7.1)	8.044	8.884	8.517	9.490
Recebíveis de contratos com clientes	6.713	7.995	6.501	7.915
Outras contas a receber	1.331	889	2.016	1.575
Financiamentos a receber (*)	1.329	849	1.486	1.007
Adiantamentos	-	-	528	528
Outros	2	40	2	40
Perdas de crédito esperadas				
Terceiros	(2.248)	(2.358)	(2.237)	(2.350)
Total das perdas de crédito esperadas	(2.248)	(2.358)	(2.237)	(2.350)
Contas a receber - líquidas	5.796	6.526	6.280	7.140
Contas a receber (circulante), líquidas	4.953	6.135	5.295	6.749
Contas a receber (não circulante), líquidas	843	391	985	391

(*) Em 2024, inclui o reconhecimento de crédito no montante de R\$ 360 referente ao contrato de confissão de dívida com garantia, originado na renegociação de bonificação antecipada de clientes (nota 8).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Mutação das perdas de crédito esperadas	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	(2.358)	(2.291)	(2.350)	(2.291)
(Adições)/Reversões, líquidas	22	(102)	25	(102)
Baixas	40	43	39	43
Desreconhecimento de recebíveis (*)	49	-	49	-
Combinação de negócios	(1)	(8)	-	-
Saldo final	(2.248)	(2.358)	(2.237)	(2.350)
Perdas de crédito esperadas (circulante)	(2.201)	(2.311)	(2.190)	(2.303)
Perdas de crédito esperadas (não circulante)	(47)	(47)	(47)	(47)

(*) Refere-se a valores de débitos renegociados com os clientes que se enquadram para fins de desreconhecimento (CPC48). Esses valores são baixados e reconhecidos novos contratos a valor justo.

A Companhia apresenta R\$ 2.032 de contas a receber de clientes em cobrança judicial no consolidado e na controladora (R\$ 2.149 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2023). A Companhia reduz a zero a expectativa de recuperação da totalidade dos recebíveis em cobrança judicial.

7.1 Composição dos saldos de contas a receber - vencidos e a vencer

	Consolidado					
	2024			2023		
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Vencidos						
Até 3 meses	99	(6)	93	280	(30)	250
De 3 a 6 meses	25	(14)	11	111	(18)	93
De 6 a 12 meses	102	(17)	85	144	(64)	80
Acima de 12 meses	2.234	(2.143)	91	2.296	(2.192)	104
Total	2.460	(2.180)	280	2.831	(2.304)	527
A vencer	5.584	(68)	5.516	6.053	(54)	5.999
Total	8.044	(2.248)	5.796	8.884	(2.358)	6.526

	Controladora					
	2024			2023		
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Vencidos						
Até 3 meses	96	(6)	90	275	(30)	245
De 3 a 6 meses	23	(13)	10	107	(17)	90
De 6 a 12 meses	98	(15)	83	139	(59)	80
Acima de 12 meses	2.228	(2.137)	91	2.292	(2.191)	101
Total	2.445	(2.171)	274	2.813	(2.297)	516
A vencer	6.072	(66)	6.006	6.677	(53)	6.624
Total	8.517	(2.237)	6.280	9.490	(2.350)	7.140

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)⇒ **Política contábil**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelas vendas de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia e estão mensuradas ao custo amortizado.

As contas a receber, que não atendem ao critério de recebimento de principal e juros, são avaliadas pelo valor justo por meio do resultado.

A Companhia reconhece o ajuste a valor presente para vendas com prazo de recebimento entre 180 e 360 dias. Os juros embutidos nos preços são deduzidos da receita (nota 21). Os valores antecipados dessas vendas a prazo são desconhecidos do contas a receber da Companhia.

Perdas de crédito esperadas, quando aplicável, são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

⇒ **Estimativas e julgamentos**

As perdas de crédito esperadas se baseiam em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo das perdas de crédito esperadas.

O valor das perdas é apurado por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica e considerando os segmentos operacionais dos clientes.

As contas a receber com garantias não integram a matriz de provisões para cálculo das perdas de crédito esperadas.

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Produtos para venda				
Derivados de petróleo				
Gasolina	1.161	910	1.159	912
Óleo diesel	2.187	2.309	2.189	2.310
Óleo combustível	178	267	178	267
Querosene de Aviação	426	433	426	433
Lubrificantes	424	349	424	349
Outros	30	167	30	167
Biocombustíveis (*)	1.040	769	1.040	769
	5.446	5.204	5.446	5.207
Produtos em trânsito (**)	363	442	363	442
Outros produtos	300	308	293	307
Total	6.109	5.954	6.102	5.956

(*) Compreendem os saldos de estoques de etanol e biodiesel.

(**) Inclui importações em andamento.

A Companhia possui estoques dados em garantia em ações judiciais no montante de R\$ 196 em 31 de dezembro de 2024 e de R\$ 208 em 31 de dezembro de 2023.

O custo dos estoques compreende todos os custos de aquisição e de transformação, além de outros custos necessários para colocá-los na localização e condições atuais.

Os estoques de derivados de petróleo, os biocombustíveis e as matérias-primas estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido, que é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

Os materiais e suprimentos representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao valor de reposição.

Consolidado								
2022	Adições	Baixa / apropriação	2023	Adições	Baixa / apropriação	Renegociação (*)	Transferências	2024
2.091	579	(744)	1.926	298	(696)	(218)	7	1.317
Circulante			575	486				
Não Circulante			1.351	831				

Controladora							
2022	Adições	Baixa / apropriação	2023	Adições	Baixa / apropriação	Renegociação (*)	2024
2.091	579	(744)	1.926	286	(693)	(218)	1.301
Circulante			575				470
Não Circulante			1.351				831

(*) Refere-se à renegociação dos contratos de bonificação antecipada firmada por meio da assinatura de contratos de confissão de dívidas (nota 7).

As bonificações antecipadas concedidas a clientes estão condicionadas a prazos e desempenhos a serem cumpridos, em especial ao consumo de volumes previstos em contratos de fornecimento (nota 21). Os contratos de bonificação judicializados que possuem saldo a amortizar são provisionados em sua totalidade.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

10 Investimentos

As informações representam os totais de ativos, passivos e resultados das investidas, não estando proporcionalizados de acordo com a participação da Companhia, e podem divergir das demonstrações financeiras individuais dessas investidas, em função de ajustes para a política contábil e da data base utilizada na preparação das demonstrações.

10.1 Informações contábeis resumidas

	Controladas						Empreendimentos controlados em conjunto						
	Fundo de Investimento Imobiliário FCM	Vibra Trading BV	Vibra Trading Importação e Exportação Ltda	Vibra Ventures	VBBR Conveniência	VB0224	Comerc	ECE S.A. (Evolua) (*)	ZEG Biogás e Energia S.A. (a)	Nordeste I (a)	Nordeste II (a)	Nordeste III (a)	Navegantes (a)
Ativo													
Ativo circulante	171	927	263	4	120	191	2.099	2.367	36	18	21	18	6
Ativo Não Circulante	926	-	3	39	700	196	8.909	191	59	54	44	54	166
Total do Ativo	1.097	927	266	43	820	387	11.008	2.558	95	72	65	72	172
Passivo													
Passivo circulante	649	44	32	-	49	123	1.972	1.937	4	38	5	9	123
Passivo não circulante	286	495	11	-	142	57	5.466	142	23	17	4	8	24
Patrimônio Líquido	162	388	223	43	629	207	3.570	479	68	17	56	55	25
Total do Passivo	1.097	927	266	43	820	387	11.008	2.558	95	72	65	72	172
Resultados													
Receita operacional líquida	14	2.855	219	-	150	-	3.365	11.430	30	12	12	12	-
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	63	19	(1)	6	21	-	139	165	(14)	(1)	4	2	(23)
Participação no capital votante e total- % (**)	99,01%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	48,70%	49,99%	50,00%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%
País	Brasil	Holanda	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil

(*) As informações financeiras da Evolua estão na data base de 31 de dezembro de 2024. O exercício social da Evolua, em suas demonstrações financeiras, se encerra em 31 de março.

(**) A participação no capital votante e total é mesma em 2024 e 2023.

(a) Posição 30.11.2024.

As participações acionárias mantidas pela Companhia não possuem ações negociadas em bolsa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

10.2 Descrição das atividades das controlada

Fundo de Investimento Imobiliário - FII FCM - Tem por objetivo adquirir e/ou construir, por meio de promessas de compra e venda, imóveis representados por terminais, bases, postos de abastecimento e fábrica de lubrificantes, de propriedade da Companhia. O Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FII é administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Os ativos em construção pelo FII referem-se ao Projeto de Expansão Lubrax.

A Companhia tem a obrigação de aportar recursos na hipótese de o FII FCM não dispor de recursos para arcar com os custos e despesas relativas a qualquer pagamento ou indenização devida nos termos dos seus instrumentos constitutivos e prospectos de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

Vibra Trading Importação e Exportação Ltda. – Sociedade com sede no Rio de Janeiro tem por objeto a importação, exportação e comercialização de petróleo e seus derivados, insumos da indústria do petróleo, de combustíveis de outras fontes e produtos químicos, bem como a prestação de serviços correlacionados, sendo 100% controlada da Companhia.

Vibra Trading BV – Sociedade com sede em Amsterdam tem por objeto a importação, exportação e comercialização de petróleo e seus derivados, sendo 100% controlada da Companhia.

Vibra Ventures – Vibra Ventures Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior – tem o objetivo preponderante de buscar a valorização das cotas no longo prazo, por meio da aquisição de títulos e valores mobiliários de emissão de empresas atuantes no setor de tecnologia. O Fundo é administrado por MF Pepper Serviços Financeiros Ltda. ("MF Pepper"), com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

VBBR Conveniência S. A. - Sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ e que tem como principal atividade o comércio varejista em lojas de conveniência.

VB0224 Participações Ltda. - Constituída em 27 de março de 2024, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, tem como atividade principal a participação em outras sociedades não-financeiras.

10.3 Descrição das atividades dos empreendimentos controlados em conjunto

Comerc Participações S.A. – Tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de energia ou infraestrutura ou com atividades afins às desenvolvidas pela Comerc. É uma sociedade de capital aberto sem ações negociadas e com sede na cidade de São Paulo – SP.

ECE S.A. (Evolua) – Sociedade com sede na cidade de São Paulo – SP e que tem como principais atividades a importação, exportação, comercialização e armazenagem de etanol anidro e hidratado, prestação de serviços de transporte, carga e descarga de etanol e derivados e logística.

ZEG Biogás e Energia S.A. – Tem como principais atividades a fabricação, manutenção e reparo de máquinas e equipamentos, desenvolvimento de estudo e projetos nas áreas relacionadas com biogás e energia, e comercialização de biogás, biometano e de gás natural. A sede está localizada em Votorantim, SP.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Navegantes Logística Portuária S.A., Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. e Nordeste Logística III S.A. - São Sociedades por ações de capital fechado, com único e exclusivo objeto social a exploração, sob regime de arrendamento, de áreas de infraestrutura públicas para a movimentação e armazenagem de grãos líquidos, especialmente combustíveis e possuem prazos de duração indeterminados. As áreas de exploração são: Navegantes - Porto Organizado de Vitória, Estado do Espírito Santo; Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. e Nordeste Logística III S.A. - Porto Organizado de Cabedelo, Estado da Paraíba.

10.4 Acordo celebrado para antecipação da aquisição dos 50% da Comerc Energia S.A.

Em 21 de agosto de 2024, a Companhia celebrou um acordo para antecipar a aquisição dos 50% remanescentes da Comerc Energia S.A., em conjunto com a Perfin Infra e outros acionistas da Comerc. A transação foi avaliada em R\$ 3,52 bilhões, com data-base de 1º de julho de 2024, estando sujeita a ajustes pelo CDI até a data de liquidação.

Nesta operação, a Comerc foi avaliada em R\$ 7,05 bilhões. É importante ressaltar que o valor da aquisição está abaixo do limite de R\$ 9,34 bilhões previamente aprovado em assembleia geral extraordinária da Vibra, realizada em 11 de agosto de 2022, dispensando assim a necessidade de nova convocação de assembleia para esta finalidade.

A conclusão da operação ocorreu em 16 de janeiro de 2025, conforme descrito na nota 31 – Eventos Subsequentes.

10.5 Impairment de empreendimentos controlados em conjunto

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia identificou necessidade de reconhecimento de perdas no valor recuperável referentes às participações societárias detidas na Comerc Energia S.A. (R\$ 343) e na Zeg Biogás (R\$ 362), reconhecidas no resultado em Outras Receitas (Despesas) Operacionais (nota 22.4).

ZegBiogás

As projeções utilizadas consideraram redução de volume e margem em operações que demandam altos investimentos, associada a uma grande redução de receitas nas operações off-taker, que contribuíam positivamente para o fluxo de caixa.

Comerc Energia S.A.

O valor recuperável foi estimado com base no preço pago para aquisição dos 50% restantes (R\$ 3.635), ligeiramente superior ao valor em uso (R\$ 3.523), sendo este impactado, principalmente, pelas projeções de redução de volume e margem do segmento Trading (Varejista).

Nos testes aplicados as taxas de descontos utilizadas foram: Comerc Participações – 11,29% (10,94% em 31 de dezembro de 2023) e Zeg Biogás – 15,65% (9,27% em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

10.6 Combinação de negócios

VB0224 Participações Ltda.

Em 27 de dezembro de 2024, a VB0224 Participações, empresa controlada pela Vibra Energia, adquiriu o controle das empresas VSA Participações Ltda. e Cedro Serviços e Participações Empresariais Ltda., que, por meio de suas controladas operacionais, atuam no segmento de Transportadores Revendedores Retalhistas (TRR) de combustíveis.

O preço pago na aquisição do controle da VSA e Cedro foi de R\$195, acarretando um ágio por rentabilidade futura de R\$118.

Essa avaliação do ágio é preliminar, representando a melhor estimativa em 31 de dezembro de 2024, podendo sofrer alterações quando da avaliação final, a ser concluída em observância aos prazos previstos nas normas contábeis aplicáveis.

VBRR Conveniência S.A.

Em 2023, em função do término da parceria da Vibra com a Americanas na sociedade Vem Conveniência, a Companhia constituiu a VBRR Conveniência S.A. com a finalidade de receber o acervo da cisão parcial desproporcional da Vem.

Na ocasião, a Companhia desembolsou R\$192 pela aquisição da parcela mantida pela Americanas, retomando o controle total do negócio de conveniência e efetivamente desfazendo a Parceria.

Em 31 de dezembro de 2023, em função da aquisição do controle, a Companhia reconheceu um ganho por compra vantajosa de R\$8. O total do valor justo dos ativos identificáveis foi de R\$646.

10.7 Composição dos saldos de investimentos em participações societárias

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Participação em controladas e empreendimentos controlados em conjunto	1.986	1.859	3.634	2.796
Mais/Menos valia de ativos	936	1.019	992	1.078
Goodwill	1.004	1.611	1.004	1.611
Resultados não realizados	(5)	1	4	11
Total	3.921	4.490	5.634	5.496

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

10.8 Mutação dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto

Controladora									
	2023	Aportes	Resultado de participações em investimentos	Dividendos	Amortização mais valia de ativos	Ajuste de conversão	Equivalência reflexa (*)	Impairment	2024
Controladas									
FII	145	-	62	(36)	-	-	-	-	171
Vibra Trading BV	189	98	17	-	-	82	-	-	386
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda.	-	225	(3)	-	-	-	-	-	222
Vibra Ventures	23	14	6	-	-	-	-	-	43
VBBR Conveniência	649	21	21	(4)	(3)	-	-	-	684
VB0224 Participações	-	207	-	-	-	-	-	-	207
	1.006	565	103	(40)	(3)	82	-	-	1.713
Empreendimentos controlados em conjunto									
Comerc	3.913	-	61	-	(14)	-	18	(343)	3.635
Evolua	166	-	71	-	-	-	-	-	237
Zeg Biogás e Energia	356	18	(7)	-	(5)	-	-	(362)	-
Demais empreendimentos	55	-	(6)	-	-	-	-	-	49
	4.490	18	119	-	(19)	-	18	(705)	3.921
Total	5.496	583	222	(40)	(22)	82	18	(705)	5.634

(*) Trata-se de reorganizações societárias do Grupo Comerc registradas em reserva de capital.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Controladora									
	2022	Aportes	Resultado de participações em investimentos	Dividendos	Amortização mais valia de ativos	Ajuste de conversão	Aquisição de controlada	Remensuração de participação/Ganho contrato preexistente	2023
Controladas									
FII	91	-	79	(25)	-	-	-	-	145
Vibra Trading BV	183	-	19	-	-	(13)	-	-	189
Vibra Ventures	-	24	(1)	-	-	-	-	-	23
VBBR Conveniência	-	-	11	-	-	-	638	-	649
	274	24	108	(25)	-	(13)	638		1.006
Empreendimentos controlados em conjunto									
Comerc	3.903	-	27	-	(17)	-	-	-	3.913
Vem Conveniência	434	-	1	(1)	-	-	(446)	12	-
Evolua	227	-	(39)	(22)	-	-	-	-	166
Zeg Biogás e Energia	357	9	(6)	-	(4)	-	-	-	356
Demais empreendimentos	63	-	(7)	(1)	-	-	-	-	55
	4.984	9	(24)	(24)	(21)	-	(446)	12	4.490
Total	5.258	33	84	(49)	(21)	(13)	192	12	5.496

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

⇒ **Política contábil**

Base de consolidação e investimentos societários

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Empreendimentos controlados em conjunto são negócios compartilhados em que as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos é reconhecida no resultado, enquanto as demais mutações no patrimônio líquido, como reservas e outros resultados abrangentes, são reconhecidos de forma reflexa no patrimônio líquido da Companhia.

Combinação de negócios

O método de aquisição é aplicado quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ágio por rentabilidade futura (Goodwill) que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

O ágio por rentabilidade futura é apresentado no grupo investimento nas demonstrações contábeis individuais e reclassificado para o grupo intangível nas demonstrações contábeis consolidadas.

⇒ **Estimativas e julgamentos**

Impairment de empreendimentos controlados em conjunto

A Companhia avalia anualmente os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto que tenham sido adquiridos com ágio e avalia o valor recuperável de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, adquiridos sem ágio, apenas quando da existência de indicativos de perda.

O teste é feito individualmente para cada participação societária, comparando o valor contábil do investimento, incluindo o ágio, com o seu valor recuperável, este proporcionalizado à participação acionária da Companhia.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) o seu valor em uso.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, baseado em premissas relacionadas ao plano estratégico das investidas, incluindo perpetuidade, descontados a taxa de desconto apropriada. As principais premissas utilizadas no plano estratégico envolvem projeções de receitas, custos e despesas.

Os fluxos de caixa são ajustados a fim de atender as premissas do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ou seja, as atividades de financiamentos, resultado financeiro não relacionado à atividade normal da Companhia, aportes de capital, pagamento de dividendos e entradas/saídas relacionadas a empréstimos foram desconsiderados. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam uma taxa de desconto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

11 Imobilizado

Consolidado						
Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Direitos de uso (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	443	3.794	5.863	1.233	1.286	12.619
Adições	-	-	89	504	70	663
Baixas	(37)	(80)	(244)	(2)	(51)	(414)
Transferências (b)	10	103	155	(284)	-	(16)
Juros capitalizados	-	-	-	1	-	1
Combinação de negócios	-	9	6	-	-	15
Saldo em 31 de dezembro de 2023	416	3.826	5.869	1.452	1.305	12.868
Adições	15	141	154	541	122	973
Baixas	(40)	(88)	(185)	(1)	(657)	(971)
Transferências entre classes	-	38	154	(192)	-	-
Transferências - Adiantamento a fornecedores	-	-	9	-	-	9
Combinação de negócios	1	-	50	-	-	51
Saldo em 31 de dezembro de 2024	392	3.917	6.051	1.800	770	12.930
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(1.660)	(3.617)	-	(398)	(5.675)
Depreciação	-	(133)	(222)	-	(141)	(496)
Baixas	-	40	187	-	30	257
Transferências (b)	-	3	(1)	-	-	2
Combinação de negócios	-	(1)	(1)	-	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(1.751)	(3.654)	-	(509)	(5.914)
Depreciação	-	(138)	(221)	-	(105)	(464)
Baixas	-	47	145	-	268	460
Combinação de negócios	-	-	(28)	-	-	(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(1.842)	(3.758)	-	(346)	(5.946)
Saldo do imobilizado						
Em 31 de dezembro de 2023	416	2.075	2.215	1.452	796	6.954
Em 31 de dezembro de 2024	392	2.075	2.293	1.800	424	6.984
Tempo de vida útil estimada	ilimitada	01 a 60 anos	02 a 30 anos	n/a	01 a 30 anos	

(a) Ver detalhamento dos ativos de direito de uso na nota 15.

(b) Inclui transferências com outros grupos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Controladora						
Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Direitos de uso (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	440	3.476	5.864	527	1.707	12.014
Adições	-	-	89	488	72	649
Baixas	(37)	(80)	(244)	(2)	(51)	(414)
Transferências (b)	10	103	154	(261)	-	6
Saldo em 31 de dezembro de 2023	413	3.499	5.863	752	1.728	12.255
Adições	15	139	147	541	120	962
Baixas	(40)	(87)	(185)	(1)	(658)	(971)
Transferências entre classes	-	38	154	(192)	-	-
Remensuração de direito de uso e arrendamentos	-	-	-	-	(13)	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	388	3.589	5.979	1.100	1.177	12.233
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(1.600)	(3.618)	-	(494)	(5.712)
Depreciação	-	(128)	(222)	-	(158)	(508)
Baixas	-	40	188	-	29	257
Transferências (b)	-	3	(1)	-	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(1.685)	(3.653)	-	(623)	(5.961)
Depreciação	-	(132)	(220)	-	(118)	(470)
Baixas	-	47	146	-	267	460
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(1.770)	(3.727)	-	(474)	(5.971)
Saldo do imobilizado						
Em 31 de dezembro de 2023	413	1.814	2.210	752	1.105	6.294
Em 31 de dezembro de 2024	388	1.819	2.252	1.100	703	6.262
Tempo de vida útil estimada	Ilimitada	01 a 60 anos	02 a 30 anos	n/a	01 a 60 anos	

(a) Ver detalhamento dos ativos de direito de uso na nota 15.

(b) Inclui transferências com outros grupos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Os ativos em construção apresentados no consolidado referem-se, substancialmente, à expansão, modernização e melhorias em terminais e bases de distribuição de combustíveis, aeroportos e fábrica de lubrificantes.

Os ativos de direito de uso incluem, principalmente, terrenos utilizados como postos de combustíveis, unidades administrativas e edificações (nota 15).

Impairment

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não reconheceu perdas na recuperação dos ativos.

⇒ **Política contábil**

O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e de mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos dos empréstimos para obras em andamento são capitalizados até que esses ativos estejam prontos para uso.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando mensurados com segurança e desde que seja provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Demais gastos com reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Ganhos ou perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

O imobilizado da Companhia inclui equipamentos representados, substancialmente, por tanques, bombas e unidades de abastecimento de aeronaves, além de fábrica de lubrificante e bases de distribuição de combustíveis.

A depreciação é pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados. As instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros são depreciadas pelo prazo dos contratos celebrados com os clientes.

A Companhia reconhece o ativo de direito de uso na data de início do contrato de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento ou durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

⇒ **Estimativas e julgamentos**

Vida útil

A vida útil de um ativo e os métodos de depreciação são revistos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

Impairment

A Companhia avalia os ativos do imobilizado quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

12 Intangível

Consolidado						
Custo do intangível	Direitos e Concessões (*)	Marcas	Créditos de Descarbonização	Softwares (a)	Goodwill	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17	-	370	943	29	1.359
Adições (b)	2	-	1.459	147	-	1.608
Baixas	-	-	-	-	(29)	(29)
Aposentadoria CBIOS	-	-	(1.794)	-	-	(1.794)
Combinação de negócios	418	79	-	20	-	517
Saldo em 31 de dezembro de 2023	437	79	35	1.110	-	1.661
Adições (b)	3	-	851	293	-	1.147
Transferências	(8)	-	-	-	-	(8)
Aposentadoria CBIOS	-	-	(885)	-	-	(885)
Combinação de negócios	41	-	-	1	132	174
Saldo em 31 de dezembro de 2024	473	79	1	1.404	132	2.089
Amortização acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(6)	-	-	(459)	-	(465)
Amortização	(3)	-	-	(55)	-	(58)
Combinação de negócios	(22)	(3)	-	(2)	-	(27)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(31)	(3)	-	(516)	-	(550)
Amortização	(15)	(3)	-	(72)	-	(90)
Transferências	1	-	-	-	-	1
Combinação de negócios	(2)	-	-	(1)	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(47)	(6)	-	(589)	-	(642)
Saldo do intangível						
Em 31 de dezembro de 2023	406	76	35	594	-	1.111
Em 31 de dezembro de 2024	426	73	1	815	132	1.447
Tempo de vida útil estimada	5 a 30 anos	30 anos	Indefinida	5 a 9 anos		

(*) inclui contratos de fornecedores e franquias, entre outros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Custo do intangível	Controladora				Total
	Direitos e Concessões	Créditos de Descarbonização	Softwares (a)	Goodwill	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17	370	943	29	1.359
Adições (b)	-	1.459	146	-	1.605
Baixas	-	-	-	(29)	(29)
Aposentadoria CBIOS	-	(1.794)	-	-	(1.794)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17	35	1.089	-	1.141
Adições (b)	-	851	265	-	1.116
Aposentadoria CBIOS	-	(885)	-	-	(885)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17	1	1.354	-	1.372
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(6)	-	(459)	-	(465)
Amortização	(2)	-	(54)	-	(56)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(8)	-	(513)	-	(521)
Amortização	(1)	-	(66)	-	(67)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(9)	-	(579)	-	(588)
Saldo do intangível					
Em 31 de dezembro de 2023	9	35	576	-	620
Em 31 de dezembro de 2024	8	1	775	-	784
Tempo de vida útil estimada	10 a 13 anos	Indefinida	9 anos		

(a) A Companhia apresenta saldo de R\$ 406 de *software* em desenvolvimento (R\$ 273 em 31 de dezembro de 2023).

(b) Do total de R\$ 293 de adições de *softwares* (R\$ 147 em 31 de dezembro de 2023), R\$ 199 corresponde a desenvolvimento interno (R\$ 79 em 31 de dezembro de 2023).

Os ativos intangíveis incluem direitos e concessões, softwares e Créditos de Descarbonização (CBIOS). Em 2024, tivemos aposentadoria do saldo de CBIOS adquiridos em 2023, no cumprimento das metas de aposentadoria de CBIOS estipuladas pela ANP, bem como a aposentadoria de CBIOS adquiridos no próprio exercício.

Impairment

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não reconheceu perdas na recuperação dos ativos intangíveis.

⇒ Política contábil

Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Demais gastos são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuídos aos softwares são registrados como intangível se atendidos todos os critérios de reconhecimento, o que inclui, entre outros: gastos mensurados com confiabilidade, intenção, capacidade técnica e financeira para conclusão do ativo e geração de prováveis benefícios econômicos futuros para a Companhia.

Os Créditos de Descarbonização (CBIOS) adquiridos são registrados pelo custo histórico no ativo intangível e não são amortizados. Estes ativos podem ser negociados e são utilizados para a liquidação da provisão de CBIOS constituída.

⇒ Estimativas e julgamentos

Vida útil

A vida útil é revista anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

Impairment

A Companhia avalia os ativos com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

13 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores				
No país	2.326	4.130	2.328	4.150
No exterior	106	366	99	343
Total	2.432	4.496	2.427	4.493

O saldo de fornecedores no país é composto, principalmente, (i) de faturas a pagar à Petrobras pela aquisição de derivados de petróleo e (ii) contratação de serviços (inclusive fretes). O saldo de fornecedores no exterior representa, principalmente, as obrigações relacionadas à importação de óleo diesel e de gasolina.

⇒ Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são contabilizadas, inicialmente, pelo valor justo dos produtos ou serviços adquiridos e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

14 Financiamentos

	Moeda contratual	Indexadores e taxas de juros contratuais	Vencimento	Consolidado				Controladora	
				2024		2023		2024	2023
				Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	
CRA - 10ª série	R\$	100% do CDI a.a.	jul-24	-	-	215	214	-	215
CRI - 99ª Série	R\$	IPCA + 4,09% a.a.	fev-25	52	52	98	95	-	-
1ª emissão - Série Única	R\$	CDI + 0,89% a.a.	abr-25	154	154	462	462	154	462
CRA - 11ª Série	R\$	IPCA + 5,59% a.a.	jul-25	399	404	379	375	399	379
NCE - Banco do Brasil	R\$	100% CDI + 2,8%	set-27	7	7	-	-	-	-
NCE - Bradesco	R\$	16,24% a.a.	dez-27	5	5	-	-	-	-
Cédula de Crédito Bancário	R\$	100% CDI + 1,97%	ago-28	8	8	-	-	-	-
CDCA	R\$	100% CDI + 1,89%	ago-28	17	17	-	-	-	-
Finex Santander	R\$	CDI + 1,65% a.a.	set-28	1.093	1.115	1.094	1.099	1.093	1.094
4ª Emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 1,45% a.a.	nov-28	718	730	719	721	718	719
NCE Banco Brasil	R\$	CDI + 1,65% a.a.	mar-29	495	511	493	502	495	493
NCE Banco Brasil	R\$	CDI + 1,65% a.a.	abr-29	561	579	562	573	561	562
CDCA	R\$	CDI + 1,55% a.a.	ago-29	-	-	1.253	1.262	-	1.253
5ª Emissão - Série Única	R\$	CDI + 1,50% a.a.	out-29	1.538	1.572	1.540	1.548	1.538	1.540
6ª Emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 1,07% a.a.	abr-31	776	783	-	-	776	-
CRA - 43ª Série	R\$	IPCA + 5,3995% a.a.	set-31	960	837	912	867	960	912
7ª Emissão - Série Única	R\$	CDI + 1,18% a.a.	jun-31	1.291	1.320	-	-	1.291	-
4ª Emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,75% a.a.	nov-31	801	829	800	814	801	800
8ª Emissão - Série Única	R\$	CDI + 1,05% a.a.	nov-31	2.015	2.036	-	-	2.015	-
CRI - 100ª Série	R\$	IPCA + 4,98% a.a.	fev-32	320	290	335	320	-	-
6ª Emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,25% a.a.	abr-34	759	774	-	-	759	-
Total no país				11.969	12.023	8.862	8.852	11.560	8.429
NCE MUFG	US\$	2,18% a.a.	mar-25	60	60	141	136	60	141
Loan 4131 Scotiabank	US\$	2,19% a.a.	mar-25	1.386	1.373	1.083	1.031	1.386	1.083
Loan 4131 JP Morgan	US\$	5,92% a.a.	mar-25	315	315	246	247	315	246
BNP Paribas (a)	US\$	SOFR 3m + 1,76% a.a.	jul-25	315	313	246	246	-	-
Loan 4131 Scotiabank	US\$	1,5258% a.a.	fev-26	622	586	487	440	622	487
Loan 4131 BNP	US\$	2,023% a.a.	fev-26	937	889	732	671	937	732
Loan 4131 BOFA	US\$	2,85% a.a.	fev-27	466	431	364	330	466	364
NCE Citibank	US\$	6,61% a.a.	fev-27	475	475	367	334	475	367
Bank of America (a)	US\$	SOFR 3m + 1,90% a.a.	fev-27	187	185	-	-	-	-
NCE Bank of China	US\$	4,10% a.a.	abr-27	563	533	440	414	563	440
Loan 4131 Scotiabank	US\$	2,3864% a.a.	out-27	557	497	435	380	557	435
Loan 4131 Scotiabank	US\$	2,65% a.a.	fev-28	378	336	295	257	378	295
NCE Citibank	US\$	6,33% a.a.	fev-28	498	495	582	560	498	582
Loan 4131 Scotiabank	US\$	4,9704% a.a.	mar-28	627	598	490	469	627	490
PPE BOFA	US\$	SOFR 6m + 1,85% a.a.	nov-29	781	763	-	-	781	-
PPE ICBC	US\$	SOFR 6m + 1,85% a.a.	nov-29	313	305	-	-	313	-
Total no exterior				8.480	8.154	5.908	5.515	7.978	5.662
Total de financiamentos				20.449	20.177	14.770	14.367	19.538	14.091
Circulante				2.695		1.349		2.592	1.266
Não circulante				17.754		13.421		16.946	12.825

(a) Empréstimo tomado pela Vibra Trading B.V. com Garantia da Vibra Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Os custos de transações incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do saldo do passivo correspondente e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva. Em 31 de dezembro de 2024, o montante apropriado ao resultado foi R\$ 17. O saldo a apropriar nos próximos exercícios é de R\$ 77.

Principais movimentações ocorridas no período

Captações Realizadas

Captações do Período						
Banco	Produto	Data	Moeda	Principal (MLN)	Vencimento	Custo
Bank of America Merrill Lynch	Offshore Loan	19/02/2024	USD	30	fev/27	SOFR + 1,90% a.a.
6ª Emissão - 1ª Série	Debêntures	06/05/2024	BRL	758	abr/31	CDI + 1,07% a.a.
6ª Emissão - 2ª Série	Debêntures	06/05/2024	BRL	742	abr/34	CDI + 1,25% a.a.
7ª Emissão - Série Única (a)	Debêntures	24/06/2024	BRL	1.300	jun/31	CDI + 1,18% a.a.
Bank of America Merrill Lynch	PPE	07/11/2024	USD	125	nov/29	SOFR + 1,85% a.a.
ICBC Panamá	PPE	14/11/2024	USD	50	nov/29	SOFR + 1,85% a.a.
8ª Emissão - Série Única	Debêntures	14/11/2024	BRL	2.000	nov/31	CDI + 1,05% a.a.

(a) Emissão destinada ao pré-pagamento do Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA da Companhia captado em 11/08/2021 no valor de R\$ 1.200, quitado em 01/07/2024.

Renegociações Realizadas

Dívida	Moeda	Principal (MLN)	Condição anterior			Condição atual		
			Dívida	SWAP	Vencimento	Dívida	SWAP	Vencimento
NCE Citibank	USD	75	1,216%	CDI + 0,79% a.a.	fev/25	6,33%	CDI + 1,05% a.a.	fev/28
NCE Citibank	USD	80	2,944%	CDI + 1,65% a.a.	abr/27	6,61%	CDI + 1,15% a.a.	fev/27
Total	-	155						

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

14.1 Movimentação

	Consolidado			Controladora
	Mercado Bancário	Mercado de Capitais (CRI's e Debêntures)	Total	Total
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023	3.889	5.866	9.755	9.167
Captações	1.052	-	1.052	1.052
Amortização de principal	(1.484)	(500)	(1.984)	(1.784)
Amortização de juros	(573)	(632)	(1.205)	(1.205)
<u>Alterações não caixa</u>				
Provisionamento de juros	520	622	1.142	1.141
Variações monetárias	-	102	102	58
Total no país em 31 de dezembro de 2023	3.404	5.458	8.862	8.429
Captações	-	4.764	4.764	4.764
Amortização de principal	(1.200)	(602)	(1.802)	(1.704)
Amortização de juros	(397)	(663)	(1.060)	(1.060)
<u>Alterações não caixa</u>				
Provisionamento de juros	342	725	1.067	1.068
Variações monetárias	-	101	101	63
Combinação de negócios	37	-	37	-
Total no país em 31 de dezembro de 2024	2.186	9.783	11.969	11.560
No exterior				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023	6.802	-	6.802	6.538
Captações	784	-	784	784
Amortização de principal	(1.190)	-	(1.190)	(1.190)
Amortização de juros	(167)	-	(167)	(151)
<u>Alterações não caixa</u>				
Provisionamento de juros	175	-	175	158
Variação cambial	(477)	-	(477)	(477)
Ajuste acumulado de conversão	(19)	-	(19)	-
Total no exterior em 31 de dezembro de 2023	5.908	-	5.908	5.662
Captações	1.161	-	1.161	1.012
Amortização de principal	(299)	-	(299)	(299)
Amortização de juros	(214)	-	(214)	(181)
<u>Alterações não caixa</u>				
Provisionamento de juros	235	-	235	206
Variação cambial	1.579	-	1.579	1.578
Ajuste acumulado de conversão	110	-	110	-
Total no exterior em 31 de dezembro de 2024	8.480	-	8.480	7.978
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	10.666	9.783	20.449	19.538

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

14.2 Informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos

	Consolidado								Controladora	
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total	Total
Financiamentos País:	-	872	50	399	2.203	2.390	1.732	4.323	11.969	11.560
Indexados a taxas flutuantes	-	870	47	398	2.203	2.390	1.732	4.323	11.963	11.560
Indexados a taxas fixas	-	2	3	1	-	-	-	-	6	-
Financiamentos Exterior:	-	2.133	1.703	2.785	1.137	722	-	-	8.480	7.978
Indexados a taxas flutuantes	-	325	-	186	361	722	-	-	1.594	1.093
Indexados a taxas fixas	-	1.808	1.703	2.599	776	-	-	-	6.886	6.885
Em 31 de dezembro de 2024	-	3.005	1.753	3.184	3.340	3.112	1.732	4.323	20.449	19.538
Em 31 de dezembro de 2023	1.348	2.402	1.365	2.227	3.209	3.095	562	562	14.770	14.091

Os valores justos dos financiamentos país (nota 14) são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot DI x Pré interpoladas e pelo risco de crédito da Companhia (nível 2). Para os financiamentos feitos em moeda estrangeira (nota 14) os valores justos são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot interpoladas Cupom Cambial Limpo e pelo risco de crédito da Companhia (nível 2).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é apresentada na nota 28.

14.3 Covenants

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui nenhum contrato de dívidas consolidadas com covenants financeiros.

A Companhia possui covenants não financeiros em 31 de dezembro de 2024, que devem ser cumpridos anualmente ou trimestralmente, incluindo, mas não se limitando a: (i) apresentação das demonstrações contábeis; (ii) não sofrer protestos de títulos em montantes previamente determinados; (iii) não figurar como inadimplente junto ao credor ou a qualquer instituição financeira ou de crédito conforme valores acordados; (iv) cumprir as normas aplicáveis referentes às leis anticorrupção, antiterrorismo e leis socioambientais; (v) não realizar reorganizações societárias não autorizadas ou vendas de ativos acima dos limites estabelecidos nos contratos, dentre outras cláusulas.

Não foi identificado nenhum descumprimento de covenants não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

⇒ **Política contábil**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos. Os custos de empréstimos são adicionados ao custo dos ativos até o momento em que esses ativos estejam prontos para o uso. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso.

Os custos de empréstimos elegíveis à capitalização representam os custos efetivamente incorridos, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos recursos captados e ainda não utilizados na aquisição ou na construção dos ativos qualificados.

Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

15 Arrendamentos

A Companhia é arrendatária em diversos contratos, com naturezas distintas, cujas principais operações dizem respeito a arrendamentos de terrenos para uso em postos de combustíveis, bases de distribuição de combustíveis, unidades administrativas e edificações. Parte desses arrendamentos são celebrados com a controlada FII FCM, administrado pela Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda.

A Companhia reconhece o ativo do direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente na data de início do contrato.

15.1 Ativos de direito de uso – Movimentação por tipo de ativos

	Consolidado					Controladora			
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Total		Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	461	415	12	888		523	676	14	1.213
Adições	57	12	1	70		59	12	1	72
Baixas	(22)	1	-	(21)		(22)	-	-	(22)
Depreciação	(90)	(47)	(4)	(141)		(102)	(52)	(4)	(158)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	406	381	9	796		458	636	11	1.105
Adições	118	1	3	122		118	1	1	120
Baixas	(23)	(366)	-	(389)		(25)	(366)	-	(391)
Depreciação	(85)	(16)	(4)	(105)		(94)	(20)	(4)	(118)
Transferências entre classes	(1)	1	-	-		-	-	-	-
Remensuração de direito de uso e arrendamentos	-	-	-	-		(13)	-	-	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	415	1	8	424		444	251	8	703
Prazo contratual	01 a 30 anos	01 a 10 anos	01 a 20 anos			01 a 30 anos	01 a 60 anos	01 a 20 anos	

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

15.2 Passivo de Arrendamento – Movimentação e conciliação com os fluxos de caixa de financiamento

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Saldo início do exercício	748	834	1.161	1.320
Pagamento de principal	(93)	(130)	(199)	(273)
Pagamento de juros	(40)	(75)	(45)	(82)
Alterações não caixa				
Aquisições de direito de uso	105	69	92	72
Remensuração de direito de uso e arrendamentos	17	-	15	-
Provisionamento de juros	39	72	81	119
Variações monetárias	-	-	24	27
Baixas	(455)	(22)	(454)	(22)
Combinação de negócios	38	-	-	-
Saldo Final	359	748	675	1.161

15.3 Fluxo de pagamentos

A seguir estão apresentados os fluxos de pagamentos dos arrendamentos:

	Consolidado			Controladora
	Pagamentos			Pagamentos
	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor presente
Compromissos estimados				
2025	96	(16)	80	183
2026	33	(16)	17	91
2027	34	(16)	18	46
2028	32	(15)	17	42
2029	30	(14)	16	34
2030 em diante	304	(93)	211	279
Em 31 de dezembro de 2024	529	(170)	359	675
Circulante			80	183
Não circulante			279	492
Em 31 de dezembro de 2024			359	675
Circulante			121	229
Não circulante			627	932
Em 31 de dezembro de 2023			748	1.161

Os pagamentos das parcelas variáveis dos arrendamentos, assim como os pagamentos de arrendamentos de curto prazo que não compõem o passivo, foram reconhecidos no resultado totalizando R\$ 226 e R\$ 7 (R\$ 193 e R\$ 18 em 31 de dezembro de 2023), respectivamente (consolidado e controladora).

Assim sendo, a Companhia está potencialmente exposta a saídas futuras de caixa de pagamentos variáveis de arrendamentos, principalmente associados a variações nos volumes vendidos. Esse fluxo está demonstrado a seguir:

Consolidado						
2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
160	138	137	131	127	474	1.167

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

15.4 Taxas nominais médias de desconto

Prazos contratuais	Até 5 anos	De 5 a 10 anos	De 10 a 15 anos	De 15 a 20 anos	De 20 a 25 anos
Taxa média de desconto (% a.a.)	8,38%	9,10%	9,57%	9,92%	6,81%

15.5 Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº2/2019

15.5.1 Apresentação dos arrendamentos, direito de uso e PIS/COFINS a recuperar – CPC 06 e Ofício CVM

	Consolidado					
	Passivo de Arrendamento (*)	Direito de uso	Despesa Financeira	Depreciação	Contraprestação (**)	PIS/COFINS (**)
CPC 06 (R2) (a)	318	425	39	103	266	25
Ofício CVM (b)	439	463	73	110	121	12

(a) Fluxo de caixa não inflacionado.

(b) Fluxo de caixa incluindo a projeção de inflação futura.

(*) Referem-se a contratos impactados pela revisão IFRS16, ou seja, contratos anteriores à revisão e que já estavam classificados como arrendamento financeiro não estão sendo considerados nesta apresentação.

(**) Os pagamentos das contraprestações dos arrendamentos podem gerar direito ao creditamento do PIS e COFINS, desde que atendam as condições previstas na legislação tributária.

⇒ **Política contábil**

Os passivos de arrendamento são mensurados inicialmente ao valor presente dos fluxos de pagamentos dos arrendamentos, sem a projeção de inflação futura, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

São remensurados quando há uma alteração nos pagamentos futuros, resultante de mudanças em índices ou taxas ou se a Companhia alterar a avaliação se exercerá uma opção de compra ou ainda em caso de mudanças nos prazos, decorrentes de prorrogações ou rescisões.

Os pagamentos de arrendamentos incluídos na mensuração dos passivos de arrendamento compreendem o seguinte: pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; e o preço de exercício da opção de compra, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção.

Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo não estão inseridos nos passivos de arrendamentos, sendo reconhecidos no resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16 Tributos

16.1 Impostos e contribuições

	Consolidado (a)						
	Ativo				Passivo		
	2024			2023	2024		2023
	Circulante	Não Circulante	Total		Circulante	Total	
ICMS	1.525	327	1.852	1.743	102	102	111
PIS / COFINS	1.183	4.505	5.688	3.550	3	3	62
IR a recuperar	-	157	157	157	-	-	-
CSLL a recuperar	-	57	57	56	-	-	-
IPI	16	-	16	16	-	-	-
Outros	40	-	40	57	32	32	35
Total	2.764	5.046	7.810	5.579	137	137	208

(a) Valores da controladora não diferem substancialmente das informações do consolidado.

Recuperação de Tributos - Lei Complementar nº 194/2022

Em 2022 a Companhia impetrou Mandado de Segurança por intermédio do qual se discutiu o direito a tomada de créditos de PIS/COFINS sobre a aquisição para revenda, seja em operações internas ou internacionais, de diesel e seus derivados, GLP, querosene de aviação e biodiesel correspondentes ao período de anterioridade nonagesimal contado da vigência da Lei Complementar nº 194/2022, qual seja, de 23 de junho a 21 de setembro de 2022.

Em setembro de 2024, após decisão transitada em julgada favoravelmente a Companhia, foram reconhecidos créditos de PIS e COFINS no montante de R\$4.075.

Posteriormente, a União Federal ingressou com ação rescisória por meio da qual visa a desconstituir a decisão que reconheceu o direito aos referidos créditos à Companhia. Assessorada por seus consultores jurídicos externos e internos, avalia, à luz do momento processual e demais circunstâncias relevantes, que a expectativa de perda nesta discussão é remota.

Outros Créditos

Em 2024 também foram reconhecidos créditos de PIS e COFINS decorrentes, principalmente, dos eventos a seguir:

- R\$ 535 de créditos complementares referentes ao período original de vigência do art. 9º da LC nº 192;
- R\$ 329 de créditos sobre os valores de CBIOS adquiridos consoante as metas anuais da Companhia e que foram por ela aposentados no período entre 2020 até dezembro de 2024; e
- R\$107 referente a indébito tributário.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16.2 Programas de Anistias Estaduais

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a Companhia liquidou débitos tributários de ICMS junto a diversos Estados, por meio de Programas de Anistias.

Estaduais

Estado	Lei Estadual / Decreto	Benefícios auferidos	2024		
			Débitos Existentes	Benefício de Redução	Valor pago após benefício
SP	Lei nº 17.843, de 7 de novembro de 2023 e Edital de nº 1/2024	Redução de 100% (cem por cento) dos juros e 50% das multas punitivas e moratórias	22	19	3
PE	Lei Complementar 523 de 22/12/2023	Redução aplicada: 85% (oitenta e cinco por cento)	17	3	14
GO	Programa Negocie Já - Lei nº 22.572/24	Redução de até 99% do valor total de multas e juros	17	9	8
Outros			3	1	2
Total			59	32	27

Estaduais

Estado	Lei Estadual / Decreto	Benefícios auferidos	2023		
			Débitos Existentes	Benefício de Redução	Valor pago após benefício
TO	Portaria SEFAZ TO 417/2023	Redução de 95% de multas e juros	10	7	3
PE	Lei Complementar nº 520/2023	Redução de 90 % de multas e juros	7	4	3
CE	Lei nº 18.615/2023	Redução de 100% (cem por cento) dos juros e das multas punitivas e moratórias	7	6	1
Outros			2	1	1
Total			26	18	8

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16.3 Imposto de Renda e contribuição social diferidos

16.3.1 Movimentação

Origem do registro dos impostos diferidos	Consolidado												Controladora
	Reconhecido no			2023			Reconhecido no			2024			Valor líquido
	2022	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	Resultado	Patrimônio Líquido	Combinação de Negócios	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	
Contas a receber	30	6	-	36	36	-	(20)	-	-	16	16	-	15
Bonificações antecipadas	938	20	-	958	958	-	(60)	-	-	898	898	-	898
Imobilizado	(667)	19	-	(648)	87	(735)	107	-	-	(541)	85	(626)	(541)
Arrendamentos	412	(53)	-	359	359	-	(164)	-	-	195	195	-	195
Processos judiciais	312	142	-	454	454	-	(68)	-	-	386	386	-	386
Benefício Pós Emprego	392	(8)	155	539	599	(60)	(2)	(150)	-	387	447	(60)	387
Depósitos judiciais	(146)	(20)	-	(166)	-	(166)	(7)	-	-	(173)	-	(173)	(173)
Instrumentos financeiros derivativos	502	134	-	636	636	-	250	-	-	886	886	-	886
Ganho na avaliação a valor justo dos ativos aportados na constituição de JV	(144)	6	-	(138)	-	(138)	4	-	-	(134)	-	(134)	(134)
Provisão para Créditos de Descarbonização	203	(186)	-	17	17	-	(17)	-	-	-	-	-	-
Impairment de Investimento	-	-	-	-	-	-	240	-	-	240	240	-	240
Resultado a valor justo (earnouts e opções)	(5)	(4)	-	(9)	-	(9)	(136)	-	-	(145)	9	(154)	(145)
Outros	93	64	-	157	162	(5)	(3)	-	1	155	183	(28)	146
Total	1.920	120	155	2.195	3.308	(1.113)	124	(150)	1	2.170	3.345	(1.175)	2.160

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16.3.2 Estimativa de realização

Período	Imposto de renda e CSLL	
	Consolidado	Controladora
2025	1.165	1.157
2026 a 2028	452	451
2029 a 2034	553	552
31 de dezembro de 2024	2.170	2.160
31 de dezembro de 2023	2.195	2.194

16.3.3 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido antes dos impostos	8.538	6.459	8.519	6.444
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(2.903)	(2.196)	(2.896)	(2.191)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:				
• Contribuição previdenciária	(31)	(31)	(31)	(31)
• Atualização dos Indébitos Tributários	9	235	9	235
• (Adições)/exclusões permanentes, líquidas	45	(12)	21	(41)
• Juros sobre capital próprio	365	316	365	316
• Resultado de equivalência patrimonial	42	(14)	78	25
• Tributação no Brasil de lucro de empresas no exterior	(38)	(52)	(38)	(52)
• Incentivos fiscais	16	30	16	30
• Atualização de ações judiciais transitadas em julgado (*)	319	-	319	-
• Indébito tributário - PAT	5	31	5	31
Imposto de renda e contribuição social	(2.171)	(1.693)	(2.152)	(1.678)
IR e CSLL correntes	(2.295)	(1.813)	(2.268)	(1.797)
IR e CSLL diferidos	124	120	116	119
	(2.171)	(1.693)	(2.152)	(1.678)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	25,4%	26,2%	25,3%	26,0%

(*) Refere-se, principalmente, à atualização financeira dos créditos de PIS/COFINS Lei Complementar n° 194 (nota 15).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16.3.4 Imposto Mínimo Complementar Global (Pilar Dois)

Em decorrência do Pilar Dois da Reforma Tributária Internacional, este imposto é classificado como um tributo sobre a renda dentro do escopo das alterações recentes no CPC 32/IAS 12. A Tributação Mínima Global visa assegurar que o Grupo cumpra com um nível mínimo de tributação sobre seus lucros em todas as jurisdições em que opera. Dessa forma, o grupo está monitorando implementação do imposto mínimo complementar global, por contar com entidades ativas na Holanda e Estados Unidos da América.

No que tange ao Brasil, a regra foi implementada parcialmente por meio da Lei 15.079/2024 e da IN RFB nº 2.228/2024, produzindo efeitos a partir 1º de janeiro de 2025. Temporariamente adota-se a exceção de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois. Entretanto, para o exercício de 2024, o grupo conta com estimativas de que a aplicação desta regra não gera impacto nas obrigações fiscais do Grupo ou nas demonstrações financeiras.

⇒ **Política contábil**

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos em base líquida, quando os ativos e passivos fiscais diferidos estão relacionados às despesas com impostos de uma mesma autoridade fiscal e mesma entidade legal.

⇒ Estimativas e julgamentos

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros.

17 Salário, férias, encargos, prêmios e incentivos

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Provisão de férias	78	70	77	69
Salários, encargos e outras provisões	92	81	76	78
Prêmio por desempenho / Incentivos de curto prazo (nota 17.1)	170	144	170	144
Incentivos de longo prazo (nota 17.2)	-	7	-	7
Total registrado no circulante	340	302	323	298
Incentivos registrados no não circulante (nota 17.2)	16	20	16	20
Incentivos registrados no patrimônio líquido (nota 17.2)	72	58	72	58

17.1 Incentivos de curto prazo aos empregados e aos membros da Diretoria Executiva

Em 31 de dezembro de 2024, foram provisionados os montantes de R\$ 167 (R\$ 152 em 31 de dezembro de 2023) para pagamento de incentivos de curto prazo aos empregados e aos membros da Diretoria, tendo sido pagos R\$ 141 no período.

17.2 Planos de pagamentos baseados em ações

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 4 (quatro) programas de pagamentos baseados em ações. Esses planos têm, dentre seus objetivos: (i) alinhar interesses entre acionistas e executivos; (ii) reconhecer o sucesso na execução do Business Plan; (iii) reforçar a visão a longo prazo nas decisões da Companhia; e (iv) reter talentos e compartilhar o sucesso da organização. Atualmente esses programas têm como beneficiários os membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e demais executivos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Plano de Incentivo de Longo Prazo em Opções de Compra de Ações (liquidado em instrumentos patrimoniais e dinheiro): Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 28 de julho de 2020. Neste plano o executivo recebe opções da Companhia que poderão ser convertidas em ações por um período de três anos (período do exercício) após um prazo determinado de três anos (vesting) a partir de sua outorga.

O Plano prevê que o “Conselho de Administração poderá optar por liquidar as Opções exercidas em dinheiro, mediante o pagamento do delta positivo entre o Preço de Exercício e o valor de mercado da ação, ocasião em que a Companhia descontará e reterá quaisquer tributos aplicáveis”. Tendo o Comitê de Pessoas a delegação para gerir o plano, sendo assim, os membros do Comitê de Pessoas aprovaram, portanto, a liquidação dos planos de ações 50% em dinheiro e 50% em ações, lembrando que nos termos da regulação aplicável.

Plano de Ações Restritas - Programa de Matching Shares (liquidado em instrumento patrimoniais): Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 28 de julho de 2020. Neste, o executivo recebe ações como contrapartida ao investimento feito na compra de ações de emissão da Companhia no mercado, usando parte de seu incentivo de curto prazo, após um prazo determinado de carência de três anos a partir do seu investimento.

Plano de Incentivo de Longo prazo em ações de Performance - Performance Share (liquidado em instrumentos patrimoniais): Aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de abril de 2022. Trata-se de um Incentivo de Longo Prazo baseado em ações no qual o número de ações a serem concedidos depende do resultado de desempenho de um grupo de indicadores durante o período de 3 (três) anos.

Pagamentos baseados em ação com liquidação em caixa

Prêmio extraordinário aos Diretores Executivos (liquidado em dinheiro). Aprovado pelo Conselho de Administração em 27/01/2022, em função do resultado da Companhia de 2021 com a finalidade de reter os executivos.

Programa especial de performance (liquidado em instrumentos patrimoniais): Trata-se do mesmo Plano de Incentivo de Longo prazo em ações de Performance.

O montante reconhecido no resultado em 31 de dezembro de 2024 como despesa de pessoal foi de R\$ 36, incluindo encargos sociais (R\$ 31 em 31 de dezembro de 2023).

Seguem informações dos programas:

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Programa	Data da outorga	Fim da carência	Data de expiração	Quantidades outorgadas	Quantidades canceladas	Ativos Exercidos / Resgatados	Ativos liberados para exercício em 31.12.2024 (*)	Ativos em carência em 31.12.2024	Preço de exercício na outorga	Preço de exercício atualizado	Valor justo na outorga	Valor Justo atualizado
Stock Options 2020	31/07/2020	31/07/2023	31/07/2026	1.498.318	418.292	1.006.805	73.221	-	R\$21,81	R\$15,63	R\$7,36	R\$5,08
Stock Options 2021 CA	15/04/2021	15/04/2023	15/04/2026	638.894	273.555	365.339	-	-	R\$21,73	R\$17,32	R\$6,48	-
Prêmio Extraordinário aos Diretores	02/01/2022	02/01/2024	01/02/2024	269.808	64.746	205.062	-	-	-	-	R\$21,94	-
Stock Options 2020	31/07/2020	31/07/2023	31/07/2026	1.918.884	838.864	969.067	110.953	-	R\$21,81	R\$15,63	R\$7,36	-
Stock Options 2021	15/04/2021	15/04/2024	15/04/2027	3.409.339	1.102.737	1.758.370	548.232	-	R\$21,73	R\$16,48	R\$6,39	-
Stock Options 2021 CA	15/04/2021	15/04/2023	15/04/2026	638.894	273.555	365.339	-	-	R\$21,73	R\$16,48	R\$6,48	-
Stock Options 2022	28/04/2022	28/04/2025	28/04/2028	1.568.652	784.206	-	-	784.446	R\$23,02	R\$20,05	R\$4,50	-
Stock Options 2022 CA	28/04/2022	28/04/2024	28/04/2027	588.234	196.078	196.078	196.078	-	R\$23,02	R\$19,79	R\$4,59	-
Stock Options 2022 CA	02/05/2022	02/05/2024	02/05/2027	431.372	-	431.372	-	-	R\$23,02	R\$19,79	R\$4,59	-
Stock Options 2022 CA	03/05/2022	03/05/2024	03/05/2027	392.156	-	196.078	196.078	-	R\$23,02	R\$19,79	R\$4,59	-
Stock Options 2022 CA	05/05/2022	05/05/2024	05/05/2027	196.078	-	-	196.078	-	R\$23,02	R\$19,79	R\$4,59	-
Stock Options 2023	27/04/2023	27/04/2026	27/04/2029	1.309.226	61.361	-	-	1.247.865	R\$14,56	R\$12,17	R\$5,51	-
Stock Options 2023 CA	27/04/2023	18/04/2024	18/10/2024	163.339	81.669	81.670	-	-	R\$14,56	R\$12,17	R\$5,51	-
Stock Options 2023	03/07/2023	03/07/2026	03/07/2029	109.489	-	-	-	109.489	R\$15,80	R\$13,41	R\$6,82	-
Stock Options 2023	01/08/2023	01/08/2026	01/08/2029	106.305	-	-	-	106.305	R\$16,95	R\$14,56	R\$6,82	-
Stock Options 2024	18/04/2024	18/04/2027	18/04/2030	886.607	18.393	-	-	868.214	R\$24,81	R\$23,26	R\$10,30	-
Stock Options 2024 CA	18/04/2024	18/04/2026	18/04/2029	868.353	108.544	-	-	759.809	R\$24,81	R\$23,26	R\$8,95	-
Matching 2020	14/04/2021	14/04/2024	22/04/2024	35.769	12.142	23.627	-	-	-	-	22,98	-
Matching 2021	28/04/2022	28/04/2025	28/04/2025	41.650	15.269	-	-	26.381	-	-	21,27	-
Performance Share 2022	28/04/2022	28/04/2025	-	934.814	358.318	-	-	576.496	-	-	23,02	-
Performance Share 2022	28/04/2022	28/04/2025	-	103.859	39.811	-	-	64.048	-	-	21,98	-
Performance Shares 2022	01/05/2022	01/05/2025	-	1.741	-	-	-	1.741	-	-	21,76	-
Performance Shares 2022	18/05/2022	18/05/2025	-	9.519	-	-	-	9.519	-	-	19,85	-
Performance Shares 2023	27/04/2023	27/04/2026	-	1.566.458	199.354	-	-	1.367.104	-	-	14,56	-
Performance Shares 2023	27/04/2023	27/04/2026	-	174.049	22.148	-	-	151.901	-	-	25,92	-
Performance Shares 2023	03/07/2023	03/07/2026	-	85.442	-	-	-	85.442	-	-	15,80	-
Performance Shares 2023	03/07/2023	03/07/2026	-	9.495	-	-	-	9.495	-	-	34,52	-
Performance Shares 2023	01/08/2023	01/08/2026	-	76.990	-	-	-	76.990	-	-	16,95	-
Performance Shares 2023	01/08/2023	01/08/2026	-	7.656	-	-	-	7.656	-	-	34,23	-
Performance Shares 2024	18/04/2024	18/04/2027	-	243.924	9.123	-	-	234.801	-	-	26,76	-
Performance Shares 2024	18/04/2024	18/04/2027	-	975.707	36.496	-	-	939.211	-	-	24,14	-
Performance Shares 2024	05/06/2024	05/06/2027	-	1.667	-	-	-	1.667	-	-	24,00	-
Performance Shares 2024	10/06/2024	11/06/2027	-	2.101	-	-	-	2.101	-	-	23,87	-
Performance Shares 2024	10/06/2024	10/06/2027	-	111	-	-	-	111	-	-	23,87	-
Performance Shares 2024	17/06/2024	17/06/2027	-	5.730	-	-	-	5.730	-	-	23,56	-
Programa Especial de Performance 2023	01/02/2023	01/02/2028	01/02/2028	975.142	-	-	-	975.142	-	-	15,69	-
Programa Especial de Performance 2023	01/02/2023	01/02/2028	01/02/2028	108.351	-	-	-	108.351	-	-	40,99	-
Programa Especial de Performance 2023	03/07/2023	03/07/2028	03/07/2028	128.084	-	-	-	128.084	-	-	18,05	-
Programa Especial de Performance 2023	03/07/2023	03/07/2028	03/07/2028	14.231	-	-	-	14.231	-	-	45,32	-

(*) Inclui ativos com pedidos de liberação/resgate ainda em análise na data do relatório.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Mensuração do valor justo:

Stock Options 2020: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 4,25% a.a.; Dividend Yield de 1,90% (excluindo o de 2019 por estar acima da média histórica) e Volatilidade da ação de 2 anos, sendo essa de 34,03%, além dos prazos de vesting e exercício.

Stock Options 2021 / Stock Options 2021 CA: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 2,75% a.a.; Dividend Yield de 9,01% (excluindo o de 2019 por estar acima da média histórica) e Volatilidade (março/2019 a mar/2021), sendo essa de 48,64%, além dos prazos de vesting (2 anos para CA e 3 anos para os demais participantes) e exercício.

Matching Shares 2020 e 2021: o valor justo (fair value) das ações é equivalente à cotação de fechamento na data da outorga.

Prêmio Extraordinário aos Diretores: considera a média ponderada dos últimos 30 pregões anteriores à data da outorga.

Stock Options 2022 / Stock Options 2022 CA: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 12,86% a.a.; Dividend Yield de 11,44% e Volatilidade (março/2018 a abril/2022), sendo essa de 49,09%, além dos prazos de vesting (2 anos para CA e 3 anos para os demais participantes) e exercício.

Stock Options 2023: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 11,64% a.a.; Dividend Yield de 5,56 % e Volatilidade (março/2020 a abril/2023), sendo essa de 45,58%, além dos prazos de vesting (3 anos) e exercício.

Stock Options 2024 líderes: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 10,75 % a.a., preço de exercício de R\$ 24,81, preço do ativo base em 18/04/2024 de R\$ 24,14 e Volatilidade (abr/2021 a abr/2024) de 34,76%, além dos prazos de vesting e exercício de 3 anos.

Stock Options CA 2024: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 10,75 % a.a., preço de exercício de R\$ 24,81, preço do ativo base em 18/04/2024 de R\$ 24,14 e Volatilidade (abr/2022 a abr/2024) de 35,39%, além dos prazos de vesting de 2 anos e exercício de 3 anos.

Ações de Performance: O valor justo (fair value) da parcela relacionado aos indicadores de não mercado foi calculado com base no preço do ativo na data da outorga, enquanto a parcela relacionada ao indicador de mercado foi calculada pelo método de Monte Carlo, considerando o prazo de vesting de 3 anos e as premissas previstas no programa.

⇒ **Política contábil**

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios com a contrapartida registrada no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O valor justo do montante a pagar aos empregados, dos programas que são liquidados em caixa, é atualizado a cada data de reporte e reconhecido como despesa com um correspondente aumento do passivo.

18 Benefícios concedidos a empregados

As obrigações da Companhia relativas aos planos de pensão e de saúde estão representadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Plano de pensão Petros Repactuado	621	1.027	621	1.027
Plano de pensão Petros Não Repactuado	248	307	248	307
Plano de saúde	33	72	33	72
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	902	1.406	902	1.406
Circulante	145	155	145	155
Não circulante	757	1.251	757	1.251

Planos de Pensão

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

a) Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados (PPSP-R) e Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados (PPSP-NR)

Os Planos Petros Repactuados e Não Repactuados (anteriormente Plano Petros do Sistema Petrobras - PPSP) são planos de previdência de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que asseguram aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social, e são direcionados atualmente aos empregados da Petrobras, Petros e da Companhia. O plano está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados, assistidos e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

A Vibra formalizou à Petros em 2023 o pedido de Cisão dos planos PPSP-R e PPSP-NR, com objetivo de separar o grupo de participantes, assistidos e o patrimônio relacionados à Vibra das demais patrocinadoras, que resultará na criação de dois novos planos (PPSP-R Vibra e PPSP-NR Vibra) que irão abrigar exclusivamente os participantes ligados à patrocinadora. Importante destacar que a transferência de todos os participantes da Vibra Energia ocorrerá automaticamente com a criação dos planos e que nada muda em termos de regras, obrigações e direitos, inclusive em relação aos planos de equacionamento de déficits que estejam em vigor até a data de aprovação da cisão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

PPSP-R e PPSP-NR – Contribuições da Companhia

Em relação as contribuições dos planos PPSP-R, o valor acumulado até 31 de dezembro de 2024, referente às contribuições normais foi de R\$ 27 (R\$ 26 até dezembro de 2023).

As contribuições extraordinárias (referente aos Planos de Equacionamento de Déficit – PEDs em vigor) do plano PPSP-R foi de R\$ 66 até 31 de dezembro de 2024 (R\$ 59 até dezembro de 2023).

Em relação as contribuições dos planos PPSP-NR, o valor acumulado até 31 de dezembro de 2024, referente às contribuições normais foi de R\$ 11 (R\$11 até dezembro de 2023). O total até 31 de dezembro de 2024 referente às contribuições extraordinárias (referente ao plano de equacionamento de déficit – PED em vigor) do plano PPSP-NR foi de R\$ 25 (R\$ 21 até dezembro de 2023).

Atualmente, a Vibra contribui para 3 planos de equacionamento de déficits em andamento para os planos PPSP-R e PPSP-NR, com o objetivo de reequilibrar os ativos e passivos do plano: (i) o Novo PED, iniciado em 2020, que consolidou os resultados do exercício de 2018 (“PED2018”) com os valores do PED/2015; (ii) o PED PPSP-R 2021, baseado no resultado deficitário do plano apurado em 31/12/2021, com contribuições iniciadas em 04/2023; e (iii) o PED PPSP-NR 2022, baseado no resultado deficitário do plano apurados em 31/12/2022, com contribuições iniciadas em 04/2024.

As contribuições esperadas (parte patronal) do PPSP-R e PPSP-NR, para 2024, somam R\$ 93 e R\$ 38, respectivamente.

A duração média do passivo atuarial dos planos (PPSP-R e PPSP-NR), 31 de dezembro de 2024, é de 8,67 anos e 8,17 anos, respectivamente (10,91 anos e 9,22 anos em 31 de dezembro de 2023).

PP-2

O Plano Petros-2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável. A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método de crédito unitário projetado. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento e renda por prazo indeterminado.

O Plano Petros 2 possui uma parcela com característica de contribuição definida cujos pagamentos são reconhecidos no resultado. Até 31 de dezembro de 2024, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida no Plano Petros 2 foi de R\$ 4 (R\$ 4 até dezembro de 2023).

As contribuições esperadas da patrocinadora, para 2024, são R\$ 4, referentes à parcela de contribuição definida (R\$ 5 até dezembro de 2023).

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2024 é de 9,97 anos (11,55 anos em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo dos ativos garantidores é superior ao valor presente das obrigações gerando um superávit irrecuperável de R\$ 19 (R\$ 12 em 31 de dezembro de 2023), assim sendo, o passivo apresenta saldo zero. Não há constituição de ativo, uma vez que o mesmo não atende aos critérios de reconhecimento, não gerando ganho econômico.

FlexPrev

O Flexprev é o plano de previdência oficial da Vibra Energia desde dezembro de 2021. Criado na modalidade Contribuição Definida, é um plano mais moderno e alinhados as práticas de mercado. Os participantes oriundos dos planos PPSP-R, PPSP-NR e PP-2, também patrocinados pela Vibra, tiveram a opção de realizar a migração para o Flexprev.

O saldo das obrigações financeiras (instrumento de dívida) a ser pago à Petros resultante desta migração totaliza, em 31 de dezembro de 2024, R\$ 131 referente ao PPSP-R (R\$ 138 dezembro de 2023 referente ao PPSP-R). Os valores resultantes da migração dos participantes dos planos PPSP-NR e PP-2 foram quitados na ocasião do pagamento da entrada da amortização do saldo devedor, em 2022. O saldo remanescente será pago pelo prazo máximo de 15 (quinze anos).

Essas obrigações representam: (i) no PPSP-R e PPSP-NR: as contribuições futuras normais devidas aos participantes na condição de assistidos (inatividade), bem como os valores devidos, vencidos e não pagos e os vincendos em relação ao Plano de Equacionamento de Déficit (PED) implementado e a parcela cabível à VIBRA do resultado deficitário nos PPSPs, e (ii) no PP-2: equivale a parcela de resultado deficitário de responsabilidade da VIBRA.

Os valores descritos são objeto de atualização por recorrência até a data do efetivo pagamento de cada parcela, com correção pelas metas atuariais dos planos de origem (pro rata die), sendo PPSP-R (IPCA + 4,43% a.a.), PPSP-NR (IPCA + 4,37% a.a.) e PP-2 (IPCA + 4,75% a.a.).

As contribuições patronais relativas ao FlexPrev pagas no período findo em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$ 29 (R\$ 28 dezembro de 2023).

18.1 Ativos dos planos de pensão

Para os planos PPSP-R e PPSP-NR, em 2023 foi finalizada a estratégia de imunização, que segue contribuindo com resultados positivos para as carteiras em razão, principalmente, da maior estabilidade proporcionada pelos títulos marcados na curva. De modo geral, as Políticas de Investimentos 2024-2028, para esses planos, destacam que:

1. Para além de ajustes marginais que possam ocorrer na parcela de imunização, a gestão dos ativos ilíquidos será pautada em desinvestimentos. Alocações em COE e FIP seguem vedadas pelo Conselho Deliberativo;
2. As demais alocações, na parcela líquida, priorizarão os mandatos via fundos de investimentos, visando diversificação, aprimoramento da relação entre risco e retorno dos portfólios e contribuição com o crescimento dos respectivos patrimônios.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Para os planos FlexPrev e PP-2, em linhas gerais, a estratégia de investimentos, com foco no longo prazo, segue fundamentada por modelo de otimização que busca superar o objetivo de retorno de ambos os planos com o menor risco possível, aliada à continuidade da diversificação dos portfólios via fundos. Além disso, o Conselho Deliberativo autorizou a realização de até quatro projetos-pilotos de FIPs de modo individual para os portfólios dos planos, desde que respeitados os limites máximos e alvos apresentados nas Políticas de Investimentos 2024-2028, com tais programas sujeitos também a uma série de restrições e não sendo mandatórios.

Especificamente para o Plano FlexPrev, permanece a diretriz de aderência da carteira à modalidade de contribuição definida, principalmente considerando ativos oriundos dos planos originários (PPSP-R, PPSP-NR e PP-2). Nesse sentido, é ressaltado eventual tratamento específico para títulos públicos na curva, ainda existentes na carteira do plano. Além disso, destaca-se que a Petros segue em tratativas internas para a implementação de perfis de investimento que, quando forem aplicáveis, ensejarão revisão da Política de Investimentos do plano.

Já sobre o Plano PP-2, destaca-se a possibilidade de imunização de uma parcela da carteira, semelhante ao modelo implementado nos planos PPSP-R e PPSP-NR entre 2021 e 2023. Tal implementação, contudo, é condicionada à segregação dos investimentos entre as modalidades de contribuição definida e benefício definido presentes no plano, movimento previsto para ocorrer ao longo de 2024.

Os ativos dos planos de pensão, segregados por categoria, são os seguintes:

Categoria do Ativo	Consolidado					
	2024				2023	
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	%	Valor justo total	%
Renda fixa	871	2.081	2.952	86%	3.173	82%
Títulos públicos	218	2.081	2.299		2.722	
Outros investimentos	653	-	653		451	
Renda variável	123	58	181	5%	315	8%
Ações à vista	123	-	123		243	
Outros investimentos	-	58	58		72	
Investimentos estruturados	38	8	46	1%	56	1%
Investimentos no exterior	18	-	18	1%	16	0%
Imóveis	-	160	160	5%	188	5%
Outros ativos	-	2	2	0%	16	0%
	1.050	2.309	3.359	98%	3.764	98%
Empréstimos a participantes	-	80	80	2%	87	2%
	1.050	2.389	3.439	100%	3.851	100%

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Plano de saúde

A partir do 4º trimestre de 2020, a Companhia contratou o plano de saúde da Bradesco Seguros, oferecendo o benefício de saúde (médico e odontológico) aos seus colaboradores, ex-colaboradores e seus dependentes em substituição ao plano de autogestão (AMS).

De acordo com a Lei nº 9.656/98, é assegurado ao colaborador aposentado, que contribuiu com o plano de saúde em decorrência de vínculo empregatício por meio de contribuições fixas e mensais, pelo prazo mínimo de 10 anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assumindo o pagamento integral.

Para os colaboradores com 10 anos ou mais de contribuição e que venham a se aposentar na empresa, a Vibra ofereceu a possibilidade da manutenção do benefício vigente à época da aposentadoria, mediante pagamento de quota parte da mensalidade estipulada pela Companhia e a respectiva coparticipação.

Aos colaboradores com tempo de contribuição entre 02 (dois) e 09 (nove) anos para o plano “AMS”, a Vibra decidiu oferecer a possibilidade de continuidade do pagamento das mensalidades na condição de titular até que seja completado o período de 10 (dez) anos e desde que o colaborador se aposente na empresa, garantindo as condições de manutenção do plano, conforme regra descrita no parágrafo anterior.

Para aqueles com menos de dois anos de Companhia, o direito ao plano Bradesco foi dado pelo tempo de permanência na Companhia, respeitadas as regras da Lei nº 9.956/1998 e da RN 488 em caso de desligamento sem justa causa para os casos em que houve contribuição mensal ao plano de saúde (Lei nº 9.956/1998 e RN 488: legislação que garante o direito à permanência no plano de saúde de 6 meses a 2 anos após desligamento sem justa causa a depender do tempo de contribuição ao plano).

Os aposentados com menos de dez anos de Companhia, tiveram direito à permanência no plano pelo período equivalente ao tempo de contribuição.

Para os ex-colaboradores que foram desligados nos programas de demissão (PIDV/PDO), na condição de não aposentado, e pela RN 488 foi mantido o prazo previamente determinado no momento do desligamento.

Para o grupo de aposentados e pensionistas com contribuição superior a 10 anos, o plano de saúde é vitalício (direito adquirido), contudo a partir de 2022 é observada redução gradativa do subsídio patronal ao longo de 7 anos, atingindo em 2028 o equilíbrio do custeio.

A Companhia extinguiu as contribuições fixas para os novos colaboradores e adota a partir de 2022 a redução gradativa do subsídio patronal, eliminando o fator gerador do passivo e segue buscando o aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Em abril de 2022, a Companhia foi notificada acerca de duas liminares concedida pela Justiça do Trabalho em favor do Sindicatos de empregados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (ACC 100176-39.2022.5.01.0009, ajuizada no dia 09/03/2022 e ACC 0010217-76.2022.5.03.0017, ajuizada no dia 28/03/2022) determinando que a Companhia se abstenha de utilizar a variação de faixa etária para fins de estipulação de mensalidades do plano de saúde, adote o custeio 70/30 (70% pela empresa e 30% pelo usuário) relativamente aos aposentados e pensionistas; e realize o desconto do valor devido pelo usuário em folha/contracheque da PETROS, suspendendo a cobrança por meio de boleto.

A liminar concedida na ACC 100176-39.2022.5.01.0009 foi mantida, conforme sentença e acórdão proferido pelo TRT da 1ª Região (RJ). O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

A liminar concedida na ACC 0010217-76.2022.5.03.0017 foi revogada em razão do reconhecimento pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região de incompetência da Justiça do Trabalho para a apreciação de demandas envolvendo o plano de saúde fornecido pela VIBRA, cujo julgamento deve ser realizado pela Justiça Comum, conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça proferida no Incidente de Assunção de Competência nº 5º. O acórdão do TRT da 3ª Região (MG) foi objeto de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que manteve a decisão. O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pelo sindicato perante o STF.

Foram propostas, ainda, outras quatro ações coletivas por sindicatos e associações de aposentados. A ACC 0020293-35.2022.5.04.0017 (ajuizada no dia 28/03/2022) foi extinta sem julgamento do mérito, sob fundamento de prevenção do Juízo da 9ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, que recebeu a primeira demanda sobre o tema. Após a interposição de recursos pelas partes, foi proferido acórdão pelo TRT da 4ª Região (RS) que determinou o retorno do processo à 1ª instância para reabertura da instrução. O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

Na ação coletiva 0100266-33.2022.5.01.0046 (ajuizada no dia 06/04/2022) houve a concessão de liminar, confirmada por sentença e acórdão proferido pelo TRT da 1ª Região (RJ). O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

Na ação coletiva 0100658-83.2022.5.01.0074 (ajuizada no dia 01/08/2022) houve a concessão de liminar e no dia 30/06/24 o processo foi concluso para sentença. Aos 05/07/24 foi prolatada sentença desfavorável à VIBRA. O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TRT da 1ª Região (RJ). Considerando o critério de classificação de risco adotado para as ações sobre o tema, mencionado após o relato do andamento dos processos, não houve alteração na expectativa de risco, já classificada como possível.

Na ação coletiva 0101013-75.2022.5.01.0080 (ajuizada no dia 18/11/2022) o Juízo prolatou sentença em que reconheceu a incompetência da Justiça do Trabalho. Em face dessa decisão foi interposto recurso ordinário pelo sindicato perante o TRT da 1ª Região (RJ), ainda não julgado.

Aos 22/11/2023 foi ajuizada a ação coletiva 0001367-03.2023.5.19.0001, em trâmite no TRT da 19ª Região (AL), na qual foi concedida liminar para determinar a manutenção das condições de custeio anteriores. A liminar em questão foi confirmada em sentença e acórdão proferido pelo TRT da 19ª Região (AL). O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Atualmente, existem sete ações coletivas sobre o tema. Há um processo com decisão de primeira instância e um com decisão no TST favorável à VIBRA, reconhecendo a incompetência da Justiça do Trabalho para julgar o assunto. Em contrapartida, há um processo com decisão de primeira instância e três processos com decisões de segunda instância desfavoráveis à Vibra. Por fim, há um processo que foi extinto sem resolução do mérito, por prevenção. A decisão de segunda instância determinou a reabertura da instrução e há recurso da Vibra pendente de julgamento.

As ações em que houve a concessão de liminar e/ou a prolação de sentença desfavorável à VIBRA, considerando o contexto jurídico, arcabouço probatório, jurisprudência e legislação aplicáveis, foram classificadas como perda possível: 100176-39.2022.5.01.0009, 0100266-33.2022.5.01.0046, 0100658-83.2022.5.01.0074, 0001367-03.2023.5.19.0001.

As ações em que houve o reconhecimento de incompetência da Justiça do Trabalho ou de prevenção estão classificadas como perda remota: 0010217-76.2022.5.03.0017, 0101013-75.2022.5.01.0080, 0020293-35.2022.5.04.0017.

Os riscos atuariais envolvidos no benefício de saúde são:

- (I) benefício saúde no pós-emprego,
- (II) sobrevida superior que a estabelecida nas tábuas de mortalidade,
- (III) rotatividade inferior a prevista e
- (IV) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

O plano de saúde não está coberto por ativos garantidores.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2024 é 1,82 anos (1,95 anos em 31 de dezembro de 2023).

18.2 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

18.2.1 Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Consolidado									
	2024					2023				
	Planos de Pensão				Plano de saúde	Plano de Pensão				Plano de saúde
	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	Total		PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	Total	
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais										
Obrigação atuarial no início do exercício	3.521	1.181	337	72	5.111	2.789	1.117	299	68	4.273
Custo dos juros	324	108	32	5	469	324	139	35	5	503
Custo do serviço corrente	2	-	-	1	3	3	-	-	1	4
Contribuições de participantes	1	-	-	-	1	1	-	-	-	1
Benefícios pagos	(277)	(106)	(26)	(145)	(554)	(275)	(110)	(21)	(155)	(561)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - experiência	(223)	70	6	102	(45)	403	(48)	(1)	153	507
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses financeiras	(497)	(231)	(63)	(2)	(793)	237	70	25	-	332
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses demográficas	-	-	-	-	-	39	13	-	-	52
Obrigação atuarial no fim do exercício	2.851	1.022	286	33	4.192	3.521	1.181	337	72	5.111
Movimentação do valor justo dos ativos do plano										
Ativos do plano no início do exercício	2.628	874	349	-	3.851	2.378	753	304	-	3.435
Receitas de juros	243	80	32	-	355	278	94	35	-	407
Contribuições pagas pela empresa	93	37	-	-	130	95	32	-	-	127
Contribuições de participantes	1	-	-	-	1	1	-	-	-	1
Benefícios pagos	(277)	(106)	(26)	-	(409)	(275)	(110)	(21)	-	(406)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente à receita de juros	(327)	(111)	(50)	-	(488)	151	105	31	-	287
Ativos do plano no fim do exercício	2.361	774	305	-	3.440	2.628	874	349	-	3.851
Valores reconhecidos no balanço patrimonial										
Valor presente das obrigações	2.851	1.022	286	33	4.192	3.521	1.181	337	72	5.111
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.361)	(773)	(305)	-	(3.439)	(2.628)	(874)	(349)	-	(3.851)
Superávit Irrecuperável no final do exercício	-	-	19	-	19	-	-	12	-	12
Parcelamento de dívida	131	-	-	-	131	134	-	-	-	134
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	621	248	-	33	902	1.027	307	-	72	1.406
Movimentação do passivo atuarial líquido										
Saldo no início do exercício	893	307	-	72	1.272	411	364	-	68	843
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA (*)	(393)	(50)	-	100	(343)	528	(70)	-	153	611
(+) Custos incorridos no exercício	2	-	-	1	3	3	-	-	1	4
(-) Pagamento de contribuições	(93)	(37)	-	(145)	(275)	(95)	(32)	-	(155)	(282)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	81	28	-	5	114	46	45	-	5	96
Saldo Passivo Atuarial no final do exercício	490	248	-	33	771	893	307	-	72	1.272
Parcelamento da dívida:										
Saldo no início do exercício	134	-	-	-	134	138	-	-	-	138
Custo incorrido no exercício	12	-	-	-	12	11	-	-	-	11
Pagamento de termo financeiro	(15)	-	-	-	(15)	(15)	-	-	-	(15)
Saldo Parcelamento da Dívida no final do exercício	131	-	-	-	131	(134)	-	-	-	134
Saldo no fim do exercício	621	248	-	33	902	1.027	307	-	72	1.406
Circulante	93	38	-	14	145	90	34	-	31	155
Não circulante	528	210	-	19	757	937	273	-	41	1.251
	621	248	-	33	902	1.027	307	-	72	1.406

(*) Em 2024, a remensuração do PPSP-R foi impactada, principalmente, pelas hipóteses financeiras, pois a taxa de desconto subiu de 5,40% para 7,49%.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

18.2.2 Componentes do benefício definido

	2024				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	PPSP-R	PPSP-NR	Plano de saúde	Total	Total
Custo do serviço corrente	2	-	1	3	3
Juros líquidos sobre o passivo líquido	81	28	5	114	114
Custo do exercício	83	28	6	117	117
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	1	-	-	1	1
Diretamente no resultado	3	-	1	4	4
Relativa aos inativos (*):	79	28	5	112	112
Custo do exercício	83	28	6	117	117
Parcelamento da Dívida:					
(+) Custo dos Juros	12	-	-	12	12
Custo da dívida no exercício	12	-	-	12	12
Relativa a empregados ativos:					
Diretamente no resultado	2	-	-	2	2
Relativa aos inativos (*):	10	-	-	10	10
Custo da dívida no período	12	-	-	12	12
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	95	28	6	129	129

(*) Outras Receitas (Despesas), líquidas

	2023				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	PPSP-R	PPSP-NR	Plano de saúde	Total	Total
Custo do serviço corrente	3	-	1	4	4
Juros líquidos sobre o passivo líquido	45	45	6	96	96
Custo do exercício	48	45	7	100	100
Relativa a empregados ativos:					
Diretamente no resultado	4	1	1	6	6
Relativa aos inativos (*):	44	44	6	94	94
Custo do exercício	48	45	7	100	100
Parcelamento da Dívida:					
(+) Custo dos Juros	11	-	-	11	11
Custo do exercício	11	-	-	11	11
Relativa a empregados ativos:					
Diretamente no resultado	2	-	-	2	2
Relativa aos inativos (*):	9	-	-	9	9
Custo do exercício	11	-	-	11	11
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	59	45	7	111	111

(*) Outras Receitas (Despesas), líquidas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

18.2.3 Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2024				2023			
	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	Plano de saúde	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	Plano de saúde
Taxa de desconto nominal (Real + Inflação) (1)	12,75%	12,79%	12,75%	12,84%	9,52%	9,51%	9,54%	9,97%
Taxa de crescimento salarial Nominal (Real + Inflação)	7,51%	7,51%	7,51%	n/a	6,50%	6,50%	6,50%	n/a
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares (2)	n/a	n/a	n/a	12,44% a 3,15% a.a	n/a	n/a	n/a	10,55% a 3,15% a.a
Tábua de mortalidade geral	EX- PETROS Bidecremental 2016	EX-PETROS 2025	AT-2012 IAM Basic Feminina desagravada em 10%	EX-PETROS 2016	EX- PETROS Bidecremental 2016	EX-PETROS 2025	AT-2012 IAM Basic Feminina desagravada em 10%	EX-PETROS 2016
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana	Experiência Invalidez PP-2 2022	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Experiência Invalidez PP-2 2022	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 83 Segregada por sexo	MI 85 Masculina e suavizada em 10%	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina	AT 83 Segregada por sexo	IAPB 1957 (forte) e desagravada em 30%	AT 49 Masculina
Idade de entrada na aposentadoria	Homens - 57 anos	Homens - 59 anos		Homens PPSP -R - 57 anos PPSP-NR - 59 anos Petros 2 - 1ª elegibilidade	Homens - 57 anos	Homens - 59 anos		Homens PPSP -R - 57 anos PPSP-NR - 59 anos Petros 2 - 1ª elegibilidade
	Mulheres - 56 anos	Mulheres - 57 anos	1ª elegibilidade	Mulheres PPSP-R - 56 anos PPSP-NR - 57 anos Petros 2 - 1ª elegibilidade	Mulheres - 56 anos	Mulheres - 57 anos	1ª elegibilidade	Mulheres PPSP-R - 56 anos PPSP-NR - 57 anos Petros 2 - 1ª elegibilidade

(1) Considerando uma curva de inflação projetada com base no mercado em 4,89% para 2024.

(2) Taxa decrescente atingindo nos próximos 5 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

18.2.4 Análise de sensibilidade

A variação de 1% nas premissas de taxa de desconto e custos médicos teriam os seguintes efeitos:

	Consolidado					
	Taxa de desconto				Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	
	Pensão		Saúde		Saúde	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Obrigação atuarial	(270)	302	-	-	-	-
Custo do serviço e juros	1	5	-	-	-	-

18.2.5 Perfil de vencimento da obrigação

	2024			
	Plano de Pensão			Plano de saúde
	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	
31/12/2025	279	107	25	14
31/12/2026	257	97	23	11
31/12/2027	236	89	21	8
31/12/2028	216	81	19	-
31/12/2029 ou posterior	1.863	648	198	-
Total	2.851	1.022	286	33

⇒ **Política contábil**

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas, da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais; e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

A Companhia contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

⇒ Estimativas e julgamentos

A mensuração destes compromissos depende de diversas estimativas, que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições da empresa e dos funcionários. Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais. Dentre as principais premissas utilizadas estão:

- taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e
- taxa de variação de custos médicos e hospitalares: premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares.

As estimativas dos custos médicos futuros consideram o efeito dos avanços tecnológicos, das alterações na utilização dos cuidados de saúde ou de modelos de prestação desses cuidados, e de alterações nas condições de saúde dos participantes do plano. Esta taxa é definida para cada ano a partir da data de avaliação até o fim do período de pagamento dos benefícios.

- Hipóteses e experiência demográficas, como tabela de mortalidade geral, tabela de entrada em invalidez, tabela de mortalidade de inválidos e alterações no cadastro da patrocinadora.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota 19.2.3.

19 Provisão para Crédito de Descarbonização (CBIO)

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para Créditos de Descarbonização	-	48	-	48
Total	-	48	-	48

Os CBIOs, que são ativos negociáveis e adquiridos no mercado, são emitidos por produtores e importadores de biocombustíveis devidamente certificados de acordo com a eficiência para a mitigação de uma quantidade específica de gases de efeito estufa em relação ao seu substituto fóssil.

A aposentadoria do CBIO é o processo para retirada definitiva de circulação do CBIO, impedindo qualquer negociação futura.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

As metas estabelecidas de cada ano são publicadas no site da ANP e, para fins de rateio das obrigações do ano corrente, se baseiam no volume de combustíveis fósseis comercializados pelos distribuidores de combustíveis (market-share) do ano anterior e são estabelecidas em unidades de Crédito de Descarbonização (CBIO).

Para 2024, a Companhia possuía como meta uma redução equivalente à quantidade de 9.544.136 CBIOS (10.176.115 CBIOS em 2023). O prazo de aposentadoria dos CBIOS de 2024 encerrou-se em dezembro de 2024.

No período houve provisionamento de CBIOS de R\$ 837 (nota 22.4) e aposentadoria de R\$ 885 (nota 12).

⇒ **Política contábil**

A Companhia reconhece a provisão para crédito de descarbonização no passivo circulante e na rubrica Outras receitas (despesas), líquidas, com base nas metas estabelecidas pela ANP.

A provisão é mensurada mensalmente de forma proporcional as metas de volume estabelecidas pela ANP, que inclui, para as quantidades compradas, o custo médio de aquisição e para as quantidades a adquirir do período, o preço médio negociado na bolsa de valores (B3) no último dia útil do mês. No momento da aposentadoria, o passivo constituído é compensado com os créditos de descarbonização adquiridos e que são contabilizados no ativo intangível (nota 12).

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 10.034 (R\$ 7.579 em 31 de dezembro de 2023), está composto por 1.119.000.000 (1.165.000.000 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. No ano de 2024 ocorreu o aumento de capital no valor de R\$ 2.455 mediante a utilização das reservas de lucros.

20.2 Ações em tesouraria

Em 5 de abril de 2024, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 46.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, sem redução do valor do seu capital social.

Em decorrência do cancelamento, o capital social da Vibra passou a ser dividido em 1.119.000.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 4 de julho de 2024, o Conselho de Administração da Vibra aprovou um novo programa de recompra de ações ordinárias de emissão da Companhia com efeitos a partir do dia 10 de julho de 2024, limitado ao valor total de R\$ 1,2 bilhão em um prazo de até 18 meses.

A recompra tem por objetivo a aquisição de ações ordinárias de emissão da própria Companhia para manutenção de tais ações adquiridas em tesouraria, cancelamento ou alienação. As ações recompradas e mantidas em tesouraria podem, a critério da Administração, ser usadas para cumprir obrigações decorrentes de planos de ações referentes à retenção de executivos, na forma aprovada por Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A quantidade de ações em tesouraria detida pela Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de 4.489.080 (50.039.747 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui registrado no patrimônio líquido o montante de R\$ 105 de ações em tesouraria (R\$ 1.150 em 31 de dezembro de 2023).

20.3 Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de reservas de lucros da Companhia excedeu o capital social.

A Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 16 de abril de 2025, deliberará sobre a aplicação do excesso de reservas de lucros no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, conforme artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

20.3.1 Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

20.3.2 Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital de 2025, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está sendo prevista uma retenção de lucros de R\$ 4.412 (R\$ 2.893 em 31 de dezembro de 2023).

20.3.3 Reserva de incentivos fiscais

É constituída da parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

20.4 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o artigo 44 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	2024
Lucro líquido do exercício	6.367
Apropriação	
Reserva legal	(319)
Lucro básico para determinação dos dividendos / Juros sobre capital próprio	6.048
Juros sobre capital próprio / dividendos	
Equivalentes a 25% do lucro básico	1.512
Registrados no patrimônio líquido	
Dividendos adicionais propostos	33
Equivalentes a aproximadamente 9% do lucro básico	
Juros sobre capital próprio reconhecidos no passivo	1.074
Dividendos	529
Total de dividendos / juros sobre capital próprios	1.603
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(91)
Total de dividendos / juros sobre capital próprio propostos	1.512
Dividendos / Juros sobre capital por ação	1,47

20.4.1 Movimentação de dividendos e juros sobre o capital próprio

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	1.124	401
Adição	2.007	1.200
Pagamento	(1.528)	(401)
Imposto de renda retido na fonte	(91)	(76)
Saldo final	1.512	1.124

Em 18 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, dividendo adicional de R\$ 404, referente ao exercício de 2023.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de remuneração antecipada aos acionistas sob a forma de juros sobre o capital próprio no montante total de R\$1.074, para pagamento aos acionistas em 2025.

Esta antecipação deverá compor o dividendo mínimo obrigatório do exercício social 2024, *ad referendum* (sujeitos à ratificação) da Assembleia Geral Ordinária (AGO), sem prejuízo de outras eventuais distribuições a serem definidas na AGO que apreciará as demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)⇒ **Política contábil**

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, com base nos limites definidos no estatuto social da Companhia e nas leis vigentes. No caso da destinação dos dividendos exceder ao mínimo obrigatório, esse excedente permanece registrado no patrimônio líquido na conta de Dividendos Adicionais Propostos, até a aprovação na Assembleia Geral dos Acionistas ou Assembleia Geral Ordinária.

Os juros sobre capital próprio são imputados ao dividendo mínimo pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido como no resultado do exercício.

20.5 Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se ao reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, líquidos de tributos sobre o lucro, apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social, assim como ao reconhecimento dos ajustes acumulados de conversão de participações societárias do exterior.

20.6 Resultado por ação

	Consolidado	
	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido	6.367	4.766
Denominador		
Média ponderada das ações em poder dos acionistas	1.114.986.255	1.119.801.007
Resultado por ação básico	5,7104	4,2561
Numerador		
Lucro líquido	6.367	4.766
Denominador		
Média ponderada das ações em poder dos acionistas	1.114.986.255	1.119.801.007
Potencial incremento de ações considerando o plano de incentivo	5.653.750	3.076.702
Média ponderada de ações ajustadas	1.120.640.004	1.122.877.709
Resultado por ação diluído	5,6816	4,2445

No resultado diluído por ação, a quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas é ajustada para refletir a presunção da conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Assim sendo, para as opções de compra de ações do programa de incentivo de longo prazo (nota 17.2), é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo preço médio de mercado da ação da Companhia no exercício.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

21 Receita de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Produtos, serviços e energia				
Derivados de petróleo				
Diesel	86.434	86.047	86.391	85.319
Gasolina	52.007	51.279	51.762	51.254
Óleo combustível	5.720	6.650	5.720	6.650
Querosene de aviação	19.252	18.870	19.252	18.870
Lubrificantes	3.121	3.243	3.121	3.243
Coque	43	607	43	438
Outros derivados	2.035	1.911	1.786	1.911
Etanol	12.042	9.139	12.042	9.139
Gás natural	458	547	458	547
Produtos de Supply-House (a)	500	589	500	589
Serviços, energia e outros	289	140	110	112
	181.901	179.022	181.185	178.072
Juros embutidos no preço dos produtos	(955)	(869)	(955)	(869)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	(687)	(717)	(684)	(717)
Bonificações por desempenho, prêmios e descontos	(910)	(1.017)	(910)	(1.017)
Receita bruta	179.349	176.419	178.636	175.469
Encargos de vendas	(7.077)	(13.472)	(7.023)	(13.470)
Receita de vendas	172.272	162.947	171.613	161.999

(a) Trata-se da venda de serviços e produtos químicos para a área de exploração e produção, abastecendo plataformas, sondas, FPSOs e unidades terrestres com os produtos indispensáveis às operações e demais aplicações, sendo o maior cliente a Petrobras.

21.1 Passivos de contratos

Estão classificados no grupo de Adiantamentos de Clientes e em 31 de dezembro de 2024 perfazem o montante de R\$ 314 no consolidado e na controladora (em 31 de dezembro de 2023 estes saldos eram R\$ 364 no consolidado e R\$ 357 na controladora).

O valor de R\$ 334 foi reconhecido como receita em 2024 e estava incluído no saldo de passivos de contrato no início do período (R\$ 363 em 31 de dezembro de 2023).

⇒ Política contábil

A Companhia identifica os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e avalia os bens ou serviços prometidos em contrato e identifica como obrigação de Performance cada promessa de transferir ao cliente:

- bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou
- série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A Companhia reconhece receitas quando ou à medida que seja satisfeita à obrigação de performance ao transferir o controle do bem ou do serviço prometido ao cliente. O bem ou o serviço é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtém controle do mesmo.

A receita é mensurada pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, sendo apresentada líquida dos impostos, devoluções, descontos, juros embutidos no preço dos produtos, apropriação de bonificações concedidas aos clientes e por desempenho.

As bonificações antecipadas concedidas a clientes são apropriadas no resultado como redução da receita bruta (nota 9).

A contraprestação prometida em contrato com o cliente pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambos.

22 Custo e despesas por natureza

22.1 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Produtos	(163.764)	(154.300)	(163.281)	(153.427)
Serviços de terceiros e aluguéis	(116)	(109)	(116)	(109)
Despesas com pessoal	(30)	(40)	(30)	(40)
Depreciação e amortização	(11)	(13)	(11)	(13)
Outras	(110)	(124)	(110)	(124)
Total	(164.031)	(154.586)	(163.548)	(153.713)

22.2 Despesas de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Serviços de terceiros, fretes e aluguéis	(1.668)	(1.672)	(1.668)	(1.672)
Despesas com pessoal	(411)	(374)	(411)	(374)
Perdas com títulos incobráveis	(39)	(43)	(39)	(43)
Depreciação e amortização	(437)	(451)	(446)	(463)
Outras	(204)	(174)	(203)	(174)
Total	(2.759)	(2.714)	(2.767)	(2.726)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

22.3 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Serviços de terceiros e aluguéis	(292)	(215)	(275)	(213)
Despesas com pessoal	(466)	(413)	(422)	(407)
Depreciação e amortização	(106)	(90)	(80)	(88)
Outras	(135)	(86)	(91)	(72)
Total	(999)	(804)	(868)	(780)

22.4 Outras receitas (despesas) líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Créditos de ICMS - Fim de definitividade	124	83	124	83
Créditos de PIS COFINS (nota 16.1)	5.041	3.497	5.041	3.497
Despesas de aluguéis	(88)	(67)	(88)	(67)
Desapropriação e incorporação de imóveis	33	10	33	10
Ganho em processo contra o Estado de Goiás	-	120	-	120
Operações de hedge de commodities - importações em andamento	(46)	118	(38)	118
Operações de hedge de commodities - importações encerradas	141	31	105	31
Impairment de investimento (nota 10.5)	(705)	-	(705)	-
Perdas e provisões com processos judiciais (nota 25.1)	(128)	(283)	(128)	(283)
Planos de pensão e saúde - inativos (nota 18)	(122)	(103)	(122)	(103)
Prêmios por desempenho e outros incentivos	(167)	(152)	(167)	(152)
Provisão para acordos extrajudiciais	-	(360)	-	(360)
Provisão crédito de descarbonização (nota 19)	(837)	(1.246)	(837)	(1.246)
Provisão para perda de recuperabilidade de impostos	6	(102)	6	(102)
Receitas de franquia, aluguéis e royalties	423	466	423	466
Receita de armazenagem conjunta	153	152	153	152
Recuperação de Créditos Tributários - PIS e COFINS	138	115	138	115
Recuperação com Crédito Fiscal Presumido – ICMS	8	30	8	30
Relações institucionais e projetos culturais	(143)	(134)	(143)	(134)
Remensuração de participação societária (aquisição de controle)	-	(19)	-	(19)
Ganho decorrente de relação contratual preexistente (aquisição de controle)	-	31	-	31
Resultado com alienação/baixas de ativos	359	274	333	235
Resultado com alienação/baixa - participações societárias	-	564	-	564
Outros	89	(91)	101	(73)
Total	4.279	2.934	4.237	2.913

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

23 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	(1.302)	(1.317)	(1.274)	(1.300)
Arrendamentos	(39)	(72)	(81)	(119)
Encargos em financiamentos de fornecimento de produtos	-	(20)	-	(20)
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	(15)	(4)	(15)	(4)
Outras	(100)	(89)	(89)	(87)
	(1.456)	(1.502)	(1.459)	(1.530)
Receitas				
Por atraso de clientes	175	177	175	177
Financiamentos a clientes	171	162	183	163
Depósitos judiciais	82	76	82	76
Aplicações financeiras	624	455	581	435
Recuperação de créditos - valor justo (nota 7)	234	48	234	48
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	(16)	(9)	(16)	(9)
Valor justo de earnout de aquisição de participações societárias (*)	486	-	486	-
Outras	21	29	13	30
	1.777	938	1.738	920
Variações monetárias				
Arrendamentos	-	-	(24)	(28)
Empréstimos e financiamentos	(101)	(101)	(63)	(58)
Impostos	174	62	174	62
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	(142)	18	(142)	18
Por atraso de cliente	44	-	44	-
Outras	(15)	3	(15)	3
	(40)	(18)	(26)	(3)
Variações cambiais				
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	1.023	(1.005)	1.023	(1.005)
Clientes	44	(13)	44	(13)
Fornecedores	(77)	71	(75)	71
Empréstimos e financiamentos	(1.579)	477	(1.579)	477
Aplicações financeiras	50	(15)	50	(15)
Corretoras	22	(15)	22	(15)
Outras	5	(2)	5	(1)
	(512)	(502)	(510)	(501)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(552)	(520)	(536)	(504)
Resultado financeiro	(231)	(1.084)	(257)	(1.114)

(*) Refere-se, principalmente, à remensuração do valor justo dos earnouts constituídos quando da aquisição da participação na Comerc (Earnout EBITDA e Earnout capacidade instalada). Foi realizada a simulação de Monte Carlo para o EBITDA projetado e descontado e não foi verificado o pagamento de earnout. Consequentemente, e conforme cláusula contratual, o Earn-out capacidade é devido apenas se, pelo menos, 90% da meta EBITDA for atingida. Neste cenário, o valor considerado para ambos os earnouts foi zero.

Os encargos dos financiamentos (juros, variação monetária e variação cambial) totalizaram R\$ 2.982 (nota 14.1) no exercício (R\$ 942 em 31 de dezembro de 2023), sendo R\$ 2.982 reconhecidos no resultado (R\$ 941 em 31 de dezembro de 2023 reconhecidos no resultado e R\$ 1 como juros capitalizados).

24 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva.

Essas informações são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os itens não alocados nos segmentos ficam agrupados no Corporativo e dizem respeito, principalmente, aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o overhead relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

A Diretoria Executiva da Companhia decidiu, a partir do 1o trimestre de 2023, avaliar o desempenho dos negócios, a alocação de recursos, os resultados financeiros, as previsões e planos para os segmentos operacionais que se seguem: (i) Rede de Postos; e (ii) B2B. Doravante somente estes dois segmentos terão seus resultados regularmente revistos e acompanhados pelo principal gestor das operações, com seu desempenho individual avaliado periodicamente pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. Os resultados de participações em outras empresas, atualmente não controladas e avaliadas contabilmente pelo método da equivalência patrimonial, não serão considerados para fins de apuração do EBITDA.

Rede de Postos

Comercializa combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência da Companhia, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

B2B

Comercializa combustíveis, derivados de petróleo, lubrificantes e presta serviços associados em todos os segmentos de atuação no mercado de grandes consumidores da Companhia. Adicionalmente, comercializa produtos e serviços de aviação nas instalações em aeroportos do país para companhias aéreas que operam o transporte para o exterior e mercado interno.

Os ativos da Companhia, notadamente as bases, terminais e outros ativos fixos, não são apresentados por segmento à Diretoria Executiva, uma vez que são utilizados, sem segmentação, por todas as unidades de negócio. Da mesma forma, os passivos não são apresentados por segmento, uma vez que são gerenciados pela tesouraria central.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio – dez/24

	Rede de Postos	B2B	Total dos segmentos	Corporativo	Total	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis	Total Consolidado
Receita de Vendas	106.422	66.537	172.959	-	172.959	(687) (a)	172.272
Custo dos produtos vendidos	(101.300)	(62.720)	(164.020)	-	(164.020)	(11) (b)	(164.031)
Lucro (Prejuízo) bruto	5.122	3.817	8.939	-	8.939	(698)	8.241
Despesas							
Vendas, gerais e administrativas	(1.222)	(1.718)	(2.940)	(213)	(3.153)	(543) (c)	(3.696)
Tributárias	(14)	(9)	(23)	(57)	(80)	(75) (d)	(155)
Outras receitas (despesas), líquidas	179	390	569	4.589	5.158	(879) (e)	4.279
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	-	-	100 (f)	100
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(231) (g)	(231)
EBITDA Ajustado	4.065	2.480	6.545	4.319	10.864		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos						(2.326)	8.538

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio – dez/23

	Rede de Postos	B2B	Total dos segmentos	Corporativo	Total	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis	Total Consolidado
Receita de Vendas	99.786	63.878	163.664	-	163.664	(717) (a)	162.947
Custo dos produtos vendidos	(94.289)	(60.284)	(154.573)	-	(154.573)	(13) (b)	(154.586)
Lucro (Prejuízo) bruto	5.497	3.594	9.091	-	9.091	(730)	8.361
Despesas							
Vendas, gerais e administrativas	(1.242)	(1.588)	(2.830)	(204)	(3.034)	(543) (c)	(3.577)
Tributárias	(16)	(9)	(25)	(65)	(90)	(49) (d)	(139)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.256	1.682	2.938	(55)	2.883	51 (e)	2.934
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	-	-	(36) (f)	(36)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(1.084) (g)	(1.084)
EBITDA Ajustado	5.495	3.679	9.174	(324)	8.850		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos						(2.391)	6.459

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Reconciliação com as demonstrações contábeis	2024	2023
(a) Receita de Vendas		
<u>Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes</u>		
As receitas de vendas são ajustadas pelas bonificações antecipadas concedidas, principalmente, aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes. Correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os clientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.	(687)	(717)
(b) Custo dos produtos vendidos		
Depreciação e amortização	(11)	(13)
(c) Vendas, gerais e administrativas		
Depreciação e amortização	(543)	(541)
<u>Perdas de crédito esperadas</u>		
Os valores ajustados referem-se às provisões relativas aos recebíveis devidos à Companhia pelas empresas térmicas do sistema isolado e interligado de energia, segmento atendido substancialmente pela Companhia.	-	(2)
(d) Tributárias		
<u>Os ajustes de impostos referem-se a anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.</u>		
<u>Anistias fiscais:</u> trata-se das provisões referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais.	(12)	(7)
<u>Encargos tributários:</u> os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PIS e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Companhia e que estão classificados em despesas tributárias.	(63)	(42)
(e) Outras receitas (despesas), líquidas		
<u>Perdas e provisões com processos judiciais</u>		
Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.	(128)	(283)
Operações de hedge de commodities - importações em andamento	(46)	118
Resultado com alienação/baixa - participações societárias	-	564
Provisão para acordos extrajudiciais	-	(360)
Resultado do processo de aquisição de controle - Participação Societária	-	12
Impairment	(705)	-
(f) Resultado de participações em investimentos	100	(36)
(g) Resultado Financeiro, líquido	(231)	(1.084)
Total	(2.326)	(2.391)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

24.1 Desagregação da Receita

	Consolidado		
	2024		
	Rede de Postos	B2B	Total
Produtos e serviços			
No país			
Norte	8.755	7.302	16.057
Nordeste	25.490	13.365	38.855
Centro Oeste	12.471	6.425	18.896
Sudeste	40.836	29.773	70.609
Sul	18.870	6.188	25.058
No exterior	-	3.484	3.484
Total	106.422	66.537	172.959

	Consolidado		
	2023		
	Rede de Postos	B2B	Total
Produtos e Serviços			
No país			
Norte	8.603	7.495	16.098
Nordeste	23.716	10.763	34.479
Centro Oeste	12.181	7.007	19.188
Sudeste	38.576	29.153	67.729
Sul	16.710	6.052	22.762
No exterior	-	3.408	3.408
Total	99.786	63.878	163.664

25 Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências

25.1 Processos judiciais e administrativos provisionados

As principais ações provisionadas se referem aos seguintes eventos:

Processos Fiscais

(i) não homologação de compensações de tributos federais (exceto IPI) – processos da União (R\$ 65 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 61 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) ICMS – FEEF/FOT (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal / Fundo Orçamentário Temporário) - demanda em que é discutida a constitucionalidade da cobrança de FEEF-RJ (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Rio de Janeiro) e FOT-RJ (Fundo Orçamentário Temporário do Rio de Janeiro) sobre diferimentos de ICMS da Companhia, cujo resultado foi desfavorável aos contribuintes na ADI 5635, julgada pelo STF (R\$ 129 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 119 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***Processos Cíveis**

(i) demanda em que a Companhia foi condenada a indenizar a autora (Valpar) pelo descumprimento de Contratos de Fornecimento, Transporte e de Mútuo, estando em fase de liquidação de sentença, após já ter havido pagamento da parte líquida da condenação (R\$ 187 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 167 em 31 de dezembro de 2023);

(ii) demanda que visa a indenização pela violação da cláusula de proporcionalidade entre os volumes de produtos adquiridos pelas autoras e o volume de cargas a serem transportados pela Ouro Verde, com a qual a Companhia firmou contratos vinculados de transporte e fornecimento de combustíveis. A Companhia foi condenada a ressarcimento de fretes e pagamento de perdas e danos às Autoras. Iniciado cumprimento de sentença, as Autoras apresentaram petição com a quantia que entendem devida: R\$ 1.041 como faturamento bruto, relativos a fretes não transportados para a Companhia e R\$ 83 a título de lucros cessantes, já tendo havido laudo pericial homologado pelo juízo. Contra esta decisão, autora e ré recorreram, tendo o recurso especial ao STJ. Em 05.09.2024 foi negado provimento ao Recurso Especial da Vibra. Apresentamos embargos de declaração, distribuídos ao Min. Buzzi. O Recurso Especial da Viação Ouro Verde não foi admitido pelo TJSP, tendo a Viação interposto agravo em face dessa decisão. (R\$ 90 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 79 em 31 de dezembro de 2023);

Processos Trabalhistas

(i) Complementação/Suplementação de aposentadoria – processos trabalhistas envolvendo a Companhia e a Petros movidos por ex-empregados pleiteando diferenças nos valores recebidos em sua complementação de aposentadoria (R\$ 64 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 62 em 31 de dezembro de 2023); e

(ii) RMNR/Periculosidade - pedido de pagamento do complemento da RMNR sem dedução do adicional de periculosidade do valor da RMNR, em que há decisão condenatória transitada em julgado contra a Companhia (R\$ 64 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 54 em 31 de dezembro de 2023).

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado (a)										
	2024						2023				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Outras	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo inicial	265	336	508	26	-	1.135	127	336	431	25	919
Adição, líquida de reversão	11	12	55	4	-	82	138	25	59	-	222
Utilização (*)	(6)	(31)	(86)	(6)	-	(129)	(4)	(35)	(27)	(1)	(67)
Atualização	3	-	43	-	-	46	4	10	45	2	61
Combinação de negócios	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-
Saldo final	273	317	520	24	1	1.135	265	336	508	26	1.135

(a) Valores da controladora não diferem substancialmente das informações do consolidado.

(*) O valor da baixa de depósitos judiciais é R\$ 16 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2024, conforme nota 25.2 (R\$ 21 em 31 de dezembro de 2023 (consolidado e controladora)).

A Companhia possui ativos dados em garantia em processos judiciais, bem como garantias bancárias e seguro garantia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

25.1.1 Processos judiciais provisionados e depósitos judiciais relacionados

	Consolidado					
	2024			2023		
	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais
Causas trabalhistas	317	67	250	336	95	241
Causas fiscais	273	219	54	265	68	197
Causas cíveis	520	49	471	508	41	467
Causas ambientais	24	2	22	26	2	24
Outras	1	-	1	-	-	-
Total	1.135	337	798	1.135	206	929

25.2 Depósitos judiciais

	Consolidado					Controladora
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	872	206	116	2	1.196	1.195
Adição, líquida de reversão	56	(21)	11	-	46	46
Utilização (a)	-	(19)	(2)	-	(21)	(21)
Atualização monetária / juros (b)	49	3	8	-	60	60
Saldo em 31 de dezembro de 2023	977	169	133	2	1.281	1.280
Adição, líquida de reversão	36	(5)	15	-	46	46
Utilização (a)	(3)	(8)	(5)	-	(16)	(16)
Atualização monetária / juros (b)	23	(8)	6	-	21	21
Combinação de negócios	-	1	-	-	1	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.033	149	149	2	1.333	1.331

(a) Por pagamento de processos judiciais.

(b) Inclui ajustes das estimativas de atualização e juros de depósitos levantados.

A Companhia mantém R\$ 337 (R\$ 206 em 31 de dezembro de 2023) de depósitos judiciais vinculados a processos judiciais provisionados (nota 25.1.1); R\$ 730 (R\$ 737 em 31 de dezembro de 2023) associados a contingências possíveis; R\$ 232 (R\$ 269 em 31 de dezembro de 2023) associados a contingências remotas; R\$ 27 (R\$ 79 em 31 de dezembro de 2023) referem-se a depósitos relacionados a processos nos quais a Companhia e suas investidas são autoras e R\$ 7 (R\$ -10 em 31 de dezembro de 2023) referem-se a outros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

25.3 Processos não provisionados (perdas possíveis)

Natureza	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Fiscais	7.026	7.623	7.026	7.623
Cíveis	6.461	5.826	6.461	5.826
Trabalhistas	503	640	503	640
Ambientais	246	191	246	191
Total	14.236	14.280	14.236	14.280

Buscando a preservação de seus interesses e condições que lhe sejam favoráveis, a Companhia, eventualmente poderá realizar acordos extrajudiciais para cessar discussões com expectativa de perda classificada como possível. Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

a) Processos de natureza fiscal

Descrição dos processos de natureza fiscal		31.12.2024	31.12.2023
Autores: Estados de GO, MS, PA, SP e TO			
1)	Cobrança de ICMS-ST sobre remessa e devolução simbólica de querosene de aviação para revenda; consideração de estabelecimento atacadista como varejista; inidoneidade de documentação fiscal.	1.145	1.709
Autores: Estados de AM, BA, CE, GO, MA, MT, PA, PB, PE, PI, RN, SE, SP e TO			
2)	Processos nos quais a Companhia discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques decorrente da operacionalização e transporte dos produtos. A Companhia recebe produtos da refinaria de petróleo faturados à temperatura de 20° C. Quando da comercialização (clientes consumidores), a Companhia vende o produto à temperatura ambiente, resultando em variação do estoque decorrente das variações volumétricas naturais em função da temperatura.	1.594	1.567
Autores: Estados da BA, SP e Discom			
3)	Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face do Estado.	252	232
Autor: União			
4)	Processos em que a Companhia discute a incidência de IPI sobre produtos derivados de petróleo e a possibilidade de manutenção de créditos de IPI sobre aquisição de insumos utilizados na produção de derivados de petróleo (imunes ao IPI).	699	667
Autores: Estados do AM e PE			
5)	Cobrança de ICMS em supostas vendas de querosene de aviação sem destaque de ICMS para companhias aéreas nacionais e estrangeiras, para voos a outros estados ou para o exterior.	435	398
Autor: União			
6)	Processos em que a Companhia é cobrada por dedução supostamente indevida de pagamento de juros sobre capital próprio na base de cálculo de IRPJ e CSLL.	451	395

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza fiscal		31.12.2024	31.12.2023
Autores: Estados de AL, AM, BA, ES, MS, MT, PB, RJ, RN, RS, SP, Distrito Federal e União			
7)	Punição aplicada pelo descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a recolhimento e creditamento de ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, incidentes sobre operações em geral pela Companhia.	158	249
Autores: Estado do AC, AL, AM, BA, CE, GO, PB, PI, RO e SP			
8)	Processos em que a Companhia discute se existe ou não direito a crédito pelo ICMS pago quando do frete CIF em operações interestaduais acobertadas pela imunidade. Distinção entre operação e serviço de transporte.	267	232
Autor: União			
9)	Processos em que a Companhia discute a Contribuição Previdenciária incidente sobre verba a título de PLR e prêmio por desempenho pagos aos empregados e/ou dirigentes.	220	240
Autor: União			
10)	Discussão sobre a viabilidade quantitativa e qualitativa de compensações tributárias operadas pela Companhia, cujas DCOMPs não são homologadas pela Secretaria da Receita Federal - exceto créditos de IPI, tratados em outro perfil.	126	138
Autor: Estado do RJ			
11)	Processo em que se discute a apropriação de crédito escritural de ICMS, tendo em vista que o Estado autuou a Companhia por suposta escrituração de créditos em duplicidade.	116	106
Autores: Estados do MT e PA			
12)	Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se ICMS relativo a operações de entrada a partir de transferências entre seus estabelecimentos.	89	118
Autores: Estados da BA, CE, MT, RR e SE			
13)	Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se diferenças (complemento) em relação à apuração do ICMS / ST.	61	161
Autores: Estados do AC, AM, ES, MA, MT, MS, PA e RJ			
14)	Processos em que a Companhia é exigida por supostas omissões na prestação de informações via SCANC, as quais supostamente resultaram em ausência ou insuficiência de repasse de ICMS em favor da unidade federativa autuante.	32	40
Autores: Estado do PA e União			
15)	Caso em que a Companhia foi autuada em razão de recolhimento extemporâneo de tributo sem atualizar os valores na forma exigida pela Fiscalização.	77	76
Autor: União			
16)	Cobranças de multas isoladas da Receita Federal em razão da não homologação de compensações tributárias efetuadas pela Companhia.	7	102
Autor: Estado de SP			
17)	Guerra fiscal entre Unidades da Federação relativa a benefícios fiscais de ICMS na origem e possibilidade de creditamento em operações interestaduais.	11	88
Autor: União			
18)	Processos em que a Companhia é autuada quanto ao não recolhimento de contribuição previdenciária patronal sobre verbas pagas como honorários a administradores, considerando-se suposta relação empregatícia desses com a Companhia.	207	97
Autor: União			
19)	Processos em que a Companhia discute a incidência de contribuição previdenciária sobre a remuneração de autônomos que prestaram serviços de saúde a colaboradores da Companhia.	25	60
Autor: Estado do RJ			
20)	Processos em que a Companhia foi autuada por utilização de NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) de produto com a qual o Estado não concorda, e cobra ICMS-ST que a Companhia entende indevido.	71	69

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza fiscal		31.12.2024	31.12.2023
Autores: Estados do AC, ES, GO, MT, PA, PB, PE, PI, RJ, TO e Postos			
21)	Processos em que há cobrança de ICMS não categorizada nos demais perfis existentes.	13	33
Autores: Estados de MT, PE e SC			
22)	Processos em que a Companhia é exigida por recolhimento de ICMS-ST em operações com coque verde de petróleo. A Cia. alega ausência de norma determinando a ST.	42	45
Autores: Estados de MG, SC, RJ e Distrito Federal			
23)	Processos em que a VIBRA é cobrada do ICMS-ST não retido pelo alienante da mercadoria adquirida.	14	49
Autor: União			
24)	Cobrança fiscal federal relativa ao tratamento dos recebimentos de subsidiárias da Eletrobras como regime de caixa, haja vista a dívida constituída e o rating indicar valor justo zero a receber.	356	328
Autor: Estado da BA			
25)	Casos em que a Companhia é autuada por utilizar créditos de ICMS em período superior a 5 anos do seu surgimento, por ausência de oportunidades anteriores para seu devido escoamento.	48	43
Autor: Estado de GO			
26)	Processos em que a Companhia é cobrada por não recolher percentual relativo ao Fundo de Combate à Pobreza juntamente com o ICMS.	80	30
Autores: Estados da BA, PB, PE, SC, SP, AM, CE, MS, PA, PI, RJ e RS			
27)	Processos em que o Fisco acusa a Companhia. de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento, como casos de aplicação indevida do princípio da não-cumulatividade.	42	37
Autor: Estado do RJ			
28)	Processo em que se discute a exigência referente a crédito de ICMS no percentual de 10% sobre o total de benefícios concedidos pelo Estado do Rio de Janeiro.	43	-
	Processos diversos de natureza fiscal	345	314
Total		7.026	7.623

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

b) Processos de natureza cível

Descrição dos processos de natureza cível		31.12.2024	31.12.2023
Autor: Associação de Mantenedores Beneficiários da Petros – AMBEP			
Ação Civil Pública através da qual pretende que o custo de “equacionamento de déficit do Plano Petros 1”, seja imputado tão somente às patrocinadoras, administradores do plano de previdência complementar, bem como a fundos de investimento, e não aos participantes do plano, uma vez que o déficit teria sido causado por má gestão.			
1)			
Situação atual: Após recurso da Petros, foi firmada a competência da Justiça Federal do Distrito Federal e em fase de redistribuição.		2.485	2.221
Autor: WTorre Engenharia E Construção S.A..			
Procedimento arbitral instaurado pelas requerentes em virtude de imbróglcio decorrente de suposta fraude à inexigibilidade de licitação para contratação de locação atípica (BTS) para operação do Terminal de Rondonópolis.			
2)			
Situação atual: Decisão suspendendo a arbitragem enquanto estiver eficaz a liminar favorável à Companhia deferida na Ação Civil Pública movida em face da W. Torre.		1.698	1.559
Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica			
Inquérito convertido em Processo Administrativo, em decisão publicada em 02/07/2020. As infrações apuradas no referido processo, decorrentes da operação DUBAI, são: acordo de preços do etanol e divisão de clientes no Distrito Federal/DF, bem como a adoção de uma política de discriminação de adquirentes em âmbito nacional, com efeito no mercado do Distrito Federal/DF. Eventual multa é calculada com alíquotas entre 0,01% e 20%, tendo sido utilizada a alíquota máxima (20%). Para fins de base de cálculo, restringiu-se ao faturamento bruto anual (ano anterior a instauração do PA - 2019) da Companhia no mercado relevante geográfico definido pelo CADE nos autos do processo - DF.			
3)			
Situação atual: A SG/CADE emitiu Nota Técnica convertendo o Inquérito Administrativo em Processo Administrativo. A defesa da Companhia foi apresentada em 07/05/2021. Após a realização das oitivas de testemunhas e dos depoimentos pessoais, a SG/CADE determinou o encerramento da fase instrutória em 17/09/2024. Em 24/10/2024, a SG/CADE emitiu parecer final recomendando o arquivamento do processo em relação à Vibra e colaboradores BR. Em seguida, o processo foi encaminhado ao Tribunal do CADE, aguardando-se o julgamento definitivo.		472	437
Autor: Francisco Messias Cameli			
Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição de Cruzeiro do Sul.			
Situação atual: Em 23/06/2020 foi publicado o acórdão do julgamento em 2ª instância negando provimento ao recurso da Companhia, por maioria de votos, vencido o Desembargador Relator que dava provimento ao apelo recursal. Em 29/06/2020 a Companhia interpôs recurso de Embargos de Declaração, que foram rejeitados. Interposto pela Companhia o Recurso Especial, este foi admitido na origem e se encontra concluso ao relator no STJ.			
4)		277	242
Autor: Dislub Distribuidora De Lubrificantes Ltda.			
Autor moveu ação em face da Companhia objetivando a rescisão do contrato de distribuição, o pagamento de indenização a título de perdas e danos sobre uma série de alegados prejuízos e o pagamento de multa contratual. A Companhia foi condenada a reparar apenas o dano material, na forma de lucros cessantes. Porém, o cálculo do perito foi realizado com base nas vendas mensais dos produtos pela Dislub sem a dedução dos seus custos operacionais e tributários.			
5)			
Situação atual: Processo está em fase de recurso no STJ – Embargos de Divergência admitidos, porém ainda sem julgamento.		178	158

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza cível		31.12.2024	31.12.2023
Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica			
Trata-se de discussão judicial sobre a multa imposta pelo CADE à Companhia e no bojo do Processo Administrativo por suposta prática anticoncorrencial de abuso de posição dominante, deflagrada por representação da GRAN PETRO contra as empresas que compõem o pool de aviação no aeroporto de Guarulhos-SP.			
6)	Situação atual: A Vibra ingressou em juízo contra essa decisão administrativa do CADE e obteve o deferimento de liminar determinando a suspensão da cobrança da multa e da obrigação de fazer até o julgamento final da ação judicial. Débito garantido. Liminar deferida. Processo em 1ª instância, aguardando julgamento.		
		82	71
Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica			
Cuida-se de ação anulatória buscando ver desconstituída decisão administrativa do CADE oriunda de procedimento de investigação a respeito de supostos cartéis na revenda e distribuição de combustíveis em Belo Horizonte e adjacências.			
7)	Situação atual: Em 04/07/2024, juntado ofício do TRF-1 informando o julgamento do conflito de competência, que fixou a prevenção e competência da 4ª Vara Federal para julgar a ação anulatória ajuizada pela VIBRA, que em 19/07/2024 opôs embargos de declaração em face do mencionado julgamento, tendo o relator intimado o CADE para oferecer suas contrarrazões aos aclaratórios, apresentadas em 19/08/2024, aguardando-se julgamento.		
		90	86
Autor: Auto Viação Ouro Verde Ltda			
Demanda que visa a indenização pela violação da cláusula de proporcionalidade entre os volumes de produtos adquiridos pelas autoras e o volume de cargas a serem transportados pela Ouro Verde, com a qual a Companhia firmou contratos vinculados de transporte e fornecimento de combustíveis.			
Situação atual: A Companhia foi condenada a ressarcimento de fretes e pagamento de perdas e danos às Autoras. Iniciado cumprimento de sentença, as Autoras apresentaram petição com a quantia que entendem devida: R\$1.041 como faturamento bruto, relativos a fretes não transportados para a Companhia e R\$83 a título de lucros cessantes. O juízo já homologou laudo pericial, não acatando			
8)	inteiramente os valores defendidos pela Ouro Verde, decisão confirmada pelo TJSP. Os valores homologados estão inteiramente refletidos pela Companhia em suas demonstrações financeiras. O valor em contingência aqui indicado representa a diferença entre o valor provisionado pela companhia e o total atualizado, conforme decisão no cumprimento de sentença. Autora e ré recorreram ao STJ em discussão sobre o laudo pericial. Em 05.09.2024 foi negado provimento ao Recurso Especial da Vibra. Apresentamos embargos de declaração no Resp, distribuídos ao Min. Buzzi, ainda sem decisão. O Recurso Especial da Viação Ouro Verde não foi admitido pelo TJSP, tendo a Viação interposto agravo em face dessa decisão.		
		111	97
Autor: DISCOM Distribuidora de Combustíveis e Comércio Ltda.			
A DISCOM alega que a Companhia, desde outubro de 1997, firmou um contrato de promessa de compra e venda mercantil, constando no mesmo a obrigação da Companhia em fornecer produtos. Alega que a Companhia teria deixado de cumprir o contrato imotivadamente, suspendendo a entrega de produtos a partir de 25 de maio de 2000, tendo assim violado o contrato firmado gerando prejuízos para a DISCOM. Requer indenização por perdas e danos.			
9)	Situação atual: Em julgamento ocorrido em 19 de maio de 2021, o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco manteve a sentença, exceto para estabelecer a SELIC como critério de atualização da condenação. Após os embargos de declaração da Companhia terem sido negados pelo TJPE, a Companhia interpôs Recurso Especial, admitido na origem. No STJ o recurso do distribuído ao relator Min. Moura Ribeiro, que em 21.08.2024 conheceu parcialmente o recurso especial e negou-lhe provimento. Apresentamos agravo interno.		
		83	76

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza cível		31.12.2024	31.12.2023
Autor: Posto Pau de Vela Bahia Ltda			
Autor pede o pagamento de indenização por danos causados ao posto em função de práticas (preços e prazos) que inviabilizariam a obtenção de lucro pelo autor além, dos gastos em investimentos e danos morais. Pautada na tese da responsabilidade objetiva, busca ter por ressarcidos os prejuízos ocasionados pelo descumprimento dos contratos firmados com a Companhia, especialmente no que tange aos lucros, de forma a remunerar seus custos operacionais proporcionando, assim a rentabilidade pactuada.			
10)	Situação atual: Foi juntado laudo pericial nos autos indicando que algumas condições comerciais impostas pela Companhia teriam sido um dos fatores que colaboraram para os prejuízos sofridos pela parte autora. Entretanto, não foi feita liquidação, de modo que não se pode afirmar ainda a exata extensão desses alegados danos. O laudo elaborado por assistente técnico da Companhia rebate as conclusões do perito nomeado pelo juízo. O processo se encontra pendente de julgamento.	82	74
Autor: Compasa - Compañía De Petróleo Y Asfalto Sociedad Anónima			
Trata-se de demanda indenizatória ajuizada pela COMPASA em face da Petrobras e Vibra, fundamentada em quebra de contrato de distribuição de produtos asfálticos firmado com a Vibra com cláusula de exclusividade. Na argumentação da autora, Petrobras e Vibra formariam o mesmo grupo econômico, sendo, portanto, solidárias no dever de exclusividade. Assim, tendo em vista que Petrobras vendeu asfaltos no Paraguai sem respeitar a exclusividade, tendo mantido as vendas mesmo depois de condenação por fundamento análogo em 2015, lhe seria devida indenização relativa ao prazo posterior a esta condenação.			
11)	Situação atual: Prolatada sentença que, acolhendo a conclusão do laudo pericial, condenou a VIBRA e a Petrobras, solidariamente, ao pagamento de indenização no valor de USD 44.175.793,24. Petrobras e Compasa apresentaram embargos de declaração, que foram rejeitados em 24.04.2024. Apresentada apelação pela VIBRA, que aguarda julgamento.	142	128
Autor: Grycamp Transportes			
A Autora alega que sofreu prejuízos de faturamento com a redução do volume transportado e pede a condenação da Vibra em lucros cessantes pelo que deixou de transportar até o final do contrato e indenização pelos investimentos feitos na adaptação da frota, em razão de rescisão injusta antes do prazo final.			
12)	Situação atual: Sentença julgou improcedentes os pedidos da Autora, que opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados em 26.09.2024. Em nov/24 apresentado recurso de apelação pela Grycamp	43	39
Processos diversos de natureza cível		718	638
Total		6.461	5.826

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

c) Processos de natureza trabalhista

Descrição dos processos de natureza trabalhistas	31.12.2024	31.12.2023
Autores: Diversos		
1) Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia pleiteiam o pagamento do Complemento da RMNR sem a dedução do adicional de periculosidade.	172	285
Autores: Diversos		
2) Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia pleiteiam o pagamento do adicional de periculosidade sob o fundamento de que executam seu trabalho em condições de periculosidade, estando expostos a condições perigosas, na forma prevista na Norma Regulamentadora nº 16 do Ministério do Trabalho e Previdência.	74	77
Autores: Diversos		
3) Processos trabalhistas movidos por ex-empregados/empregados de empresas transportadoras de produtos contratadas pela Companhia.	53	60
Processos diversos de natureza trabalhista	204	218
Total	503	640

d) Processos de natureza ambiental

Descrição dos processos de natureza ambiental	31.12.2024	31.12.2023
Autor: Ministério Público do Estado de Goiás		
1) Ação Civil Pública por meio da qual o MP-GO pede a condenação da Companhia, da Transportadora ITA e do Município de Goiânia em danos ambientais decorrentes de derramamento de 12.000 litros de produto asfáltico em rios do Estado de Goiás, em razão de acidente ocorrido no momento da descarga do caminhão-tanque na Secretaria de Obras de Goiânia, cliente da Companhia.		
Situação atual: Processo em fase de produção de provas.	185	136
Processos diversos de natureza ambiental	61	55
Total	246	191

⇒ Política contábil

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando:

- (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor puder ser estimado com razoável segurança.

Os passivos contingentes (perdas não prováveis) não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível.

⇒ Estimativas e julgamentos

As estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base na avaliação de seu corpo técnico e escritórios contratados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

26 Compromissos contratuais

a) Contratos “take or pay” de compras

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui compromissos de compras de óleo de xisto, para o período de três anos, que correspondem a um valor total de R\$ 459 com a Paraná Xisto (R\$ 175 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui compromissos de compras de derivados de petróleo, para o período de um ano, que correspondem a um valor total estimado de R\$ 217 com a Petrobras (R\$ 229 em 31 de dezembro de 2023) e de R\$ 92 com a Refinaria Mataripe (R\$ 21 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui compromissos de compras de gás natural veicular para o período de dois anos, com a Companhia Potiguar de Gás (Potigás), ao valor estimado de R\$ 40 (R\$ 32 em 31 de dezembro de 2023).

b) Contratos “take or pay” de serviços

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui compromissos com a Logum Logística S.A. referente a transporte dutoviário de etanol, num valor total restante estimado de R\$ 394 (R\$ 488 em 31 de dezembro de 2023), até março de 2029. O contrato envolve o suprimento das bases de São Paulo e Rio de Janeiro e prevê um volume mínimo a ser movimentado (*take or pay*) por cada trecho.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui compromissos referentes a serviço de armazenagem, para o período de quinze anos, com SPE – Nordeste Logística, ao valor estimado de R\$ 107 (R\$ 77 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui compromissos referentes a serviço de armazenagem para o período de três anos, com a Ultracargo, ao valor estimado de R\$ 92 (R\$ 70 em 31 de dezembro de 2023) e com a Iconic Lubrificantes S.A., ao valor estimado de R\$ 40 (sem valor em 31 de dezembro de 2023), e para o período de um ano com Ageo Terminais, ao valor estimado de R\$ 50 (R\$ 73 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui compromissos referentes a transporte ferroviário, para o período de 1 ano, com a Rumo S.A. - Norte, ao valor estimado de R\$ 49 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2023) e com a Rumo S.A. – Sul, ao valor estimado de R\$ 46 (R\$ 59 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

27 Instrumentos financeiros

Apresentamos os principais instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

			Consolidado		Controladora	
		Nível Hierarquia				
	Notas	Valor Justo	2024	2023	2024	2023
Custo amortizado						
Caixa e bancos	6		1.309	520	399	68
Aplicações financeiras	6		9.171	6.146	8.917	6.089
Contas a receber	7		5.796	6.490	6.280	7.104
Total ativos ao custo amortizado			16.276	13.156	15.596	13.261
Fornecedores	13		2.432	4.496	2.427	4.493
Empréstimos e financiamentos	14		20.449	14.770	19.538	14.091
Credores por aquisição de participações			75	-	-	-
Total passivos ao custo amortizado			22.956	19.266	21.965	18.584
Valor justo por meio do resultado						
Contas a receber	7	2	-	36	-	36
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de commodities		2	4	21	4	21
Instrumentos financeiros derivativos - swaps e NDFs		2	898	137	898	137
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de opções		3	1	19	1	19
Total ativos ao valor justo por meio de resultado			903	213	903	213
Credores por aquisição de participações (Earnout Integração)		3	2	6	2	6
Credores por aquisição de participações (Earnout EBITDA)		3	-	7	-	7
Credores por aquisição de participações (Earnout capacidade instalada)		2	-	472	-	472
Credores por aquisição de participações (Earnout projeto em expansão)		3	157	182	157	182
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de commodities		2	32	2	23	2
Instrumentos financeiros derivativos - swaps e NDFs		2	38	777	38	777
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de opções		3	48	35	48	35
Total passivos ao valor justo por meio de resultado			277	1.481	268	1.481

O valor justo dos empréstimos e financiamentos está apresentado na nota 14. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Valor Justo Hierarquia Nível 3

Alguns instrumentos financeiros foram avaliados pela Companhia como nível 3 visto que envolvem na sua mensuração *inputs* considerados significativos e não observáveis.

A seguir apresentamos a mensuração dos principais instrumentos avaliados como nível 3:

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição Instrumentos Nível 3	Valor Justo (a)	Avaliação	Inputs não observáveis
Opção de compra dos acionistas fundadores da Vibra Comercializadora de Energia de 0,14% da Comerc	-10	Valor justo mensurado pelo valuation da Comerc na data-base, vezes a participação adquirida de 0,14%, com probabilidade de 100% de exercício, dado que o preço de exercício contratual é R\$1.	Fluxos de caixa descontados de ativos utilizados no valuation da Comerc descontados pela taxa de desconto baseada na metodologia do WACC. A taxa de desconto ficou em 11,29%.
Opção de venda dos acionistas fundadores da Vibra Comercializadora de Energia de 1,44% da Comerc	-38	Valor justo da opção de venda de 1,44% da Comerc, calculada pela fórmula de Black & Scholes, considerando o exercício ao final da janela de exercício (60 dias após 3 anos da Data de Fechamento)	a) Fluxos de caixa projetados dos ativos utilizados no valuation da Comerc descontados pela taxa de desconto baseada na metodologia do WACC. A taxa ficou em 11,29%. b) preço de exercício das opções estabelecido no contrato de outorga de R\$ 99,8 milhões atualizado por CDI + 2% entre a data de outorga e o exercício. c) volatilidade histórica de ações de empresas do setor, usando o período estimado de exercício, que resultou em uma volatilidade média de 29,4%.
Earnout Realização de Projetos Futuros - Aquisição Zegbiogás	-157	Calculado com base no valor de 50% do compromisso de aportes da Vibra em novos projetos (Capex) da Zeg de R\$ 412,0 milhões.	Fluxos de Investimentos de cada projeto descontados pelo WACC de 13,1%.

(a) Representam os valores justos dos instrumentos financeiros avaliados como Nível 3 na posição 31 de dezembro de 2024. Valores negativos são os instrumentos financeiros N3 registrados no passivo.

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial de ativos a valor justo	19	28
Variação do valor justo (resultado financeiro)	(18)	(9)
Saldo final de ativos a valor justo nível 3	1	19
Saldo inicial de passivos a valor justo	230	297
Variação do valor justo (resultado financeiro)	-	(48)
Pagamentos	(23)	(19)
Saldo final de passivos a valor justo nível 3	207	230

⇒ **Política contábil**

No reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais instrumentos.

Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Quando passivos financeiros mensurados ao custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

Os ativos financeiros estão sujeitos ao teste de impairment.

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge de moeda e de commodity, opções de compra e venda e pagamentos contingentes (earnout) os quais são mensurados ao valor justo por meio de resultado.

28 Gerenciamento de riscos

Esta seção detalha os principais riscos financeiros enfrentados pela Companhia e as estratégias adotadas para mitigá-los.

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas comerciais para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, sendo o objetivo final a preservação das margens obtidas com a política de hedge definida em conjunto com as áreas comerciais. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado. A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos apenas com o objetivo de mitigar riscos relacionados à variação cambial e a variação do preço dos produtos vendidos.

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal fórum de discussão o Comitê de Crédito, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

A gestão de riscos da Companhia considera o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros perante a Companhia (risco de crédito), bem como o risco gerado pelas variáveis negociadas no mercado financeiro (risco de mercado), entre outros.

Quanto à exposição ao câmbio, a política de gestão desse tipo de risco é definida pela Diretoria Executiva, com gerenciamento conjunto das áreas financeira e comercial, responsáveis pelo faturamento internacional.

28.1 Risco cambial

Contratos de SWAP

Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Contratos de derivativo – Swap - US\$ x CDI

A Companhia possui doze contratos desta modalidade, cujo valor nominal agregado é de US\$ 1.277 milhões com diversos vencimentos até 14/11/2029, com uma posição ativa (comprada) em dólares indexados à taxa pré-fixada ou SOFR + pré-fixada, e posição passiva (vendida) em reais indexados ao CDI + spread, totalizando um nominal de R\$ 6.638.

	Contratos de Swap	Valor de Referência (Nominal) (Milhões)		Valor Justo (R\$ Milhões)	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
		\$	\$	R\$	R\$
Ponta ativa	USD	\$ 1.277	\$ 1.161	R\$ 7.826	R\$ 5.459
Ponta passiva	CDI	R\$ 6.638	R\$ 5.825	R\$ 6.988	R\$ 6.206
Resultado do Swap				R\$	838
Resultado do Swap (Pós desconto de Risco de Crédito)				R\$	833

Em 31 de dezembro de 2024 o resultado dos SWAP das 14 operações foi precificado um ajuste positivo de R\$ 833.

O valor justo do swap é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados usando uma curva de rendimento construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante usada pelos participantes do mercado para essa finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo do resultado do SWAP está sujeita a um ajuste do risco de crédito que reflete o risco de crédito da contraparte, isso é calculado com base no risco de crédito da Anbima.

As operações de Swap contratadas e vigentes em 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas a seguir:

Contraparte								Taxas Médias Swap	
Moeda	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP	Vencimento	Total da Dívida	Ponta Ativa	% Cobertura	Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	Pré x DI	NCE Citi	Citi Bank	fev-28	498	498	100%	6,33% a.a.	CDI + 1,05% a.a.
USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	mar-25	1.385	1.387	100%	2,5725% a.a.	CDI + 0,78% a.a.
USD	Pré x DI	NCE MUFG	MUFG Bank	mar-25	60	60	100%	2,18% a.a.	CDI + 0,694% a.a.
USD	Pré x DI	4131 BNP	BNP	fev-26	937	938	100%	2,38% a.a.	CDI + 1,69% a.a.
USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	fev-26	623	623	100%	1,795% a.a.	CDI + 1,55% a.a.
USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	out-27	557	558	100%	2,8075% a.a.	CDI + 1,52% a.a.
USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	fev-28	377	378	100%	3,12% a.a.	CDI + 1,65% a.a.
USD	Pré x DI	4131 BofA	BofA	fev-27	466	466	100%	3,3529% a.a.	CDI + 1,64% a.a.
USD	Pré x DI	NCE Citi	Citi Bank	fev-27	476	476	100%	6,61% a.a.	CDI + 1,15% a.a.
USD	Pré x DI	NCE BoC	JP Morgan	abr-27	563	563	100%	4,10% a.a.	CDI + 1,3158% a.a.
USD	Pré x DI	4131 JP	JP Morgan	mar-25	315	316	100%	6,9647% a.a.	CDI + 1,38% a.a.
USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	mar-28	628	629	100%	5,8475% a.a.	CDI + 1,99% a.a.
USD	Pré x DI	PPE Bofa	BofA	nov-29	781	781	100%	Sofr 6m + 1,85% a.a.	CDI + 0,92% a.a.
USD	Pré x DI	PPE ICBC	ICBC	nov-29	312	312	100%	Sofr 6m + 1,85% a.a.	CDI + 0,52% a.a.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram efetuados pagamentos de ajustes de swap no montante de R\$ 507 (R\$ 709 em 31 de dezembro de 2023) e recebimentos no montante de R\$ 64 (R\$ 42 em 31 de dezembro de 2023).

Análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

A Companhia tem passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2024 e com o objetivo de identificar possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada. Foi estimado o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos variando o fator de risco que impacta cada uma das posições, a análise de sensibilidade apresentada considera mudança com relação a variável de riscos assumida, mantendo constantes as demais.

- Provável: Valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2024, calculado com base na PTAX de venda do último dia útil
- Cenário 1: Estimativa do valor justo considerando uma desvalorização do real frente ao dólar de 25%.
- Cenário 2: Estimativa do valor justo considerando uma valorização do real frente ao dólar de 25%.

Análise de Sensibilidade ao USD

Operação		Cenário Provável Valor justo em 31/12/2024	Cenário 1	Cenário 2
Derivativo SWAP Dólar x DI	Ponta Ativa SWAP (+)	7.826	9.506	6.146
	Ponta Passiva SWAP (-)	6.988	6.988	6.988
	Resultado SWAP	838	2.518	(842)
Resultado do Swap (pós desconto de Risco de Crédito)		833	2.501	(835)
Δ Resultado SWAP pós desconto de Risco de Crédito			1.668	(1.668)

	31/12/2024	+25%	-25%
USDBRL	R\$ 6,19230	R\$ 7,74038	R\$ 4,64423

Non Deliverable Forward - NDF

A Companhia contrata operações de *hedge* cambial para: (i) cobertura das margens comerciais inerentes às vendas de combustíveis de aviação para clientes estrangeiros, (ii) para proteção contra a variação cambial nas operações de importação de combustíveis, (iii) para *hedge* de estoques, (iv) para garantia de preço do Cartão Caminhoneiro.

Em relação ao faturamento de exportação em dólar dos clientes de aviação, ocorrido entre janeiro e dezembro de 2024, o percentual de *hedge* contratado representou aproximadamente 100%. No tocante ao montante importado, a Companhia contratou *hedge* cambial, entre janeiro e dezembro de 2024, para aproximadamente 93% das cargas da Vibra Energia, e para aproximadamente 69% das cargas da Vibra Importação, no mesmo período.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A política de gestão de risco financeiro da Companhia prevê a contratação de operações de *hedge* cambial para cobertura de, aproximadamente, 100% tanto do montante das exportações, de acordo com estimativa de venda, e das importações com liberações antes da data de vencimento.

As liquidações de todas as operações de *hedge* cambial com NDF, de janeiro a dezembro de 2024, geraram um fluxo negativo para a Companhia de R\$ 84. No mesmo período do ano anterior (2023) geraram um fluxo negativo de R\$ 35.

Cabe destacar que a Companhia não utilizou nenhum outro instrumento derivativo nas operações de *hedge* cambial além do NDF e *Swap*.

Nenhuma das operações em questão exigiu o depósito de margens de garantia.

Contratos a termo de dólar (NDF)	Valor de referência (<i>nocional</i>)		Valor justo		Vencimento
	USD (Milhões)		R\$ (Milhões)		
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	
Posição Comprada	-	58	-	(2)	1T24
Posição Comprada	43	-	1	-	1T25
Posição Vendida	-	92	-	(6)	1T24
Posição Vendida	166	-	(17)	-	1T25

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2024, onde é calculado com base na PTAX de venda do último dia útil atualizada pelo cupom limpo, obtido no site da B3, que ajusta o valor de acordo com o vencimento de cada contrato. Datas intermediárias são interpoladas.

Derivativos de Moeda Estrangeira	Desvalorização do real frente ao Dólar (+25%)	Desvalorização do real frente ao Dólar (-25%)
Contratos a termo de dólar (NDF) (*)	(191)	190

(*) A Companhia tem mais posição vendida do que comprada em USD.

A seguir a análise de sensibilidade dos demais instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial:

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Consolidado				
	Exposição em 31/12/2024	Risco	Cenário I	Cenário II
Ativos				
Disponibilidades	243	Dólar / Real	61	(61)
Contas a receber	255	Dólar / Real	64	(64)
Passivos				
Fornecedores	(79)	Dólar / Real	(20)	20
Financiamentos	(8.480)	Dólar / Real	(2.120)	2.120
Impacto no resultado				
Ganho/(perda)			(2.015)	2.015

Critérios

Cenário provável 1 - Desvalorização de 25% do real frente ao dólar. Cenário 2 - Valorização de 25% do real frente ao dólar.

28.2 Risco de taxa de juros**Contratos de derivativo – Swap IPCA x CDI**

A Companhia possui quatro contratos desta modalidade, totalizando R\$ 1.454 de operações dessa natureza com vencimentos até 16 de fevereiro de 2032.

Contratos de Swap		Valor de Referência (Nocional) (Milhões)		Valor Justo (R\$ Milhões)	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ponta ativa	IPCA	R\$ 1.454	R\$ 1.524	R\$ 1.627	R\$ 1.761
Ponta passiva	CDI	R\$ 1.454	R\$ 1.524	R\$ 1.585	R\$ 1.667
Resultado do Swap				R\$	42
Resultado do Swap (Pós desconto de Risco de Crédito)				R\$	42

O valor justo do swap é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados usando uma curva de rendimento construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante usada pelos participantes do mercado para essa finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo do resultado do SWAP está sujeita a um ajuste do risco de crédito que reflete o risco de crédito da contraparte, isso é calculado com base no risco de crédito da Anbima.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Moeda	Tipo de SWAP	Contraparte			Total da Dívida	Ponta Ativa	% Cobertura	Taxas Médias Swap	
		Dívida	SWAP	Vencimento				Ponta Ativa	Ponta Passiva
BRL	IPCA x CDI	CRA 43	JP Morgan	set-31	965	965	100%	IPCA + 5,3995%	111,10% do CDI
BRL	IPCA x CDI	CRA 11	BofA	jul-25	389	389	100%	IPCA + 5,5914%	113,55% do CDI
BRL	IPCA x CDI	CRI 99	Citi Bank	fev-25	51	51	100%	IPCA + 4,093%	85,46% do CDI
BRL	IPCA x CDI	CRI 100	BofA	fev-32	312	312	100%	IPCA + 4,9781%	98,28% do CDI

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram efetuados pagamentos de ajustes de swap no montante de R\$ 92 (R\$ 133 em 31 de dezembro de 2023).

Análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

A Companhia tem passivos em moeda nacional indexados ao IPCA no balanço de 31 de dezembro de 2024 e com o objetivo de identificar possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada. Foi estimado o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos variando o fator de risco que impacta cada uma das posições, a análise de sensibilidade apresentada considera mudança com relação a variável de riscos assumida, mantendo constantes as demais.

- Provável: Valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2024.
- Cenário 1: Estimativa do valor justo considerando um choque de + 25% na curva projetada de inflação implícita.
- Cenário 2: Estimativa do valor justo considerando um choque de - 25% na curva projetada de inflação implícita.

Segue a análise de sensibilidade desse instrumento.

Operação		Cenário Provável Valor Justo em 31/12/2024	Cenário 1	Cenário 2
Derivativo SWAP IPCA x DI	Ponta Ativa SWAP(+)	1.627	1.724	1.537
	Ponta Passiva SWAP (-)	1.585	1.585	1.585
	Resultado SWAP	42	139	(48)
	Resultado do Swap (pós desconto de Risco de Crédito)	42	138	(47)
Δ Resultado SWAP pós desconto de Risco de Crédito			96	(89)

Segue a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, atrelados a taxas de juros pós-fixadas, em 31 de dezembro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Consolidado					
	Exposição em 31 de Dezembro de 2024	Risco	Cenário Provável	+25%	-25%
		CDI	12,15%	15,56%	8,84%
		IPCA	4,87%	6,15%	3,61%
		SELIC	12,25%	15,69%	8,91%
		IGPM	6,54%	8,28%	4,83%
		INPC	4,84%	6,11%	3,59%
Instrumentos financeiros ativos					
Aplicações financeiras - CDI - 100%	8.677	CDI	1.054	1.350	767
Financiamentos a receber - CDI - 100%	256	CDI	31	40	23
Financiamentos a receber - IPCA - 100%	518	IPCA	25	32	19
Financiamentos a receber - IGPM - 100%	76	IGPM	5	6	4
Financiamentos a receber - INPC - 100%	52	INPC	3	3	2
Instrumentos financeiros passivos					
Debêntures - CDI - 100%	(6.037)	CDI	(733)	(939)	(534)
Debêntures - CRA 11ª série - IPCA - 100%	(399)	IPCA	(19)	(25)	(14)
CRA 43 - IPCA - 100%	(960)	IPCA	(118)	(151)	(86)
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI) - IPCA - 100%	(372)	IPCA	(18)	(23)	(13)
Empréstimos bancários - CDI - 100%	(2.181)	CDI	(265)	(339)	(193)
Resultado financeiro líquido, conforme estimativas					
Ganho/(Perda)			(35)	(46)	(25)
Variação do ganho/(perda)				(11)	21

Critérios

Cenário provável - considera as taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024, foram utilizados como fontes: Banco Central do Brasil, IBGE e B3.

A análise de sensibilidade levou em consideração apenas a variação da taxa de juros em relação ao saldo devedor em 31 de dezembro de 2024, não assumindo outras variações.

A tabela demonstra a receita (despesa) financeira líquida de um ano considerando os critérios mencionados acima.

28.2.1 Gerenciamento de risco de preços

Atualmente a política de preços da Petrobras para gasolina e diesel leva em consideração fatores como sua capacidade produtiva de refino e, apesar da alteração ocorrida em 2023, a nova política de preços se mantém ainda próxima à paridade de importação. Com isso, o preço dos derivados de petróleo no mercado interno sofre alterações, ainda que menores, devido aos movimentos de preços do mercado internacional.

No mercado internacional, os preços praticados para venda do petróleo e seus derivados são influenciados por diversos fatores de caráter macroeconômico, geopolítico, capacidade de produção por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), impactos no meio ambiente e desenvolvimento de novas tecnologias e fontes alternativas de energia, dentre outros.

Tendo em vista esses fatores diversos, alheios ao controle da Companhia, de forma a mitigar o risco de commodity e favorecer o alinhamento entre o fluxo de receita e despesa, a Companhia passou a realizar operação de hedge para as cargas compradas no mercado internacional. Desta forma, acredita-se que os custos e receitas da Companhia estejam mais aderentes ao planejado, fazendo com que o fluxo de caixa seja preservado, assim como a rentabilidade dos negócios.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Conforme política de gestão de risco, todas as operações com derivativos de commodity possuem lastro em atividades comerciais e de suprimento.

A análise de sensibilidade está apresentada a seguir:

Contratos (em centavos por galão)					(em milhões de reais)	
Tipo	Unid	Quantidade	Preço Médio de venda	Fechamento em 31.12.2024	MTM (Valor do Contrato)(*)	Cenário Possível (Δ de 25%)
RBOB (Gasolina)	cpg	299	1.209	1.244	(4)	(43)
HO (Diesel)	cpg	938	1.382	1.434	(21)	(162)
GO (Diesel)	MT	251	4.573	4.326	6	(21)

Ptax venda 31/12/2024 6,1923

(*) Apenas operações de importações.

A Trading visa capturar oportunidades de mercado mundialmente comercializando seus produtos observando o constante gerenciamento de risco, segundo a sua política interna de riscos, utilizando-se de instrumentos de derivativos e futuros negociados em operações de bolsas internacionais.

A análise de sensibilidade está apresentada a seguir:

Tipo	Quantidade	(em milhões de reais)	
		MTM	Cenário Possível (Δ de 25%)
Ebob (Gasolina)	-	0,2	0,3
FFA	10	0,1	(0,2)
Gasoil (Diesel)	(8)	(0,1)	0,7
Gasolina	(33)	0,2	0,2
GDO (Gasolina)	2	0,1	(0,0)
Naphtha (Gasolina)	-	(0,1)	(0,4)
Naphtha crack (Gasolina)	20	(0,2)	(0,1)
Rbob crack (Gasolina)	(30)	0,2	0,7
Diesel	46	(3,1)	(12,5)

Ptax venda 31/12/2024 6,1923

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

28.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia está associado a dificuldades para liquidação de seus passivos financeiros nos devidos vencimentos, em virtude de possíveis insuficiências de caixa ou de ativos financeiros. Para monitoramento desse risco, a Companhia centraliza a gestão do caixa na área financeira, trabalhando com previsões de fluxos de caixa que são revistas mensalmente e discutidas em fóruns e comitês executivos representativos.

As principais fontes de liquidez da Companhia derivam (a) do fluxo de caixa gerado por suas operações, (b) do saldo de caixa e aplicações financeiras e (c) de eventuais empréstimos e financiamentos. A Companhia acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus usos de fontes atuais, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

O fluxo não descontado a valor presente do principal e juros dos empréstimos e financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Consolidado								
Período	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
Principal	2.952	1.596	2.882	3.818	3.265	2.494	4.014	21.021
Juros	1.840	2.053	1.909	1.736	1.191	752	643	10.124
Total	4.792	3.649	4.791	5.554	4.456	3.246	4.657	31.145

O restante dos passivos financeiros possui expectativa de realização de curto prazo, e estão consequentemente classificados no passivo circulante, com exceção dos derivativos que possuem prazos diversos conforme divulgado nas notas acima.

28.3.1 Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais, das aplicações financeiras e instrumentos de proteção e instrumentos financeiros destinados à proteção (*hedge*).

28.3.2 Gerenciamento de risco de crédito**Risco de Crédito de Contrapartes Comerciais**

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites, de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que este possa representar.

Na análise são avaliados os comportamentos de pagamento do cliente e de seu grupo econômico, as restrições de mercado, as garantias reais (hipotecas), as garantias pessoais (fianças) e realizadas análises de balanço. A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência aprovada pela Administração para concessão de crédito.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Risco de crédito carteira comercial

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atendendo clientes da rede automotiva e grandes consumidores, representados, principalmente, por indústrias, transportadoras, clientes governo e setor aéreo. A exposição ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo de contas a receber. A expectativa de liquidação desses recebíveis está detalhada na nota 6.

A carteira da Companhia somava R\$ 17.416 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 18.473 em 31 de dezembro de 2024).

As perdas de crédito esperadas se baseiam em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras.

A Companhia avalia a estimativa de perdas dos créditos com base nos segmentos e histórico de pagamentos dos clientes. As taxas são calculadas considerando o comportamento dos últimos 3 anos, sendo reavaliadas trimestralmente.

A seguir a matriz atualmente vigente:

	A Vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 365 dias	Mais de 365 dias
Clientes						
Rede de Postos	0,29%	75,67%	84,29%	88,90%	91,97%	100,00%
B2B	0,16%	34,11%	62,85%	73,85%	76,37%	100,00%

Risco de Crédito de instituições financeiras

Na análise de risco de crédito de instituições financeiras é realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating através de limites de: (i) Rating Mínimo em escala Local; (ii) PL Mínimo da Instituição Financeira; (iii) % de exposição ao PL da Instituição financeira e (iv) % de exposição máxima da Companhia a uma instituição financeira.

O crédito concedido a instituições financeiras, nas operações derivativos, está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros, conforme o rating a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Nome	País da agência bancária	Rating Escala Nacional	Agência de Risco	Rating Escala Global	Agência de Risco
Citigroup	Américas	BBB+	S&P	BBB+	S&P
Banco Bradesco	Brasil	AAA	S&P	BB	S&P
Banco do Brasil	Brasil	AAA	S&P	BB	S&P
Banco Itaú Unibanco	Brasil	AAA	Fitch	-	-
Banco Safra	Brasil	AAA	S&P	BB	S&P
Banco Santander S.A. - Brasil	Brasil	AAA	S&P	BB	S&P
Caixa Econômica Federal	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
Citibank	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
Banrisul	Brasil	AA+	S&P	BB-	S&P
JP Morgan	Brasil	AAA	S&P	-	-
JP Morgan	Estados Unidos	-	-	A	S&P
Scotia bank	Canadá	-	-	A+	S&P
MUFG	Estados Unidos	-	-	A-	S&P
MUFG	Brasil	AAA	S&P	-	-
BTG Pactual	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
BNP	França	-	-	A+	S&P
BofA	Estados Unidos	-	-	A-	S&P
BRASIL (País)		AAA	S&P	BB	S&P
Vibra Energia S.A.	Brasil	AAA	Moody's	-	-

Garantias concedidas a clientes

A Companhia possui operações de financiamento de revendedores na venda de imóveis próprios, caracterizadas como “operações de vendor”, nas quais a Vibra emite garantias ao Santander, preservando a alienação fiduciária do bem até a quitação integral das obrigações pelos clientes. Nessas operações, o montante máximo de exposição, em 31/12/2024, é de R\$ 236, sendo o último vencimento em nov/29.

28.4 Gestão de capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos, almejando manter um perfil adequado de endividamento e garantindo retorno aos seus acionistas. A Companhia poderá alterar a sua estrutura de capital conforme as condições macroeconômicas, bem como em virtude do processo de desenvolvimento de projetos orgânicos e inorgânicos do portfólio.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado	
	2024	2023
Financiamentos (nota 14)	20.449	14.770
Arrendamentos (nota 15)	359	748
Dívida bruta de financiamentos e arrendamentos	20.808	15.518
Instrumento Financeiro Derivativo (swap)	(875)	644
Dívida bruta após instrumento derivativo	19.933	16.162
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(10.480)	(6.666)
Endividamento líquido	9.453	9.496

28.5 Mensuração ao valor justo

As mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme descrito a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A Companhia classifica um instrumento financeiro mensurado a valor justo como nível 3, quando um ou mais dos dados significativos não forem observáveis.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo estimado para os financiamentos da Companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 14.2.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

29 Partes relacionadas

29.1 Transações comerciais e outras operações

29.1.1 Por empresa

	Consolidado					
	Resultado		Ativo		Passivo	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Empreendimentos controlados em conjunto da Companhia						
ES GAS	-	3	-	-	-	-
Evolua	-	-	-	-	133	319
Comerc	-	2	-	-	-	-
Vem Conveniência	-	26	-	-	-	-
Navegantes	2	1	29	14	-	-
Nordeste I	1	-	9	8	-	-
Zeg Biogás e Energia	1	-	11	-	-	-
	4	32	49	22	133	319
Total	4	32	49	22	133	319

	Controladora					
	Resultado		Ativo		Passivo	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Controladas da Companhia						
Fundo Invest.Imobiliário FCM	(67)	(75)	540	543	373	434
Vibra Trading B.V.	(33)	66	-	12	20	154
VBBR Conveniência	20	1	160	159	228	237
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda.	1	-	11	1	9	-
	(79)	(8)	711	715	630	825
Empreendimentos controlados em conjunto da Companhia						
ES GAS	-	3	-	-	-	-
Evolua	-	-	-	-	133	319
Comerc	-	2	-	-	-	-
Vem Conveniência	-	26	-	-	-	-
Navegantes	2	1	29	14	-	-
Nordeste I	1	-	9	8	-	-
Zeg Biogás e Energia	1	-	11	-	-	-
	4	32	49	22	133	319
Total	(75)	24	760	737	763	1.144

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

29.1.2 Por operação

	Consolidado			Controladora		
	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
Resultado						
Variações monetárias e cambiais líquidas	-			(59)		
Receitas (despesas) financeiras líquidas	4			(26)		
Outras receitas e despesas	-			10		
Ativo						
Contas a receber (nota 7)		-			699	
Dividendos		1			13	
Outros ativos realizáveis a longo prazo		48			48	
Passivo						
Fornecedores			133			180
Outras contas e despesas a pagar			-			228
Arrendamentos			-			355
Em 31.12.2024	4	49	133	(75)	760	763
Janeiro a dezembro/2023	32			24		
Em 31.12.2023		22	319		737	1.144

Em 31 de dezembro de 2024, as compras de derivados de petróleo realizadas com a controlada Trading BV totalizam R\$ 2.485 (R\$ 5.499 em 31 de dezembro de 2023) e com a controlada Vibra Trading Importação e Exportação Ltda totalizam R\$ 82. Em 31 de dezembro de 2024, as compras de álcool anidro e hidratado com a ECE (Evolua Etanol) totalizam R\$ 4.151 (R\$ 3.254 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui garantias prestadas a favor da Trading BV para as operações de compras realizadas por esta controlada até o montante de USD 1 bilhão (USD 1 bilhão em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a Companhia é garantidora de empréstimos obtidos pela Trading BV pelo montante de USD 80 milhões (USD 55 milhões em 31 de dezembro de 2023), além de garantias do tipo CSP – Credit Support Provider no valor de USD 50 milhões e Garantia Futures no valor de USD 2.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui garantias corporativas prestadas em favor da Comerc Participações no montante de R\$ 202 (R\$ 274 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui mútuo de R\$ 29 com a Navegante Logística Portuária S.A., R\$ 11 com a Zeg Biogás e Energia S.A e de R\$ 8 para Nordeste Logística I S.A.

Vibra Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

29.2 Remuneração da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Companhia são apresentadas a seguir:

	Controladora							
	2024				2023			
	Diretoria Executiva (Estatutários)	Conselho de Administração	Demais membros de comitês estatutários	Total	Diretoria Executiva (Estatutários)	Conselho de Administração	Demais membros de comitês estatutários	Total
Benefícios								
Curto prazo	42,9	11,2	0,7	54,8	37,0	11,3	0,6	48,9
Pós-emprego	1,1	-	-	1,1	1,0	-	-	1,0
Remuneração baseada em ações	21,0	2,2	-	23,2	14,9	4,5	-	19,4
Total	65,0	13,4	0,7	79,1	52,9	15,8	0,6	69,3

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha seis membros na Diretoria Executiva (seis membros em 31 de dezembro de 2023) e seis membros no Conselho de Administração (oito membros em 31 de dezembro de 2023).

No consolidado a despesa com os honorários de diretores e conselheiros totalizou R\$ 83 (R\$ 69 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***30 Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa**

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Arrendamentos	122	69	120	71
Capitalização de recebíveis em participações societárias	-	-	21	-
Incorporação de imóveis (*)	15	-	15	-
Outras transações				
Utilização de depósito judicial para pagamento de contingência	16	21	16	21

(*) Refere-se a imóveis recebidos como pagamento de dívidas (dação em pagamento) e em processos de desapropriações.

A Companhia adota a prática de apresentar os juros pagos como atividade de financiamento e os dividendos recebidos como atividade de investimento na demonstração dos fluxos de caixa.

Os fluxos de caixa das operações de risco sacado são apresentados como atividade operacional por representar pagamentos oriundos de aquisição de bens e serviços de natureza operacional.

31 Evento Subsequente**Aquisição de participação acionária na Comerc Energia S.A.**

No âmbito da Operação, a Companhia adquiriu 181.514.631 ações ordinárias de emissão da Comerc, representativas de, aproximadamente, 50% do capital social votante e total da Comerc. Essas ações foram adquiridas do Sr. Christopher Alexander Vlavianos, dos Fundos Perfin Infra e dos Acionistas Originais Minoritários, conforme definidos e qualificados no Acordo de Acionistas da Comerc celebrado em 25 de fevereiro de 2022, e aditado na presente data. Com a conclusão da Operação, a Companhia passou a deter 358.309.951 ações ordinárias da Comerc, representando cerca de 98,70% do capital social votante e total da sociedade, consolidando, assim, o controle.

O preço total de aquisição devido pela Companhia foi de R\$ 3.732 ("Preço de Aquisição"), correspondendo a R\$ 20,56 por ação de emissão da Comerc. Desse valor, foi retida uma parcela como garantia contratual, sendo: (i) R\$ 250, a serem pagos no segundo aniversário da data de fechamento da Operação; e (ii) R\$ 50, a serem pagos no quinto aniversário da data de fechamento, ambos devidamente atualizados pela variação positiva do CDI, calculado pro rata die, a partir da data do fechamento até o dia imediatamente anterior ao pagamento. Esses valores poderão ser substituídos por fiança bancária, conforme termos acordados. O saldo remanescente do Preço de Aquisição foi integralmente liquidado na data de fechamento da Operação.

O valor contábil dos ativos líquidos adquiridos foi de R\$ 3.524, correspondente a 98,70% do montante total de R\$ 3.570, com base na posição patrimonial de 31 de dezembro de 2024. Informações contábeis resumidas sobre os ativos e passivos totais da Comerc, não proporcionalizadas, estão detalhadas na Nota 10.1 das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Até a data de autorização para emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o laudo de alocação do preço pago pela aquisição da Comerc Energia S.A. ainda estava em elaboração. Dessa forma, os reflexos contábeis da operação, bem como as divulgações exigidas, serão apresentados nas informações financeiras do 1º trimestre de 2025 (1T25).

A aquisição da Comerc está alinhada ao planejamento estratégico da Vibra e permitirá agregar competências complementares em uma plataforma integrada de energia.

Aumento de capital social na Comerc Energia S.A.

Em 17 de janeiro de 2025, em assembleia geral extraordinária da Comerc Energia S.A., foi aprovado o aumento do capital social da Comerc em R\$1,5 bilhão, mediante a emissão de 161.985.792 ações ordinárias pela Comerc, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia. Em decorrência do referido aumento de capital, a Companhia passou a ser titular de 520.295.743 ações ordinárias de emissão da Comerc, representativas de 99,10% do capital social votante e total da Comerc.

Aprovação de Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio

Em 24 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Vibra aprovou a distribuição de remuneração antecipada aos acionistas, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), referente ao exercício social de 2025.

O montante bruto será de R\$ 350, equivalentes a aproximadamente R\$ 0,31403898619 por ação. Farão jus ao pagamento, os acionistas na posição acionária do dia 21 de março de 2025 (inclusive).

Processos não provisionados (perda possível)

Em 07 de fevereiro de 2025, a Companhia foi notificada de autuação pela Secretaria Estadual de Fazenda do Amazonas em processo que discute a incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques da Cia, decorrentes da variação da temperatura, operacionalização e transporte dos produtos (nota 25.3, processos de natureza fiscal, item 2). De acordo com as estimativas da Companhia o risco financeiro envolvido é de R\$77.

Vibra Energia S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis e sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Vibra Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 34.274.233/0001-02, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025.

ERNESTO PERES POUSADA JUNIOR

Presidente

AUGUSTO RIBEIRO JUNIOR

Diretor Vice-Presidente Executivo de Finanças, Compras E RI

JULIANO JUNQUEIRA DE ANDRADE PRADO

Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial B2B

CLARISSA DELLA NINA SADOCK ACCORSI

Diretora Vice-presidente Executiva de Energia Renovável e ESG

FLAVIO COELHO DANTAS

Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial, Varejo e Inteligência de Mercado

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA

Diretor Vice-presidente Executivo de Operações, Logística e Sourcing

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SÉRGIO AGAPITO LIRES RIAL

Presidente

CLÁUDIO ANTONIO GONÇALVES

Conselheiro

FABIO SCHVARTSMAN

Conselheiro

MATEUS AFFONSO BANDEIRA

Conselheiro

NILDEMAR SECCHES

Conselheiro

WALTER SCHALKA

Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

ERNESTO PERES POUSADA JUNIOR

Presidente

AUGUSTO RIBEIRO JUNIOR

Diretor Vice-Presidente Executivo de Finanças, Compras E RI

JULIANO JUNQUEIRA DE ANDRADE PRADO

Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial B2B

CLARISSA DELLA NINA SADOCK ACCORSI

Diretora Vice-presidente Executiva de Energia Renovável e ESG

FLAVIO COELHO DANTAS

Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial, Varejo e Inteligência de Mercado

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA

Diretor Vice-presidente Executivo de Operações, Logística e Sourcing

CONTADOR

LUÍS CLÁUDIO SACRAMENTO BISPO

Contador - CRC - RJ – 077.292/O-2

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”) da Vibra Energia S.A. (“VIBRA”) é um órgão colegiado de assessoramento ao Conselho de Administração, de caráter permanente, instituído na forma do disposto no artigo 25 do Estatuto Social.

Atualmente, o Comitê é composto de 4 (quatro) membros, sendo: (i) 2 (dois) membros conselheiros de administração designados na reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de maio de 2024, dentre os quais, um exerce a função de Coordenador; (ii) 2 (dois) membros externos especialistas em contabilidade e finanças, não exercendo outra função na Companhia, em consonância ao exigido no artigo 22, inciso V do Regulamento do Novo Mercado.

São membros do Comitê: Conselheiro Mateus Affonso Bandeira (Coordenador), Conselheiro Claudio Antonio Gonçalves e Membros Externos Marco Antonio Mayer Foletto e Pedro Augusto de Melo (especialistas em contabilidade e finanças).

Destaca-se que todos os atuais membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 31-C §2º da Resolução CVM 23/2021 e aqueles estabelecidos pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

2. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

A Administração da VIBRA é responsável por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando de forma ampla e com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, contemplando as áreas e atividades mais sensíveis às operações e à estratégia da VIBRA.

Desde abril de 2017, a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) é a responsável pela auditoria externa e independente das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e deve confirmar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VIBRA ENERGIA S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

No cumprimento de suas atribuições descritas no Regimento Interno, as análises e avaliações procedidas pelo CAE fundamentam-se em informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, dos auditores externos e dos executivos responsáveis pela gestão de riscos e controles internos da Companhia.

Em conformidade com o Estatuto Social e com os normativos aplicáveis, em especial, a Resolução CVM 23/2021 e pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), o CAE tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, atuando principalmente sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações contábeis; (ii) a efetividade dos processos de controles internos e de gestão de riscos; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; e (iv) as transações com partes relacionadas.

3. RESUMO DAS ATIVIDADES DO CAE NO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

No exercício de 2024, abrangido pelo presente relatório, o Comitê realizou 9 (nove) reuniões ordinárias, reunindo-se com as áreas de integridade, auditoria interna, auditores independentes, além dos vice-presidentes e diretores. O CAE também realizou reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal, para análise e aprovação das demonstrações financeiras trimestrais e anuais da empresa.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício social de 2024, cabe destacar a abordagem dos seguintes temas:

Auditoria Independente

- Avaliação das principais conclusões dos auditores independentes ao término de cada revisão das Informações Trimestrais (ITRs) ao longo de 2024 e parecer sobre as demonstrações financeiras;
- Revisão e discussão com os auditores independentes sobre os PAAs – Principais Assuntos de Auditoria identificados em seu exame;
- Avaliação do relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos;
- Supervisão das atividades da auditoria independente a fim de avaliar a independência e qualidade.

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

Auditoria Interna

- Análise do planejamento de trabalhos da auditoria para o exercício 2025, com recomendação para aprovação do plano pelo Conselho de Administração;
- Acompanhamento da execução do plano dinâmico de auditoria interna e de seus resultados, tomando conhecimento das recomendações e planos de ação;
- Acompanhamento dos relatórios da Auditoria Contínua;
- Avaliação do Programa de Qualidade da Auditoria Interna;
- Acompanhamento da avaliação da Auditoria Interna;

Integridade

- Acompanhamento do reporte das denúncias recebidas por meio do Canal de Ética;
- Acompanhamento periódico das ações relacionadas à gestão integrada de riscos corporativos e do monitoramento de fraudes;
- Acompanhamento de ações relacionadas aos riscos cibernéticos e de segurança da informação;
- Monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos;

Gestão Financeira

- Acompanhamento do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras Intermediárias e anual Individuais e Consolidadas da Companhia;
- Elaboração do orçamento deste Comitê;
- Avaliação dos impactos sobre novas normas de sustentabilidade (IFRS S1 e S2);
- Acompanhamento dos aspectos contábeis relativos à aquisição da Comerc;
- Acompanhamento das movimentações das contingências e provisões judiciais.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da VIBRA, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, realizaram exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas dos relatórios dos auditores independentes e da Administração, relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão, o Comitê de Auditoria Estatutário entende que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e, portanto, recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, para posterior submissão à Assembleia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025.

Mateus Affonso Bandeira

Coordenador do Comitê de Auditoria
Estatutário

Claudio Antonio Gonçalves

Conselheiro

Marco Antonio Mayer Foletto

Membro Externo

Pedro Augusto de Melo

Membro Externo

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da VIBRA ENERGIA S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício de 2024 e suas respectivas notas explicativas, o Relatório Anual da Administração, a destinação do resultado do Exercício 2024 com proposta de distribuição de dividendos, proposta de orçamento de capital para 2025 e proposta de alteração do art. 4º do Estatuto Social, em razão do aumento do capital social, mediante a capitalização de saldo de reserva legal e de retenção de lucro.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido nesta data, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025.

Gueitiro Matsuo Genso

Presidente

Vitor Paulo Camargo Gonçalves

Conselheiro

Rinaldo Pecchio Junior

Conselheiro



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Vibra Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Vibra Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vibra Energia S.A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 - Processos judiciais e Contingências

Conforme Nota Explicativa nº 26 e 16.1 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
A Companhia é parte ativa e passiva em processos judiciais de natureza fiscal, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Adicionalmente, no exercício de 2024, a Companhia reconheceu créditos tributários. A avaliação da classificação de perda ou ganho dos processos e sobre o reconhecimento do crédito tributário, pela Administração da Companhia, é apoiada em opiniões de consultores jurídicos, internos e externos, que consideram critérios e premissas que envolvem elevado grau de julgamento, tais como precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Esse assunto foi considerado como significativo em nossa auditoria em função do reconhecimento e mensuração de provisões, passivos contingentes e causas ativas requererem que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores envolvidos, a probabilidade de saída de recursos ou entrada de benefícios econômicos e a existência de uma obrigação presente dos processos judiciais passivos ou ganho praticamente certo dos processos ativos dos quais a Companhia é parte envolvida.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • O entendimento dos processos adotados pela Companhia associados a captura dos processos judiciais e administrativos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação das provisões para contingências, passivos contingentes e créditos tributários. • Avaliação das estimativas e julgamentos relevantes feitos pela Companhia e seus assessores legais, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores reconhecidos contabilmente e/ou divulgados. • Avaliação das informações relacionadas a natureza, datas, valores e expectativas de desfecho relativas aos principais processos e reclamações envolvendo a Companhia, por meio de confirmação direta com os consultores jurídicos internos e externos e demais documentos produzidos pela Companhia.

	• Envolvimento dos nossos especialistas em Impostos e Jurídico para avaliar a conclusão dos consultores jurídicos internos e externo sobre o mérito e mensuração de casos específicos reconhecidos durante o exercício. • Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com os requerimentos aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores reconhecidos ou divulgados. No decorrer da nossa auditoria do ano anterior foi identificada uma subavaliação na mensuração de créditos tributários, o qual foi integralmente registrado e divulgado pela administração no exercício corrente, por ter sido considerado imaterial. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos reconhecidos contabilmente, e as divulgações correlatas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
--	--

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas *pelo International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Juliana Ribeiro de Oliveira
Contadora CRC RJ-095335/O-0

VIBRA

Financial Statements and Independent Auditors' Report

Vibra Energia S.A.

At December 31, 2024



CONTENTS

Management Report.....	2
Individual and consolidated statements of financial position	21
Individual and consolidated statements profit or loss.....	22
Individual and consolidated statements of other comprehensive income.....	23
Individual and consolidated statements of changes in equity.....	24
Individual and consolidated statements of cash flows.....	25
Individual and consolidated statements of added value.....	26
1 General considerations.....	27
2 Basis of preparation and presentation of the financial statements.....	27
3 Use of estimates and judgments	28
4 Material accounting policies.....	29
5 New standards and interpretations not yet adopted.....	30
6 Cash and cash equivalents.....	31
7 Net accounts receivable	31
8 Inventory.....	33
9 Advanced bonuses awarded to clients	34
10 Investments	35
11 Property, plant and equipment	42
12 Intangible assets	45
13 Trade payables.....	47
14 Financing.....	48
15 Leases	52
16 Taxes	55
17 Payroll, vacations, charges, bonuses and incentives.....	59
18 Employee benefits	63
19 Provision for decarbonization credits.....	73
20 Equity.....	74
21 Sales revenue.....	77
22 Cost and expenses by nature.....	78
23 Net finance income (cost).....	80
24 Segment reporting.....	81
25 Judicial and administrative proceedings, judicial deposits and contingencies	84
26 Contractual commitments.....	93
27 Financial instruments	94
28 Risk management	96
29 Related parties.....	106
30 Additional information to the statements of cash flow	109
31 Subsequent events	109
Representation of the officers about the financial statements and auditors' report.....	111
Members of the Board of Directors and Executive Board.....	112
Summarized Annual Report of the Statutory Audit Committee.....	114
Oversight Board Report	118
Independent auditors' report.....	119

Management Report

MESSAGE FROM THE CEO

Strong management guaranteeing profits in 2024

The year 2024 was a milestone for Vibra, marked by strategic achievements that reinforced our position as Brazil's number one multi-energy platform. Through disciplined management, we delivered solid results, further elevating the company's profitability. We made progress across all five growth avenues, ensuring profitability, efficiency and market growth. Our sales volume in 2024 reached 35,821,000 m³, with an Adjusted EBITDA of R\$ 6.3 billion (excluding the effects of the extraordinary tax recovery - LC 194/22 - R\$ 4,610 million), generating an Adjusted EBITDA margin of R\$ 175/m³. Our free cash flow (FCLF) totaled R\$ 3.3 billion, ensuring the company's financial strength. Net income stood at R\$ 6.4 billion, closing the year with a leverage of 0.9x, reflecting a robust financial position.

We further bolstered our leadership in the fuel market by enhancing our branded network and reinforcing our presence in the premium segments. We achieved this by delivering an increasingly valuable proposition and centralizing pricing strategies. Throughout the year, we stabilized the market share of our branded network while maintaining a higher level of profitability than in previous years, demonstrating our focus on quality and customer loyalty. BR Mania expanded its presence and revenue, reaching new levels of efficiency and customer experience. This dedication to our network resulted in Vibra being recognized as the most preferred and trusted brand, offering the best fuel in Brazil.

In the B2B segment, we consolidated our strategy of prioritizing direct customers, improving profitability and expanding our integrated solutions portfolio. The agribusiness sector was a significant driver of demand, supported by investments in infrastructure and logistics to serve this strategic segment ever more efficiently. Aviation experienced a strong recovery, with our sales volume growing by approximately 10% compared to 2023, maintaining our absolute market leadership in this segment.

Our logistics infrastructure remained a key competitive advantage throughout 2024. We made strategic investments in new operational bases, expanding our presence in key regions such as Santarém, Belém and Miritituba. Through efficient sourcing management and integrated planning, we mitigated volatility and locked in our profitability. Our adaptability and logistical efficiency were crucial in capturing opportunities and overcoming challenges in the fuel market.

In 2024, Vibra expanded its presence in the lubricants market, offering high-value-added products. This was made possible by the expansion and modernization of our plant, strengthening the Lubrax brand in strategic segments such as automakers and agribusiness. We also structured our operations to advance in Latin American markets, increasing exports and leveraging logistics synergies. Lubrax+ continued its growth trajectory, consolidating itself as Brazil's largest automotive service network, increasing penetration in both our B2B customer base and our service station network.

We achieved significant progress on the regulatory front in tackling informality in the fuel distribution sector, particularly with the implementation of single-phase taxation for PIS and Cofins on ethanol and the new law for the Renovabio program. We believe these structural advancements will ameliorate unfair competition and usher in greater market predictability.

The year also marked a significant step in Vibra's energy transition journey, with the acquisition of the remaining 50% interest in Comerc. This move solidified our leadership in the renewable energy sector, strengthening a robust portfolio in solar and wind generation, energy efficiency, and free-market energy trading. These initiatives reinforce our commitment to spearheading the energy transition in Brazil.

Ernesto Pousada, Vibra CEO

Management Report

COMPANY PROFILE

Vibra Energia was established in 1971 as Petrobras Distribuidora S.A. to take over the distribution and trade of crude oil products and derivatives of Petrobras. In July 2019, Petrobras sold part of its interest through a follow-on operation, resulting in one of the largest capital market privatizations in Brazil. In July 2021, Petrobras completed its divestment process from the company, which was then renamed Vibra Energia, ushering in a new phase with a revamped brand and corporate identity.

Vibra leads the fuel and lubricants distribution market in Brazil, boasting the widest reach in the sector. The company serves 7,897 Petrobras service stations and approximately 18,000 B2B customers. Its logistics infrastructure is extensive and unparalleled, with around 98 operational units focused on ensuring fuel supply across the country. Vibra also operates the largest lubricants plant in Latin America, the fifth largest in the world, and has a presence in 94 airports across Brazil, meeting customer needs efficiently.

The company is renowned for its excellence in the sale of crude oil based fuels, vehicular natural gas, biofuels, lubricants and convenience products. Additionally, Vibra offers B2B solutions, including liquid fuels, lubricants, chemical products, and related services, catering to various economic sectors. In aviation, Vibra supplies products and services to both national and international airlines at airports across Brazil.

As part of its energy transition journey, Vibra is also investing in renewable solutions, such as electricity management, biofuels, energy efficiency, carbon credits, electromobility and renewable energy generation. Its goal is to establish itself as a multi-energy platform, capable of meeting any energy demand its customers place on it.

Management Report

ESG STRATEGY

Vibra's ESG Agenda is focused on continuous progress and improvement, aiming for excellence in environmental, social and corporate governance concerns. With seven priority topics aligned around four UN Sustainable Development Goals (SDGs), we deliver our ESG Agenda through action plans and specific targets, applied across various functions and monitored by key performance indicators. Some of these targets are directly indexed to variable compensation for managers and teams.

To ensure ESG is embedded into our business strategies, we have established a dedicated ESG governance structure, which includes: Board of Directors and Executive Board, Change Management and ESG Department, ESG Ambassadors and ESG Focal Points.

	SDGs	ESG priorities	Ambitions/targets
E	13 - Climate action	Decarbonizing our operations Scopes 1 and 2	To reduce GHG emissions by 67% by 2026, compared to the baseline 2019 Neutralize GHG emissions from 2025
		Decarbonizing our clients Scope 3	Transitioning customers to cleaner energy sources (LNG, biomethane, and the others) in 2024 Neutralize GHG emissions from 2050
S	16 - Peace, justice and strong institutions	Social Causes Combating the sexual exploitation of children and adolescents	Combating sexual violence against children and adolescents by actively engaging society and partners, protecting vulnerable young people and supporting families
		5 - Gender equality Diversity and inclusion Women and Black people in leadership	30% woman in senior leadership roles by 2025 20% of black people in leadership positions by 2025
		8 - Decent work and economic growth Occupational safety Safer workplaces	Zero SIFs (serious injuries or fatalities) Alert Limit of 0.71 of the TFCA (lost-time injury frequency rate)
G	16 - Peace, justice and strong institutions	Ethics and integrity Fighting unlawful practices in the sector	Formulating an action plan for the entire service station network
		Corporate governance Best practices in transparency and accountability	100% transparency on whistleblowing hotlines and the compliance and governance structure by 2025 100% of the high-risk value chain trained on integrity by 2027 100% transparency in dealings with government officials by 2030 100% integrity in senior management compensation (transparency and inclusion of integrity criteria) by 2030

Management Report

Awards

We participated in major market indicators and ratings such as the B3 Corporate Sustainability Index (ISE B3), S&P Global's CSA, Carbon Disclosure Project (CDP), among others. We achieved positive results in recent years that demonstrate our progress in governance and social and environmental management.

	Listed since 2019
	Listed since 2020
	Included in the Sustainability Yearbook 2021, 2022 and 2024 – in the Retailing segment
	Received the Industry Top Rated seal in 2022, 2023 and 2024 – in the Refiners and Pipelines segment
	A Rating since 2021
	B Score in 2021, 2022 and 2023
	Listed since 2020
	Gold GHG Protocol reporting status since 2019
	Best in ESG 2022 and 2023 in the Oil, Gas, and Chemical segment and in the Fuel and Energy Transition category in 2024

Climate Change

Vibra is dedicated to providing Brazil with energy solutions precisely tailored to meet the needs of its customers. This requires a constant search for innovative solutions that also meet the demands of the energy transition and the implementation of a low-carbon economy.

Our climate strategy is guided by eight core, interrelated and cross-cutting pillars, maturing our process in the energy transition. These pillars cover: (i) reduction plan; (ii) indicators and targets; (iii) risk management; (iv) transition plan; (v) engagement; (vi) innovation; (vii) transparency; and (viii) compensation plan.



Management Report

We are committed to reducing our scope 1 and 2 emissions by 67% by 2026 (2019 baseline). A significant part of this reduction (37.9%) will come from the decommissioning of the Juruti thermal plant (in Pará state), a region that will have a national grid in the coming years with the completion of power transmission line works.

We have developed several transportation initiatives as part of our scope 1 and 2 emissions reduction plan such as: using ethanol in our light vehicle fleet for Sales Executives (EVs), implementing clean energy solutions in fuel supply trucks for aircraft, including electric vehicles and green-diesel trucks, enhancing energy efficiency by increasing investments in reducing steam losses in our production process and adopting renewable energy-powered equipment (e.g., forklifts) and migrating an additional seven operational sites to the free energy market, reaching 25 sites (26 including distributed generation units).

As for our net-zero target for scope 1 and 2 emissions starting in 2025, we are pleased to report that we have achieved this ahead of schedule by fully offsetting and neutralizing our Scope 1 and 2 emissions for 2023. This was accomplished through participation in the ISS Neutro Program, a pioneering initiative run by the Rio de Janeiro municipal government that encourages taxpayers of the Municipal Services Tax (ISS) to purchase carbon credits.

We acquired 55,000 carbon credits through the trader Re flora, in a transaction brokered by Comerc Energia. These credits are linked to the Campo Largo and Umburanas Wind Cluster, located in Bahia, which harnesses wind energy to generate electricity while fostering socioeconomic development in local communities.

As a result of our efforts in 2024, we fully met our annual target of reducing absolute scope 1 and 2 emissions by 8%. As part of the strategy to reduce scope 3 emissions, the company has already allocated north of R\$ 7 billion in partnerships and investments in other companies (1Q25 includes the full acquisition of COMERC Energia). These resources aim to expand the portfolio of low-carbon products and services, creating value for customers and for Vibra. We guide our reduction plan by three pillars of action, they are:

- Product Transportation - migration of road transport to more efficient modes, use of cleaner energy in transporting our products, increasing logistical efficiency (new pools, control tower, return freight, and route optimization), and in road transport (cubing and engagement with transporters);
- Energy Solutions via Our Multi-Energy Platform (COMERC, EVOLUA, ZEG Biogás, EZVolt, advanced biofuels, and other emerging markets) – delivering the best solutions for our customers and expanding our portfolio with a focus on decarbonization, and
- GHG Management and Value Chain – partnership with the startup Deep ESG for qualified diagnosis and offering solutions for customers in the energy transition and decarbonization processes

Strategic climate risk management is a key pillar of our strategy. In 2024, we conducted a Physical and Transitional Risk and Opportunity Study in partnership with a specialized firm, deepening our analysis of climate change impacts on our business, operations and value chain. The study evaluated multiple climate scenarios, considering variables such as: energy matrix changes (Technological), regulatory changes (Political & Legal), market transformation and consumer preferences (Market), growing stakeholder concerns (Reputational) and exposure to extreme climate events, such as meteorological droughts, wind anomalies and storms. The results provide strategic insights to strengthen Vibra's resilience amid ongoing global transformations.

Management Report

To further understand emissions linked to our operations and products, we also conducted a detailed Carbon Footprint study in partnership with a specialized firm. This study quantified GHG emissions across the full life cycle of Vibra's 27 key products, including: 12 road fuels (+ ARLA 32), 2 aviation fuels, 8 lubricants and 4 chemical products. The analysis covered every stage, from raw material extraction, manufacturing, transportation, and storage to usage and disposal. With used these results to enhance our decarbonization strategy, to identify emission reduction opportunities throughout the value chain and to strengthen our portfolio of sustainable solutions for customers, fully aligned with the energy transition.

Our participation in the Brazilian GHG Protocol Public Emissions Registry, through the publication of our Annual GHG Emissions Inventory, was recognized with the Gold Seal, for full coverage of our installations and third-party verification submission. We also responded to the CDP (Carbon Disclosure Project) climate change questionnaire, including the Supply Chain dimension and the ICO2 (Efficient Carbon Index), aiming to provide an overview of the emissions of companies listed on B3 and their performance in the decarbonization process.

Also in respect of climate change and the energy transition, we are continuing our strategy of strengthening our portfolio of products and services with partnerships for new businesses. Through our Multi-Energy Platform, we offer products that contribute to the decarbonization of our customers' activities, strengthening our position to play an active role in Brazil's energy transition.

One example of this commitment is our partnership with Volkswagen Truck and Bus, through which we pioneered the supply of Vibra Renewable Diesel—an advanced fuel containing 10% renewable diesel (HVO). This high-performance biofuel significantly eases greenhouse gas emissions and can be used without engine modifications. As part of this initiative, all trucks and buses produced by Volkswagen in Brazil receive their first fill-up with Vibra Renewable Diesel. This ensures they leave the factory with a lower-carbon fuel, driving more sustainable solutions for the transportation sector.

Social Responsibility

Vibra has made combating sexual violence against children and adolescents its core social cause, recognizing it as an absolute and urgent priority.

We expanded our work with Childhood Brasil, whom we have partnered since 2019, in preventing sexual exploitation on Brazilian highways to ensure the rights of children and adolescents. We began supporting social projects that directly assist children and adolescents, strengthening the protection network and preventing sexual exploitation, while also providing safe spaces for families.

In May 2024, we launched the "Zero Sexual Exploitation" campaign, aiming to raise awareness and educate as many people as possible on this critical issue. The campaign emphasized the importance of reporting suspected cases, directing the public to Disque 100, a free and confidential Federal Government hotline for reporting human rights violations. A film was produced and aired on major media channels, reinforcing the message with the concept "A positive future with no exploitation and no violence." The film used an emotional and educational approach, portraying a fictional case that reflects the Brazilian reality. Advertisements were also published in print media, informational materials were distributed at Petrobras service stations, and posts were shared on our social media channels. Activations took place at key events too, such as the Stock Car stage in Cascavel (PR), featuring influencers Felipe Massa and Júlio Campos.

Management Report

The campaign was also showcased at Vibra-sponsored events, with messaging displayed on screens, panels and public announcements during Festival Pecuária in Goiânia (GO) and Festival No Pelo 360 in Mato Grosso do Sul (MS). At Vibra São Paulo, our naming rights concert venue, the campaign film was shown before performances, and its messages appeared on digital panels throughout the venue. In partnership with Opus, the entertainment company managing Vibra São Paulo, the campaign film was also screened before shows at other Opus venues starting in July 2024, including: Teatro Riachuelo Natal, Teatro RioMar Recife, Teatro RioMar Recife, Teatro do Bourbon Country – Porto Alegre, Teatro Bradesco and Teatro Sabesp Frei Caneca.

The campaign reached 73% of our resellers through Vem de Vibra initiatives, service station activations, the Fórum Siga Bem Campinas, a dedicated live session for resellers, and the Corrida Solidária in Morocco. Additionally, 38% of Petrobras service station teams were engaged through the Facebook group, lectures in Rio de Janeiro (RJ) and Vitória (ES), and the Capacidade Máxima Program. We also reached 44% of our transport partners through promotional activities at the Motorista Deztaque Awards, the Transporters' Forum, and the Casa Siga Bem initiative. Our employees were actively involved through the Leaders' Forum, internal campaigns at our headquarters, internal communications, training for multipliers, and live sessions.

It is estimated that the campaign reached over 7 million people. The initiative won the Aberje Award – Rio de Janeiro/Espírito Santo Region in the Society category and was recognized at the 18th Annual Meeting of the Na Mão Certa Program, organized by Childhood Brasil.

In August 2024, Vibra hosted a forum bringing together over 40 companies from various sectors, NGOs, and government representatives to discuss and develop a collective action plan for preventing sexual violence against children and adolescents in Brazil. Held at Arena Magalu in São Paulo, the event featured Grupo Mulheres do Brasil, Instituto Liberta, and Childhood Brasil as key participants. The forum's main goal was to create a joint initiative to thwart sexual violence against children and adolescents nationwide.

As a result of this effort, 2025 will mark the launch of the Movement for the Prevention of Sexual Violence Against Children and Adolescents: Zero Sexual Violence. This initiative reinforces our commitment to protecting future generations, fostering collective engagement in building a safer and more just society.

In terms of social investment, we contributed to the Projeto Gente Grande, supporting 300 young people from the Vicente Pizón region (Fortaleza/CE) to prepare them for Young Apprentice programs. We supported two projects in Cidade Nova, the neighborhood where Vibra's headquarters are located in Rio de Janeiro. The projects carried out by Instituto Meta Educação include: School Reinforcement for the Future and Straight Talk Theater, which provided school reinforcement for 132 public school children and training in performing arts for 60 teenagers, respectively.

In partnership with the Amigos de valor Program, we allocated resources from the Children and Adolescents Fund (FIA) to 9 socio-educational projects benefiting more than 800 children and adolescents in Barcarena (PA), Pacajá (PA), Tancredo Neves (BA), Cruzeiro do Sul (AC), Santarém (BA), Umarizal (RN), Glória do Goitá, Gravatá and Pombos (PE).

Additionally, we developed a mapping model to identify communities surrounding our units and initiated a social-territorial action plan to engage with these communities. In August and September 2024, a social risk assessment was conducted across 55 units, leading to the creation of an index that identified the most vulnerable communities, allowing us to prioritize those in need of greater attention.

The index was based on several factors, including socioeconomic structure, level of community engagement, history of accidents and incidents, and adherence to ISO 45001 standards. The selection process also considered past community relations, georeferenced territory mapping, and a strategic analysis of local leadership.

Management Report

Using this data, ten units were chosen for a pilot program consisting of training workshops and mentorships aimed at empowering teams to develop and implement action plans to strengthen community relationship management. The inclusion of the company's headquarters was a strategic decision, enabling close monitoring of the methodology's application, allowing for assessments and necessary adjustments throughout the project's execution.

Health, Safety and Environment

The internal Safety, Health and Environment policy is the foundation of our HSE management. It incorporates the market's best practices in terms of guidelines and corporate standards. Our governance includes a Safety, Health and Environment Commission, composed of managers directly involved in these processes, and the Health, Safety and Environment Committee, featuring participants of the company's Senior Management.

The health and safety of our workforce, both own and third-party, and the protection of our workplaces are values that guide all our activities. We are committed to the continuous improvement of our management system, and in 2024, our Lost Time Injury Frequency Rate (LTIFR) was 0.60, remaining below our Alert Limit of 0.71. Our Recordable Injury Rate (TAR) was 0.64, within our Alert Limit (0.69). This is the result of effective accident prevention programs we implemented, and the commitment of senior leaders to worker health and safety.

Among the safety initiatives carried out in 2024, we highlight the launch of the Letter of Commitment for Valuing Life, signed by our entire workforce. This letter reinforces that at Vibra, Safety is non-negotiable. We also advanced in risk-based management by implementing the SIF (Serious Injury or Fatality) framework, which tracks life-altering injuries and fatalities, and the SEI (Serious Environmental Impact) framework, which establishes a systematic approach to identifying and mitigating risks, reducing exposure to severe accidents in our operations.

We manage risks through the constant monitoring of our fleet operating for Vibra. In 2024, we launched the new Road Fuel Transport Manual, providing guidelines and procedures to ensure the safe transportation of our products. We continued the Motorista DEZtaque, (stand-out drivers), which recognizes and rewards drivers for their performance.

In 2024, our Transport Accident Frequency Rate (TFAT), calculated per million kilometers driven, was 0.035, staying below our Alert Limit of 0.054. This consistent performance is a result of monitoring initiatives through our Control Tower. Additionally, we recorded only one Leak with Environmental Impact (VIA) event, totaling 0.69 m³, which remained well below our Alert Limit of 12 m³. This indicator reflects the constant improvement of contingency actions in situations with potential environmental impact, as well as the increase in safety in our operations.

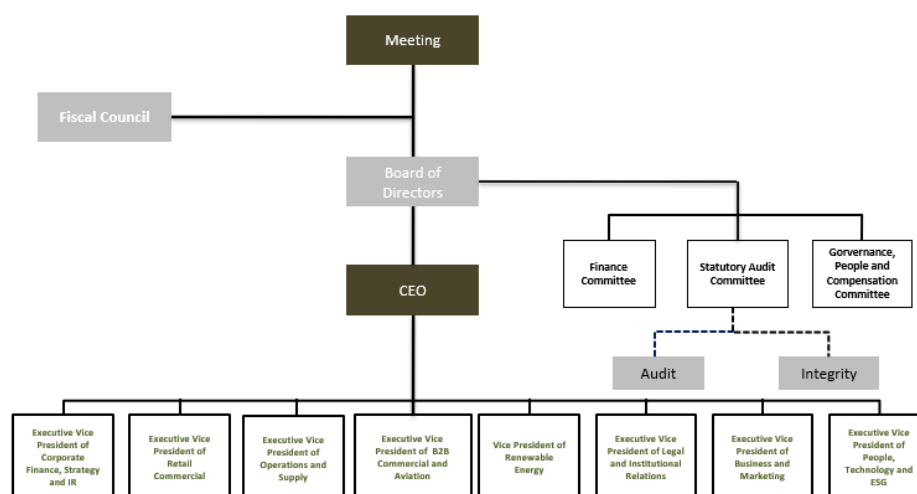
In the environmental front, we are working to enhance the eco-efficiency of our operations and reduce environmental impacts and risks. Our management system is frequently verified through internal and external audits. In 2024, we maintained multi-site certification in the Integrated Management System (SGI) under ISO standards 9001:2015, 14001:2015, and 45001:2018, totaling 10 operational units with the inclusion of the Maceió Base. We also obtained ISO 9001:2015 certification for the Macaé Supply House Depot. We also achieved ISCC EU and ISCC CORSIA certifications for our Cubatão base and Galeão Airport facility, reinforcing our commitment to sustainable practices and compliance with international standards, particularly in the biomass and biofuels supply chain.

Management Report

CORPORATE GOVERNANCE

Vibra's corporate governance model, like that of other large and complex organizations, adheres to the highest governance standards for publicly traded companies in Brazil. It complies with the rules of the Brazilian Securities Commission (CVM) and the Novo Mercado regulations of B3. Vibra's governance boards comprise the General Shareholders' Meeting; the Audit Board, the Board of Directors and its Committees, and the Executive Board. The Company also has an Internal Audit and an Integrity practice, whose activities are reported to the Board of Directors by way of the Statutory Audit Committee.

The Company currently has 3 (three) permanent advisory Committees, directly linked to the Board of Directors, with specific responsibilities for analyzing and recommending on certain matters: (i) Statutory Audit Committee, (ii) Finance Committee and (iii) Governance, People and Compensation Committee.



Last year we made reviews and adjustments of the Company's Bylaws, its Span of Authority Policy (which determines the spans of authority for the Board of Directors and the Executive Board), and the Table of Competence Limits (which governs the break-down of the competencies of the Executive Board), where numerous opportunities for improvement were found, in particular to make Company decisions faster, making the organization more efficient and competitive, allowing it to keep up with the dynamics of the businesses and the industry of which it is a part. In practice, this means the Company has strengthened mechanisms for agility and security in deliberations and, consequently, in achieving strategic objectives.

In line with market trends and best governance practices, we updated our Related-party Transactions Policy, aligning its text with the practices contained in the Brazilian Corporate Governance Code (Governance Report), further elevating the corporate governance practices score of Governance Indicators, such as the ISE and S&P.

We also continued the ongoing improvement of the management of the functions that support the Company's corporate governance. Based on the three-lines model and aimed at ensuring effective prevention, detection, investigation and correction of irregularities, Vibra introduced an Integrity Management System. This system integrates data and actions from Governance, Risk and Compliance (GRC), representing an organizational advancement. It comprises a set of institutional frameworks, work processes, regulations, management tools, and controls designed to promote corporate integrity and uphold ethical standards across the workforce. A dedicated function is responsible for its oversight and coordination.

Management Report

RISK MANAGEMENT AND INTERNAL CONTROLS

As part of our ongoing efforts to enhance Vibra's risk culture, in 2024, the Executive Board defined the priority risks to be addressed throughout the year, considering the company's risk appetite and market conditions, while monitoring the implementation of mitigation actions. To increase security and optimize risk management, we also automated key processes through a GRC (Governance, Risk and Compliance) platform. In this vein, we developed key risk indicators (KRIs) that allow us to continuously monitor exposure tolerance limits.

To enhance our physical climate risk management process, we launched a comprehensive study on physical and transitional climate risks, along with a strategic adaptation plan. Moreover, the Corporate Risk Matrix was updated over the course of 2024, resulting in the identification of emerging risks in the severity update based on an assessment of the effectiveness of our controls, and other mitigating actions implemented over the course of the year.

Regarding our internal control initiatives, in line with VIBRA's business dynamics, new processes were added to the assessment scope, and best practices were improved to mitigate risks and optimize processes. Another advancement in 2024 was the review of the import process for petroleum derivatives, along with the enhancement of existing controls. These improvements increased security, ensured better documentation management, and enhanced operational traceability.

Lastly, we continued disseminating our culture of risk management, compliance, and internal controls through communication initiatives and training for management and the workforce.

COMPLIANCE, OMBUDSMAN AND PERSONAL DATA PROTECTION

Our Integrity Program, anchored on our new Code of Ethics, is continuously improved to simultaneously promote prudence and daring in decision-making and taking risks.

In 2024, Vibra successfully revalidated its Compliance Management System certification under ISO 37301 through an independent certifying body, marking a significant milestone. This certification reinforces the strength and effectiveness of our Integrity Program, demonstrating our commitment to the highest standards of transparency, ethics and excellence. Such recognition not only strengthens stakeholder confidence but also positions Vibra as a benchmark for integrity in the market.

Continuing our commitment to the Transparency 100% Movement, an initiative by the UN Global Compact, we have already achieved 2 out of the 5 established goals, which are: 100% transparency in the Compliance and Governance structure and 100% transparency on whistleblowing hotlines.

With such commitments to transparency and integrity, the Company assured its employees, investors and other stakeholders the disclosure of stratified data on investigations and appropriate measures resulting from complaints from our ethics hotline. Additionally, Vibra has published its Governance and Compliance structure, including its reporting hierarchy, names, and positions of those responsible for each department, on its external website.

To keep Vibra aligned with market best practices, we invested in smart solutions to transform information into knowledge, enhancing the effectiveness of our Due Diligence and Background Check analyses. These advancements have provided greater speed, reliability, and accessibility of information, improving our ability to assess potential integrity risks in relationships with both individuals and legal entities.

Management Report

RELATIONS WITH INDEPENDENT AUDITORS

Our management approach is based on our Code of Ethics, Code of Conduct and Corporate Governance Guidelines.

Article 23 XI of our Bylaws establishes that independent auditors are prohibited from providing consulting or advisory services for the duration of the audit engagement.

Since 2017 KPMG Auditores Independientes has conducted the independent audit of Vibra Energia.

GENERAL MANAGEMENT AND ORGANIZATION

People and Technology

In 2024, we continued our cultural transformation journey by integrating the ESG and Transformation Office teams into the People & Technology department, creating the Change Management and ESG function. This new function also includes the Training team, with the goal of accelerating Vibra's cultural transformation process. We also strengthened our Innovation & AI team by incorporating the Data Engineering function, enhancing the robustness of our innovation process.

Our goal remains to foster a workplace that connects people and business, built on meritocracy, high performance, open dialog and collective collaboration. We are committed to achieving results while valuing each employee's potential and well-being, guided by trust, safety, courage and happiness.

Attraction, selection and retention

The year 2024 was marked by innovative advancements in our talent attraction, selection and retention strategy. We aligned our talent acquisition messaging with Vibra's 2030 Ambition, reinforcing our identity and purpose.

A major milestone was the creation and launch of our Trainee Program, establishing a structured pathway to attract and develop high-potential professionals. The Inova Estags project was a significant step in the development of our interns, providing an immersive experience that deepened their understanding of innovation within the company. This initiative encouraged interaction among participants, fostering knowledge exchange, collaboration, and a deeper insight into innovative processes, market challenges and the practical application of new ideas in daily operations. This journey not only enhanced their skills but also strengthened their sense of belonging and engagement with the company.

Benefits and Well-being: Taking care of our people

Aligned with our talent attraction, selection and retention strategy, the Benefits and Well-Being function invested in various programs and initiatives to promote the quality of life of our leaders and employees. Learn about some of these initiatives below:

Supplementary Pension Plan

In 2024 we continued offering the Flexprev supplementary pension plan, exclusively sponsored by Vibra Energia and managed by Petros, a closed complementary pension entity.

Management Report

We also made progress in the separation process of the legacy Petros pension plans (Renegotiated and Non-renegotiated), requested by Vibra to segregate the assets and participant base from the other sponsoring companies, establishing a dedicated plan for Vibra employees. This process, which began in late 2023, is expected to be completed by July 2025.

Healthcare plan

We offer an excellent healthcare plan for leaders, employees, former employees and their dependents. The plan is provided by Bradesco Saúde, a market leader in Brazil and a benchmark in Latin America.

These differentiators include:

- Extensive healthcare network with 30,000 doctors, 29,000 dentists and 3,000 accredited hospitals;
- Coverage for consultations, basic and specialized exams, therapies, outpatient treatments, and clinical or surgical hospitalizations;
- Digital health services and an exclusive benefits club

EstarBem Program: Promoting Health and Quality of Life

With a focus on prevention and well-being, we have implemented various initiatives for our employees and their dependents. Among the initiatives were:

- Influenza Vaccination Campaign;
- Chronic Patient Monitoring;
- Promotion of Healthy Eating Habits;
- Pregnancy Monitoring Program.

In 2024, we intensified our efforts to promote habit changes and encourage a healthier lifestyle. In this context, we launched two new programs:

- Sports Incentive Program
- Primary Healthcare Program.

To further support well-being, we maintain the Espaço EstarBem at our headquarters—a dedicated space designed to encourage breaks, interaction, and socialization among teams. This venue also offers relaxation services, such as massages and shiatsu.

Our commitment goes beyond physical health, fully encompassing the well-being of our employees in a panoramic health perspective. We continue to invest in initiatives that promote quality of life and balance for everyone.

Training and Development

In 2024, we advanced the development of our Corporate University, Ativamente, by launching new courses within its academies. The learning platform recorded a 55% increase in participation in online courses (EAD). We were also nominated for the 2024 Ser Humano Award, organized by ABRH-RJ, with the case study "The Structuring of Vibra Energia's Business School – Actively as a Support for Strategic Positioning and the Company's Cultural Transformation Process."

Management Report

The **GPTW (Great Place to Work) survey** was conducted for the second consecutive year, and **we successfully renewed our certification as one of the best companies to work for**. The results show an increase of 4 percentage points in our e-NPS. The analysis of the results provides valuable insights, leading to the co-creation of a unique and integrated action plan. Transformation remains a top priority for the company.

Profile

By the end of 2024 we had 3,814 employees, including leaders, across Brazil. Our workforce is well distributed between administrative and operational, with specialized and trained labor in all areas helping optimize process execution, with no losses or added costs.

See below information on our employees' profiles:

Employees	PwD
3,814 employees	54 people with disabilities.
Women	Black (Black and Brown)
1,211 women, or 31.8% of the company.	1,642 black people, or 43.1% of the company.
Average time at company	Average age
6.6-year average length of service of staff members.	40.8 years is the average age of our staff.

CONSOLIDATED PERFORMANCE 2024

Net sales revenue rose by 5.7%, from R\$ 162,947 million in Reais in 2023 to R\$ 172,272 million in Reais in 2024. This growth is mainly explained by a 9.0% increase in average selling prices, essentially due to higher product prices throughout 2024, partly offset by the 3.0% reduction in the volume sold, notably in diesel (-4.0%), fuel oil (-17.6%), coke (-87.1%), and Otto cycle fuels (-1.3%), eased by higher jet fuel sales (+10.4%). The focus on our network of service stations and contracted B2B customers, with lower sales to TRR customers and unbranded stations, contributed to the lower sales volumes of diesel and Otto cycle fuels. Meanwhile, the decrease in fuel oil sales was driven by the transition of customers to new energy sources (mainly natural gas) and reduced supply to thermal power plants, primarily due to climatic factors and the levels of national hydroelectric reservoirs. Regarding Coke, sales declined significantly due to the termination of the contract with Petrobras until they ceased in 2Q24.

Gross income dropped by 1.4%, from R\$ 8.361 billion in Reais in 2023 to R\$ 8.241 billion in Reais in 2024, mainly due to the 3.0% drop in the trading volume which was partly offset by higher margins (+1.6%).

Management Report

Operating revenue / expenses rose by R\$ 1.210 billion to a revenue of R\$ 428 million in 2024, mainly due to the following variations:

(+) PIS and COFINS Credit – In 2024, a credit of R\$ 4.075 billion related to purchases made during the 90-day period preceding the effective date of Complementary Law 194/2022. Besides R\$ 535 in additional credits related to the original validity period of Article 9 of Complementary Law No. 192/2022; R\$ 329 million in credits on amounts of CBIOS acquired in line with the Company's annual targets, which were retired by the Company between 2020 and December 2024; and R\$ 107 million in tax overpayments. There were also credits in 2023 of R\$ 2.591 billion due to Complementary Law 192/2022 and the ruling in ADI No. 7.181/DF (2023), which recognized the need to observe the 90-day notice period, as it implies the revocation of a tax benefit. There was also a gain of R\$ 828 million from the PIS/PASEP undue payment recovery process, based on the "Semiannuality" thesis.

(+) Decarbonization Credit Expense: positive variance of R\$ 408 million related to the provisioning of R\$ 838 billion in CBIOS in 2024 lower than the provision of the previous year (R\$ 1.246 billion). Refers to the compulsory decarbonization target set by ANP with the delta resulting from the reduction in the average acquisition cost of CBIOS between the periods.

(+) Provision for out-of-court settlements: recognition of R\$ 360 million related to the settlement reached in 2023 with Rede Forte Comércio et al to put an end to all litigation between the parties, under which they grant each other full, total and irrevocable release.

(+) Judicial losses and provisions: positive variance of R\$ 155 million mainly due to changes in the risks of legal proceedings (R\$ 217 million) throughout 2024, partially offset by higher losses from legal proceedings (R\$ 62 million);

(+) Income on the sale/write-off of assets: positive variance of R\$ 91 million, primarily due to higher sales of property in 2024;

(-) Sale of ES Gás in 2023, with no such corresponding transaction in 2024 (R\$ 564 million);

(-) Recognition of impairment losses in 2024 on the recoverable value of equity interests in Comerc Energia S.A. (R\$ 343 million) and Zeg Biogás (R\$ 362 million)

(-) Personnel expenses R\$ 77 million higher in 2024, with emphasis on higher expenses with compensation, charges, benefits, and provisions.

(-) Commodities hedge result: a negative variation of R\$ 82 million, mainly due to losses in hedging against the price variation set by Petrobras compared to the price paid for importing derivatives.

The financial result showed a positive variance of R\$ 853 million, from a net expense of R\$ 1.084 billion in 2023 to a net expense of R\$ 231 billion in 2024, mainly due to the following events:

(+) In 2024, write-off of Comerc's earnout (+R\$ 479 million) and adjustment of the merger earnout for integration and Comerc's call and put options (+R\$ 16 million), based on an appraisal by a specialized consulting firm. There was also a gain from the renegotiation of customer debts with Rede Duque (+R\$ 145 million) and VASP (+R\$ 50 million), along with higher revenue from financial investments due to a larger invested amount (+R\$ 144 million).

The net income for the year rose by 33.6%, from R\$ 4.766 billion in 2023 to R\$ 6.367 billion in 2024 due to the aforesaid issues. The 2024 result reinforces the trajectory of positive results and profitability marking the Company's history of success and pays testament to Vibra's sound management.

Adjusted EBITDA rose by some 23% to R\$ 10.864 billion in 2024 from R\$ 8.850 billion in 2023, yielding an Adjusted EBITDA Margin of R\$ 303/m³ in 2024. The Company maintained its market leadership, ensuring healthy commercial margins alongside efficient cost management, disciplined expenses, and tax recoveries inherent to the sector.

Management Report

Vibra's active role in Instituto de Combustível Legal is noteworthy too, as is its consolidation as a key player in the energy transition process, always in alignment with the Company's Compliance and ESG agendas.

PERFORMANCE BY BUSINESS SEGMENT 2024

Retail segment

In 2024, our retail segment ended the year with 7,897 stations, intensifying our strategy to focus on the branded station network, enhancing the value offer and improving the average network performance.

Highlights of the Retail Segment include:

Convenience Stores

In 2024, BR Mania ended the year with over 1,400 active stores across the network, after opening 119 new locations, reaching an 18% penetration rate within the Petrobras service station network.

In addition to network expansion, we continued migrating stores to the new BR Mania visual identity, which has resulted in a sales increase of up to 26% compared to the pre-renovation period.

As a differentiation strategy, we launched new store formats, including the Premium store and the Super Compact store (ranging from 15m² to 30m²), designed to provide the ideal format for each service station, based on its location and market potential.

The year was also marked by the Centralized Supply Project for franchised stores, with the opening of two Distribution Centers—the first serving franchisees in the Northeast and the latest one for the São Paulo region. This initiative allows franchisees to purchase through a single channel, enhancing our value proposition and already serving over 30% of BR Mania stores.

We therefore ended 2024 with major progress in results:

- Growth of +14% in BR Mania Stores' turnover, reaching the value of R\$ 1.8 billion and with an average monthly turnover per store of R\$ 125,000, surpassing 2023 by +8%.
- In the Same Store Sales base, we had a 9% increase in turnover.
- Number of transactions (average per store): 6,166 (+8% vs. 2023);

Siga Bem Network of Excellence

Siga Bem is our network of excellence, comprised of Petrobras service stations located along the main highways in Brazil that are full-service stops for truckers.

In 2024 the Siga Bem Network retained its 150 service stations serving over 75,000 truckers a month, and accounting for over 36% of Vibra's Diesel fuel sales. We were actively present on highways, launching promotional initiatives for truck drivers. We also signed a new partnership with CARACOL PARKING LTDA, providing Siga Bem resellers with automated parking and vehicle access control solutions, improving mobility at service stations and on highways.

Lubricants

The Lubricants business solidified itself as Vibra's fourth growth avenue. Sales volume increased by 3.4% compared to 2023, driven by higher average margins and operational cost control, leading to an EBITDA boost.

Management Report

The B2B and international markets stood out, achieving double-digit gross profit growth, fueled by cross-selling efforts and our internationalization strategy. The premium (synthetic) product line also contributed positively, strengthening Lubrax's positioning as a high-value portfolio reference.

Vibra also reversed the declining market share trend of recent years, achieving notable growth in the sector. This strong performance reaffirms the brand's robustness and the quality of our products, which continue to gain consumer preference.

Lubrax+ lubrication centers

For five consecutive years, Lubrax+ has been the most recognized brand (Top of Mind) among consumers and has solidified its position as the 5th largest franchise in Brazil and the leader in the automotive sector, according to the Brazilian Franchising Association (ABF).

We closed 2024 with 1,685 active units at Petrobras service stations, operating in over 650 municipalities across all 26 Brazilian states and the Federal District. The Lubrax+ network achieved a 39% revenue growth and a 20% increase in the number of end customers compared to 2023.

Retail (Service Station) Performance

The adjusted net revenue of the Retail Chain rose by 6.7% to R\$ 106,422 million in 2024 from R\$ 99,786 million in 2023. This increase is primarily explained by higher average sales prices (+11.4%), partly offset by the lower sales volume (-4.3%) in 2024.

Analyzing the volume of products sold over the twelve months ending December 31, 2024, there was a reduction of -4.3%, mainly due to lower sales of diesel (-6.2%) and Otto cycle products (-2.1%). The company's focus on contracted network customers and the market profile of the Otto cycle with a higher participation of ethanol help explain the lower volume sold in 2024. However, the Company maintained its market leadership in the Service Station Network segment.

Gross income decreased by 6.8% to R\$ 5,122 million in 2024, from R\$ 5,497 million in 2023. In addition to the 4.3% reduction in sales volume, sales margins in the second half of 2023 benefited from product restrictions, price variations at refineries, and above-average capture margins. This led to a decrease in gross profit in 2024 compared to the previous year. The Company maintained its focus on its branded service station network, with lower participation in unbranded stations.

Adjusted operating expenses increased by R\$ 1.055 billion, rising to R\$ 1.057 billion in 2024 from R\$ 2 million in 2023. This was mainly due to higher tax recoveries allocated to the segment in 2023 (approximately R\$ 1.6 billion), partially offset by lower provisions for CBIOS in 2024 (R\$ 300 million), higher gains from asset sales (R\$ 103 million), a positive variation of R\$ 61 million from closed commodity hedge results, and lower SG&A expenses (R\$ 20 million).

Adjusted EBITDA decreased by 26%, from R\$ 5.495 billion in 2023 to R\$ 4.065 billion in 2024, primarily due to the higher tax recoveries allocated to the segment in 2023 (around R\$ 1.6 billion). The adjusted EBITDA margin declined by 22.7%, reaching R\$ 184/m³ in 2024 compared to R\$ 238/m³ in 2023.

The Service Station Network segment accounts for approximately 62% of Adjusted Net Revenue and 37% of the Company's total Adjusted EBITDA.

Management Report

B2B Performance

We are leaders in the B2B segment with a 33.3% market share, this leadership observed in the main products marketed by the segment: diesel, fuel oil, and aviation fuels. We have a broad portfolio of clear fuels, aviation kerosene and gasoline, fuel oil, lubricants, energy, and chemicals.

In 2024, we sold 13.742 million m³ of products, representing a reduction of 0.8% in the volume marketed in the segment in 2024 compared to the previous year. This decrease is especially attributable to lower sales of fuel oil (-17.6%), coke (-87.1%) and diesel (-1.1%), largely offset by higher jet fuel sales (+10.4%). The focus on our contracted B2B customers has been reinforced, as high leveraging sales through digital distributors. The decrease in fuel oil sales was driven by the transition of customers to new energy sources (mainly natural gas) and reduced supply to thermal power plants, primarily due to climatic factors and the levels of national hydroelectric reservoirs. Regarding Coke, sales declined significantly due to the termination of the contract with Petrobras until they ceased in 2Q24.

Adjusted gross profit grew by 6.2%, increasing from R\$ 3,594 million in 2023 to R\$ 3,817 million in 2024. This reflects stronger customer relationships and, in particular, lower inventory devaluations due to price adjustments for diesel and jet fuel.

Adjusted operating expenses increased by R\$ 1.422 billion, rising to R\$ 1.337 billion in 2024 from revenue of R\$ 85 million in 2023. This was mainly due to higher tax recoveries allocated to the segment in 2023 (approximately R\$ 1.550 billion), partially offset by lower provisions for CBIOs in 2024 (R\$ 108 million) and positive variation of R\$ 12 million from closed commodity hedge results in the period.

Adjusted EBITDA decreased by 32.6%, from R\$ 3.679 billion in 2023 to R\$ 2.480 billion in 2024, primarily due to the higher tax recoveries allocated to the segment in 2023 (around R\$ 1.550 billion). The adjusted EBITDA margin declined by 32%, reaching R\$ 180/m³ in 2024 compared to R\$ 265/m³ in 2023.

B2B accounted for approximately 38% of Adjusted Net Revenue and 23% of total Adjusted EBITDA.

DEBT

The Company's Adjusted Gross Debt, after a Derivative Instrument (Swap), was R\$ 19.86 billion on December 31, 2024. This is 22.6% above the position on December 31, 2023. This increase aligns with the company's strategic movements, primarily the acquisition of approximately 50% of Comerc (equivalent to R\$ 3.7 billion), bringing Vibra's total control to 98.70% of Comerc's voting and total share capital. This increase in the company's debt was accompanied by positive structural changes in its debt profile based on its liability management strategy.

The focus on liability management and diversification of sources allowed Vibra to reduce the average cost level of debt to CDI + 1.30% p.a. in 4Q24 (CDI + 1.37% p.a. in 4Q23).

Throughout 2024, Vibra raised a total of R\$ 5.96 billion through debentures and bilateral instruments with various financial institutions. The company secured attractive financing conditions, with an average term of 4.73 years and competitive costs. The funds raised were used to finance the company's working capital, prepay debts, and support the acquisition of Comerc.

Management Report

CAPEX AND BRANDING

We carried out R\$ 1,092 million in Capex, focused on the expansion and shoring up of logistic positioning, maintenance of operational infrastructures, digital transformation and information technology, SMS, legal demands and the acquisition of the Lubrax building, Vibra's current headoffice in Rio de Janeiro. Investments in 2024 are listed in the following table:

CAPEX investment (R\$ million)	2024	%
Digital Transformation & IT	288	26%
Maintenance of Operational Infrastructure	268	25%
SMS and Legal Demands	167	15%
Expansion and Def. Logistic Positioning	147	13%
Acquisition of Offices (Lubrax)	139	13%
Works at clients	43	4%
Automation	23	2%
Retail	10	1%
Service Station Imaging	7	1%
Total	1,092	100%

For expansions and contractual renewals in the service station and services network, the Company invested about R\$ 856 billion in 2024, with about 67% in performance bonuses and the rest distributed between advance bonuses and reimbursable financing.

SUBSIDIARIES

Vibra solidified its strategic objective of creating a multi-energy platform with the August 2024 announcement of the early execution of its purchase rights for the remaining 50% of Comerc's total share capital, previously held by Perfin Infra and other shareholders. After meeting all regulatory requirements and approvals, the transaction was completed in January 2025.

The association between Vibra and Comerc allows us to add complementary competences to an integrated energy platform that is prepared to provide solutions for the end customer, with the financial capacity and potential to become one of Brazil's leading energy players.

In our strategy of diversifying the commercialization of energy matrices, the partnership with ZEG Biogás e Energia S.A., where Vibra holds 50% of the share capital, began operation of its first biomethane production plant in June 2023. This partnership aims to complement Vibra's renewable products and services platform, as another step towards the Company's insertion in the process of transition and decarbonization of the Brazilian energy matrix.

Management Report

The Ethanol Trading Company, named ECE S.A. (Evolua Ethanol), a Joint Venture (JV) with Copersucar S.A., with Vibra holding 49.99% participation, started its second full harvest in full operation in 2024. The challenges of adapting to market dynamics confirm the resilience of the new ethanol trading company, whose goal is to enable economies of scale that will allow us to be more competitive, as well as numerous operational synergies, with better controls, continuous monitoring, and a broad, real-time view of all processes in the chain, among other advantages. This initiative is in line with VIBRA's ESG agenda, as this ethanol trader ambitions to play an important role in supporting the energy transition to a decarbonized national fleet of light vehicles.

CAPITAL MARKETS

Vibra is a traded joint-stock corporation (sociedade anônima). Its shares have been traded on the B3 exchange (Brasil, Bolsa, Balcão) since 2017 under ticket VBBR3; is part of B3's "Novo Mercado", with the highest levels of corporate governance. Its share capital is comprised of 1,119,000,000 registered common shares, with no par value.

The company's shares closed the trading session on 30-Dec-24, quoted at R\$ 17.84, showing a 17.10% devaluation over the year, with an average financial volume of R\$ 187 million/day traded on the B3 – Brasil, Bolsa & Balcão

INTEREST ON CAPITAL AND DIVIDENDS

In 2024, we approved the payment of the total amount estimated at R\$ 1.07 billion, in the form of interest on equity (JCP), for FY 2024. The first payment of R\$ 520.7 million (R\$ 0.46 per share) will be made on February 27, 2025, the second payment of R\$ 262 million (R\$ 0.23 per share) on May 30, 2025 and the third payment of R\$ 292 million (R\$ 0.26) will be made on August 29, 2025.

The total amount distributed as dividends and therefore included in the minimum mandatory dividend, both in the form of interest on equity already announced and dividends to be announced at the Annual General Meeting to be held on April 16, 2025 (“**AGM**”) is R\$ 1,636,255,005.32, or approximately R\$ 1.46769602626 per common share, as shown in the table below:

Description	Date of payment	Gross amount per share (R\$)	Total gross amount (R\$)
Interest on equity already declared	02/27/2025	0.46684916264	R\$ 520,700,033.81
	05/30/2025	0.23499226370	R\$ 262,000,000.00
	08/29/2025	0.26199833017	R\$ 292,000,000.00
Additional dividends on the minimum non-discretionary dividend and additional dividends proposed to be announced at the E/AGM	11/28/2025	0.50385775628 (*)	R\$ 561,554,971.51
Total		1.46769602626	1636255005.32

(*) Estimates that could change as a result of treasury shares being transferred to cover any shares delivered under the Company's share-based compensation plan. The calculation used the number of Treasury shares as of December 31, 2024.

The amount equal to interest on equity shown in the table above was announced based on the share position in place on 06/28/2024, 09/23/2024 and 12/23/2024.

We emphasize that the total gross amount of R\$ 1,074,700,033.81 shown in the table above will be added to the minimum non-discretionary dividend, pursuant to article 9 (7) of Law No. 9.249 of December 26, 1995, and in accordance with the Company's Bylaws (“Bylaws”).

Vibra Energia S.A.
Statements of financial position
Years ended December 31, 2024 and 2023
(In millions of Reais)

Assets	Note	Consolidated		Parent Company		Liabilities	Note	Consolidated		Parent Company	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
Current						Current					
Cash and cash equivalents	6	10,480	6,666	9,316	6,157	Trade accounts payable	13	2,432	4,496	2,427	4,493
Net accounts receivable	7	4,953	6,135	5,295	6,749	Loans and financing	14	2,695	1,349	2,592	1,266
Inventories	8	6,109	5,954	6,102	5,956	Leases	15	80	121	183	220
Advances to suppliers		293	288	201	258	Customer advances	21.1	409	511	401	504
Income tax and social contribution		4	17	2	17	Income and social contribution taxes		187	1,034	184	1,019
Taxes and contributions recoverable	16.1	2,764	3,625	2,756	3,624	Taxes and contributions payable	16	137	208	135	206
Bonuses advanced to clients	9	486	575	470	575	Dividends and interest on shareholders' equity payable	20.4	1,512	1,124	1,512	1,124
Prepaid expenses		131	106	124	105	Payroll, vacations, charges, bonuses and incentives	17	340	302	323	298
Derivative financial instruments	27	461	142	461	142	Pension and health plan	18	145	155	145	155
Other current assets		160	91	147	105	Derivative financial instruments	27	53	4	44	4
		25,841	23,599	24,874	23,688	Provision for decarbonization credits	19	-	48	-	48
						Creditors for acquisition of equity interest	27	145	182	70	182
						Other accounts and expenses payable		379	462	328	444
								8,514	9,996	8,344	9,972
Noncurrent						Noncurrent					
Long-term						Loans and financing					
Net accounts receivable	7	843	391	985	391	Loans and financing	14	17,754	13,421	16,946	12,825
Judicial deposits	25.2	1,333	1,281	1,331	1,280	Leases	15	279	627	492	932
Taxes and contributions recoverable	16.1	5,046	1,954	5,046	1,954	Pension and health plan	18	757	1,251	757	1,251
Deferred income and social contribution tax	16.3	2,170	2,195	2,160	2,194	Derivative financial instruments	27	65	810	65	810
Bonuses advanced to clients	9	831	1,351	831	1,351	Provision for judicial and administrative proceedings	25	1,135	1,135	1,134	1,135
Prepaid expenses		47	62	47	62	Creditors for acquisition of equity interest	27	89	485	89	485
Derivative financial instruments	27	442	35	442	35	Other accounts and expenses payable		22	25	241	253
Other noncurrent assets		95	58	57	29			20,101	17,754	19,724	17,691
		10,807	7,327	10,899	7,296			28,615	27,750	28,068	27,663
						Equity	20				
						Paid-in capital		10,034	7,579	10,034	7,579
						Treasury stock		(105)	(1,150)	(105)	(1,150)
Investments	10	3,921	4,490	5,634	5,496	Capital reserves		92	59	92	59
Property, plant and equipment	11	6,984	6,954	6,262	6,294	Revenue reserves		11,479	10,633	11,479	10,633
Intangible assets	12	1,447	1,111	784	620	Asset and liability valuation adjustments		(1,115)	(1,390)	(1,115)	(1,390)
		23,159	19,882	23,579	19,706			20,385	15,731	20,385	15,731
		49,000	43,481	48,453	43,394			49,000	43,481	48,453	43,394

The notes are an integral part of these financial statements.

Vibra Energia S.A.

Statements of profit or loss

Years ended December 31, 2024 and 2023

(In millions of Reais)

	Note	Consolidated		Parent Company	
		2024	2023	2024	2023
Revenue from goods sold and services rendered	21	172,272	162,947	171,613	161,999
Cost of goods sold and services rendered	22.1	(164,031)	(154,586)	(163,548)	(153,713)
Gross profit		8,241	8,361	8,065	8,286
Operating expenses					
Sales	22.2	(2,759)	(2,714)	(2,767)	(2,726)
Allowance for credit loss		62	(59)	64	(59)
General and administrative	22.3	(999)	(804)	(868)	(780)
Tax		(155)	(139)	(155)	(139)
Other net income (expenses)	22.4	4,279	2,934	4,237	2,913
		428	(782)	511	(791)
Net income before finance income / (expense), results in equity-accounted investments, and income tax		8,669	7,579	8,576	7,495
Finance income, net	23				
Expenses		(1,456)	(1,502)	(1,459)	(1,530)
Income		1,777	938	1,738	920
Foreign exchange and inflation indexation, net		(552)	(520)	(536)	(504)
		(231)	(1,084)	(257)	(1,114)
Results in equity-accounted investments	10	100	(36)	200	63
Income before tax		8,538	6,459	8,519	6,444
Income tax and social contribution	16.3				
Current		(2,295)	(1,813)	(2,268)	(1,797)
Deferred		124	120	116	119
		(2,171)	(1,693)	(2,152)	(1,678)
Net income for the year		6,367	4,766	6,367	4,766
Basic result per share - R\$	20.6	5.7104	4.2561	5.7104	4.2561
Diluted result per share - R\$	20.6	5.6816	4.2445	5.6816	4.2445

The notes are an integral part of these financial statements.

Vibra Energia S.A.

Statements of other comprehensive income

Years ended December 31, 2024 and 2023

(In millions of Reais)

	Consolidated		Parent Company	
	2024	2023	2024	2023
Profit for the year	6,367	4,766	6,367	4,766
Other comprehensive income				
Items that are not reclassified to profit or loss				
Health care plan				
Actuarial losses	(100)	(153)	(100)	(153)
	(100)	(153)	(100)	(153)
Pension plan				
Actuarial gains (losses)	443	(458)	443	(458)
Deferred income and social contribution tax	(150)	155	(150)	155
	293	(303)	293	(303)
	193	(456)	193	(456)
Items that may be reclassified to profit or loss				
Translation adjustments	82	(13)	82	(13)
Comprehensive income for the year	6,642	4,297	6,642	4,297

The notes are an integral part of these financial statements.

Vibra Energia S.A.

Statements of changes in equity

Years ended December 31, 2024 and 2023

(In millions of Reais)

	Consolidated										Parent Company	
	Share capital subscribed and paid in	Capital reserves / Options awarded	Treasury stock	Revenue reserves							Total equity	Total equity
				Tax incentives	Legal	Statutory	Retention reserves	Additional dividends proposed	Retained earnings	Asset and liability valuation adjustments		
At December 31, 2022	7,579	40	(1,152)	164	123	270	6,510	-	-	(921)	12,613	12,613
Options awarded	-	19	-	-	-	-	-	-	-	-	19	19
Treasury shares	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Translation adjustments	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13)	(13)	(13)
Actuarial losses	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(456)	(456)	(456)
Net income for the year	-	-	-	-	-	-	-	-	4,766	-	4,766	4,766
Appropriation to reserves	-	-	-	31	238	-	2,893	-	(3,162)	-	-	-
Dividends / Additional proposed dividends	-	-	-	-	-	-	-	404	(676)	-	(272)	(272)
Interest on shareholders' equity	-	-	-	-	-	-	-	-	(928)	-	(928)	(928)
At December 31, 2023	7,579	59	(1,150)	195	361	270	9,403	404	-	(1,390)	15,731	15,731
Capital increases	2,455	-	-	-	(361)	(270)	(1,824)	-	-	-	-	-
Options awarded	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	15	15
Treasury shares - use and cancellation	-	-	1,074	-	-	-	(1,059)	-	-	-	15	15
Share buyback	-	-	(29)	-	-	-	-	-	-	-	(29)	(29)
Resulting capital transaction	-	18	-	-	-	-	-	-	-	-	18	18
Translation adjustments	-	-	-	-	-	-	-	-	-	82	82	82
Actuarial gains	-	-	-	-	-	-	-	-	-	193	193	193
Net income for the year	-	-	-	-	-	-	-	-	6,367	-	6,367	6,367
Appropriation to reserves	-	-	-	-	319	-	4,412	-	(4,731)	-	-	-
Dividends / Additional proposed dividends	-	-	-	-	-	-	-	(371)	(562)	-	(933)	(933)
Interest on shareholders' equity	-	-	-	-	-	-	-	-	(1,074)	-	(1,074)	(1,074)
At December 31, 2024	10,034	92	(105)	195	319	-	10,932	33	-	(1,115)	20,385	20,385

The notes are an integral part of these financial statements.

Vibra Energia S.A.
Statements of cash flows
Years ended December 31, 2024 and 2023
(In millions of Reais)

	Note	Consolidated		Parent Company	
		2024	2023	2024	2023
Cash flows from operating activities					
Net income for the year		6,367	4,766	6,367	4,766
Adjustments to:					
Income tax and social contribution	16.3	2,171	1,693	2,152	1,678
Depreciation and amortization	22	554	554	537	564
Income on the sale/derecognition of assets		(361)	(838)	(335)	(799)
Expected credit losses, net of reversal	7	(22)	102	(25)	102
Earnings on material interests		(100)	36	(200)	(63)
Appropriation / derecognition of early bonuses awarded to customers	9	696	744	693	744
Appropriation of insurance, rent and other		123	101	102	99
Net monetary and exchange variance		2,324	538	2,314	553
Profit or loss fair value, financial instruments derivatives		(889)	847	(897)	847
Fair value of earnout on acquisition of equity interests	23	(486)	-	(486)	-
Expenses on pension and health plans	18	129	111	129	111
Provision for judicial and administrative proceedings, net of reversal	25.1	128	283	128	283
Impairment of investments	10.5	705	-	705	-
Provision for extrajudicial settlements		-	360	-	360
Provision for decarbonization credits (CBIOS)	19	837	1,246	837	1,246
Win in lawsuit against the State of Goiás		-	(120)	-	(120)
ICMS credits - End of permanent status "Tax Substitution"		(124)	(82)	(124)	(82)
PIS/COFINS credit	16	(5,041)	(3,497)	(5,041)	(3,497)
Provision for tax recovery loss		(6)	102	(6)	102
Provision for bonuses and incentives		201	182	201	182
Gain arising from a pre-existing contractual relationship (acquisition of control)		-	(31)	-	(31)
Remeasurement of equity interest (acquisition of control)		-	19	-	19
Other adjustments		(97)	(4)	(99)	(23)
Decrease (increase) in assets and increase (decrease) in liabilities					
Trade and other receivables		1,590	1,136	1,645	889
Inventories		(149)	797	(145)	748
Advanced bonuses awarded to clients	9	(298)	(579)	(286)	(579)
Prepaid expenses		(131)	(116)	(106)	(114)
Judicial Deposits		(46)	(46)	(46)	(46)
Acquisition for decarbonization credits (CBIOS)	12	(851)	(1,459)	(851)	(1,459)
Trade accounts payable		(2,078)	(530)	(2,099)	(449)
Income and social contribution taxes paid		(64)	(52)	(13)	(35)
Taxes, fees and contributions		(104)	516	(113)	519
Pension and health plan		(289)	(297)	(289)	(297)
Payment of bonuses and incentives		(146)	(98)	(146)	(98)
Payments of legal proceedings		(113)	(46)	(113)	(46)
Customer advances		(113)	(40)	(106)	(42)
Advances to suppliers		(13)	(96)	56	(61)
Payment of out-of-court settlements		(204)	(160)	(204)	(160)
Other assets and liabilities, net		48	205	39	214
Net cash provided by operations		4,148	6,247	4,175	6,025
Investment activities					
Disbursements on acquisitions of PP&E and intangible assets	11 and 12	(1,134)	(742)	(1,094)	(723)
Disbursements on acquisitions/additions of equity interests		(41)	(28)	(585)	(52)
Receipt from the sale of assets		488	1,271	452	1,257
Investments in securities		(8)	-	-	-
Dividends received		7	137	38	147
Receipt of loans granted		-	6	-	6
Loans granted		(31)	(37)	(23)	(20)
Acquisition of subsidiary, net of cash acquired in consolidated		(114)	(162)	-	(192)
Net cash provided (used) in investment activities		(833)	445	(1,212)	423
Financing activities					
Financing					
Additions	14.1	5,925	1,836	5,776	1,836
Amortization of principal	14.1	(2,101)	(3,174)	(2,003)	(2,974)
Amortization of interest	14.1	(1,274)	(1,372)	(1,241)	(1,356)
Dividends and interest on shareholders' equity paid	20.4.1	(1,528)	(401)	(1,528)	(401)
Leases					
Payments of principal	15.2	(93)	(130)	(199)	(273)
Interest payments	15.2	(40)	(75)	(45)	(82)
Share buyback		(29)	-	(29)	-
Swap agreements indexed to loans					
Payments of contract adjustments	28.1/28.2	(599)	(843)	(599)	(843)
Receipts of contract adjustments	28.1	64	42	64	42
Net cash provided (used) in financing activities		325	(4,117)	196	(4,051)
Exchange variance effect on cash and cash equivalents		174	(54)	-	-
Net change in cash and cash equivalents in the year		3,814	2,521	3,159	2,397
Cash and cash equivalents at beginning of year		6,666	4,145	6,157	3,760
Cash and cash equivalents at end of year		10,480	6,666	9,316	6,157

The notes are an integral part of these financial statements.

Vibra Energia S.A.

Statements of added value

Years ended December 31, 2024 and 2023

(In millions of Reais)

		Consolidated		Parent Company	
	Note	2024	2023	2024	2023
Revenue					
Sales of products and services and other revenues		179,992	177,436	179,262	176,488
Expected credit losses, net of reversal	7	22	(102)	25	(102)
Revenue relating to construction of assets for use		802	651	802	633
		180,816	177,985	180,089	177,019
Inputs acquired from third parties					
Cost of goods, products and services sold		163,788	154,321	163,304	153,449
Materials, energy, third-party services and others		4,018	4,765	3,984	4,754
Tax credits on consumables acquired		4,929	4,182	4,928	4,182
Impairment of investments	10.5	705	-	705	-
		173,440	163,268	172,921	162,385
Gross value added		7,376	14,717	7,168	14,634
Retentions					
Depreciation and amortization	22	554	554	537	564
Added value produced by the Company		6,822	14,163	6,631	14,070
Transferred added value					
Equity earnings	10	100	(36)	200	63
Financial revenue - includes monetary and exchange variance		2,355	1,066	2,314	1,048
Rental and royalties	22	423	466	423	466
Win in lawsuit against the State of Goiás	22	-	120	-	120
Revenue from Recovery of Overpaid Tax	23.4	-	828	-	828
		2,878	2,444	2,937	2,525
Added value to be distributed		9,700	16,607	9,568	16,595
Personnel and management					
Direct compensation					
Salaries		591	505	553	499
Performance bonus and others incentives		211	187	211	187
		802	692	764	686
Benefits					
Advantages		111	95	110	95
Retirement and pension plan		155	137	155	137
Health care plan		66	57	66	57
		332	289	331	289
FGTS		54	54	54	54
		1,188	1,035	1,149	1,029
Taxes					
Federal		(2,329)	(1,160)	(2,395)	(1,164)
State		1,607	9,548	1,606	9,548
Municipal		39	42	37	42
International		8	13	-	-
		(675)	8,443	(752)	8,426
Financial institution and trade payables					
Interest, monetary and exchange variance		2,586	2,151	2,571	2,162
Commercial rental / leases		234	212	233	212
		2,820	2,363	2,804	2,374
Shareholders					
Interest on shareholders' equity payable		1,074	928	1,074	928
Dividends	20.4	529	272	529	272
Retained earnings		4,764	3,566	4,764	3,566
		6,367	4,766	6,367	4,766
Added value distributed		9,700	16,607	9,568	16,595

The notes are an integral part of these financial statements.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

1 General considerations

1.1 Reporting entity

Vibra Energia S.A. is a publicly-traded corporation whose shares are traded on the Novo Mercado segment of B3 S.A. – Brasil founded on November 12, 1971.

Vibra Energia S.A.'s core activities are the distribution, transportation, trading, processing and manufacturing of oil-based products and other fuels, the production, transportation, distribution and trading of all energy forms, chemical products, the provision of related services and the importing and exporting of items related to said products and activities. The company's head office is located in Rio de Janeiro, Rio de Janeiro state.

2 Basis of preparation and presentation of the financial statements

The individual and consolidated financial statements have been prepared in accordance with Brazilian accounting practices, including the pronouncements issued by the Accounting Pronouncements Committee (CPCs) and International Financial Reporting Standards issued by the International Accounting Standards Board (IASB).

All material information related to the financial statements and that alone, is being presented, and is that used by Management to run the Company.

The Company's Board of Directors approved the disclosure of these financial statements at a meeting held on February 24, 2025.

2.1 Statement of added value

Brazilian corporate legislation requires listed companies prepare Statements of Added Value - DVAs and disclose them as an integral part of their financial reporting package. These statements have been prepared in accordance with CPC 09 – Statement of Added Value, as approved by CVM Resolution 557/08. This statement is not a requirement under IFRS and is therefore being presented as further information.

This statement aims to present information about the wealth created by the Company and the way in which this wealth was distributed.

2.2 Basis of measurement

The individual and consolidated financial statements have been prepared on the historical cost basis, except for financial statements at fair value through profit or loss and the defined-benefit actuarial liability, recognized as the present value of the obligations less the fair value of the plan's assets.

2.3 Consolidation principles

The consolidated statements include the information of Vibra Energia and its direct and indirect subsidiaries. The intercompany transactions, balances, revenue and expenses, including unrealized profit, are eliminated in the consolidated financial statements.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

For the financial year ended December 31, 2024, VB0224, a subsidiary of Vibra, acquired control of VSA Participações Ltda. and Cedro Serviços e Participações Empresariais Ltda. (note 10.6).

The accounting policies related to the preparation of consolidated financial statements and the identification of subsidiaries are presented in note 10.

2.4 Functional and presentation currency

The functional and presentation currency of the Company and its subsidiaries in Brazil is the Brazilian Real, which is the currency of its core market.

Vibra Trading BV, a subsidiary whose functional currency is Dollar has its revenue and expenses translated at the average exchange rate and the balances of assets and liabilities translated at the rate as of December 31, 2024.

3 Use of estimates and judgments

The preparation of financial statements requires the use of certain critical accounting estimates and requires Management to exercise its judgment in the process of applying the accounting policies.

The assumptions used are periodically reviewed and are based on the historical figures and on other factors considered relevant, including expectations of future events that are believed to be reasonable under the circumstances. The actual results may differ from the estimated values, and material impacts may be seen in the Company's results and financial situation if there are significant changes to the circumstances on which the estimates relied.

The effects resulting from the reviews conducted of accounting estimates are recognized in the year the estimates are reviewed in, and in subsequent periods, if the review affects both the present year and future years.

Estimates that require substantial judgment or complexity in their application are presented in the following notes:

- Expected credit losses - note 7
- Impairment of investments in equity interests – note 10
- Useful life of property, plant and equipment and intangible assets - notes 11 and 12
- Impairment of property, plant and equipment and intangible assets - notes 11 and 12
- Fair value of earnout under acquisition of investees – note 27
- Deferred income and social contribution taxes - note 16
- Employee benefits (pension and health plans) - note 18
- Judicial and administrative proceedings and contingencies - note 25

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

3.1 Climate change

The Board of Directors systematically monitors the business plan, where the Company has initiatives related to climate change, such as reducing greenhouse gas (GHG) emissions, increasing the use of renewable energy and acquiring CBIOs to comply with the RenovaBio program.

Under the National Biofuels Policy (RenovaBio), the Company has legal obligations towards the ANP (National Petroleum Agency) consisting of annual greenhouse gas emission reduction targets. The provision for the acquisition of CBIO is in note 22.4.

In the process of preparing the financial statements, estimates related to the value-in-use of assets use the Company's strategic planning assumptions and projections (note 10), and thus incorporate strategies linked to climate change issues.

4 Material accounting policies

The Company has applied the accounting policies consistently in the individual and consolidated financial statements presented, unless stated otherwise.

Assets and liabilities with a term of receipt or maturity of less than 12 months of the reporting date are presented as current assets and liabilities, and other assets and liabilities as non-current.

The material accounting policies are described in the respective notes, except for the policy changes highlighted below:

Classification of liabilities as current or non-current and non-current liabilities with covenants (amendments to CPC 26/IAS 1)

On January 01, 2024 the Company adopted the amendments to CPC 26/IAS 1, issued in 2020 and 2022, which aim to clarify the requirements for determining whether a liability is current or non-current and require new disclosures for non-current liabilities that are subject to future covenants. The adoption had no impact on the classification of the Company's liabilities as current or non-current. Information about future covenants is provided in note 14.3.

Notes to the financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***5 New standards and interpretations not yet adopted**

The new requirements currently in force are: Noncurrent liabilities with restrictive clauses – Amendments to CPC 26/IAS 1; Classification of Liabilities as Current or Noncurrent – Amendments to CPC 26/IAS 1; Lease liability in a subsequent sale and lease – Amendments to CPC 06/IFRS 16 and Supplier financing agreements – Amendments to CPC 03/IAS 7 and CPC 40/IFRS 7.

The new standards that had not been adopted by the Company as of December 31, 2024 are present below:

New standards or alterations	Description/Effective date
Carbon Credits (tCO ₂ e), Emission Allowances, and Decarbonization Credits (CBIO) – OCPC 10	The document provides guidance on the accounting treatment (recognition, measurement and disclosure) of carbon credits, emission allowances and decarbonization credits. CVM Resolution No. 223/24 makes Technical Guidance OCPC 10 mandatory for publicly traded companies starting from periods beginning on January 1, 2025.
Lack of exchangeability (amendments to IAS 21)	The amendments specify how an entity determines the exchange rate to apply when a currency is not exchangeable. The amendments are effective for annual periods beginning on or after January 01, 2025. The Company does not expect these amendments to have a material impact on its financial statements.
Classification and Measurement of Financial Instruments - Amendments to CPC 48/IFRS 9 and CPC 40/IFRS 7	The amendments clarify the timing for recognizing and derecognizing certain financial assets and liabilities; provide additional guidance for assessing whether a financial asset meets the criteria for principal and interest payments; introduce new disclosure requirements for certain instruments; and update disclosure requirements for equity instruments designated at fair value through other comprehensive income (FVOCI). The amendments are effective for annual periods beginning on or after January 01, 2026.
<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11</i>	Effective from January 01, 2026.
<i>IFRS 19 Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures</i>	Effective from January 01, 2027.
Sale or contribution of assets between an investor and its associate or joint venture (Amendments to IFRS 10 and IAS 28)	Available for optional adoption in IFRS only. The effective date was deferred indefinitely.
<i>IFRS 18 Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>	Effective from January 01, 2027.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

6 Cash and cash equivalents

	Consolidated		Parent Company	
	2024	2023	2024	2023
Cash and bank deposits	1,309	520	399	68
Short-term investments				
Domestic	8,931	5,792	8,677	5,735
Foreign	240	354	240	354
Total	10,480	6,666	9,316	6,157

The short-term investments consist of (i) Certificates of Bank Deposit (CDB) and reverse repurchase agreements issued by tier-one banks and (ii) domestic investment funds whose funds are invested primarily in reverse repurchase agreements indexed to Brazilian federal public securities. All investments have immediate liquidity. Overseas short-term investments consist of overnight funds.

⇒ Accounting policy

Cash and cash equivalents consist of cash on hand, available bank deposits and short-term financial investments with high liquidity, subject to an insignificant risk of impairment, which are readily convertible into cash.

7 Net accounts receivable

	Consolidated		Parent Company	
	2024	2023	2024	2023
Related parties (note 29)	-	-	699	700
Third parties	8,044	8,884	7,818	8,790
Total accounts receivable (note 7.1)	8,044	8,884	8,517	9,490
Client contract receivables	6,713	7,995	6,501	7,915
Other accounts receivable	1,331	889	2,016	1,575
Financing receivable (*)	1,329	849	1,486	1,007
Advances	-	-	528	528
Other	2	40	2	40
Allowance for credit losses				
Third parties	(2,248)	(2,358)	(2,237)	(2,350)
Total allowance for credit losses	(2,248)	(2,358)	(2,237)	(2,350)
Net accounts receivable	5,796	6,526	6,280	7,140
Net accounts receivable (current)	4,953	6,135	5,295	6,749
Net trade receivables (noncurrent)	843	391	985	391

(*) In 2024, it included the recognition of a credit amounting to R\$ 360 related to the debt acknowledgment agreement with collateral, arising from the renegotiation of advance customer bonuses (Note 8).

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

	Consolidated		Parent Company	
	2024	2023	2024	2023
Change in allowance for credit losses				
Opening balance	(2,358)	(2,291)	(2,350)	(2,291)
Net (Additions)/Reversals	22	(102)	25	(102)
Write-offs	40	43	39	43
Derecognition of receivables (*)	49	-	49	-
Business combinations	(1)	(8)	-	-
Closing Balance	(2,248)	(2,358)	(2,237)	(2,350)
Allowance for credit losses (current)	(2,201)	(2,311)	(2,190)	(2,303)
Allowance for credit losses (noncurrent)	(47)	(47)	(47)	(47)

(*) This denotes renegotiated customer debt amounts that qualify for derecognition purposes under CPC 48. These amounts are written off, and new contracts are recognized at fair value.

The Company has R\$ 2,032 in trade receivables undergoing judicial collection in the consolidated statement and parent company statement (R\$ 2,149 in the consolidated statement and parent company statement as of December 31, 2023). The company reduces to zero the expectation of recovering all its receivables under judicial collection.

7.1 Breakdown of the accounts receivable balances – past due and not yet due

	Consolidated					
	2024			2023		
	Gross accounts receivable	Allowance for credit loss	Accounts receivable net	Gross accounts receivable	Allowance for credit loss	Accounts receivable net
Overdue by						
Up to 3 months	99	(6)	93	280	(30)	250
3 to 6 months	25	(14)	11	111	(18)	93
6 to 12 months	102	(17)	85	144	(64)	80
Over 12 months	2,234	(2,143)	91	2,296	(2,192)	104
Total	2,460	(2,180)	280	2,831	(2,304)	527
Neither past due nor impaired	5,584	(68)	5,516	6,053	(54)	5,999
Total	8,044	(2,248)	5,796	8,884	(2,358)	6,526

	Parent Company					
	2024			2023		
	Gross accounts receivable	Allowance for credit loss	Accounts receivable net	Gross accounts receivable	Allowance for credit loss	Accounts receivable net
Overdue by						
Up to 3 months	96	(6)	90	275	(30)	245
3 to 6 months	23	(13)	10	107	(17)	90
6 to 12 months	98	(15)	83	139	(59)	80
Over 12 months	2,228	(2,137)	91	2,292	(2,191)	101
Total	2,445	(2,171)	274	2,813	(2,297)	516
Neither past due nor impaired	6,072	(66)	6,006	6,677	(53)	6,624
Total	8,517	(2,237)	6,280	9,490	(2,350)	7,140

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)⇒ **Accounting policy**

Trade receivables are amounts due from customers for goods sold or services provided in the ordinary course of the Company's business and are measured at amortized cost.

Accounts receivable that do not meet the principal and interest receipt criteria are valued at fair value through profit or loss.

The Company recognizes the adjustment to present value, mainly for sales with a DSO of between 180 and 360 days, with interest embedded in customer prices, deducted from revenue (note 21). The advanced receipts under credit sales are derecognized from the Company's accounts receivable.

Expected credit losses, when applicable, are recognized in financial assets measured at amortized cost.

⇒ **Estimates and judgments**

The expected credit losses are based on default risk assumptions, determining whether or not there is a significant increase in the credit risk, recovery factor and others. The Company uses this judgment in such assumptions and selected the inputs to calculate the expected credit losses.

The value of the losses is determined by using the provisions matrix based on the historical credit loss and considering the clients' operating segments.

Secured accounts receivable are not included in the provisions matrix to calculate expected credit losses.

8 Inventory

	Consolidated		Parent Company	
	2024	2023	2024	2023
Products for sale				
Petroleum derivatives				
Gasoline	1,161	910	1,159	912
Diesel fuel	2,187	2,309	2,189	2,310
Fuel oil	178	267	178	267
Aviation fuel	426	433	426	433
Lubricant	424	349	424	349
Other	30	167	30	167
Biofuels (*)	1,040	769	1,040	769
	5,446	5,204	5,446	5,207
Products in transit (**)	363	442	363	442
Other products	300	308	293	307
Total	6,109	5,954	6,102	5,956

(*) comprises the balances of ethanol and biodiesel inventory.

(**) Includes imports in transit.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

It was assessed and there was no need to recognize any provision for inventory impairment for January to December 2024. During the period, the provision recorded as of December 31, 2023, in the amount of R\$ 19 was reversed.

Guarantees

The Company had inventory submitted as judicial bonds of R\$ 196 as of December 31, 2024 and R\$ 208 as of December 31, 2023.

⇒ Accounting policy

The cost of inventory includes all acquisition and transformation costs, as well as other costs required to bring them to the current location and conditions.

Inventories of oil products, biofuels and raw materials are stated at the lower of the average acquisition cost and the net realizable value, which is the estimated selling price in the ordinary course of business, less the costs necessary to make the sale.

The materials and supplies consist of production inputs and operating and consumption materials that will be used in the Company's activities and are stated at the average purchase cost, which does not exceed the replacement value.

9 Advanced bonuses awarded to clients

Consolidated								
2022	Additions	Write-off / appropriation	2023	Additions	Write-off / appropriation	Renegotiation (*)	Transfers	2024
2,091	579	(744)	1,926	298	(696)	(218)	7	1,317
Current			575					
Nocurrent			1,351					
								486
								831

Parent Company							
2022	Additions	Write-off / appropriation	2023	Additions	Write-off / appropriation	Renegotiation (*)	2024
2,091	579	(744)	1,926	286	(693)	(218)	1,301
Current			575				
Nocurrent			1,351				

(*) This denotes the renegotiation of advance bonus contracts executed through the signing of debt acknowledgment agreements (Note 7).

Early bonuses awarded to clients are subject to terms and targets to be performed, especially the consumption of volumes established in supply contracts (note 21). All litigated bonus contracts with an amortizable balance are fully provisioned for.

Vibra Energia S.A.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

10 Investments

The table below presents the total assets, liabilities and results of the investees, not in proportion to the Company's interest. It may differ from the individual financial statements of these investees due to accounting policy adjustments and the reporting date used in the preparation of the statements

10.1 Summary financials

	Subsidiaries						Joint ventures						
	Fundo de Investimento Imobiliário FCM	Vibra Trading BV	Vibra Trading Importação e Exportação Ltda	Vibra Ventures	VBBR Conveniência	VB0224	Comerc	ECE S.A. (Evolua) (*)	ZEG Biogás e Energia S.A. (a)	Nordeste I (a)	Nordeste II (a)	Nordeste III (a)	Navegantes (a)
Assets													
Current assets	171	927	263	4	120	191	2,099	2,367	36	18	21	18	6
Noncurrent assets	926	-	3	39	700	196	8,909	191	59	54	44	54	166
Total Assets	1,097	927	266	43	820	387	11,008	2,558	95	72	65	72	172
Liabilities													
Current liabilities	649	44	32	-	49	123	1,972	1,937	4	38	5	9	123
Noncurrent liabilities	286	495	11	-	142	57	5,466	142	23	17	4	8	24
Equity	162	388	223	43	629	207	3,570	479	68	17	56	55	25
Total liabilities	1,097	927	266	43	820	387	11,008	2,558	95	72	65	72	172
Results													
Net operating revenue	14	2,855	219	-	150	-	3,365	11,430	30	12	12	12	-
Net income/(loss) for the year	63	19	(1)	6	21	-	139	165	(14)	(1)	4	2	(23)
Interest in voting and total capital- % (**)	99.01%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	48.70%	49.99%	50.00%	33.33%	33.33%	33.33%	33.33%
Country	Brazil	Netherlands	Brazil	Brazil	Brazil	Brazil	Brazil	Brazil	Brazil	Brazil	Brazil	Brazil	Brazil

(*) The financial information of Evolua is as of December 31, 2024. Evolua's financial year presented in its financial statements ends on March 31.

(**) The ownership interest in voting and total capital remains the same in 2024 and 2023.

(a) Position at 11/30/2024.

The equity interests held by the Company do not include shares traded on the stock exchange.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

10.2 Description of the subsidiary's activities

Fundo de Investimento Imobiliário - FII FCM - - This entity was founded to acquire and/or to build, through purchase and sale agreements, real estate including terminals, bases, fueling stations and a lubricants plant owned by the Company. Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FII is managed by Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. The assets under construction by FII relate to the Lubrax Expansion Project.

The Company must provide funding in the event that FII FCM is unable to bear the costs and expenses related to any payment or indemnification due under the terms of its founding instruments and prospectuses for the issuance of Real Estate Receivable Certificates (CRIs).

Vibra Trading Importação e Exportação Ltda. – Company headquartered in Rio de Janeiro, this company was founded on October 25, 2021 to import, export and trade oil and related products, oil industry inputs, fuels from other sources and chemicals, and to provide related services; it is a wholly-owned subsidiary of the Company.

Vibra Trading BV – Company headquartered in Amsterdam, this company was founded to import, export and trade oil and related products; it is a wholly-owned subsidiary of the Company.

Vibra Ventures – Vibra Ventures Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior was established with the main goal of pursuing long-term appreciation of shares through the acquisition of securities issued by companies operating in the technology sector. The Fund is managed by MF PEPPER SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA. ("MF Pepper"), based in the city of Barueri, São Paulo state.

VBRR Conveniência S.A. is a company based in the city of Rio de Janeiro, RJ, whose main activity is retail trade in convenience stores.

VB0224 Participações Ltda. - Incorporated on March 27, 2024, and headquartered in Rio de Janeiro – RJ, its primary activity is holding equity interests in other non-financial companies.

10.3 Description of the activities of joint ventures

Comerc Participações S.A. – Its corporate purpose is to participate in other national or foreign companies operating in the energy or infrastructure sector or activities related to those of Comerc. It is a publicly-held company without traded shares and is headquartered in São Paulo – SP.

ECE S.A. (Evolua) – Based in São Paulo, SP, its main activities include the import, export, trading and storage of anhydrous and hydrated ethanol, provision of transportation services, loading and unloading of ethanol and its derivatives, and logistics.

ZEG Biogás e Energia S.A. – Its core activities include the manufacturing, maintenance and repair of machinery and equipment, development of studies and projects in areas related to biogas and energy, and the marketing of biogas, biomethane and natural gas. It is headquartered in Votorantim, SP.

Navegantes Logística Portuária S.A., Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. and Nordeste Logística III S.A. These are privately held companies, with the sole purpose of exploring under lease public infrastructure to move and store liquid bulk, primarily fuel and have indefinite terms of duration. The exploration areas are: Navegantes - Porto Organizado de Vitória, Espírito Santo state; Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. and Nordeste Logística III S.A. - Porto Organizado de Cabedelo, Paraíba state.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

10.4 Agreement for the early acquisition of 50% of Comerc Energia S.A.

On August 21, 2024, the Company entered into an agreement to accelerate the acquisition of the remaining 50% interest in Comerc Energia S.A., in partnership with Perfin Infra and other Comerc shareholders. The transaction was valued at R\$ 3.52 billion as of July 01, 2024, and remains subject to CDI restatement until the settlement date.

As part of this deal, Comerc was valued at R\$ 7.05 billion. It is important to highlight that the acquisition value is below the R\$ 9.34 billion cap previously approved at Vibra's Extraordinary General Meeting held on August 11, 2022, thereby eliminating the need for a new shareholder meeting for this purpose.

The transaction was completed on January 16, 2025, as detailed in Note 31 – Subsequent Events.

10.5 Impairment of joint ventures

As of December 31, 2024, the Company identified the need to recognize impairment losses on the recoverable value of its equity investments in Comerc Energia S.A. (R\$ 343) and Zeg Biogás (R\$ 362). These losses were recorded under Other Operating Income (Expenses) in profit or loss (Note 22.4).

ZegBiogás

The projections used considered a reduction in volume and margin in operations requiring high investments, coupled with a significant decline in revenue from off-taker operations, which had previously contributed positively to cash flow.

Comerc Energia S.A.

The recoverable amount was estimated based on the price paid for the acquisition of the remaining 50% interest (R\$ 3,635), which is slightly higher than the value in use (R\$ 3,523). This difference was primarily impacted by projected reductions in volume and margin in the Trading (Retail) segment.

The discount rates used in the tests applied were: Comerc Participações – 11.29% (10.94% as of December 31, 2023) and Zeg Biogás – 15.65% (9.27% as of December 31, 2023).

10.6 Business combinations

VB0224 Participações Ltda.

On December 27, 2024, VB0224 Participações, a subsidiary of Vibra Energia, acquired control of VSA Participações Ltda. and Cedro Serviços e Participações Empresariais Ltda., which, through their operating subsidiaries, operate in the Retailer Reseller Transporter (TRR) segment of the fuel market.

The purchase price for acquiring control of VSA and Cedro was R\$ 195, resulting in goodwill based on future earnings of R\$ 118.

This goodwill assessment is preliminary, representing the best estimate as of December 31, 2024, and may be subject to changes upon final evaluation.

Notes to the financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***VBBR Conveniência S.A.**

In 2023, following the termination of Vibra's partnership with Americanas in the Vem Conveniência joint venture, the Company established VBBR Conveniência S.A. to receive the assets from the disproportionate partial spin-off of Vem.

At the time, the Company disbursed R\$ 192 to acquire Americanas' remaining interest, regaining full control of the convenience business and effectively dissolving the partnership.

As of December 31, 2023, upon acquiring control, the Company recognized a bargain purchase gain of R\$ 8. The total fair value of identifiable assets was R\$ 646.

10.7 Breakdown of the balances equity interest investments

	Consolidated		Parent company	
	2024	2023	2024	2023
Interest in joint ventures and joint subsidiaries	1,986	1,859	3,634	2,796
Appreciation/depreciation of assets	936	1,019	992	1,078
Goodwill	1,004	1,611	1,004	1,611
Unrealized income	(5)	1	4	11
Total	3,921	4,490	5,634	5,496

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

10.8 Changes in the capital expenditure in subsidiaries and joint subsidiaries

Parent Company									
	2023	Additions	Equity income	Dividends	Amortization of asset appreciation	Translation adjustments	Resulting equity income (*)	Impairment	2024
Subsidiaries									
FII	145	-	62	(36)	-	-	-	-	171
Vibra Trading BV	189	98	17	-	-	82	-	-	386
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda.	-	225	(3)	-	-	-	-	-	222
Vibra Ventures	23	14	6	-	-	-	-	-	43
VBBR Conveniência	649	21	21	(4)	(3)	-	-	-	684
VB0224 Participações	-	207	-	-	-	-	-	-	207
	1,006	565	103	(40)	(3)	82	-	-	1,713
Joint ventures									
Comerc	3,913	-	61	-	(14)	-	18	(343)	3,635
Evolua	166	-	71	-	-	-	-	-	237
Zeg Biogás e Energia	356	18	(7)	-	(5)	-	-	(362)	-
Other ventures	55	-	(6)	-	-	-	-	-	49
	4,490	18	119	-	(19)	-	18	(705)	3,921
Total	5,496	583	222	(40)	(22)	82	18	(705)	5,634

(*) Corporate reorganizations within Comerc Group recorded in capital reserves.

Vibra Energia S.A.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

	Parent Company								
	2022	Additions	Equity income	Dividends	Amortization of asset appreciation	Translation adjustments	Acquisition of subsidiary	Remeasurement of interest / Preexisting contract gain	2023
Subsidiaries									
FII	91	-	79	(25)	-	-	-	-	145
Vibra Trading BV	183	-	19	-	-	(13)	-	-	189
Vibra Ventures	-	24	(1)	-	-	-	-	-	23
VBBR Conveniência	-	-	11	-	-	-	638	-	649
	274	24	108	(25)	-	(13)	638	-	1,006
Joint ventures									
Comerc	3,903	-	27	-	(17)	-	-	-	3,913
Vem Conveniência	434	-	1	(1)	-	-	(446)	12	-
Evolua	227	-	(39)	(22)	-	-	-	-	166
Zeg Biogás e Energia	357	9	(6)	-	(4)	-	-	-	356
Other ventures	63	-	(7)	(1)	-	-	-	-	55
	4,984	9	(24)	(24)	(21)	-	(446)	12	4,490
Total	5,258	33	84	(49)	(21)	(13)	192	12	5,496

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

⇒ Accounting policy

Basis of consolidation and corporate investments

Subsidiaries are consolidated from the date on which control is obtained until the date when this control ceases to exist.

The Company controls the investee when it is exposed to, or has rights to, variable returns from its involvement with the investee and has the ability to affect those returns through its power over the entity.

Joint ventures are shared businesses in which the parties have rights over the net assets of the venture.

Investments in joint ventures are recognized using the equity method in the individual and consolidated financial statements. The Company's share of profits or losses is recognized in profit or loss, while other changes in equity, such as reserves and other comprehensive income, are reflexively recognized in the Company's equity.

Business combinations

The acquisition method is applied when the set of activities and assets acquired meets the definition of a business and control is transferred to the Company. Any goodwill that arises is tested annually for impairment. A gain on a bargain purchase is recognized in profit or loss immediately. Transaction costs are recognized in profit or loss as incurred.

Goodwill on future earnings is presented in the investment group in the individual financial statements and reclassified to the intangible assets group in the consolidated financial statements.

⇒ Estimates and judgments

Impairment of joint ventures

The Company annually assesses investments in joint ventures that have been acquired with goodwill and assesses the recoverable value of investments in associates and joint ventures, acquired without goodwill, only when there are indicators of impairment.

The test is performed individually for each equity interest, comparing the carrying amount of the investment, including the goodwill, with its recoverable amount, proportionate to the Company's shareholding.

The recoverable value of an asset is the higher of: (a) its fair value less costs to sell and (b) its value in use.

The value in use is estimated based on the present value of future cash flows, using assumptions related to the investees' strategic plan, including perpetuity and the appropriate discount rate. The main assumptions used in the strategic plan involve projections of revenues, costs and expenses.

The cash flows are adjusted to meet the assumptions of Technical Pronouncement CPC 01(R1) – Asset Impairment, i.e., financing activities, finance income/costs unrelated to the Company's normal activity, capital contributions, dividend payments and loan payments/receipts were disregarded. Cash flows resulting from the ongoing use of related assets are adjusted to reflect the specific risks and use a structured discount rate in the Weighted Average Cost of Capital (WACC).

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

11 Property, plant and equipment

Consolidated						
Cost of property, plant and equipment	Land	Buildings and Improvements	Equipment and Other Assets	Assets under Construction	Rights of use (a)	Total
Balance as of December 31, 2022	443	3,794	5,863	1,233	1,286	12,619
Additions	-	-	89	504	70	663
Write-offs	(37)	(80)	(244)	(2)	(51)	(414)
Transfers (b)	10	103	155	(284)	-	(16)
Capitalized interest	-	-	-	1	-	1
Business combinations	-	9	6	-	-	15
Balance as of December 31, 2023	416	3,826	5,869	1,452	1,305	12,868
Additions	15	141	154	541	122	973
Write-offs	(40)	(88)	(185)	(1)	(657)	(971)
Interclass transfers	-	38	154	(192)	-	-
Transfers - Advances to suppliers	-	-	9	-	-	9
Business combinations	1	-	50	-	-	51
Balance as of December 31, 2024	392	3,917	6,051	1,800	770	12,930
Accumulated depreciation						
Balance as of December 31, 2022	-	(1,660)	(3,617)	-	(398)	(5,675)
Depreciation	-	(133)	(222)	-	(141)	(496)
Write-offs	-	40	187	-	30	257
Interclass transfers	-	3	(1)	-	-	2
Business combinations	-	(1)	(1)	-	-	(2)
Balance as of December 31, 2023	-	(1,751)	(3,654)	-	(509)	(5,914)
Depreciation	-	(138)	(221)	-	(105)	(464)
Write-offs	-	47	145	-	268	460
Business combinations	-	-	(28)	-	-	(28)
Balance as of December 31, 2024	-	(1,842)	(3,758)	-	(346)	(5,946)
Balance of property, plant and equipment						
At December 31, 2023	416	2,075	2,215	1,452	796	6,954
At December 31, 2024	392	2,075	2,293	1,800	424	6,984
Estimated useful life	Unlimited	1 to 60 years	02 to 30 years	-	01 to 30 years	
(a) See details of the right-of-use assets in note 15.						
(b) Includes transfers with other groups.						

Vibra Energia S.A.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Parent Company						
Cost of property, plant and equipment	Land	Buildings and Improvements	Equipment and Other Assets	Assets under Construction	Rights of use (a)	Total
Balance as of December 31, 2022	440	3,476	5,864	527	1,707	12,014
Additions	-	-	89	488	72	649
Write-offs	(37)	(80)	(244)	(2)	(51)	(414)
Transfers (b)	10	103	154	(261)	-	6
Balance as of December 31, 2023	413	3,499	5,863	752	1,728	12,255
Additions	15	139	147	541	120	962
Write-offs	(40)	(87)	(185)	(1)	(658)	(971)
Interclass transfers	-	38	154	(192)	-	-
Remeasurement of right-of-use and leases	-	-	-	-	(13)	(13)
Balance as of December 31, 2024	388	3,589	5,979	1,100	1,177	12,233
Accumulated depreciation						
Balance as of December 31, 2022	-	(1,600)	(3,618)	-	(494)	(5,712)
Depreciation	-	(128)	(222)	-	(158)	(508)
Write-offs	-	40	188	-	29	257
Interclass transfers	-	3	(1)	-	-	2
Balance as of December 31, 2023	-	(1,685)	(3,653)	-	(623)	(5,961)
Depreciation	-	(132)	(220)	-	(118)	(470)
Write-offs	-	47	146	-	267	460
Balance as of December 31, 2024	-	(1,770)	(3,727)	-	(474)	(5,971)
Balance of property, plant and equipment						
At December 31, 2023	413	1,814	2,210	752	1,105	6,294
At December 31, 2024	388	1,819	2,252	1,100	703	6,262
Estimated useful life	Unlimited	01 to 60 years	02 to 30 years	-	01 to 60 years	
(a) See details of the right-of-use assets in note 15.						
(b) Includes transfers with other groups.						

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Assets under construction recorded in the consolidated statements mainly comprise the expansion, modernization and improvements of terminals and fuel distribution bases, airports and the lubricant plant.

The usage rights assets primarily consist of land used by fuel stations, administrative offices and buildings (note 15).

Impairment

As of December 31, 2024 and 2023 the Company did not recognize any asset impairment losses.

⇒ **Accounting policy**

The property, plant and equipment is stated at the historic cost of acquisition or construction, less accumulated depreciation and impairment, when applicable.

Cost includes expenditure that is directly attributable to the acquisition of the asset. The cost of self-constructed assets includes the cost of materials and direct labor, any other costs directly attributable to bringing the assets to a working condition for their intended use, and loan costs on qualifying assets. Loan costs for construction in progress are capitalized until these assets are ready for use.

Subsequent expenditure is capitalized only when it can be reliably measured and when it is probable that the future economic benefits associated with the expenditure will flow to the Company. Other repair and maintenance work expenses are directly recognized in profit or loss when incurred.

Any gain or loss on disposal of an item of property, plant and equipment is recognized in other operating revenue/expense.

The Company's property, plant and equipment includes equipment, substantially tanks, pumps and aircraft refueling units, as well as a lubricant plant and fuel distribution sites.

Depreciation is recorded using the straight line method, based on the rates determined using the estimated useful lives of the assets. Land is not depreciated. Fixtures and improvements to rented properties are depreciated over the term of the contracts with the clients.

The Company recognizes the right-of-use asset at the lease contract start date. The right-of-use asset is initially measured at cost, which comprises the initial measurement of the lease liability, adjusted for any lease payments made up to the commencement date.

The right-of-use asset is subsequently depreciated by the straight-line method from the commencement date until the end of the lease term or during the underlying asset's useful life, which is determined on the same basis as the property, plant and equipment. The right-of-use asset is periodically reduced for impairment, if applicable, and adjusted for determined remeasurements of the lease liability.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

⇒ Estimates and judgments

Useful life

The useful life of an asset and depreciation methods are reviewed annually and any adjustments are recognized prospectively, as changes in accounting estimates.

Impairment

The Company assesses its property, plant and equipment when there are signs of impairment.

12 Intangible assets

Cost of intangible assets	Consolidated					Total
	Rights and Concessions (*)	Trademarks	Decarbonization credits	Softwares (a)	Goodwill	
Balance as of December 31, 2022	17	-	370	943	29	1,359
Additions (b)	2	-	1,459	147	-	1,608
Write-offs	-	-	-	-	(29)	(29)
CBIOS retirement	-	-	(1,794)	-	-	(1,794)
Business combinations	418	79	-	20	-	517
Balance as of December 31, 2023	437	79	35	1,110	-	1,661
Additions (b)	3	-	851	293	-	1,147
Write-offs	(8)	-	-	-	-	(8)
CBIOS retirement	-	-	(885)	-	-	(885)
Business combinations	41	-	-	1	132	174
Balance as of December 31, 2024	473	79	1	1,404	132	2,089
Accumulated amortization						
Balance as of December 31, 2022	(6)	-	-	(459)	-	(465)
Amortization	(3)	-	-	(55)	-	(58)
Business combinations	(22)	(3)	-	(2)	-	(27)
Balance as of December 31, 2023	(31)	(3)	-	(516)	-	(550)
Amortization	(15)	(3)	-	(72)	-	(90)
Transfers	1	-	-	-	-	1
Business combinations	(2)	-	-	(1)	-	(3)
Balance as of December 31, 2024	(47)	(6)	-	(589)	-	(642)
Balance of intangible assets						
At December 31, 2023	406	76	35	594	-	1,111
At December 31, 2024	426	73	1	815	132	1,447
Estimated useful life	5 to 30 years	30 years	Undefined	5 to 9 years		
(*) Includes contracts of suppliers and franchisees, among others.						

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Cost of intangible assets	Parent Company				
	Rights and Concessions	Decarbonization credits	Softwares (a)	Goodwill	Total
Balance as of December 31, 2022	17	370	943	29	1,359
Additions (b)	-	1,459	146	-	1,605
Transfers	-	-	-	(29)	(29)
CBIOS retirement	-	(1,794)	-	-	(1,794)
Balance as of December 31, 2023	17	35	1,089	-	1,141
Additions (b)	-	851	265	-	1,116
CBIOS retirement	-	(885)	-	-	(885)
Balance as of December 31, 2024	17	1	1,354	-	1,372
Accumulated amortization					
Balance as of December 31, 2022	(6)	-	(459)	-	(465)
Amortization	(2)	-	(54)	-	(56)
Balance as of December 31, 2023	(8)	-	(513)	-	(521)
Amortization	(1)	-	(66)	-	(67)
Balance as of December 31, 2024	(9)	-	(579)	-	(588)
Balance of intangible assets					
At December 31, 2023	9	35	576	-	620
At December 31, 2024	8	1	775	-	784
Estimated useful life	10 to 13 years	Undefined	9 years		

(a) The Company has a balance of software under development of R\$ 406 (R\$ 273 as of December 31, 2023).

(b) R\$ 199 of the total software additions of R\$ 293 (R\$ 147 at December 31, 2023) was developed in-house (R\$ 79 at December 31, 2023).

Intangible assets consist of expenses on rights and concessions, software and decarbonization credits (CBIOS). In 2024, the balance of CBIOS acquired in 2023 was retired, fulfilling the CBIO retirement targets set by the ANP and the retirement of CBIOS acquired in the same fiscal year.

Impairment

As of December 31, 2024 and 2023 the Company did not recognize any intangible asset impairment losses.

⇒ Accounting policy

Intangible assets with defined useful lives are recorded at cost, less accumulated amortization and any impairment losses, when applicable.

Subsequent expenditure is capitalized only when it increases the future economic benefits embodied in the specific asset to which it relates. All other expenditure is recognized in profit or loss as incurred.

Development costs directly attributable to software are recorded as intangible assets if all of the recognition criteria are met, which include, but are not limited to: expenditure measured reliably, intent, technical and financial capacity for asset completion and the generation of probable future economic benefits for the Company.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

The Decarbonization Credits (CBIOS) acquired are recorded at historic cost in intangible assets and are not amortized. These assets can be traded and are used to settle to CBIOS allowance made.

⇒ Estimates and judgments

Useful life

The useful life is reviewed annually and any adjustments are recognized prospectively, as changes in accounting estimates.

Impairment

The Company assesses its definite-lived assets when there are signs of impairment.

13 Trade payables

	Consolidated		Parent Company	
	2024	2023	2024	2023
Trade accounts payable				
Domestic market	2,326	4,130	2,328	4,150
Foreign market	106	366	99	343
Total	2,432	4,496	2,427	4,493

The balance of trade payables is mainly comprised of (i) invoices payable to Petrobras for the acquisition of oil products and (ii) services (including shipping). The balance of overseas payables primarily consists of obligations relating to diesel oil and gasoline imports.

⇒ Accounting policy

Trade payables are obligations payable to suppliers for goods and services acquired in the normal course of business. They are initially recorded at the fair value of the products or services acquired and subsequently measured at amortized cost.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

14 Financing

	Contract currency	Contract index and interest rates	Maturity	Consolidated				Parent Company	
				2024		2023		2024	2023
				Carrying Amount	Fair Value	Carrying Amount	Fair Value	Carrying Amount	
CRA - Series 10	R\$	100% of CDI p.a.	jul-24	-	-	215	214	-	215
CRI - Series 99	R\$	IPCA + 4.09% p.a.	feb-25	52	52	98	95	-	-
1 st issuance - Single Series	R\$	CDI + 0.89% p.a.	apr-25	154	154	462	462	154	462
CRA - Series 11	R\$	IPCA + 5.59% p.a.	jul-25	399	404	379	375	399	379
NCE - Banco do Brasil	R\$	100% CDI + 2.8%	sep-27	7	7	-	-	-	-
NCE - Bradesco	R\$	16.24% p.a.	dec-27	5	5	-	-	-	-
Bank Credit Note	R\$	100% CDI + 1.97%	aug-28	8	8	-	-	-	-
CDCA	R\$	100% CDI + 1.89%	aug-28	17	17	-	-	-	-
Finex Santander	R\$	CDI + 1.65% p.a.	sep-28	1,093	1,115	1,094	1,099	1,093	1,094
4 th issuance - 1 st Serie	R\$	CDI + 1.45% p.a.	nov-28	718	730	719	721	718	719
NCE - Banco do Brasil	R\$	CDI + 1.65% p.a.	mar-29	495	511	493	502	495	493
NCE - Banco do Brasil	R\$	CDI + 1.65% p.a.	apr-29	561	579	562	573	561	562
CDCA	R\$	CDI + 1.55% p.a.	aug-29	-	-	1,253	1,262	-	1,253
5 th issuance - Single Series	R\$	CDI + 1.50% p.a.	oct-29	1,538	1,572	1,540	1,548	1,538	1,540
6 th issuance - 1 st Serie	R\$	CDI + 1.07% p.a.	apr-31	776	783	-	-	776	-
CRA - 43 Series	R\$	IPCA + 5.3995% p.a.	sep-31	960	837	912	867	960	912
7 th issuance - Single Serie	R\$	CDI + 1.18% p.a.	jun-31	1,291	1,320	-	-	1,291	-
4 th issuance - 2 nd series	R\$	CDI + 1.75% p.a.	nov-31	801	829	800	814	801	800
8 th Issuance - Single Series	R\$	CDI + 1.05% p.a.	nov-31	2,015	2,036	-	-	2,015	-
CRI - 100 Series	R\$	IPCA + 4.98% p.a.	feb-32	320	290	335	320	-	-
6 th issuance - 2 nd series	R\$	CDI + 1.25% p.a.	apr-34	759	774	-	-	759	-
Total domestic				11,969	12,023	8,862	8,852	11,560	8,429
NCE MUFG	US\$	2.18% p.a.	mar-25	60	60	141	136	60	141
Loan 4131 Scotiabank	US\$	2.19% p.a.	mar-25	1,386	1,373	1,083	1,031	1,386	1,083
Loan 4131 JP Morgan	US\$	5.92% p.a.	mar-25	315	315	246	247	315	246
BNP Paribas (a)	US\$	SOFR 3m + 1.76% p.a.	jul-25	315	313	246	246	-	-
Loan 4131 Scotiabank	US\$	1.5258% p.a.	feb-26	622	586	487	440	622	487
Loan 4131 BNP	US\$	2.023% p.a.	feb-26	937	889	732	671	937	732
Loan 4131 BOFA	US\$	2.85% p.a.	feb-27	466	431	364	330	466	364
NCE Citibank	US\$	6.61% p.a.	feb-27	475	475	367	334	475	367
Bank of America (a)	US\$	SOFR 3m + 1.90% p.a.	feb-27	187	185	-	-	-	-
NCE Bank of China	US\$	4.10% p.a.	apr-27	563	533	440	414	563	440
Loan 4131 Scotiabank	US\$	2.3864% p.a.	oct-27	557	497	435	380	557	435
Loan 4131 Scotiabank	US\$	2.65% p.a.	feb-28	378	336	295	257	378	295
NCE Citibank	US\$	6.33% p.a.	feb-28	498	495	582	560	498	582
Loan 4131 Scotiabank	US\$	4.9704% p.a.	mar-28	627	598	490	469	627	490
PPE BOFA	US\$	SOFR 6m + 1.85% p.a.	nov-29	781	763	-	-	781	-
PPE ICBC	US\$	SOFR 6m + 1.85% p.a.	nov-29	313	305	-	-	313	-
Total foreign market				8,480	8,154	5,908	5,515	7,978	5,662
Total loans and financing				20,449	20,177	14,770	14,367	19,538	14,091

Current	2,695	1,349	2,592	1,266
Noncurrent	17,754	13,421	16,946	12,825

(a) Loan taken out by Vibra Trading B.V. and secured by Vibra Energia S.A.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Costs incurred on borrowing were deducted from the balance of the corresponding liability and appropriated to profit or loss at the effective rate. R\$ 17 was appropriated to profit or loss on December 31, 2024. The balance to be appropriated in coming financial years is R\$ 77.

Principal changes occurring in the period**Funds raised**

Funds Raised in the period						
Bank	Product	Date	Currency	Principal (MLN)	Maturity	Cost
Bank of America Merrill Lynch	Offshore Loan	02/19/2024	USD	30	feb/27	SOFR + 1.90% p.a.
6 th Issuance - 1 st Serie	Debentures	05/06/2024	BRL	758	apr/31	CDI+ 1.07% p.a.
6 th Issuance - 2 nd Serie	Debentures	05/06/2024	BRL	742	apr/34	CDI+ 1.25% p.a.
7 th Issuance - Single Serie (a)	Debentures	06/24/2024	BRL	1.300	jun/31	CDI+ 1.18% p.a.
Bank of America Merrill Lynch	PPE	11/07/2024	USD	125	nov/29	SOFR + 1.85% p.a.
ICBC Panamá	PPE	11/14/2024	USD	50	nov/29	SOFR + 1.85% p.a.
8 th Issuance - Single Serie (a)	Debentures	11/14/2024	BRL	2.000	nov/31	CDI+ 1.05% p.a.

(a) Issuance used to prepay the Agribusiness Credit Receivables Certificates - CDCA of the Company secured on 08/11/2021 in the amount of R\$ 1,200, settled on 07/01/2024.

Renegotiations Conducted

Debt	Currency	Principal (MLN)	Previous condition			Current condition		
			Debt	SWAP	Maturity	Debt	SWAP	Maturity
NCE Citibank	USD	75	1.216%	CDI + 0.79% p.a.	feb/25	6.33%	CDI + 1.05% p.a.	feb/28
NCE Citibank	USD	80	2.944%	CDI + 1.65% p.a.	apr/27	6.61%	CDI + 1.15% p.a.	feb/27
Total	-	155						

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

14.1 Movement

	Consolidated			Parent Company
	Banking Market	Capital Market (CRIs and Debentures)	Total	Total
Domestic				
Opening balance at January 01, 2023	3,889	5,866	9,755	9,167
Additions	1,052	-	1,052	1,052
Amortization of principal	(1,484)	(500)	(1,984)	(1,784)
Amortization of interest	(573)	(632)	(1,205)	(1,205)
<u>Noncash changes</u>				
Provision for interest	520	622	1,142	1,141
Inflation indexation	-	102	102	58
Total domestic at December 31, 2023	3,404	5,458	8,862	8,429
Additions	-	4,764	4,764	4,764
Amortization of principal	(1,200)	(602)	(1,802)	(1,704)
Amortization of interest	(397)	(663)	(1,060)	(1,060)
<u>Noncash changes</u>				
Provision for interest	342	725	1,067	1,068
Inflation indexation	-	101	101	63
Business combinations	37	-	37	-
Total domestic at December 31, 2024	2,186	9,783	11,969	11,560
International				
Opening balance at January 01, 2023	6,802	-	6,802	6,538
Additions	784	-	784	784
Amortization of principal	(1,190)	-	(1,190)	(1,190)
Amortization of interest	(167)	-	(167)	(151)
<u>Noncash changes</u>				
Provision for interest	175	-	175	158
Exchange variation	(477)	-	(477)	(477)
Accumulated translation adjustments	(19)	-	(19)	-
Total international at December 31, 2023	5,908	-	5,908	5,662
Additions	1,161	-	1,161	1,012
Amortization of principal	(299)	-	(299)	(299)
Amortization of interest	(214)	-	(214)	(181)
<u>Noncash changes</u>				
Provision for interest	235	-	235	206
Exchange variation	1,579	-	1,579	1,578
Accumulated translation adjustments	110	-	110	-
Total International at December 31, 2024	8,480	-	8,480	7,978
Closing balance at December 31, 2024	10,666	9,783	20,449	19,538

Notes to the financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***14.2 Summarized information on financing maturities**

	Consolidated								Parent Company	
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031 onwards	Total	Total
Domestic Financing:	-	872	50	399	2,203	2,390	1,732	4,323	11,969	11,560
Indexed to floating rates	-	870	47	398	2,203	2,390	1,732	4,323	11,963	11,560
Indexed to fixed rates	-	2	3	1	-	-	-	-	6	-
International Financing:	-	2,133	1,703	2,785	1,137	722	-	-	8,480	7,978
Indexed to floating rates	-	325	-	186	361	722	-	-	1,594	1,093
Indexed to fixed rates	-	1,808	1,703	2,599	776	-	-	-	6,886	6,885
Total as of December 31, 2024	-	3,005	1,753	3,184	3,340	3,112	1,732	4,323	20,449	19,538
Total as of December 31, 2023	1,348	2,402	1,365	2,227	3,209	3,095	562	562	14,770	14,091

The fair values of domestic financing (note 14) are determined by the cash flow method discounted by the interpolated spot DI X Fixed rates and the Company's credit risk (level 2). For foreign-currency financing (note 14), the fair values are determined by the discounted cash flow method at the interpolated spot rates and the Company's credit risk (level 2).

The financial instruments sensitivity analysis can be seen in note 28.

14.3 Covenants

As of December 31, 2024 the Company does not have any consolidated debt arrangements subject to financial covenants.

As of December 31, 2024, the Company has non-financial covenants that must be met annually or quarterly, including, but not limited to: (i) presentation of the financial statements; (ii) not incurring protests for payables in previously determined amounts; (iii) not defaulting to any lender or any financial or credit institution, as per the agreed amounts; and other clauses (iv) comply with applicable regulations regarding anti-corruption, anti-terrorism, and socio-environmental laws; (v) not undertake unauthorized corporate restructurings or asset sales above the limits established in the contracts, among other clauses.

No non-compliance with non-financial covenants was identified that could trigger early maturity of its financial operations.

⇒ Accounting policy

Loans and borrowing are recognized at fair value less transaction costs incurred and, subsequent to initial recognition, are stated at amortized cost using the effective interest rate method.

Borrowing costs directly attributable to the acquisition or construction of qualifying assets are capitalized as part of the costs of these assets. Borrowing costs are added to the cost of assets until such assets are ready for use. A qualifying asset is an asset that necessarily requires a substantial period of time to become ready for use.

The borrowing costs of eligible capitalization loans represent the costs effectively incurred, less any financial revenue resulting from the temporary investment of funds raised and not yet used in the acquisition or construction of qualifying assets.

All other loan costs are recorded in profit or loss in the year they are incurred in.

Notes to the financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***15 Leases**

The Company is a lessee in several contracts with different natures, mainly entailing the leasing of land for use in fuel stations, fuel distribution bases, administrative offices and buildings. Part of these leases are taken out with the subsidiary FII FCM, administrated by Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda.

The Company recognizes a right-of-use asset and a corresponding lease liability at the commencement date of the contract.

15.1 Right-of-use assets – Movement by asset type

	Consolidated				Parent Company			
	Land	Buildings and Improvements	Equipment and other assets	Total	Land	Buildings and Improvements	Equipment and other assets	Total
Closing balance at December 31, 2022	461	415	12	888	523	676	14	1.213
Additions	57	12	1	70	59	12	1	72
Write-offs	(22)	1	-	(21)	(22)	-	-	(22)
Depreciation	(90)	(47)	(4)	(141)	(102)	(52)	(4)	(158)
Closing balance at December 31, 2023	406	381	9	796	458	636	11	1.105
Additions	118	1	3	122	118	1	1	120
Write-offs	(23)	(366)	-	(389)	(25)	(366)	-	(391)
Depreciation	(85)	(16)	(4)	(105)	(94)	(20)	(4)	(118)
Interclass transfers	(1)	1	-	-	-	-	-	-
Remeasurement of right-of-use and leases	-	-	-	-	(13)	-	-	(13)
Closing balance at December 31, 2024	415	1	8	424	444	251	8	703
Contract term	01 to 30 years	01 to 10 years	01 to 20 years		01 to 30 years	1 to 60 years	1 to 20 years	

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

15.2 Lease Liability – Movements and reconciliation against financing cash flows

	Consolidated		Parent Company	
	2024	2023	2024	2023
Adjusted opening balance	748	834	1,161	1,320
Payments of principal	(93)	(130)	(199)	(273)
Interest payments	(40)	(75)	(45)	(82)
Noncash changes				
Rights of use acquisitions	105	69	92	72
Remeasurement of right-of-use and leases	17	-	15	-
Provision for interest	39	72	81	119
Inflation indexation	-	-	24	27
Write-offs	(455)	(22)	(454)	(22)
Business combinations	38	-	-	-
Closing balance	359	748	675	1,161

15.3 Flow of payments

See below flows of lease payments:

	Consolidated Payments			Parent Company Payments
	Future value	Annual interest	Present value	Present value
Estimated commitments				
2025	96	(16)	80	183
2026	33	(16)	17	91
2027	34	(16)	18	46
2028	32	(15)	17	42
2029	30	(14)	16	34
2030 onwards	304	(93)	211	279
At December 31, 2024	529	(170)	359	675
Current			80	183
Noncurrent			279	492
At December 31, 2024			359	675
Current			121	229
Noncurrent			627	932
At December 31, 2023			748	1,161

The payment of variable portions of the leases and payment of the short-term leases not comprising the liabilities was recognized in profit or loss amounting to R\$ 226 and R\$ 7 (R\$ 193 and R\$ 18 as of December 31, 2023) respectively (Consolidated and Parent Company).

The Company is therefore also potentially exposed to future cash outlays in addition to variable payments of leases, primarily associated with changes in sales volumes. This flow is as follows:

Consolidated						
2025	2026	2027	2028	2029	2030 onwards	Total
160	138	137	131	127	474	1,167

Notes to the financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***15.4 Average nominal discount rates**

Contractual term	Up to 5 years	5 to 10 years	10 to 15 years	15 to 20 years	20 to 25 years
Average discount rate (% p.a.)	8.38%	9.10%	9.57%	9.92%	6.81%

15.5 Official Circular CVM/SNC/SEP/n°2/2019**15.5.1 Presentation of leases, right of use and recoverable PIS/COFINS - CPC 06 and CVM Official Letter**

	Consolidated					
	Lease Liability (*)	Right-of-use	Financial Expense	Depreciation	Consideration (**)	PIS/COFINS (**)
CPC 06 (R2) (a)	318	425	39	103	266	25
CVM Official Letter (b)	439	463	73	110	121	12

(a) Uninflated cash flow.

(b) Cash flow including future inflation projection.

(*) Denotes contracts impacted by the revision of IFRS16, i.e. contracts existing before the revision that were already classified as financial leases have not been included in this presentation.

(**) Lease payments can generate a right to PIS and COFINS credits, providing they meet the conditions established in the tax legislation.

⇒ Accounting policy

Lease liabilities are initially measured at the present value of the lease payments, without projected future inflation, discounted using the Company's incremental borrowing rate and are subsequently valued at amortized cost using the effective interest rate method.

It is remeasured if there is a change in future lease payments resulting from a change in an index or a rate, or if the Company changes its evaluation as to whether it will exercise a call option or if there are changes in terms, resulting from extensions or terminations.

The lease payments included in the measurement of the lease liabilities comprise the following: fixed payments, including in-substance fixed payments; variable lease payments that depend on an index or a rate, initially measured using the index or rate as at the commencement date; and the exercise price of a call option if the lessee is reasonably certain to exercise that option.

Short-term lease payments are not entered in lease liabilities, and are recognized in profit and loss.

Notes to the financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***16 Taxes****16.1 Taxes and contributions**

	Consolidated (a)						
	Assets				Liabilities		
	2024			2023	2024		2023
	Current	Nocurrent	Total		Current	Total	
ICMS	1,525	327	1,852	1,743	102	102	111
PIS / COFINS	1,183	4,505	5,688	3,550	3	3	62
Income tax recoverable	-	157	157	157	-	-	-
Social contribution recoverable	-	57	57	56	-	-	-
IPI	16	-	16	16	-	-	-
Other	40	-	40	57	32	32	35
Total	2,764	5,046	7,810	5,579	137	137	208

(a) Parent Company amounts do not substantially differ from the consolidated information.

Recovery of taxes - Supplementary Law 194/2022

In 2022, the Company filed a Writ of Mandamus discussing the right to take PIS/COFINS credits on the purchase for resale, whether in domestic or international operations, of diesel and its derivatives, LPG, jet fuel, and biodiesel for the 90-day notice period counted from the effectiveness of Supplementary Law 194/2022, i.e., from June 23 to September 21, 2022.

In September 2024, following a final and unappealable decision in favor of the Company, PIS and COFINS credits amounting to R\$ 4,075 were recognized.

The Federal Government subsequently filed a rescissory action seeking to overturn the decision that granted the Company the right to the aforementioned credits. On the advice of its external and internal legal consultants and in light of the procedural moment and other relevant circumstances, the Company has rated this dispute as a remote loss.

Other Accounts Receivable

In 2024, PIS and COFINS credits were also recognized, mainly arising from the following events:

- R\$ 535 in additional credits related to the original validity period of Article 9 of Complementary Law No. 192
- R\$ 329 in credits on amounts of CBIOS acquired in line with the Company's annual targets, which were retired by the Company between 2020 and December 2024 and
- R\$ 107 refers to tax overpayments.

Notes to the financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***16.2 State Amnesty Programs**

On December 31, 2024 and December 31, 2023, the Company settled various state ICMS tax debts, through Amnesty Programs.

State taxes

State	State Law / Decree	Incentives secured	2024		
			Existing debts	Reduction incentive	Amount paid after the benefit
SP	Law 17.843, of November 07, 2023, and Decree 1/2024	100% (one hundred percent) reduction in interest and 50% in arrears and punitive fines	22	19	3
PE	Supplementary Law 523 of 12/22/2023	Reduction applied: 85% (eighty-five per cent)	17	3	14
GO	Negocie Já Program - Law 22.572/24	Reduction of up to 99% in total fines and interest	17	9	8
Other			3	1	2
Total			59	32	27

State

State	State Law / Decree	Incentives secured	2023		
			Existing debts	Reduction incentive	Amount paid after the benefit
TO	Ordinance SEFAZ TO 417/2023	95% reduction in fines and interest	10	7	3
PE	Supplementary Law 520/2023	90% reduction in fines and interest	7	4	3
CE	Law 18,615/2023	100% (one hundred percent) reduction in interest and arrears and punitive fines	7	6	1
Other			2	1	1
Total			26	18	8

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

16.3 Deferred income tax and social contribution

16.3.1 Movement

Source of the recorded deferred taxes	Consolidated												Parent Company
	Recognized in			2023			Recognized in			2024			Net value
	2022	Result	Equity	Net value	Deferred tax assets	Deferred tax liabilities	Result	Equity	Business Combination	Net value	Deferred tax assets	Deferred tax liabilities	
Accounts receivable	30	6	-	36	36	-	(20)	-	-	16	16	-	15
Bonuses advanced to clients	938	20	-	958	958	-	(60)	-	-	898	898	-	898
Property, plant and equipment	(667)	19	-	(648)	87	(735)	107	-	-	(541)	85	(626)	(541)
Leases	412	(53)	-	359	359	-	(164)	-	-	195	195	-	195
Judicial proceedings	312	142	-	454	454	-	(68)	-	-	386	386	-	386
Post-employment benefits	392	(8)	155	539	599	(60)	(2)	(150)	-	387	447	(60)	387
Judicial deposits	(146)	(20)	-	(166)	-	(166)	(7)	-	-	(173)	-	(173)	(173)
Derivative financial instruments	502	134	-	636	636	-	250	-	-	886	886	-	886
Gain on fair value valuation of the assets contributed to form the JV	(144)	6	-	(138)	-	(138)	4	-	-	(134)	-	(134)	(134)
Provision for descabornization credits	203	(186)	-	17	17	-	(17)	-	-	-	-	-	-
Impairment of investment	-	-	-	-	-	-	240	-	-	240	240	-	240
Fair value result (earnouts and options)	(5)	(4)	-	(9)	-	(9)	(136)	-	-	(145)	9	(154)	(145)
Others	93	64	-	157	162	(5)	(3)	-	1	155	183	(28)	146
Total	1,920	120	155	2,195	3,308	(1,113)	124	(150)	1	2,170	3,345	(1,175)	2,160

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

16.3.2 Estimated realization

Período	Deferred income tax and CSLL	
	Consolidated	Parent Company
2025	1,165	1,157
2026 to 2028	452	451
2029 to 2034	553	552
December, 31 2024	2,170	2,160
December, 31 2023	2,195	2,194

16.3.3 Reconciliation of income tax and social contributions on net income

The reconciliation of taxes determined at the statutory rates and the amount of taxes recognized are shown below:

	Consolidated		Parent Company	
	2024	2023	2024	2023
Net income before tax	8,538	6,459	8,519	6,444
Income and social contribution taxes at nominal rates (34%)	(2,903)	(2,196)	(2,896)	(2,191)
Adjustments to determine effective rate:				
• Social security contribution	(31)	(31)	(31)	(31)
• Restatement of Overpaid Taxes	9	235	9	235
• Net permanent additions/exclusions	45	(12)	21	(41)
• Interest on equity	365	316	365	316
• Share of profit (loss) of equity-accounted investees	42	(14)	78	25
• Taxation in Brazil of profits of overseas companies	(38)	(52)	(38)	(52)
• Tax incentives	16	30	16	30
• Updating of final and unappealable decisions	319	-	319	-
• Tax overpayment - PAT	5	31	5	31
Income tax and social contribution	(2,171)	(1,693)	(2,152)	(1,678)
Current IR and CSLL	(2,295)	(1,813)	(2,268)	(1,797)
Deferred IR and CSLL	124	120	116	119
	(2,171)	(1,693)	(2,152)	(1,678)
Effective income and social contribution tax rate	25.4%	26.2%	25.3%	26.0%

(*) Refers primarily to the financial restatement of PIS/COFINS credits under Complementary Law 194 (note 15).

16.3.4 Global Minimum Tax (Pillar Two)

Arising from Pillar Two of the International Tax Reform, this tax is classified as an income tax within the scope of the recent changes to CPC 32/IAS 12. The Global Minimum Tax ensures that the Group pays all the taxes required of it in the jurisdictions where it operates. Accordingly, the Group is monitoring the implementation of the global minimum top-up tax, given its active entities in the Netherlands and the United States.

Regarding Brazil, the rule was partially implemented through Law No. 15.079/2024 and RFB Normative Directive No. 2.228/2024, taking effect as of January 01, 2025. It has temporarily adopted the recognition and disclosure exemption for deferred tax assets and liabilities related to Pillar Two income taxes. However, for FY 2024, the group has preliminary estimates that the application of this rule would not generate significant impacts on the Company's tax obligations or its financial statements.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)⇒ **Accounting policy**

The current income and social contribution taxes are calculated based on taxable earnings, applying current rates at the end of the reporting period.

Deferred income and social contribution taxes are recognized in respect of temporary differences between the carrying amounts of assets and liabilities for financial reporting purposes and the amounts used for taxation purposes.

Deferred tax liabilities are generally recognized on all of the taxable temporary differences, and deferred tax assets are recognized only in proportion to the probability that the future taxable profit will be available, and against which temporary differences can be used.

The balance of deferred tax assets is reviewed at the end of each year, and when it is no longer probable that future taxable income will be available to enable the recovery of all or part of the asset, the asset balance is adjusted by the amount expected to be recovered.

Income and social contribution taxes are recognized in profit or loss, except in proportion as they relate to items directly recognized in equity. In this case, the taxes are also recognized in equity.

Current income and social contribution taxes are presented net by the taxpayer, when there is a legally enforceable right to offset the recognized amounts when there is an intention to settle on a net basis or realize the asset and settle the liability simultaneously.

The Company presents deferred income tax and social contribution on a net basis, when the deferred tax assets and liabilities are related to the tax expenses of the same tax authority and the same legal entity.

⇒ **Estimates and judgments**

Management periodically evaluates the positions taken in income tax returns with respect to situations in which applicable tax regulation is subject to interpretation. It establishes provisions where appropriate on the basis of amounts expected to be paid to the tax authorities.

Recognition of the deferred tax assets requires the use of estimates set out in the Business Plan, which is annually approved by Board of Directors. This plan sets out the main assumptions supporting the measurement of the future taxable earnings.

17 Payroll, vacations, charges, bonuses and incentives

	Consolidated		Parent Company	
	2024	2023	2024	2023
Provision for vacation	78	70	77	69
Salaries, charges and other provisions	92	81	76	78
Performance bonus / Short-term incentives (note 17.1)	170	144	170	144
Long-term incentives (note 17.2)	-	7	-	7
Total recorded in current	340	302	323	298
Incentives recorded in noncurrent (note 17.2)	16	20	16	20
Incentives recorded in equity (note 17.2)	72	58	72	58

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

17.1 Short-term incentives for employees and Executive Board members

As of December 31, 2024, the amounts of R\$ 167 (R\$ 152 as of December 31, 2023) were provisioned for the payment of short-term incentives to employees and Executive Board members, with R\$ 141 paid out in the period.

17.2 Share-based payment plans

As of December 31, 2024 the Company has 4 (four) share-based payment agreements: These plans aim to: (i) align the interests of the shareholders and the executives (ii) recognize successful execution of the Company's Business Plan (iii) bolster the long-term vision in relation to the Company's decisions and (iv) retain talent and share the organization's success. These programs currently benefit the members of the Board of Directors, Executive Board and other executives.

Long-Term Incentive Plan in Stock Options (settled in equity instruments and cash): (Approved by the Extraordinary General Meeting on July 28, 2020) In this plan the executive receives options in the Company that may be converted into shares for a period of three years (exercise period) following a specified vesting period of three years counting from the moment they are awarded.

The Plan states that the "Board of Directors may also settle the Options exercised in cash by paying the positive delta between the Exercise Price and the market value of the Company's shares, whereupon the Company shall deduct and retain any applicable taxes". The People Committee is charged with managing the plan. The People Committee's members consequently approved the settlement of the stock plans with 50% in cash and 50% in shares, in accordance with the applicable regulations.

Restricted Shares Plan - Matching Share Program (settled in equity instruments): (Approved by the Extraordinary General Meeting on July 28, 2020) In this plan, the executive receives shares as consideration for the investment made to buy the Company shares in the market, using part of their short-term incentive, after a determined grace period of three years starting on the date the investment is made.

Long-Term Incentive Plan in Performance Shares - (settled in equity instruments): Approved by the Board of Directors on April 28, 2022. This is a long-term share-based incentive in which the number of shares to be awarded depends on the performance of a group of metrics over a period of 3 (three) years.

Share-based payment settled in cash

Extraordinary Premium for Officers (settled in cash): Approved by the Board of Directors on 01/27/2022, due to the Company's 2021 results, with the aim of retaining executives.

Special performance program (settlement in equity instruments): This is the same Long-Term Incentive Plan in Performance Shares.

Personnel expenses were recognized in profit or loss as of December 31, 2024 of R\$ 36, including payroll charges (R\$ 31 as of December 31, 2023).

See information about the programs:

Vibra Energia S.A.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Program	Grant date	End of grace period	Date of expiration	Amounts granted	Amounts canceled	Assets Exercised / Redeemed	Assets released for exercising as of 12/31/2024 (*)	Assets under grace at 12/31/2024	Strike price at grant	Restated strike price	Fair value at grant date	Restated fair value
Stock Options 2020	07/31/2020	07/31/2023	07/31/2026	1,498,318	418,292	1,006,805	73,221	-	R\$ 21.81	R\$ 15.63	R\$ 7.36	R\$ 5.08
Stock Options 2021 CA	04/15/2021	04/15/2023	04/15/2026	638,894	273,555	365,339	-	-	R\$ 21.73	R\$ 17.32	R\$ 6.48	-
Extraordinary Premium for Officers	01/02/2022	01/02/2024	02/01/2024	269,808	64,746	205,062	-	-	-	-	R\$ 21.94	-
Stock Options 2020	07/31/2020	07/31/2023	07/31/2026	1,918,884	838,864	969,067	110,953	-	R\$ 21.81	R\$ 15.63	R\$ 7.36	-
Stock Options 2021	04/15/2021	04/15/2024	04/15/2027	3,409,339	1,102,737	1,758,370	548,232	-	R\$ 21.73	R\$ 16.48	R\$ 6.39	-
Stock Options 2021 CA	04/15/2021	04/15/2023	04/15/2026	638,894	273,555	365,339	-	-	R\$ 21.73	R\$ 16.48	R\$ 6.48	-
Stock Options 2022	04/28/2022	04/28/2025	04/28/2028	1,568,652	784,206	-	-	784,446	R\$ 23.02	R\$ 20.05	R\$ 4.50	-
Stock Options 2022 CA	04/28/2022	04/28/2024	04/28/2027	588,234	196,078	196,078	196,078	-	R\$ 23.02	R\$ 19.79	R\$ 4.59	-
Stock Options 2022 CA	05/02/2022	05/02/2024	05/02/2027	431,372	-	431,372	-	-	R\$ 23.02	R\$ 19.79	R\$ 4.59	-
Stock Options 2022 CA	05/03/2022	05/03/2024	05/03/2027	392,156	-	196,078	196,078	-	R\$ 23.02	R\$ 19.79	R\$ 4.59	-
Stock Options 2022 CA	05/05/2022	05/05/2024	05/05/2027	196,078	-	-	196,078	-	R\$ 23.02	R\$ 19.79	R\$ 4.59	-
Stock Options 2023	04/27/2023	04/27/2026	04/27/2029	1,309,226	61,361	-	-	1,247,865	R\$ 14.56	R\$ 12.17	R\$ 5.51	-
Stock Options 2023 CA	04/27/2023	04/18/2024	10/18/2024	163,339	81,669	81,670	-	-	R\$ 14.56	R\$ 12.17	R\$ 5.51	-
Stock Options 2023	07/03/2023	07/03/2026	07/03/2029	109,489	-	-	-	109,489	R\$ 15.80	R\$ 13.41	R\$ 6.82	-
Stock Options 2023	08/01/2023	08/01/2026	08/01/2029	106,305	-	-	-	106,305	R\$ 16.95	R\$ 14.56	R\$ 6.82	-
Stock Options 2024	04/18/2024	04/18/2027	04/18/2030	886,607	18,393	-	-	868,214	R\$ 24.81	R\$ 23.26	R\$ 10.30	-
Stock Options 2024 CA	04/18/2024	04/18/2026	04/18/2029	868,353	108,544	-	-	759,809	R\$ 24.81	R\$ 23.26	R\$ 8.95	-
Matching 2020	04/14/2021	04/14/2024	04/22/2024	35,769	12,142	23,627	-	-	-	-	22.98	-
Matching 2021	04/28/2022	04/28/2025	04/28/2025	41,650	15,269	-	-	26,381	-	-	21.27	-
Performance Shares 2022	04/28/2022	04/28/2025	-	934,814	358,318	-	-	576,496	-	-	23.02	-
Performance Shares 2022	04/28/2022	04/28/2025	-	103,859	39,811	-	-	64,048	-	-	21.98	-
Performance Shares 2022	05/01/2022	05/01/2025	-	1,741	-	-	-	1,741	-	-	21.76	-
Performance Shares 2022	05/18/2022	05/18/2025	-	9,519	-	-	-	9,519	-	-	19.85	-
Performance Shares 2023	04/27/2023	04/27/2026	-	1,566,458	199,354	-	-	1,367,104	-	-	14.56	-
Performance Shares 2023	04/27/2023	04/27/2026	-	174,049	22,148	-	-	151,901	-	-	25.92	-
Performance Shares 2023	07/03/2023	07/03/2026	-	85,442	-	-	-	85,442	-	-	15.80	-
Performance Shares 2023	07/03/2023	07/03/2026	-	9,495	-	-	-	9,495	-	-	34.52	-
Performance Shares 2023	08/01/2023	08/01/2026	-	76,990	-	-	-	76,990	-	-	16.95	-
Performance Shares 2023	08/01/2023	08/01/2026	-	7,656	-	-	-	7,656	-	-	34.23	-
Performance Shares 2024	04/18/2024	04/18/2027	-	243,924	9,123	-	-	234,801	-	-	26.76	-
Performance Shares 2024	04/18/2024	04/18/2027	-	975,707	36,496	-	-	939,211	-	-	24.14	-
Performance Shares 2024	06/05/2024	06/05/2027	-	1,667	-	-	-	1,667	-	-	24.00	-
Performance Shares 2024	06/10/2024	06/11/2027	-	2,101	-	-	-	2,101	-	-	23.87	-
Performance Shares 2024	06/10/2024	06/10/2027	-	111	-	-	-	111	-	-	23.87	-
Performance Shares 2024	06/17/2024	06/17/2027	-	5,730	-	-	-	5,730	-	-	23.56	-
Special Performance Program 2023	02/01/2023	02/01/2028	02/01/2028	975,142	-	-	-	975,142	-	-	15.69	-
Special Performance Program 2023	02/01/2023	02/01/2028	02/01/2028	108,351	-	-	-	108,351	-	-	40.99	-
Special Performance Program 2023	07/03/2023	07/03/2028	07/03/2028	128,084	-	-	-	128,084	-	-	18.05	-
Special Performance Program 2023	07/03/2023	07/03/2028	07/03/2028	14,231	-	-	-	14,231	-	-	45.32	-

(*) Includes assets with release/redemption requests still under review as of the report date.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Fair value measurement:

2020 Stock Options: The options' fair value was calculated by the Binomial method. The variables used were: Risk-free rate of 4.25% p.a.; Dividend Yield of 1.90% (excluding the 2019 yield as it was above the historic average) and Volatility of the share for 2 years, which was 34.03%, in addition to the vesting and exercise terms.

Stock Options 2021 / Stock Options 2021 CA: The options' fair value was calculated by the Binomial method. The variables used were: Risk-free rate of 2.75% p.a.; Dividend Yield of 9.01% (excluding the 2019 yield as it was above the historic average) and Volatility (March/2019 to Mar/2021), which was 48.64%, in addition to the vesting (2 years for BD and 3 years for other participants) and exercise terms.

Matching Shares 2020 and 2021: the fair value of the shares is equal to the closing price on the award date.

Extraordinary Premium for Officers: based on the average of the last 30 trading sessions preceding the date of the grant.

Stock Options 2022 / Stock Options 2022 CA: The options' fair value was calculated by the Binomial method. The variables used were: Risk-free rate of 12.86% p.a.; Dividend Yield of 11.44% and Volatility (March/2018 to April/2022), which was 49.09%, in addition to the vesting term (2 years for Directors and 3 years for other participants) and exercise terms.

2023 Stock Options: The options' fair value was calculated by the Binomial method. The variables used were: Risk-free rate of 11.64% p.a.; Dividend Yield of 5.56% and Volatility (March/2020 to April/2023), which was 45.58%, in addition to the vesting term (3 years) and exercise terms.

Stock Options 2024 leaders: The options' fair value was calculated by the Binomial method. The variables used were: Risk-free rate of 10.75% p.a.; strike price of R\$ 24.81, price of underlying asset as of 04/18/2024 of R\$ 24.14 and Volatility (April/2021 to April/2024) of 34.76%, in addition to the 3-year vesting terms and exercise terms.

CA Stock Options 2024: The options' fair value was calculated by the Binomial method. The variables used were: Risk-free rate of 10.75% p.a.; strike price of R\$ 24.81, price of underlying asset as of 04/18/2024 of R\$ 24.14 and Volatility (April/2022 to April/2024) of 35.39%, in addition to the 2-year vesting term and 3-year exercise term.

Performance Shares: The fair value of the portion related to non-market indicators was calculated based on the asset's price on the grant date, while the portion related to the market indicator was calculated using the Monte Carlo method, considering the vesting period of 3 years and the assumptions made in the program.

⇒ Accounting policy

The grant-date fair value of equity-settled share-based payment arrangements granted to employees is generally recognized as a personnel expense over the vesting period of the benefits, with the amount charged to equity.

The fair value of the amount payable to employees under programs that are settled in cash is restated at each reporting date and recognized as an expense with a corresponding increase in the liability.

Notes to the financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***18 Employee benefits**

The Company's obligations regarding pension and health plans are as follows:

	Consolidated		Parent Company	
	2024	2023	2024	2023
Renegotiated Petros pension plan	621	1,027	621	1,027
Non-renegotiated Petros pension plan	248	307	248	307
Health plan	33	72	33	72
Total obligations pension and health plans	902	1,406	902	1,406
Current	145	155	145	155
Noncurrent	757	1,251	757	1,251

Pension Plans

Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros is charged with managing the Company's supplementary pension plans. Petrobras founded Petros as a private nonprofit company, with administrative and financial independence.

a) Renegotiated and Non-renegotiated Petros Plan

The Renegotiated and Non-renegotiated Petros Plans (formerly the Petros Plan of Petrobras Group - PPSP) are defined-benefit pension plans created by Petrobras in July 1970 to ensure participants a supplement to the benefit granted by Social Security, and is currently intended for Petrobras, Petros and Company employees. The plan is closed to employees joining the company after September 2002.

The sponsors make regular contributions in amounts equal to the contributions made by the participants (employees, assisted participants and pensioners), i.e. on an equal footing.

In 2023, Vibra formally requested Petros to split the PPSP-R and PPSP-NR plans, aiming to separate the group of participants, beneficiaries and assets related to Vibra from other sponsors. This will result in the creation of two new plans (PPSP-R Vibra and PPSP-NR Vibra) that will exclusively accommodate participants linked to the sponsor. Note that the transfer of all participants from Vibra Energia will occur automatically with the creation of the new plans and that there will be no changes in terms of rules, obligations and rights, including regarding the plans for deficit equating that are in effect until the date of approval of the spin-off.

PPSP-R and PPSP-NR – Company's Contributions

In respect of the contributions for the PPSP-R plans, the amount accumulated through December 31, 2024 for normal contributions was R\$ 27 (R\$ 26 through December 2023).

The extraordinary contributions (referring to the deficit repair plans - PEDs in force) of the PPSP-R plan amounted to R\$ 66 by December 31, 2024 (R\$ 59 through March 31, 2023).

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

In respect of the contributions for the PPSP-NR plans, the amount accumulated through December 31, 2024 for normal contributions was R\$ 11 (R\$ 11 through December 2023). The total until December 31, 2024 for extraordinary contributions (referring to the deficit repair plan - PED in force) of the PPSP-NR Plan was R\$ 25 (R\$ 21 through December 2023).

Vibra is currently contributing to three ongoing deficit repair plans for the PPSP-R and PPSP-NR plans, aiming to rebalance the plan's assets and liabilities: (i) New PED," initiated in 2020, which consolidated the results of FY 2018 ("PED2018") with the values of PED/2015 (ii) the PED PPSP-R 2021, based on the plan's deficit result as determined on 12/31/2021, with contributions starting in 04/2023; and (iii) the PED PPSP-NR 2022, based on the plan's deficit result as determined on 12/31/2022, with contributions starting in 04/2024.

The expected PPSP-R and PPSP-NR contributions (employer's part), for 2024, amount to R\$ 93 and R\$ 38 respectively.

The average length of the plans' actuarial liabilities (PPSP-R and PPSP-NR) is 8.67 years and 8.17 years respectively as of December 31, 2024 (10.91 years and 9.22 years as of December 31, 2023).

PP-2

The Petros-2 Plan was implemented in July 2007, in the form of a variable contribution. The defined-benefit portion of this plan covers the risk of disability and death, guarantees a minimum benefit and life annuity, and related actuarial commitments are recorded according to the projected unit credit method. The defined-contribution portion of the plan is intended to form a reserve for scheduled retirement, contributions to which are recognized in profit or loss according to their payments and indefinite term.

The Petros 2 Plan has a defined-contribution portion whose payments are recognized in profit or loss. As of December 31, 2024 the Company's contribution to the defined-contribution portion of the Petros 2 Plan was R\$ 4 (R\$ 4 up to December 2023).

Contributions expected from the sponsor for 2024 are R\$ 4 relating to the defined-contribution portion (R\$ 5 until December 2023).

The average duration of the plan's actuarial liability as of December 31, 2024 is 9.97 years (11.55 years as of December 31, 2023).

As of December 31, 2024, the fair value of the guaranteeing assets exceeds the present value of the obligations, generating an unrecoverable surplus of R\$ 19 (R\$ 12 as of December 31, 2023). The liability consequently presents a balance of zero. No asset is established as it does not meet the recognition criteria and does not generate economic gain.

FlexPrev

Flexprev has been Vibra Energia's official pension plan since December 2021. Established as a Defined-Contribution plan, it is a more modern plan and aligned with market practices. Participants from the PPSP-R, PPSP-NR and PP-2 plans also sponsored by Vibra had the option to migrate to Flexprev.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

The financial obligations (debt instruments) payable to Petros resulting from the migration amounted to R\$ 131 as of December 31, 2024, consisting of PPSP-R (R\$ 138 as of December 2023 in PPSP-R). The amounts resulting from the migration of participants from the PPSP-NR and PP-2 plans were settled at the time of the initial payment for the amortization of the outstanding balance, in 2022. The remaining balance will be paid over a maximum period of 15 (fifteen) years.

These obligations represent: (i) in PPSP-R and PPSP-NR: equivalent to normal future contributions owed to beneficiary participants (inactivity) and the amounts due, owed and not paid and those outstanding in relation to the Deficit Repair Plan (PED) implemented and the portion attributable to VIBRA of the deficit result in the PPSPs, and (ii) in PP-2: equal to the portion of the deficit VIBRA is responsible for.

The amounts described are restated recurrently until the effective payment of each installment, restated by the actuarial targets in the source plans (pro rata die), i.e., PPSP-R (IPCA + 4.43% p.a.), PPSP-NR (IPCA + 4.37% p.a.) and PP-2 (IPCA + 4.75% p.a.).

The employer contributions related to FlexPrev paid in the period ending December 31, 2024, totaled R\$ 29 (R\$ 28 as of December 2023).

18.1 Pension plan assets

In 2023, the immunization strategy for the PPSP-R and PPSP-NR plans was completed, continuing to generate positive results for the portfolios, mainly due to the greater stability provided by bonds marked to maturity. For the 2024-2028 Investment Policies, key points for these plans include:

1. Apart from marginal adjustments in the immunization portion, illiquid asset management will focus on divestments. Allocations in Structured Notes (COE) and Private Equity Funds (FIP) remain prohibited by the Oversight Board.
2. Other allocations in the liquid portion will prioritize mandates through investment funds, aiming at diversification, improved risk-return ratios, and portfolio growth.

For the FlexPrev and PP-2 plans, the long-term investment strategy remains based on an optimization model designed to exceed the target return with minimal risk, while maintaining portfolio diversification through investment funds. Additionally, the Oversight Board authorized up to four pilot projects for Private Equity Funds (FIPs), subject to maximum limits and targets outlined in the 2024-2028 Investment Policies, specific restrictions on these programs and non-mandatory participation in such investments.

Specifically for the FlexPrev plan, the continuity of the guideline for adherence to the defined contribution modality remains, especially considering assets from the originating plans (PPSP-R, PPSP-NR and PP-2). There is therefore a special mention of the potential specific treatment for government bonds on the curve, still present in the plan's portfolio. Petros is internally discussing the implementation of investment profiles, which, when adopted, will require a revision of the plan's Investment Policy.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

A portion of the PP-2 portfolio may undergo immunization, similar to the model implemented for PPSP-R and PPSP-NR between 2021 and 2023. However, this implementation is contingent on the segregation of investments between defined contribution and defined benefit structures within the plan, a process expected to take place throughout 2024.

The pension plans' assets segregated by category are as follows:

Asset Category	Consolidated					
	2024				2023	
	Prices quoted in an active market	Prices not quoted in an active market	Total fair value	%	Total fair value	%
Fixed income	871	2,081	2,952	86%	3,173	82%
Sovereign debt securities	218	2,081	2,299		2,722	
Other investments	653	-	653		451	
Variable income	123	58	181	5%	315	8%
Spot shares	123	-	123		243	
Other investments	-	58	58		72	
Structured investments	38	8	46	1%	56	1%
Foreign investments	18	-	18	1%	16	0%
Properties	-	160	160	5%	188	5%
Other assets	-	2	2	0%	16	0%
	1,050	2,309	3,359	98%	3,764	98%
Loans to participants	-	80	80	2%	87	2%
	1,050	2,389	3,439	100%	3,851	100%

Healthcare plan

In the 4th quarter of 2020 the Company took out a health plan from Bradesco Seguros offering the health-care benefit (medical and dental) to employees, former employees and their dependents in lieu of the self-management plan (AMS).

Law 9.656/98 assures retirees who contributed to a health plan under an employment relationship through fixed monthly contributions for the minimum term of 10 years the right to maintain this plan as beneficiary on the same coverage terms they enjoyed during their employment contract, providing they cover the entire payment.

For employees contributing for 10 years or more and who retire at the company, Vibra offered the possibility of maintaining the benefit in force at the time of their retirement in exchange for part payment of the monthly fee stipulated by the Company and the respective copayment.

For employees contributing between 02 (two) and 09 (nine) years to the "AMS" plan, Vibra decided to offer the possibility of continuing payment of monthly fees as owner until the period of 10 (ten) years is completed and providing the employee retires at the company, guaranteeing conditions to maintain the plan, as per the rule described in the previous paragraph.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

For those with less than two years at the Company, the right to the Bradesco plan was awarded for the time they have been at the Company, subject to the rules of Law 9.956/1998 and RN 488 in the case of unfair dismissal in which they were contributing monthly to the health plan (Law 9.956/1998 and RN 488: legislation which guarantees the right to remain in the health plan for 6 months to 2 years after unfair dismissal depending on plan contribution time).

Retirees with less than ten years at the Company were entitled to remain in the plan for the period equivalent to their contribution time.

For former employees leaving under severance programs (PIDV/PDO), as non-retirees, and under RN 488, the term previously determined at the time of dismissal was maintained.

For the group of retirees and pensioners contributing for more than 10 years, the health plan is a lifetime plan (vested benefit), although from 2022 the employer's subsidiary gradually reduces over 7 years, until equal costing is achieved in 2028.

The Company canceled fixed contributions for new employees and from 2022 will gradually reduce the employer's subsidy, eliminating the factor generating the liability and seeking the ongoing enhancement of its technical and administrative procedures, as well as enhancing the various programs offered to beneficiaries.

In April 2022 the Company was notified about two injunctions awarded by the Labor Courts in favor of the employee unions of Rio de Janeiro and Minas Gerais (ACC 100176-39.2022.5.01.0009 filed on 03/09/2022 and ACC 0010217-76.2022.5.03.0017 on 03/28/2022) ordering the Company to refrain from using the age range variance for monthly fees for health plans, adopting 70/30 costing (70% by the company and 30% by the user) for retirees and pensioners; and to discount the amount owed by the user from PETROS' payroll, suspending collections via payment slips.

The preliminary injunction granted in ACC 100176-39.2022.5.01.0009 was upheld by an appeal decision delivered by the Region 1 TRT. The case is awaiting judgment on an appeal filed by Vibra before the Superior Labor Court (TST).

The injunction granted in ACC 0010217-76.2022.5.03.0017 was revoked due to the recognition by the 3rd Regional Labor Court that it did not have the jurisdiction to assess demands involving the health plan provided by VIBRA, whose judgment should be carried out by the Common Courts, according to the decision of the High Court of Appeal issued in the Jurisdiction Assumption Incident no. 5. The ruling of the Region 3 Regional Labor Court (MG) was appealed to the Superior Labor Court (TST), which upheld the decision. The case is awaiting judgment on an appeal filed by the union before the STF.

Furthermore, four other collective actions were filed by unions and retiree associations. ACC 0020293-35.2022.5.04.0017 (filed on 03/28/2022) was dismissed without prejudice, based on the prevention of the 9th Labor Court of Rio de Janeiro, which received the first demand on the subject. After appeals were filed by both parties, the Regional Labor Court of the 4th Region (RS) issued a ruling ordering the case to be sent back to the first instance for the reopening of proceedings. The case is awaiting judgment on an appeal filed by Vibra before the Superior Labor Court (TST).

A preliminary injunction was granted in class action 0100266-33.2022.5.01.0046 (filed on 04/06/2022), upheld by an award and appeal decision delivered by the Region 1 TRT (RJ). The case is awaiting judgment on an appeal filed by Vibra before the Superior Labor Court (TST).

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

A preliminary injunction was granted in class action 0100658-83.2022.5.01.0074 (filed on 08/01/2022), and on 06/30/2024 the case records were referred to the judge for sentencing. On July 05, 2024, a ruling was issued against VIBRA. The case is awaiting judgment on an appeal filed by Vibra before the Region 1 TRT (RJ). Considering the risk rating criteria adopted for related proceedings, mentioned after reporting progress in the cases, there was no change in the risk expectation, which is still rated as possible.

In class action 0101013-75.2022.5.01.0080 (filed on 11/18/2022), the Court issued a ruling recognizing the lack of jurisdiction of the Labor Court. The union filed an ordinary appeal against this decision at the Region 1 TRT (RJ), which has not yet been judged.

On 11/22/2023, collective action 0001367-03.2023.5.19.0001 was filed, which is in progress at the Regional Labor Court of Alagoas (Region 19 - AL). In this action, an injunction was granted to mandate the maintenance of the previous cost conditions. The preliminary injunction was upheld by an appeal decision delivered by the Region 19 TRT (AL). The case is awaiting judgment on an appeal filed by Vibra before the Superior Labor Court (TST).

There are currently seven class actions related to this matter. One case has a first-instance ruling and one case has a Superior Labor Court (TST) decision in favor of VIBRA, recognizing the Labor Court's lack of jurisdiction to rule on the issue. Conversely, one case has a first-instance ruling and three cases have second-instance rulings against VIBRA. One case was dismissed without a ruling on the merits due to procedural prevention. The second-instance ruling ordered the reopening of proceedings, and VIBRA's appeal is still pending judgment.

In cases where a preliminary injunction was granted and/or a ruling unfavorable to VIBRA was issued, considering the legal context, the body of evidence, relevant jurisprudence, and applicable legislation, these were rated as a possible loss: 100176-39.2022.01/05/0009, 0100266-33.2022.01/05/0046, 0100658-83.2022.01/05/0074, 0001367-03.2023.5.19.0001.

Cases in which the lack of jurisdiction of the Labor Court or the principle of prevention was recognized are classified as having a remote loss. 0010217-76.2022.5.03.0017, 0101013-75.2022.5.01.0080, 0020293-35.2022.5.04.0017.

The actuarial risks involved in the health benefit are:

- (I) post-employment health benefit,
- (II) employees living for longer than projected by mortality rates,
- (III) lower-than-expected turnover and
- (IV) medical costs rising faster than expected.

The health care plan is not covered by the guaranteeing assets.

The average duration of the plan's actuarial liability as of December 31, 2024 is 1.82 years (1.95 years as of December 31, 2023).

18.2 Net actuarial obligations and expenses, calculated by independent actuaries, and the fair value of the plans' assets

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

18.2.1 Changes in actuarial liabilities, fair value of assets and amounts recorded in the statement of financial position

	Consolidated									
	2024					2023				
	Pension Plan		Health Care Plan	Total		Pension Plan		Health Care Plan	Total	
	PPSP-R	PPSP-NR				PPSP-R	PPSP-NR			
Change in the present value of actuarial obligations										
Actuarial liability at the beginning of the year	3,521	1,181	337	72	5,111	2,789	1,117	299	68	4,273
Interest cost	324	108	32	5	469	324	139	35	5	503
Current service cost	2	-	-	1	3	3	-	-	1	4
Contributions from participants	1	-	-	-	1	1	-	-	-	1
Benefits paid	(277)	(106)	(26)	(145)	(554)	(275)	(110)	(21)	(155)	(561)
Re-measurement: Actuarial (gains)/losses - experience	(223)	70	6	102	(45)	403	(48)	(1)	153	507
Re-measurement: Actuarial (gains)/losses - financial hypotheses	(497)	(231)	(63)	(2)	(793)	237	70	25	-	332
Re-measurement: Actuarial (gains)/losses - demographic hypotheses	-	-	-	-	-	39	13	-	-	52
Actuarial obligation at year end	2,851	1,022	286	33	4,192	3,521	1,181	337	72	5,111
Change in fair value of the plan's assets										
Plan assets at beginning of the year	2,628	874	349	-	3,851	2,378	753	304	-	3,435
Interest revenue	243	80	32	-	355	278	94	35	-	407
Contributions paid by the company	93	37	-	-	130	95	32	-	-	127
Contributions from participants	1	-	-	-	1	1	-	-	-	1
Benefits paid	(277)	(106)	(26)	-	(409)	(275)	(110)	(21)	-	(406)
Re-measurement: Return on assets in excess of interest revenue	(327)	(111)	(50)	-	(488)	151	105	31	-	287
Plan assets at year end	2,361	774	305	-	3,440	2,628	874	349	-	3,851
Amounts recognized in the statement of financial position										
Present value of the Obligations	2,851	1,022	286	33	4,192	3,521	1,181	337	72	5,111
(-) Fair value of the plan's assets	(2,361)	(774)	(305)	-	(3,440)	(2,628)	(874)	(349)	-	(3,851)
Unrecoverable Surplus at year end	-	-	19	-	19	-	-	12	-	12
Debt financing	131	-	-	-	131	134	-	-	-	134
Actuarial liability settled at year end	621	248	-	33	902	1,027	307	-	72	1,406
Change in net actuarial liabilities										
Balance at the beginning of the year	893	307	-	72	1,272	411	364	-	68	843
(+) Effects of remeasurement recognized in OCI (*)	(393)	(50)	-	100	(343)	528	(70)	-	153	611
(+) Costs incurred during the year	2	-	-	1	3	3	-	-	1	4
(-) Payment of contributions	(93)	(37)	-	(145)	(275)	(95)	(32)	-	(155)	(282)
(+) Net interest on net liability	81	28	-	5	114	46	45	-	5	96
Actuarial liability balance at year end	490	248	-	33	771	893	307	-	72	1,272
Debt financing:										
Balance at beginning of year	134	-	-	-	134	138	-	-	-	138
Cost incurred during the year	12	-	-	-	12	11	-	-	-	11
Payment of financial lease	(15)	-	-	-	(15)	(15)	-	-	-	(15)
Debt financing balance at year end	131	-	-	-	131	134	-	-	-	134
Balance at year end	621	248	-	33	902	1,027	307	-	72	1,406
Current	93	38	-	14	145	90	34	-	31	155
Noncurrent	528	210	-	19	757	937	273	-	41	1,251
	621	248	-	33	902	1,027	307	-	72	1,406

(*) In 2024, the remeasurement of the PPSP-R plan was primarily impacted by financial assumptions, as the discount rate increased from 5.40% to 7.49%.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

18.2.2 Components of the defined benefit

2024					
	Consolidated				Parent Company
	Pension Plan			Total	Total
	PPSP-R	PPSP-NR	Health Plan		
Current service cost	2	-	1	3	3
Net interest on net liability	81	28	5	114	114
Cost for the year	83	28	6	117	117
Relating to active employees:					
Absorbed in the cost of activities	1	-	-	1	1
Directly to income	3	-	1	4	4
Relating to inactive members (*):	79	28	5	112	112
Cost for the year	83	28	6	117	117
Debt financing:					
(+) Interest cost	12	-	-	12	12
Debt cost for the year	12	-	-	12	12
Relating to active employees:					
Directly to income	2	-	-	2	2
Relating to inactive members (*):	10	-	-	10	10
Debt cost for the year	12	-	-	12	12
Total Pension and health care plan obligations	95	28	6	129	129

(*) Other net income (expenses)

2023					
	Consolidated				Parent Company
	Pension Plan			Total	Total
	PPSP-R	PPSP-NR	Health Plan		
Current service cost	3	-	1	4	4
Net interest on net liability	45	45	6	96	96
Cost for the year	48	45	7	100	100
Relating to active employees:					
Directly to income	4	1	1	6	6
Relating to inactive members (*):	44	44	6	94	94
Cost for the year	48	45	7	100	100
Debt financing:					
(+) Interest cost	11	-	-	11	11
Debt cost for the year	11	-	-	11	11
Relating to active employees:					
Directly to income	2	-	-	2	2
Relating to inactive members (*):	9	-	-	9	9
Debt cost for the year	11	-	-	11	11
Total obligations pension and health plans	59	45	7	111	111

(*) Outras Receitas (Despesas), líquidas

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

18.2.3 Actuarial assumptions used in the calculation

	2024				2023			
	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	Health plan	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	Health plan
Nominal discount rate (Real + Inflation) (1)	12.75%	12.79%	12.75%	12.84%	9.52%	9.51%	9.54%	9.97%
Nominal salary growth rate (Real + Inflation)	7.51%	7.51%	7.51%	-	6.50%	6.50%	6.50%	-
Variance rate of medical and hospital costs (2)	-	-	-	12.14% to 3.15% p.a.	-	-	-	10.55% to 3.15% p.a.
General mortality table	EX-PETROS Bidecremental 2016	EX-PETROS 2025	AT-2012 IAM Basic Female deducted by 10%	EX-PETROS 2016	EX-PETROS Bidecremental 2016	EX-PETROS 2025	AT-2012 IAM Basic Female deducted by 10%	EX-PETROS 2016
Disability rate table	American Group	American Group	Experience Invalidity PP-2 2022	American Group	American Group	American Group	Experience Invalidity PP-2 2022	American Group
Mortality table of disabled people	AT 49 Male	AT 83 Segregated by sex	MI 85 Male and smoothed by 10%	AT 49 Male	AT 49 Male	AT 83 Segregated by sex	IAPB 1957 (strong) deducted by 30%	AT 49 Male
Age at retirement	Men - 57 years Women - 56 years	Men - 59 years Women - 57 years	Men PPSP -R - 57 years PPSP-NR - 59 years Petros 2 - 1 st eligibility Women PPSP -R - 56 years PPSP-NR - 57 years Petros 2 - 1 st eligibility	Men PPSP -R - 57 years PPSP-NR - 59 years Petros 2 - 1 st eligibility Women PPSP -R - 56 years PPSP-NR - 57 years Petros 2 - 1 st eligibility	Men - 57 years Women - 56 years	Men - 59 years Women - 57 years	Men PPSP -R - 57 years PPSP-NR - 59 years Petros 2 - 1 st eligibility Women PPSP -R - 56 years PPSP-NR - 57 years Petros 2 - 1 st eligibility	Men PPSP -R - 57 years PPSP-NR - 59 years Petros 2 - 1 st eligibility Women PPSP -R - 56 years PPSP-NR - 57 years Petros 2 - 1 st eligibility

(1) For an inflation curve projected based on the market at 4.49% for 2024.

(2) Decreasing rate achieved in the next 5 years for projected long-term inflation.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

18.2.4 Sensitivity analysis

A change of 1% in the assumed discount rate and medical costs would have the following effects:

	Consolidated					
	Discount rate				Variance rate of medical and hospital costs	
	Pension		Health care		Health care	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Actuarial obligation	(270)	302	-	-	-	-
Service cost and interest	1	5	-	-	-	-

18.2.5 Obligation maturity profile

	2024			
	Pension Plans			Health care plan
	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	
12/31/2025	279	107	25	14
12/31/2026	257	97	23	11
12/31/2027	236	89	21	8
12/31/2028	216	81	19	-
12/31/2029 or after	1,863	648	198	-
Total	2,851	1,022	286	33

⇒ Accounting policy

Actuarial commitments for pension and retirement benefit plans and medical assistance plans are provisioned for based on the actuarial calculations prepared annually by an independent actuary, according to the projected unit credit method, net of the plan's guarantor assets, when applicable.

The projected unit of credit method considers each term of employment to be an event that generates an additional unit of benefit, which are accrued to calculate the final obligation.

Changes in the net defined-benefit obligation are recognized when they are incurred, as follows: i) service costs and net interest in profit or loss for the year; and ii) reassessments in other comprehensive income.

The service cost is recognized in profit or loss and consists of: i) the current service cost, which is the increase in the present value of the defined-benefit obligation resulting from the service provided by the employee in the current period; (ii) the past service cost, which is the change in the present value of the defined-benefit obligation arising from services provided by employees in previous periods, resulting from the change (introduction, change or cancellation of a defined-benefit plan) or reduction (a significant reduction by the entity in the number of employees covered by a plan); and iii) any settlement gain or loss.

The net interest on the net amount of the defined-benefit liability is the change in the net amount of the defined-benefit liability during the period, resulting from the passage of time. This interest is recognized in profit and loss.

Reassessments of the net amount of defined-benefit liability are recognized in equity, in other comprehensive income, comprised of: i) actuarial gains and losses; and ii) return on plan assets excluding amounts considered in the interest net on the net value of the defined-benefit liability (asset).

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

The Company contributes to the defined contribution plans, the percentages of which are based on the payroll, and these contributions are recorded in profit or loss when incurred.

⇒ Estimates and judgments

The measurement of these commitments depends on several estimates, including: demographic and economic estimates, estimates of medical costs, as well as historical data on company employee expenses and contributions. These and other estimates are reviewed annually and may differ from the actual results due to changes in market and economic conditions, in addition to the behavior of the actuarial assumptions. The main assumptions include:

- discount rate – comprises the projected inflation curve based on the market plus real interest calculated at an equivalent rate that combines the maturity profile of pension and health obligations and the future yield curve of the Brazilian government's longer-term securities; and
- variance rate of medical and hospital costs: assumption represented by the projected growth rates of medical and hospital costs.

Estimates of future medical costs consider the effect of technological advances, changes in health care utilization or delivery patterns and changes in the health status of plan participants. This rate is defined for each year from the evaluation date until the end of the benefit payment period.

- Demographic assumptions and experience, such as general mortality table, disability entry table, mortality table for disabled individuals and changes in the sponsor's reference data.

The sensitivity analysis of the discount rates and change in medical and hospital costs, in addition to further information about the assumptions, can be seen in note 19.2.3.

19 Provision for decarbonization credits

	Consolidated		Parent Company	
	2024	2023	2024	2023
Allowance for decarbonization credits	-	48	-	48
Total	-	48	-	48

CBIOS, which are active, tradable and acquired in the market, are issued by duly certified biofuel manufacturers and importers according to their efficiency to mitigate a specific amount of GHG compared to their fossil fuel substitute.

The retirement of CBIOS refers to the process of permanently removing CBIOS from circulation, preventing any future trading of these certificates.

For the purpose of sharing obligations for the current year, the targets set for each year are published on the ANP website and were based on the volume of fossil fuel sold by fuel distributors (marketshare) in the previous year and are set out in Decarbonization Credit units (CBIO).

The Company's target for 2024 was to make a reduction equal to 9,544,136 CBIOS (10,176,115 CBIOS in 2023). The retirement deadline for the 2024 CBIOS was December 2024.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

During the period, there was a provision for CBIOS of R\$ 837 (note 22.4) and retirement provisions of R\$ 885 (note 12).

⇒ **Accounting policy**

The Company recognizes the provision for decarbonization credits in current liabilities and under the item 'Other income (expenses), net', based on the targets established by the ANP.

The provision is measured monthly in proportion to the volume targets set by the ANP, which includes, for the quantities purchased, the average acquisition cost and, for the quantities to be acquired for the period, the average price traded on the stock exchange (B3) on the last business day of the month. At the time of retirement, the established liability is offset against the acquired decarbonization credits, which are accounted for as an intangible asset (note 12).

20 Equity

20.1 Share capital

As of December 31, 2024 the fully subscribed and paid-in share capital of R\$ 10,034 (R\$ 7,579 at December 31, 2023) consists of 1,119,000,000 registered common shares with no par value (1,165,000,000 as of December 31, 2023). In 2024, capital was increased in the amount of R\$ 2,455 through the use of profit reserves.

20.2 Treasury shares

On April 05, 2024, the Board of Directors approved the cancellation of 46,000,000 common shares issued by the Company, held in treasury, without reducing its share capital.

As a result of the cancellation, Vibra's share capital consisted of 1,119,000,000 common, registered, book-entry shares, with no par value.

On July 04, 2024 Vibra's Board of Directors approved a new buyback program for its common shares, effective from July 10, 2024, limited to the total amount of R\$ 1.2 billion over a term of up to 18 months.

The buyback aims to acquire the Company's own common shares to hold the shares in the Treasury or to cancel or dispose of them. At management discretion, the shares bought back and held in the Treasury can be used to honor obligations under share plans used to retain executives, as approved by the General Meeting and the Company's Board of Directors.

The number of treasury shares held by the Company as of December 31, 2024 is 4,489,080 (50,039,747 as of December 31, 2023).

As of December 31, 2024, the Company has R\$ 105 in treasury shares recorded in equity (R\$1,150 as of December 31, 2023).

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

20.3 Revenue reserves

As of December 31, 2024 the balance of the Company's profit reserves exceeded its share capital.

The Extraordinary General Meeting to be held April 16, 2025 will therefore resolve how to apply these surplus profit reserves to increase the share capital or payment as dividends, pursuant to article 199 of Law 6.404/76.

20.3.1 Legal reserve

The Company creates a legal reserve at the rate of 5% of the net income for the year, up to the limit of 20% of the capital in accordance with article 193 of Brazilian corporation law.

20.3.2 Profit retention reserve

This reserve is used to make the investments established in the 2025 capital budget, mainly in the distribution of oil products, ethanol, support infrastructure, capital contributions and financing for customers, in accordance with article 196 of Brazilian Corporation Law.

The proposed allocation of net income for the financial year ended December 31, 2024 includes a profit retention of R\$ 4,404 (R\$ 2,893 as of December 31, 2023).

20.3.3 Tax incentive reserve

This entails the portion of the net income derived from government donations or subsidies for investments, which may be excluded from the calculation base of the mandatory dividend in accordance with article 195-A of Brazilian Corporation Law.

20.4 Dividends and interest on capital

Shareholders are entitled to a mandatory dividend of 25% of adjusted net income for the year, under Article 44 of the Company's Bylaws and article 202 of Brazilian Corporation Law.

	2024
Net income	6,367
Appropriation	
Legal reserve	(319)
Basic profit for determining dividends / Interest on equity	6,048
Interest on equity / dividends - Recorded in current liabilities	
Equivalent to 25% of basic profit	1,512
Recorded in equity	
Additional dividends proposed	33
Equal to approximately 9% of basic income	
Interest on equity recognized in liabilities	1,074
Dividends	529
Total dividends / interest on equity	1,603
IRRF on interest on equity	(91)
Total proposed dividends / interest on equity	1,512
Dividends / Interest on capital per share	1.47

Notes to the financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***20.4.1 Change in dividends and interest on shareholders' equity**

	Consolidated	
	2024	2023
Opening balance	1,124	401
Addition	2,007	1,200
Payment	(1,528)	(401)
Income tax withheld at source	(91)	(76)
Closing balance	1,512	1,124

On April 18, 2024 the Annual General Meeting approved the additional dividend of R\$ 404, referring to the 2023 financial year.

In the financial year ended as of December 31, 2024, the Board of Directors approved the distribution of advanced compensation to shareholders in the form of interest on equity amounting to R\$ 1,074, for payment to shareholders in 2025.

This advance should be computed in the 2024 minimum non-discretionary dividend, ad referendum of the Annual General Meeting (AGM), without prejudice to any other distributions to be determined at the AGM that will examine the financial statements for the financial year ended December 31, 2024.

⇒ Accounting policy

Shareholders are compensated in the form of dividends and/or interest on equity, subject to the limits set out in the Company's Bylaws and existing legislation. If the dividends exceed the minimum mandatory amount, this surplus shall remain recorded in equity in Additional Proposed Dividends until approval by the General Shareholders Meeting or Annual General Meeting.

The interest on equity is included in the minimum dividend at the amount net of income tax withheld at source.

The tax incentive for interest on equity is recognized in profit or loss for the year.

20.5 Asset and liability valuation adjustments

These comprise actuarial gains or losses net of income taxes, determined by independent actuaries at the end of each financial year and the recognition of accumulated translation adjustments on overseas equity interests.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

20.6 Earnings (loss) per share

	Consolidated	
	2024	2023
Numerator		
Net income	6,367	4,766
Denominator		
Weighted average number of common shares held by shareholders	1,114,986,255	1,119,801,007
Basic earnings per share	5.7104	4.2561
Numerator		
Net income	6,367	4,766
Denominator		
Weighted average number of common shares held by shareholders	1,114,986,255	1,119,801,007
Potential increase in shares considering the incentive plan	5,653,750	3,076,702
Weighted average of adjusted shares	1,120,640,004	1,122,877,709
Dilutive earnings per share	5.6816	4.2445

In dilutive earnings per share, the weighted average number of common shares held by shareholders is adjusted to reflect the presumed conversion of all potential common shares with dilutive effects. For call options under the long-term incentive program (note 17.2), a calculation is therefore made to determine the number of shares that could have been acquired at the average trading price of the Company's share in the year.

21 Sales revenue

	Consolidated		Parent Company	
	2024	2023	2024	2023
Products, services and energy				
Petroleum derivatives				
Diesel	86,434	86,047	86,391	85,319
Gasoline	52,007	51,279	51,762	51,254
Fuel oil	5,720	6,650	5,720	6,650
Aviation fuel	19,252	18,870	19,252	18,870
Lubricant	3,121	3,243	3,121	3,243
Coke	43	607	43	438
Other products	2,035	1,911	1,786	1,911
Ethanol	12,042	9,139	12,042	9,139
Natural gas	458	547	458	547
Supply-House products (a)	500	589	500	589
Services, energy and other	289	140	110	112
	181,901	179,022	181,185	178,072
Interest embedded in products prices	(955)	(869)	(955)	(869)
Advanced bonuses awarded to clients	(687)	(717)	(684)	(717)
Performance bonus, sales prizes and discounts	(910)	(1,017)	(910)	(1,017)
Gross revenue	179,349	176,419	178,636	175,469
Sales charges	(7,077)	(13,472)	(7,023)	(13,470)
Sales revenue	172,272	162,947	171,613	161,999

(a) This derives from the sale of chemical products and services to the exploration and production sector, supplying platforms, drill rigs, FPSOs and onshore facilities with the essential products required by operations and other activities, with the main client being Petrobras.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

21.1 Contractual liabilities

These are classified under Customer Advances and as of December 31, 2024 amount to R\$ 314 Consolidated and Parent Company (consolidated R\$ 364 and parent company R\$ 357 as of December 31, 2023).

R\$ 334 was recognized as revenue in 2024 and was recorded under the balance of contract liabilities at the start of the period (R\$ 363 as of December 31, 2023).

⇒ Accounting policy

The Company identifies the contracts with clients for which revenue will be recognized and evaluate the goods or services contractually committed and identifies each performance obligation as a commitment to transfer to the client:

- *product or service (or group of products or services) that are different; or*
- *series of different products or services that are substantially the same and have the same standard of transfer for the client.*

The Company recognizes revenue when or to the extent that the performance obligation is performed upon transferring control of the item or service promised to the client. The good or service is considered transferred when or to the extent the client exerts control over it.

Revenue is measured by the value of the payment to which it is entitled in exchange for transferring the products or services promised to the client, and is stated net of tax, returns, discounts, interest embedded in the product price, appropriation of benefits awarded to clients and performance bonuses.

Advance bonuses awarded to clients are appropriated to profit or loss and charged to gross revenue (note 9).

The consideration promised in a contract with a customer may include fixed amounts, variable amounts, or both.

22 Cost and expenses by nature

22.1 Cost of goods sold and services rendered

	Consolidated		Parent Company	
	2024	2023	2024	2023
Goods	(163,764)	(154,300)	(163,281)	(153,427)
Outsourced services and rental expenses	(116)	(109)	(116)	(109)
Personnel expenses	(30)	(40)	(30)	(40)
Depreciation and amortization	(11)	(13)	(11)	(13)
Other	(110)	(124)	(110)	(124)
Total	(164,031)	(154,586)	(163,548)	(153,713)

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

22.2 Selling expenses

	Consolidated		Parent Company	
	2024	2023	2024	2023
Outsourced services, freight and rental expenses	(1,668)	(1,672)	(1,668)	(1,672)
Personnel expenses	(411)	(374)	(411)	(374)
Impairment losses on receivables	(39)	(43)	(39)	(43)
Depreciation and amortization	(437)	(451)	(446)	(463)
Other	(204)	(174)	(203)	(174)
Total	(2,759)	(2,714)	(2,767)	(2,726)

22.3 General and administrative expenses

	Consolidated		Parent Company	
	2024	2023	2024	2023
Outsourced services and rental expenses	(292)	(215)	(275)	(213)
Personnel expenses	(466)	(413)	(422)	(407)
Depreciation and amortization	(106)	(90)	(80)	(88)
Other	(135)	(86)	(91)	(72)
Total	(999)	(804)	(868)	(780)

22.4 Other net revenue (expense)

	Consolidated			
	2024	2023	2024	2023
ICMS credits - End of permanent status	124	83	124	83
PIS/COFINS credit (note 16.1)	5,041	3,497	5,041	3,497
Rental expenses	(88)	(67)	(88)	(67)
Expropriation and development of real estate	33	10	33	10
Win in lawsuit against the State of Goiás	-	120	-	120
Commodity hedges - imports in progress	(46)	118	(38)	118
Commodity hedges - imports completed	141	31	105	31
Impairment of investments (note 10.5)	(705)	-	(705)	-
Losses and provisions for judicial proceedings (note 25.1)	(128)	(283)	(128)	(283)
Pension and health plan - inactive members (note 18)	(122)	(103)	(122)	(103)
Performance bonus and other incentives	(167)	(152)	(167)	(152)
Provision for out-of-court settlements	-	(360)	-	(360)
Provision for decarbonization credits (note 19)	(837)	(1,246)	(837)	(1,246)
Provision for tax recovery loss	6	(102)	6	(102)
Franchise, rental and royalties revenue	423	466	423	466
Joint storage revenue	153	152	153	152
Recovery of tax credits - PIS and COFINS	138	115	138	115
Recuperação com Crédito Fiscal Presumido – ICMS	8	30	8	30
Institutional relations and cultural projects	(143)	(134)	(143)	(134)
Remeasurement of equity interest (acquisition of control)	-	(19)	-	(19)
Gain arising from a pre-existing contractual relationship (acquisition of control)	-	31	-	31
Income on the sale/derecognition of assets	359	274	333	235
Income on the sale / write-off - equity interests	-	564	-	564
Other	89	(91)	101	(73)
Total	4,279	2,934	4,237	2,913

Notes to the financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***23 Net finance income (cost)**

	Consolidated		Parent Company	
	2024	2023	2024	2023
Expenses				
Loans and borrowings	(1,302)	(1,317)	(1,274)	(1,300)
Leases	(39)	(72)	(81)	(119)
Charges in financing of product supply	-	(20)	-	(20)
Earnings on Derivative Financial Instruments	(15)	(4)	(15)	(4)
Other	(100)	(89)	(89)	(87)
	(1,456)	(1,502)	(1,459)	(1,530)
Revenue				
Customer arrears	175	177	175	177
Customer financing	171	162	183	163
Judicial deposits	82	76	82	76
Short-term investments	624	455	581	435
Credit recovery - fair value (note 7)	234	48	234	48
Earnings on Derivative Financial Instruments	(16)	(9)	(16)	(9)
Fair value of earnout on acquisition of equity interests (*)	486	-	486	-
Other	21	29	13	30
	1,777	938	1,738	920
Inflation indexation				
Leases	-	-	(24)	(28)
Loans and borrowings	(101)	(101)	(63)	(58)
Taxes	174	62	174	62
Earnings on Derivative Financial Instruments	(142)	18	(142)	18
Customer arrears	44	-	44	-
Other	(15)	3	(15)	3
	(40)	(18)	(26)	(3)
Foreign exchange gains / (losses)				
Earnings on Derivative Financial Instruments	1,023	(1,005)	1,023	(1,005)
Receivables	44	(13)	44	(13)
Trade payables	(77)	71	(75)	71
Loans and financing	(1,579)	477	(1,579)	477
Short-term investments	50	(15)	50	(15)
Brokers	22	(15)	22	(15)
Other	5	(2)	5	(1)
	(512)	(502)	(510)	(501)
Foreign exchange gains / (losses) and indexation, net	(552)	(520)	(536)	(504)
Total finance income (expenses)	(231)	(1,084)	(257)	(1,114)

(*) This primarily refers to the remeasurement of the fair value of the earnouts established at the time of acquiring an interest in Comerc (Earnout EBITDA and Earnout Installed Capacity). A Monte Carlo simulation was performed on the projected and discounted EBITDA, and no earnout payment was identified. As per the contractual clause, the Earnout Installed Capacity is consequently only due if at least 90% of the EBITDA target is met. Under this scenario, the value considered for both earnouts was zero.

Financing charges (interest, monetary variance and exchange variance) amounted to R\$ 2,982 (note 14.1) in the year (R\$ 942 as of December 31, 2023), with R\$ 2,982 recognized in profit or loss (R\$ 941 as of December 31, 2023 recognized in profit or loss and R\$ 1 as capitalized interest).

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

24 Segment reporting

Operating segments are reported consistently with the internal reports provided to the main operating decision taker. The main operating decision taker, responsible for allocating funds and evaluating the performance of operating segments, is the Executive Board.

This information is prepared based on the items directly attributable to the segment, as well as those that can be allocated to it on a reasonable basis.

Items not allocated to segments are grouped in Corporate and are mainly related to corporate financial management, overheads related to Central Management and other expenses, including actuarial expenses related to pension and health plans for retirees and beneficiaries.

In the 1st quarter of 2023 the Company's Executive Board decided to start assessing the business performance, funds allocation, the financial results, and the forecasts and plans for the following operational segments: (i) Retail Stations; and (ii) B2B. From now on, only these two segments will have their results regularly reviewed and monitored by the main operations manager, with their individual performance periodically evaluated by the Executive Board, Board of Directors and Advisory Committees to the Board of Directors. The results from interests in other companies, currently not controlled and accounted for by the equity method, will not be considered for EBITDA calculation purposes.

Retail

This chain markets the Company's oil products, lubricants, compressed natural gas, biofuels and convenience store products for the purpose of achieving established market and profitability goals, as well as creating favorable conditions for sustainable growth.

B2B

This area markets oil-based fuels and lubricants and provides associated services to all operating segments of the Company's major consumers market. It also markets aviation products and services at the country's airport facilities for airlines operating transportation services abroad and in the domestic market.

The Company's assets, notably the bases, terminals and other fixed assets, are not reported by segment to the Executive Board, since they are used by all of the business units without segmentation. Similarly, liabilities are not reported by segment, since they are managed by the central treasury.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Consolidated statement of Net Income by Business Sector - Dec/24

	Retail	B2B	Total segments	Corporate	Total	Reconciliation with financial statements	Total Consolidated
Sales Revenue	106,422	66,537	172,959	-	172,959	(687) (a)	172,272
Cost of goods sold	(101,300)	(62,720)	(164,020)	-	(164,020)	(11) (b)	(164,031)
Gross profit (loss)	5,122	3,817	8,939	-	8,939	(698)	8,241
Expenses							
General, administrative and sales	(1,222)	(1,718)	(2,940)	(213)	(3,153)	(543) (c)	(3,696)
Tax	(14)	(9)	(23)	(57)	(80)	(75) (d)	(155)
Other net revenue (expenses)	179	390	569	4,589	5,158	(879) (e)	4,279
Equity earnings	-	-	-	-	-	100 (f)	100
Net finance income/loss	-	-	-	-	-	(231) (g)	(231)
Adjusted EBITDA	4,065	2,480	6,545	4,319	10,864		
Net income (loss) before tax						(2,326)	8,538

Consolidated statement of Net Income by Business Sector - Dec/23

	Retail	B2B	Total segments	Corporate	Total	Reconciliation with financial statements	Total Consolidated
Sales Revenue	99,786	63,878	163,664	-	163,664	(717) (a)	162,947
Cost of goods sold	(94,289)	(60,284)	(154,573)	-	(154,573)	(13) (b)	(154,586)
Gross profit (loss)	5,497	3,594	9,091	-	9,091	(730)	8,361
Expenses							
General, administrative and sales	(1,242)	(1,588)	(2,830)	(204)	(3,034)	(543) (c)	(3,577)
Tax	(16)	(9)	(25)	(65)	(90)	(49) (d)	(139)
Other net revenue (expenses)	1,256	1,682	2,938	(55)	2,883	51 (e)	2,934
Equity earnings	-	-	-	-	-	(36) (f)	(36)
Net finance income/loss	-	-	-	-	-	(1,084) (g)	(1,084)
Adjusted EBITDA	5,495	3,679	9,174	(324)	8,850		
Net income (loss) before tax						(2,391)	6,459

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Reconciliation with financial statements	2024	2023
(a) Sales Revenue		
<u>Appropriation of early bonuses awarded to customers</u>		
Sales revenue is adjusted for advanced bonuses, mainly awarded to service station resellers to which the Company distributes fuel and lubricant. Corresponding to the portion provided mainly in kind and realized under the terms established in advance with such parties, which once completed, become nonreturnable, being absorbed as expenses by the Company. This corresponds to a target scheme which, once met, exempts the customers – resellers of service stations – from returning to the Company these amounts advanced as bonuses. They are classified in profit or loss in proportion to their due dates.	(687)	(717)
(b) Cost of goods sold		
Depreciation and amortization	(11)	(13)
(c) General, administrative and sales		
Depreciation and amortization	(543)	(541)
<u>Expected credit losses</u>		
The adjusted values refer to the provisions relating to receivables owed to the Company by the thermal companies of islanded and interconnected power systems, a segment for which the Company substantially provides service.	-	(2)
(d) Tax		
<u>Tax adjustments denote tax amnesties and tax charges on financial revenue.</u>		
<u>Tax amnesties:</u> provisions for joining the amnesty programs established by State Laws.	(12)	(7)
<u>Tax charges:</u> the adjustments refer to expenditure on IOF, PIS and COFINS, levied on the Company's revenue and which are classified as tax expenses.	(63)	(42)
(e) Other net revenue (expense)		
<u>Judicial losses and provisions</u>		
The adjusted amounts consist of losses incurred in final and unappealable lawsuits, as well as the provisions made on the basis of the opinions obtained from the lawyers responsible for handling the lawsuits or by the Company's Legal Department.	(128)	(283)
Commodity hedges - imports in progress	(46)	118
Income on the sale/write-off - equity interests	-	564
Provision for out-of-court settlements	-	(360)
Outcome of the control acquisition process - Equity interest	-	12
<u>Impairment</u>	(705)	-
(f) Equity earnings	100	(36)
(g) Net finance income	(231)	(1,084)
Total	(2,326)	(2,391)

Notes to the financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***24.1 Disaggregation of revenue**

	Consolidated		
	2024		
	Retail	B2B	Total
Goods sold and services			
Domestic			
North	8,755	7,302	16,057
Northeast	25,490	13,365	38,855
Midwest	12,471	6,425	18,896
Southeast	40,836	29,773	70,609
South	18,870	6,188	25,058
Foreign	-	3,484	3,484
Total	106,422	66,537	172,959

	Consolidated		
	2023		
	Retail	B2B	Total
Goods sold and services			
Domestic			
North	8,603	7,495	16,098
Northeast	23,716	10,763	34,479
Midwest	12,181	7,007	19,188
Southeast	38,576	29,153	67,729
South	16,710	6,052	22,762
Foreign	-	3,408	3,408
Total	99,786	63,878	163,664

25 Judicial and administrative proceedings, judicial deposits and contingencies**25.1 Judicial and administrative proceedings provisioned for**

The main proceedings provisioned for concern the following events:

Tax Claims

(i) nonratification of federal tax offsets (except IPI) - Federal government proceedings (R\$ 65 as of December 31, 2024 and R\$ 61 as of December 31, 2023).

(ii) ICMS – FEEF/FOT (State Fiscal Balance Fund / Temporary Budgetary Fund) - a case discussing the constitutionality of charging FEEF-RJ (State Fiscal Balance Fund of Rio de Janeiro) and FOT-RJ (Temporary Budgetary Fund of Rio de Janeiro) ICMS deferrals of the Company, which resulted unfavorably for the taxpayers in ADI 5635, judged by the STF (R\$ 129 as of December 31, 2024 and R\$ 119 as of December 31, 2023).

Notes to the financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***Civil Proceedings**

(i) case in which the Company was ordered to indemnify the plaintiff (Valpar) for nonperformance of the Loan, Transportation and Supply Contracts, where the award is being calculated, after the net part of the award was already paid (R\$ 187 on December 31, 2024 and R\$ 167 on December 31, 2023);

(ii) case seeking indemnity for violation of the proportionality clause between volumes of products acquired by the plaintiffs and the volume of cargo to be shipped by Ouro Verde, with which the Company signed binding fuel supply and transportation contracts. The Company was ordered to reimburse shipping costs and to pay losses and damages to the Plaintiffs. After payment of the award had begun, Plaintiffs submitted a petition stating the amount they believed they were entitled to: R\$ 1,041 as gross sales for shipping not provided to the Company and R\$ 83 for lost earnings, with an expert opinion having been ratified by the judge. Both the plaintiff and defendant filed a special appeal against this decision. On 09/05/2024 Vibra's Special Appeal was denied. We filed a motion for clarification, which was assigned to Justice Buzzi. The Special Appeal filed by Viação Ouro Verde was not entertained by the São Paulo Court of Justice (TJSP), leading the company to file an interlocutory appeal against this decision. (R\$ 90 as of December 31, 2024 and R\$ 79 as of December 31, 2023);

Labor Claims

(i) Supplementary/additional retirement – labor claims involving the Company and Petros filed by former employees claiming differences in amounts received as additional retirement payments (R\$ 64 as of December 31, 2024 and R\$ 62 as of December 31, 2023), and

(ii) RMNR/Risk premium - a claim for payment of additional RMNR without deducting the risk premium from the RMNR, for which there is a final and unappealable decision against the Company (R\$ 64 at December 31, 2024 and R\$ 54 at December 31, 2023).

The provisions are presented according to the nature of the underlying proceedings:

	Consolidated (a)										
	2024						2023				
	Tax	Labor	Civil	Environmental	Other	Total	Tax	Labor	Civil	Environmental	Total
Opening Balance	265	336	508	26	-	1,135	127	336	431	25	919
Addition, net of reversal	11	12	55	4	-	82	138	25	59	-	222
Use (*)	(6)	(31)	(86)	(6)	-	(129)	(4)	(35)	(27)	(1)	(67)
Indexation	3	-	43	-	-	46	4	10	45	2	61
Business combination	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-
Closing Balance	273	317	520	24	1	1,135	265	336	508	26	1,135

(a) Parent Company amounts do not differ from the consolidated information

(*) The judicial deposits written off amount to a consolidated and individual R\$ 16 as of December 31, 2024, as per note 25.2 (R\$ 21 as of December 31, 2023 (Consolidated and Parent Company)).

The Company has assets securing legal processes, such as bank guarantees and surety bonds.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

25.1.1 Provisioned for judicial proceedings and related judicial deposits

	Consolidated					
	2024			2023		
	Judicial proceedings	Judicial deposits	Proceedings net of judicial deposits	Judicial proceedings	Judicial deposits	Proceedings net of judicial deposits
Labor claims	317	67	250	336	95	241
Tax claims	273	219	54	265	68	197
Civil claims	520	49	471	508	41	467
Environmental claims	24	2	22	26	2	24
Other	1	-	1	-	-	-
Total	1,136	337	799	1,135	206	929

25.2 Judicial deposits

	Consolidated					Parent Company
	Tax	Labor	Civil	Environmental	Total	Total
Balance as of December 31, 2022	872	206	116	2	1,196	1,195
Addition, net of reversal	56	(21)	11	-	46	46
Usage (a)	-	(19)	(2)	-	(21)	(21)
Monetary indexation / interest (b)	49	3	8	-	60	60
Balance as of December 31, 2023	977	169	133	2	1,281	1,280
Addition, net of reversal	36	(5)	15	-	46	46
Usage (a)	(3)	(8)	(5)	-	(16)	(16)
Monetary indexation / interest (b)	23	(8)	6	-	21	21
Business combination	-	1	-	-	1	-
Balance as of December 31, 2024	1,033	149	149	2	1,333	1,331

(a) For payment of legal proceedings.

(b) Includes adjustment to estimated restatement and interest on the deposits recovered.

The Company has R\$ 337 (R\$ 206 as of December 31, 2023) in judicial deposits for provisioned lawsuits (note 25.1.1); R\$ 730 (R\$ 737 as of December 31, 2023) associated with possible contingencies; R\$ 232 (R\$ 269 as of December 31, 2023) associated with remote contingencies; R\$ 27 (R\$ 79 as of December 31, 2023) consists of deposits related to proceedings in which the Company and its investees are plaintiffs and R\$ 7 (R\$ -10 as of December 31, 2023) consists of other.

25.3 Proceedings not provisioned for (possible losses)

Nature	Consolidated		Parent Company	
	2024	2023	2024	2023
Tax	7,026	7,623	7,026	7,623
Civil	6,461	5,826	6,461	5,826
Labor	503	640	503	640
Environmental	246	191	246	191
Total	14,236	14,280	14,236	14,280

In seeking to preserve its interests and conditions that are favorable to it, the Company may occasionally enter into out-of-court settlements to terminate disputes rated as an expected loss. See below the main proceedings not provisioned for:

Notes to the financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***a) Tax proceedings**

Description of tax proceedings	12/31/2024	12/31/2023
Plaintiffs: States of Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, São Paulo and Tocantins		
1) Recovery of ICMS-ST on consignment and symbolic return of jet fuel for resale; consideration of establishment as wholesaler retailer, blacklisting of tax documents.	1,145	1,709
Plaintiffs: States of Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, São Paulo and Tocantins		
2) Cases where the company is contesting the lack of ICMS incidence on the variation in fuel volumes due to leftovers and inventory shortages arising from the operation and transportation of products. The Company receives products from the oil refinery invoiced based on a temperature of 20° C. When sold to customers, the Company sells the product at room temperature, resulting in a variation in inventory due to natural volumetric variations caused by temperature.	1,594	1,567
Plaintiffs: States of Bahia and São Paulo and Discom		
3) Cases where the Company is contesting who is liable for the payment of ICMS not withheld through tax substitution based on injunctions obtained by the buyers, but which now is due because the buyers eventually lost the lawsuits filed against the State.	252	232
Plaintiff: Federal Government		
4) Cases under which Company is disputing the incidence of IPI on oil products and the possibility of maintaining IPI credits on the acquisition of inputs used in the production of oil products (IPI exempt).	699	667
Plaintiffs: States of Amazonas and Pernambuco		
5) Collection of ICMS on alleged aviation fuel sales, with no ICMS tax for national and foreign airlines, for flights to other states or abroad.	435	398
Plaintiff: Federal Government		
6) Cases where the Company is charged for allegedly undue deduction of interest on equity in the IRPJ and CSLL calculation base.	451	395
Plaintiffs: States of Alagoas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Distrito Federal and Federal Government		
7) Punishment applied for non-compliance with auxiliary obligations related to collection and crediting of ICMS, IRPJ, CSLL, PIS and COFINS payable on operations in general by the Company.	158	249
Plaintiffs: State of Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Paraíba, Piauí, Rondônia and São Paulo		
8) Cases where the company is contesting whether or not there is a right to credit the ICMS paid when the CIF freight in interstate operations is tax exempt. Distinction between transportation operation and service.	267	232
Plaintiff: Federal Government		
9) Case where the Company is contesting the Social Security Contribution on profit shares and performance bonuses paid to employees and/or managers.	220	240
Plaintiff: Federal Government		
10) Dispute about the quantitative and qualitative feasibility of tax offsets made by Company, where the DCOMPs have not been ratified by the federal tax authorities - except IPI credits, which are addressed elsewhere.	126	138
Plaintiff: State of Rio de Janeiro		
11) Case disputing the appropriation of ICMS credit, considering that the State assessed the Company for allegedly duplicating recorded credits.	116	106

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Description of tax proceedings		12/31/2024	12/31/2023
Plaintiffs: States of Mato Grosso and Pará			
12)	Cases where the Company was assessed by the tax authority, demanding ICMS on deliveries resulting from interestablishment transfers.	89	118
Plaintiffs: States of Bahia, Ceará, Mato Grosso, Roraima and Sergipe			
13)	Cases in which the Company was assessed by the tax authority, demanding differences (additional payments) in relation to the ICMS-ST calculation.	61	161
Plaintiffs: States of Acre, Amazonas, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará and Rio de Janeiro			
14)	Cases where the Company is charged for alleged omissions in the provision of information via SCANC, which allegedly resulted in non-payment or insufficient payment of ICMS to the assessing federal authority.	32	40
Plaintiffs: State of PA and Federal Government			
15)	Case where the Company was assessed for untimely payment of tax without restating the amounts as required by the Tax Audit.	77	76
Plaintiff: Federal Government			
16)	Collecting one-off fines from the Federal Tax Authorities as a result of not ratifying offsets made by the Company.	7	102
Plaintiff: SP State			
17)	Fiscal war between states entailing ICMS tax incentives at source and the possibility of appropriating credits on interstate sales.	11	88
Plaintiff: Federal Government			
18)	Cases where the Company has been assessed for non-payment of employer social security contributions on management fees paid, given the alleged employment relationship between them and the Company.	207	97
Plaintiff: Federal Government			
19)	Cases in which the Company is disputing the incidence of social security contributions on compensation paid to freelancers providing health care services to Company staff.	25	60
Plaintiff: State of Rio de Janeiro			
20)	Cases where the Company has been assessed for using NCM classification (Mercosur Common Nomenclature) with which the State does not agree, and collecting ICMS-ST the Company believes is undue.	71	69
Plaintiffs: States of Acre, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Tocantins and Gas Stations			
21)	Cases demanding ICMS not classified in other existing profiles.	13	33
Plaintiffs: States de Mato Grosso, Pernambuco and Santa Catarina			
22)	Cases where the Company is being required to pay ICMS-ST on green coke operations. The company is contending there is no regulation requiring the tax substitution.	42	45
Plaintiffs: States of Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro and Federal District			
23)	Cases in which VIBRA is being charged for the ICMS-ST not retained by the seller of the purchased goods.	14	49
Plaintiff: Federal Government			
24)	Federal tax charge related to the treatment of Eletrobras subsidiaries' receipts on the cash basis, given the constituted debt and the rating indicating zero fair value receivable.	356	328

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Description of tax proceedings	12/31/2024	12/31/2023
Plaintiff: State of Bahia		
25) Cases where the Company is fined for using ICMS credits for a period exceeding 5 years from their origination, due to the lack of earlier opportunities for their proper utilization.	48	43
Plaintiff: State of Goiás		
26) Cases in which the Company is being charged for not collecting the Poverty Combat Fund percentage with the ICMS.	80	30
Plaintiffs: States of Bahia, Paraíba, Pernambuco, Santa Catarina, São Paulo, Amazonas, Ceará, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Rio de Janeiro and Rio Grande do Sul		
27) Cases where the tax authority is accusing the Company of having appropriated/used credit in operations in which credits are not entitled, such as the improper application of the noncumulative principle.	42	37
Plaintiff: State of Rio de Janeiro		
28) This case concerns the requirement to pay ICMS credits amounting to 10% of the total benefits granted by the State of Rio de Janeiro.	43	-
Various tax proceedings	345	314
Total	7,026	7,623

b) Civil proceedings

Description of civil proceedings	12/31/2024	12/31/2023
Plaintiff: Associação de Mantenedores Beneficiários da Petros – AMBEP		
1) Public Civil Action for the cost to “repair the Plano Petros 1 deficit” to only be allocated to the sponsors, supplementary pension plan administrators and investment funds rather than the plan’s participants, as the deficit has been caused by mismanagement.		
Status: After an appeal from Petros, the Federal Court of Distrito Federal was assigned jurisdiction and is being redistributed.	2,485	2,221
Plaintiff: WTorre Engenharia E Construção S.A..		
2) Arbitration procedure filed by the plaintiffs arising from alleged fraud to the unenforceability of bidding for contracting atypical lease (BTS) for the operation of the Rondonópolis Terminal.		
Status: Decision staying the arbitration while the injunction order favorable to the company under the Public Civil Action filed against W. Torre. is in force.	1,698	1,559
Plaintiff: CADE - Brazilian Antitrust Authority		
3) Inquiry converted into Administrative Proceeding in a decision published on 7/2/2020. The violations investigated in this process relating to the DUBAI operation are: agreement to set ethanol prices and share clients in Distrito Federal/DF, and adoption of a policy of discrimination against domestic buyers, affecting the market in Distrito Federal/DF. Any fine is calculated at rates between 0.01% and 20%, with the maximum rate having been used (20%). The calculation base was limited to the Company's annual gross sales (year before the introduction of PA - 2019) in the relevant geographic market defined by CADE in the case records - DF.		
Status: SG/CADE issued a Technical Note converting the Administrative Inquiry into an Administrative Proceeding. The Company submitted its defense on 05/07/2021. After witness hearings and personal depositions were conducted, SG/CADE determined the conclusion of the evidentiary phase on September 17, 2024. On October 24, 2024, SG/CADE issued its final opinion recommending the case be dismissed concerning Vibra and BR employees. The case was subsequently forwarded to the CADE Tribunal, where it is awaiting a final ruling.	472	437

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Description of civil proceedings		12/31/2024	12/31/2023
Plaintiff: Francisco Messias Cameli			
Civil suit before the courts of the State of Amazonas for collection of rent, due to the demurrage of vessels at the Distribution Base of Cruzeiro do Sul.			
4)	Status: The appeal decision was published on 6/23/2020 denying the Company's appeal by majority opinion, with the Reporting Justice's opinion to accept the appeal being defeated. On 06/29/2020 the Company filed a Motion for Clarification, which was rejected. Special Appeal filed by the Company, which was entertained at the court of origin, with the case records having been sent to the reporting justice at the Superior Court of Justice (STJ).	277	242
Plaintiff: Dislub Distribuidora De Lubrificantes Ltda.			
Plaintiff filed suit against the Company with a view to terminating the distribution contract, the payment of indemnification as losses and damages for a series of alleged losses and payment of a contractual fine. The Company was ordered only to repair the material damages in the form of lost earnings.			
5)	However, the expert's calculation was made based on monthly sales of products by Dislub without deducting operating costs and taxes. Status: The case is at the appeal stage in the Superior Court of Justice (STJ) – the Motion for resolution of the conflict in decision was entertained but has not yet been ruled on.	178	158
Plaintiff: CADE - Brazilian Antitrust Authority			
This is a legal dispute regarding the fine imposed by CADE on the Company within the scope of the Administrative Proceeding for alleged anticompetitive practices of abuse of dominant position, initiated by a complaint from GRAN PETRO against the companies that make up the aviation pool at Guarulhos-SP airport.			
6)	Status: Vibra has taken legal action against this CADE administrative decision and obtained a preliminary injunction, suspending the fine and positive covenant until the final judgment of the lawsuit. Secured debt. Injunction granted. Case at lower court pending judgment.	82	71
Plaintiff: CADE - Brazilian Antitrust Authority			
Consists of the annulment action seeking to overturn CADE's administrative decision resulting from the investigation into alleged cartels engaged in the resale and distribution of fuel in Belo Horizonte and surrounding areas.			
7)	Status: On July 04, 2024, an official letter from TRF-1 was filed, informing the judgment of the jurisdictional conflict, which established the prevention and competence of the 4 th Federal Court to adjudicate the annulment case filed by VIBRA. On July 19, 2024, Vibra filed a motion for clarification against this ruling. The reporting justice then notified CADE to submit its counterarguments, which were presented on August 19, 2024. The case is now awaiting judgment.	90	86
Plaintiff: Auto Viação Ouro Verde Ltda			
Case seeking indemnity for violation of the proportionality clause between volumes of products acquired by the plaintiffs and the volume of cargo to be shipped by Ouro Verde, with which the Company signed binding fuel supply and transportation contracts.			
8)	Status: The Company was ordered to reimburse shipping costs and to pay losses and damages to the Plaintiffs. After payment of the award had begun, Plaintiffs submitted a petition stating the amount they believed they were entitled to: R\$ 1,041 as gross sales for shipping not provided to the Company and R\$ 83 for lost earnings. The court has already approved the expert report, not fully accepting the amounts claimed by Ouro Verde, a decision the São Paulo Court of Appeal (TJSP) upheld. The approved amounts are fully reflected by the Company in its financial statements. The contingency specified here represents the difference between the provision made by the company and the restated total as per the award enforcement petition. Both the plaintiff and the defendant appealed to the Superior Court of Justice (STJ) regarding the discussion on the expert report. On 09/05/2024 Vibra's Special Appeal was denied. We filed a motion for clarification, which was assigned to Justice Buzzi and has not yet been decided. The Special Appeal filed by Viação Ouro Verde was not entertained by the São Paulo Court of Justice (TJSP), leading the company to file an interlocutory appeal against this decision.	111	97

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Description of civil proceedings	12/31/2024	12/31/2023
Plaintiff: DISCOM Distribuidora de Combustíveis e Comércio Ltda.		
DISCOM claims that since October 1997 it entered a purchase and sale commitment, which includes the Company's obligation to supply products. It alleges that the Company had failed to perform the agreement without cause, suspending the delivery of products on May 25, 2000, thus violating the agreement signed, causing losses for DISCOM. It is claiming indemnification for losses and damages.		
9) Status: In the decision reached on May 19, 2021, the Pernambuco State Court of Appeal (TJPE) upheld the decision, except for establishing the SELIC Base interest rate as the index for restating the award. The Company filed a Special Appeal after the TJPE had denied its motion for clarification, entertained at the court of origin. At the STJ, the appeal was assigned to the reporting Justice Moura Ribeiro, who, on August 21, 2024, partially entertained the special appeal but denied it on substance. Internal appeal filed.	83	76
Plaintiff: Posto Pau de Vela Bahia Ltda		
Plaintiff is claiming compensation for losses caused to the gas station due to practices (prices and terms) that make it impossible for the plaintiff to make a profit, in addition to claiming investment expenses and moral damages. Invoking strict liability, this case is seeking reimbursement of losses caused by nonperformance of contracts entered into with the Company, primarily in respect of profits, in order to cover its operating costs and thereby generating the agreed profit.		
10) Status: An expert report was submitted to the case records stating that a number of the commercial terms imposed by the Company were one of the factors that contributed to the losses suffered by the plaintiff. However, no settlement was reached, as it is not yet possible to precisely quantify the alleged damages. The report prepared by the Company's technical assistant contests the conclusions reached by the court-appointed expert. This case is pending judgment.	82	74
Plaintiff: Compasa - Compañía De Petróleo Y Asfalto Sociedad Anónima		
This is a compensation demand filed by COMPASA against Petrobras and Vibra, based on the breach of an asphalt product distribution contract signed with Vibra with an exclusivity clause. The plaintiff contends that Petrobras and Vibra form the same economic group, and therefore share the duty of exclusivity. As Petrobras sold asphalt in Paraguay without respecting exclusivity, and continued sales even after losing a similar case in 2015, it is due compensation for the period following this condemnation.		
11) Status: A ruling was issued that, accepting the conclusions of the expert report, ordered VIBRA and Petrobras to jointly pay compensation in the amount of USD 44,175,793.24. Petrobras and Compasa filed motions for clarification, which were denied on 04/24/2024. Appeal filed by VIBRA which is pending judgment.	142	128
Plaintiff: Grycamp Transportes		
The Plaintiff claims to have suffered revenue losses due to a reduction in transported volume and is seeking compensation from Vibra for lost profits for what was not transported until the end of the contract, as well as compensation for investments made in fleet adaptation due to unjust termination before the end of the term.		
12) Status: The court ruled the Plaintiff's claims as unfounded, with the latter filing a motion for clarification, which was denied on 09/26/2024. Grycamp filed an appeal in November 2024.	43	39
Various civil proceedings	718	638
Total	6,461	5,826

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

c) Labor proceedings

Description of labor proceedings	12/31/2024	12/31/2023
Plaintiffs: Other		
1) Judicial proceedings in which the Company's employees/former employees are claiming payment of the additional RMNR without deducting the risk premium.	172	285
Plaintiffs: Other		
2) Judicial proceedings in which the Company's employees/former employees are claiming the risk premium on the grounds they were working in hazardous conditions, being exposed to harmful agents, in due accordance with Ministry of Labor Prosecutor's Department Regulatory Standard 16.	74	77
Plaintiffs: Other		
3) Labor claims filed by former employees/employees of product transportation firms contracted by the Company.	53	60
Various labor proceedings	204	218
Total	503	640

d) Environmental proceedings

Description of environmental proceedings	12/31/2024	12/31/2023
Plaintiff: Goiás State Public Prosecutions Office		
1) Public Civil Action by which the Goiás State Public Prosecutor's Office (MP-GO) is seeking the conviction of the Company, the hauler Transportadora ITA and the Goiânia municipal government for environmental damages resulting from the spill of 12,000 liters of asphalt into rivers in Goiás state, due to an accident that took place during the unloading of the tanker truck at the Goiânia Works Office, which is the Company's client.		
Status: Case at the evidentiary stage.	185	136
Various environmental proceedings	61	55
Total	246	191

⇒ Accounting policy

The provisions for legal proceedings are recognized when:

- (i) the Company has a present obligation as a result of past events;
- (ii) it is not probable that an outflow of resources will be required to settle the obligation; and
- (iii) the amount can be estimated with reasonable certainty.

Contingent liabilities (unlikely losses) are not recognized, but contingent liabilities are disclosed in notes when the likelihood of an outflow of resources is possible.

⇒ Estimates and judgments

The estimates used for determining the amounts of the obligations and the probability of an outflow of resources are made by the Company, based on the assessment of its technical staff and legal advisers.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

These estimates are made individually or by group of cases with similar theses and essentially take into account factors such as the analysis of the orders made by the plaintiffs, strength of the evidence submitted, case law precedent for similar cases and legal doctrine on the matter.

Arbitration, judicial and administrative decisions in cases against the Company, new case law and changes to the group of existing evidence could result in a change to the probability of an outlay and measurements after analyzing the grounds.

26 Contractual commitments

a) Take or pay purchase agreements

As of December 31, 2024 the Company has purchase commitments for shale oil for the period of three years, amounting to a total of R\$ 459 with Paraná Xisto (R\$ 175 as of December 31, 2023).

As of December 31, 2024, the Company has commitments for oil product purchases for the period of 1 year, amounting to an estimated total of R\$ 217 with Petrobras (R\$ 229 as of December 31, 2023) and R\$ 92 with Refinaria Mataripe (R\$ 21 as of December 31, 2023).

As of December 31, 2024 the Company has commitments for compressed natural gas purchases for the two-year period, with Companhia Potiguar de Gás (Potigás), worth an estimated R\$ R\$ 40 (R\$ 32 as of December 31, 2023).

b) Take or pay service agreements

As of December 31, 2024 the Company has commitments towards Logum Logística S.A. for the transportation of ethanol by pipeline, worth an estimated total of R\$ 394 (R\$ 488 as of December 31, 2023) through March 2029. The contract involves supplies for the bases in São Paulo and Rio de Janeiro and establishes a take-or-pay volume for each section.

As of December 31, 2024 the Company has commitments owed for storage services for the period of fifteen years with SPE – Nordeste Logística, worth an estimated R\$ 107 (R\$ 77 as of December 31, 2023). As of December 31, 2024 the Company has commitments for storage services for the period of three years with Ultracargo, worth an estimated R\$ 92 (R\$ 70 as of December 31, 2023), Iconic Lubrificantes S.A. for an estimated R\$ 40 (no value at December 31, 2023) and with Ageo Terminais for one year worth an estimated R\$ 50 (R\$ 73 as of December 31, 2023).

As of December 31, 2024 the Company has railway transportation commitments for the period of 1 year with Rumo S.A. - Norte, worth an estimated R\$ 49 (R\$ 3 as of December 31, 2023) and Rumo S.A. – Sul worth an estimated R\$ 46 (R\$ 59 as of December 31, 2023).

Vibra Energia S.A.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

27 Financial instruments

See below the main financial instruments included in the statement of financial position:

			Consolidated		Parent Company	
	Notes	Fair value hierarchy level	2024	2023	2024	2023
Amortized cost						
Assets						
Cash and bank deposits	6		1,309	520	399	68
Short-term investments	6		9,171	6,146	8,917	6,089
Accounts receivable	7		5,796	6,490	6,280	7,104
Total assets at amortized cost			16,276	13,156	15,596	13,261
Trade payables	13		2,432	4,496	2,427	4,493
Loans and financing	14		20,449	14,770	19,538	14,091
Creditors under the acquisition of equity interests			75	-	-	-
Total liabilities at amortized cost			22,956	19,266	21,965	18,584
Fair value through profit or loss						
Accounts receivable	7	2	-	36	-	36
Derivative financial instruments - commodities contracts		2	4	21	4	21
Derivative financial instruments - swap contracts and NDFs		2	898	137	898	137
Derivative financial instruments - Options contract		3	1	19	1	19
Total assets at Fair value through profit or loss			903	213	903	213
Creditors for acquisition of equity interest (Integration earnout)		3	2	6	2	6
Creditors for acquisition of equity interest (EBITDA earnout)		3	-	7	-	7
Creditors for acquisition of equity interest (Installed capacity earnout)		2	-	472	-	472
Creditors for acquisition of equity interests (Earnout project under expansion)		3	157	182	157	182
Derivative financial instruments - commodities contracts		2	32	2	23	2
Derivative financial instruments - swap contracts and NDFs		2	38	777	38	777
Derivative financial instruments - Options contract		3	48	35	48	35
Total liabilities at Fair value through profit or loss			277	1,481	268	1,481

The fair values of loans and borrowings is presented in note 14. The fair values of cash and cash equivalents and other financial assets and liabilities are equal to or closely approximate their carrying amounts.

Fair value Hierarchy Level 3

A number of financial instruments were rated by the Company as level 3, as their measurement involved inputs considered significant and non-observable.

See below the measurement of the main instruments classified as Level 3:

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Description Level 3 Instruments	Fair Value (a)	Valuation	Unobservable inputs
Call option of the founding shareholders of Vibra Comercializadora de Energia for 0.14% of Comerc	-10	Fair value measured by Comerc's valuation on the base date, times the acquired interest of 0.14%, with a 100% probability of being exercised, given that the contractual exercise price is R\$ 1.	Discounted cash flows of assets used in the valuation of Comerc, discounted using a discount rate based on the WACC methodology. The discount rate applied was 11.29%.
Put option of the founding shareholders of Vibra Comercializadora de Energia over 1.44% of Comerc:	-38	Put option over 1.44% of Comerc, calculated by the Black & Scholes formula, considering the exercising at the end of the exercise window (60 days 3 years after the Closing Date).	a) Projected cash flows of assets used in the valuation of Comerc, discounted using a discount rate based on the WACC methodology. The rate applied was 11.29%. b) the strike price of the options established in the grant contract is R\$ 99.8 million, restated by the CDI rate + 2% from the date of the grant to the date of exercise. c) historical volatility of shares of companies in the sector, using the estimated exercise period, which resulted in an average volatility of 29.4%.
Earnout on the Realization of Future Projects - Acquisition of Zegbiogás	-157	Calculated based on the value of 50% of Vibra's commitment to contributions in Zeg's new projects (Capex) of R\$ 412.0 million.	Investment flows of each project discounted by a WACC of 13.1%.

(a) Denote the fair value of financial instruments valued as Level 3 as of December 31, 2024. Negative amounts represent Level 3 financial instruments recorded as liabilities.

	Consolidated	
	2024	2023
Opening balance of assets at fair value	19	28
Change in fair value (finance income/loss)	(18)	(9)
Closing balance of assets at fair value level 3	1	19
Opening balance of liabilities at fair value	230	297
Change in fair value (finance income/loss)	-	(48)
Payments	(23)	(19)
Closing balance of liabilities at fair value level 3	207	230

⇒ Accounting policy

Upon initial recognition, the financial instruments are measured at fair value, plus or less any transaction costs directly attributable to acquisition or issuance of such instruments.

Financial assets are classified and measured based on the business model in which assets are managed and their cash flow characteristics, as follows:

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

- *Amortized cost: financial asset (financial debt instrument) whose contractual cash flow results only from the payment of principal and interest on the principal on specific dates and whose business model aims to maintain the asset in order to receive its contractual cash flows;*
- *Fair value through profit or loss: all other financial assets.*

When financial liabilities have been measured at amortized cost and their contractual terms substantially modified, their carrying amounts should reflect the present value of their cash flows on the new terms, using the original effective interest rate. The difference between the carrying amount of the remeasured instrument and the non-substantial modification of its terms and its carrying amount immediately prior to such modification is recognized as a gain or loss in profit or loss for the year.

The financial assets are not subject to impairment tests.

The Company maintains currency and commodity hedge derivative instruments, call and put options and earnouts which are measured at fair value through profit or loss.

28 Risk management

Financial instruments held by the Company are managed through internal controls and operational strategies, focusing on liquidity, regarding the choice of counterparties, the profitability and security of commercial areas for which such transactions are made.

The control policy consists of continuous monitoring of contracted rates versus current market rates, with the ultimate goal of preserving the margins obtained

through the hedging policy jointly established with the commercial areas. The Company does not invest in derivatives or any other risky assets on a speculative basis. The Company uses derivative financial instruments for the sole purpose of mitigating risks posed by exchange variance and the change in the prices of goods sold.

The main forum to discuss the Company's credit risk management is the Credit Committee, which sets the main parameters and guidelines for the credit policy. Credit application analyses have specific procedures and growing requirements depending on the level of exposure and the amount of credit requested, and certain cases are referred to the decision of the Executive Board.

The Company's risk management factors in the risk posed by obligations assumed by third-party towards the Company (credit risk) and the risk generated by variables traded in the financial market (market risk) amongst others.

The policy for managing foreign exchange exposure is set by the Executive Board, with joint management of the financial and commercial departments responsible for international billing.

28.1 Currency risk

SWAP contracts

As of December 31, 2024 the Company's loans and financing indexed to exchange variance have been fully hedged, both for term and amounts, by swap contracts. The Company records the swap contracts gains and losses in profit or loss.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Derivative contracts – Swap - USD x CDI

The Company has twelve such contracts, with a notional aggregate value of USD 1,277 million with various maturities through 11/14/2029, with a long position in US dollars indexed to a fixed rate or SOFR + fixed and a short position in Reais indexed to the CDI rate + spread, amounting to a notional R\$ 6,638.

	Swap agreements	Reference Value (Notional) (Million)		Fair Value (R\$ Million)	
		12/31/2024	12/31/2023	12/31/2024	12/31/2023
Long Position	USD	\$ 1,277	\$ 1,161	R\$ 7,826	R\$ 5,459
Short Position	CDI	R\$ 6,638	R\$ 5,825	R\$ 6,988	R\$ 6,206
Swap Earnings				R\$ 838	
Swap Earnings (Post credit risk discount)				R\$ 833	

On December 31, 2024 the SWAP result for these 14 operations was priced at a gain of R\$ 833.

The swap's fair value is calculated based on the present value of the future estimated cash flows. The estimates of the floating future cash flows are based on quoted swap rates, future prices and interbank loan interest rates. Estimated cash flows are discounted using a yield curve constructed from similar sources and which reflects the relevant benchmark interbank rate used by market participants for this purpose when pricing interest rate swaps. The estimated fair value of the SWAP result is subject to a credit risk analysis that reflects the counterparty's credit risk, i.e. calculated based on the Anbima credit risk.

Swap operations taken out and in force as of December 31, 2024 are as follows:

Currency	Counterparty				Average Swap Rates				
	SWAP type	Debt	SWAP	Maturity	Total Debt	Long Position	% Coverage	Long Position	Short Position
USD	Fixed x DI	NCE Citi	Citi Bank	Feb-28	498	498	100%	6.33% p.a.	CDI + 1.05% p.a.
USD	Fixed x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	Mar-25	1,385	1,387	100%	2.5725% p.a.	CDI + 0.78% p.a.
USD	Fixed x DI	NCE MUFG	MUFG Bank	Mar-25	60	60	100%	2.18% p.a.	CDI + 0.694% p.a.
USD	Fixed x DI	4131 BNP	BNP	Feb-26	937	938	100%	2.38% p.a.	CDI + 1.69% p.a.
USD	Fixed x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	Feb-26	623	623	100%	1.795% p.a.	CDI + 1.55% p.a.
USD	Fixed x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	Oct-27	557	558	100%	2.8075% p.a.	CDI + 1.52% p.a.
USD	Fixed x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	Feb-28	377	378	100%	3.12% p.a.	CDI + 1.65% p.a.
USD	Fixed x DI	4131 BofA	BofA	Feb-27	466	466	100%	3.3529% p.a.	CDI + 1.64% p.a.
USD	Fixed x DI	NCE Citi	Citi Bank	Feb-27	476	476	100%	6.61% p.a.	CDI + 1.15% p.a.
USD	Fixed x DI	NCE BoC	JP Morgan	Apr-27	563	563	100%	4.10% p.a.	CDI + 1.3158% p.a.
USD	Fixed x DI	4131 JP	JP Morgan	Mar-25	315	316	100%	6.9647% p.a.	CDI + 1.38% p.a.
USD	Fixed x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	Mar-28	628	629	100%	5.8475% p.a.	CDI + 1.99% p.a.
USD	Fixed x DI	PPE Bofa	BofA	Nov-29	781	781	100%	Sofr 6m + 1.85% p.a.	CDI + 0.92% p.a.
USD	Fixed x DI	PPE ICBC	ICBC	Nov-29	312	312	100%	Sofr 6m + 1.85% p.a.	CDI + 0.52% p.a.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Swap adjustment payments were made in the year ended December 31, 2024 of R\$ 507 (R\$ 709 as of December 31, 2023) and receipts of R\$ 64 (R\$ 42 as of December 31, 2023).

Sensitivity analysis - effect of change in fair value of swaps

The Company has reported liabilities indexed to foreign currency as of December 31, 2024, and in order to identify possible misstatements from operations involving consolidated derivative financial instruments currently in force, a sensitivity analysis was carried out. The potential value was estimated of the instruments in hypothetical scenarios by varying the risk factor impacting each position. The sensitivity analysis presented considered a change in relation to the risk variables assumed, maintaining the others unchanged.

- Probable: Fair value of the derivatives as of December 31, 2024, calculated based on the selling PTAX rate on the last working day
- Scenario 1: Estimate of the fair value considering a depreciation of the Brazilian real against the US dollar of 25%.
- Scenario 2: Estimate of the fair value considering a valuation of the Brazilian real against the US dollar of 25%.

USD Sensitivity Analysis

Operation		Probable Scenario Fair value in 12/31/2024	Scenario 1	Scenario 2
Derivative SWAP US Dollar vs CDI	SWAP Long Position (+)	7,826	9,506	6,146
	SWAP Short Position (-)	6,988	6,988	6,988
	Swap Result	838	2,518	(842)
	SWAP Result (post credit risk discount)	833	2,501	(835)
Δ SWAP Result post credit risk discount			1,668	(1,668)

	12/31/2024	+25%	-25%
USDBRL	R\$ 6.19230	R\$ 7.74038	R\$ 4.64423

Non Deliverable Forward - NDF

The Company takes out forex hedges to: (i) to cover commercial margins on aviation fuel sales made to foreign customers (ii) to hedge against exchange variance on fuel imports (iii) to hedge inventory (iv) to guarantee the price of Cartão Caminhoneiro [Prepaid Trucker's Card].

The hedges procured accounted for approximately 100% of the US dollar export revenue grossed from the aviation segment between January and December 2024. The Company procured forex hedges for imports between January and December 2024 for approximately 93% of the cargo of Vibra Energia, and for approximately 69% of Vibra Importação's cargo in the same period.

The Company's financial risk management policy includes the contracting of foreign exchange hedge operations to cover approximately 100% of both the amount of exports, based on sales estimates, and imports with releases prior to the maturity date.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

The settlement of all forex hedges using NDFs between January and December 2024 led to a negative flow to the Company of R\$ 84. In the same period the previous year there was a negative flow of R\$ 35.

Note that the Company did not use any other derivative instruments in relation to forex hedges besides NDFs and Swaps.

None of these hedges required guarantee margin deposits.

NDFs	Reference Value (notional)		Fair value		Maturity
	USD (Million)		R\$ (Million)		
	12/31/2024	12/31/2023	12/31/2024	12/31/2023	
Long Position	-	58	-	(2)	1Q24
Long Position	43	-	1	-	1Q25
Short Position	-	92	-	(6)	1Q24
Short Position	166	-	(17)	-	1Q25

The following sensitivity analysis was conducted for the fair value of the foreign currency derivatives. The probable scenario is the fair value as of December 31, 2024, calculated based on the selling PTAX rate on the last working date restated by the free coupon obtained from the B3 site, which adjusts the value according to the maturity of each contract. Intermediate dates are interpolated.

Foreign Exchange Derivatives	Devaluation of the Brazilian real against the US dollar (+25%)	Valuation of the Brazilian real against the US dollar (-25%)
NDFs (*)	(191)	190

(*) The Company has more short positions than long positions in USD.

See below the sensitivity analysis of the other financial instruments subject to exchange variance:

Consolidated				
	Exposure at 12/31/2024	Risk	Scenario I	Scenario II
Assets				
Cash and banks	243	US dollars / Real	61	(61)
Accounts receivable	255	US dollars / Real	64	(64)
Liabilities				
Trade payables	(79)	US dollars / Real	(20)	20
Financing	(8,480)	US dollars / Real	(2,120)	2,120
Impact on results				
Gain/(loss)			(2,015)	2,015
Criteria				

Probable scenario 1- Weakening of 25% of Real against US Dollar. Scenario 2 - Appreciation of 25% of the Real against the US Dollar.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

28.2 Interest rate risk

Derivatives contracts – Swap IPCA x CDI

The Company has four contracts of this type, totaling R\$ 1,454 in operations of this nature with maturities until February 16, 2032.

	Swap agreements	Reference Value (Notional) (R\$ Million)		Fair Value (R\$ Million)	
		12/31/2024	12/31/2023	12/31/2024	12/31/2023
Long Position	IPCA	R\$ 1,454	R\$ 1,524	R\$ 1,627	R\$ 1,761
Short Position	CDI	R\$ 1,454	R\$ 1,524	R\$ 1,585	R\$ 1,667
Swap Earnings				R\$ 42	
Swap Earnings (Post credit risk discount)				R\$ 42	

The swap's fair value is calculated based on the present value of the future estimated cash flows. The estimates of the floating future cash flows are based on quoted swap rates, future prices and interbank loan interest rates. Estimated cash flows are discounted using a yield curve constructed from similar sources and which reflects the relevant benchmark interbank rate used by market participants for this purpose when pricing interest rate swaps. The estimated fair value of the SWAP result is subject to a credit risk analysis that reflects the counterparty's credit risk, i.e. calculated based on the Anbima credit risk.

Currency	SWAP type	Counterparty		Maturity	Total Debt	Long Position	% Coverage	Average Swap Rates	
		Debt	SWAP					Long Position	Short Position
BRL	IPCA x CDI	CRA 43	JP Morgan	Sep-31	965	965	100%	IPCA + 5.3995%	111.10% of CDI
BRL	IPCA x CDI	CRA 11	BofA	Jul-25	389	389	100%	IPCA + 5.5914%	113.55% of CDI
BRL	IPCA x CDI	CRI 99	Citi Bank	Feb-25	51	51	100%	IPCA + 4.093%	85.46% of CDI
BRL	IPCA x CDI	CRI 100	BofA	Feb-32	312	312	100%	IPCA + 4.9781%	98.28% of CDI

In the year ended December 31, 2024, the Company paid R\$ 92 as management compensation (R\$ 133 at December 31, 2023).

Sensitivity analysis - effect of change in fair value of swaps

The Company has reported local-currency liabilities indexed to the IPCA rate as of December 31, 2024, and in order to identify possible misstatements from operations involving consolidated derivative financial instruments currently in force, a sensitivity analysis was carried out. The potential value was estimated of the instruments in hypothetical scenarios by varying the risk factor impacting each position. The sensitivity analysis presented considered a change in relation to the risk variables assumed, maintaining the others unchanged.

- Probable: Fair value of derivatives as of December 31, 2024.
- Scenario 1: Estimated fair value given a + 25% shock to the projected implicit inflation curve.
- Scenario 2: Estimated fair value given a - 25% shock to the projected implicit inflation curve.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

The sensitivity analysis of this instrument follows.

Operation		Probable Scenario Fair value in 12/31/2024	Scenario 1	Scenario 2
Derivative SWAP IPCA vs CDI	SWAP Long Position (+)	1,627	1,724	1,537
	SWAP Short Position (-)	1,585	1,585	1,585
	Swap Result	42	139	(48)
SWAP Result (post credit risk discount)		42	138	(47)
Δ SWAP Result post credit risk discount			96	(89)

See below the sensitivity analysis on the main financial assets and liabilities subject to floating interest rates as of December 31, 2024.

					Consolidated
Book at December 31, 2024	Risk	Scenario Probable	+25%	-25%	
	CDI	12.15%	15.56%	8.84%	
	IPCA	4.87%	6.15%	3.61%	
	SELIC	12.25%	15.69%	8.91%	
	IGPM	6.54%	8.28%	4.83%	
	INPC	4.84%	6.11%	3.59%	
Financial instrument assets					
CDI Short-term investments - 100%	8,677	CDI	1,054	1,350	767
CDI financing receivable - 100%	256	CDI	31	40	23
IPCA financing receivable - 100%	518	IPCA	25	32	19
IGPM financing receivable - 100%	76	IGPM	5	6	4
Financing receivable - INPC - 100%	52	INPC	3	3	2
Financial instrument liabilities					
CDI Debentures - 100%	(6,037)	CDI	(733)	(939)	(534)
11th Series debentures (collateral for CRAs) - IPCA - 100%	(399)	IPCA	(19)	(25)	(14)
IPCA CRA 43 - 100%	(960)	IPCA	(118)	(151)	(86)
Real estate receivables certificates (CRI) - IPCA - 100%	(372)	IPCA	(18)	(23)	(13)
Bank loans - CDI - 100%	(2,181)	CDI	(265)	(339)	(193)
Net financial income, as per estimates					
Gain/(loss)			(35)	(46)	(25)
Variation of gain/(loss)				(11)	21

Criteria

Probable scenario - considers the interest rate in force in the market as of December 31, 2024, based on the sources: Central Bank of Brazil, IBGE and B3.

The sensitivity analysis only took into account the change in the interest rate in relation to the debtor balance as of December 31, 2024, undertaking no other changes.

The table demonstrates the net finance revenue (cost) for one year based on the aforesaid criteria.

28.2.1 Price risk management

Petrobras' current pricing policy for gasoline and diesel takes into account factors such as its refining production capacity and, despite the change that occurred in 2023, the new pricing policy still remains close to import parity.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

With this, the price of oil products in the domestic market undergoes changes, albeit smaller, due to the movements in international market prices.

International oil and oil products sale prices are influenced by several factors related to the macroeconomy, geopolitics, OPEC production levels, environmental impacts and the development of new technologies and alternative energy sources, amongst others.

On account of these various factors which are beyond the Company's control and in order to mitigate the commodity risk and avoid revenue and expense mismatches, the Company began hedging international purchases. The company therefore believes that its costs and revenue are more aligned with its plans, thereby preserving cash flow and profitability.

In accordance with the risk management policy, all commodity derivative transactions are secured by commercial supply activities.

See below the sensitivity analysis:

Contracts (in cents per gallon)					(in millions of reais)	
Type	Unit	Quantity	Average Sale Price	Closed on 12/31/2024	MTM (Contract value)(*)	Possible Scenario (Δ of 25%)
RBOB (Gasoline)	cpg	299	1,209	1,244	(4)	(43)
HO (Diesel)	cpg	938	1,382	1,434	(21)	(162)
GO (Diesel)	MT	251	4,573	4,326	6	(21)
Ptax sale 12/31/2024		6.1923				

(*) Import operations only.

Trading aims to capture global market opportunities by trading its products while adhering to constant risk management, according to its internal risk policy, using derivative and futures instruments traded in international exchange operations.

See below the sensitivity analysis:

Type	Quantity	(in millions of reais)	
		MTM	Possible Scenario (Δ of 25%)
Ebob (Gasoline)	-	0.2	0.3
FFA	10	0.1	(0.2)
Gasoil (Diesel)	(8)	(0.1)	0.7
Gasoline	(33)	0.2	0.2
GDO (Gasoline)	2	0.1	(0.0)
Naphtha (Gasoline)	-	(0.1)	(0.4)
Naphtha crack (Gasoline)	20	(0.2)	(0.1)
Rbob crack (Gasoline)	(30)	0.2	0.7
Diesel	46	(3.1)	(12.5)

Ptax sale 12/31/2024 6.1923

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

28.3 Liquidity risk

The Company's liquidity risk is posed by difficulties to settle its financial obligations on their due dates, due to possible cash or financial asset shortages. To monitor this risk the Company centralizes cash management in the financial department, working with cash flow projections that are reviewed monthly and discussed in representative executive committees and forums.

The Company's main revenue sources derived from (a) the cash flow generated by its operations (b) the balance of cash and short-term investments and (c) any loans and borrowings. The Company believes that these sources are suitable for meeting its current sources, which includes but are not limited to working capital, investment capital, debt amortization and dividend payments.

The flow not discounted to present value of principal and interest on loans and financing by maturity is as follows:

Consolidated								
Period	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031 onwards	Total
Principal	2,952	1,596	2,882	3,818	3,265	2,494	4,014	21,021
Interest	1,840	2,053	1,909	1,736	1,191	752	643	10,124
Total	4,792	3,649	4,791	5,554	4,456	3,246	4,657	31,145

The remaining financial assets are expected to be realized in the short term and have therefore been classified in current liabilities, except for derivatives, which have different terms as disclosed in the notes above.

28.3.1 Credit risk

The Company's exposure to credit risk arises from the forward sale of products, resulting from usual commercial transactions, short-term investments, hedging instruments and financial instruments for hedging.

28.3.2 Credit risk management

Credit Risk of Commercial Counterparties

The Company's Credit and Collection Policy establishes approval limits for each customer based on the amount requested, and establishes limit terms, thereby enabling the periodic reassessment of each customer's status in terms of the risk they may pose.

The analysis includes the payments track record of the customer and its economic group, market constraints, guarantees (mortgages), personal guarantees (sureties) and balance sheet analyses. The Company uses the competence limit table, approved by Management, to grant credit.

Commercial portfolio credit risk

The Company's commercial loans portfolio is highly diversified, serving customers from the automotive sector and major consumers, consisting mainly of industries, carriers, government clients and the air sector. Credit risk exposure is mainly represented by the balance of accounts receivable. The expected settlement of these receivables is detailed in note 6.

The Company's portfolio amounted to R\$ 17,416 as of December 31, 2024 (R\$ 18,473 as of December 31, 2024).

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

The expected credit losses are based on default risk assumptions, determining whether or not there is a significant increase in the credit risk, recovery factor and others.

The Company assesses the estimated credit losses based on segments and the customer's payment history. The rates are calculated based on behavior in the last 3 years, and are reassessed quarterly.

See below the current matrix in force:

	Outstanding	1 to 30 days	31 to 60 days	61 to 90 days	91 to 365 days	Over 365 days
Trade receivables						
Retail	0.29%	75.67%	84.29%	88.90%	91.97%	100.00%
B2B	0.16%	34.11%	62.85%	73.85%	76.37%	100.00%

Credit Risk of financial institutions

In the financial institutions credit risk analysis, it tracks the exposure of each counterparty, its credit quality and long-term ratings published by rating agencies through limits: (i) Minimum Rating on Local scale; (ii) Minimum Equity of the Financial Institution; (iii) % exposure to Equity of financial institution and (iv) % maximum exposure of Company to a financial institution.

Credit granted to financial institutions in relation to derivative activities is distributed among the main international banks rated by international risk rating agencies as Investment Grade, and all major Brazilian banks. See the rating below:

Name	Country of bank branch	National Scale Rating	Risk Agency	Global Scale Rating	Risk Agency
Citigroup	Americas	BBB+	S&P	BBB+	S&P
Banco Bradesco	Brazil	AAA	S&P	BB	S&P
Banco do Brasil	Brazil	AAA	S&P	BB	S&P
Banco Itaú Unibanco	Brazil	AAA	Fitch	-	-
Banco Safra	Brazil	AAA	S&P	BB	S&P
Banco Santander S.A. - Brazil	Brazil	AAA	S&P	BB	S&P
Caixa Econômica Federal	Brazil	AAA	Fitch	BB	S&P
Citibank	Brazil	AAA	Fitch	BB	S&P
Banrisul	Brazil	AA+	S&P	BB-	S&P
JP Morgan	Brazil	AAA	S&P	-	-
JP Morgan	United States	-	-	A	S&P
Scotia bank	Canada	-	-	A+	S&P
MUFG	United States	-	-	A-	S&P
MUFG	Brazil	AAA	S&P	-	-
BTG Pactual	Brazil	AAA	Fitch	BB	S&P
BNP	France	-	-	A+	S&P
BofA	United States	-	-	A-	S&P
BRAZIL (Sovereign)		AAA	S&P	BB	S&P
Vibra Energia S.A.	Brazil	AAA	Moody's	-	-

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Guarantees awarded to customers

The Company has dealer financing operations in the sale of its own properties, characterized as 'vendor operations', in which Vibra issues guarantees to Santander, preserving the statutory lien over the property until full payment of obligations by the customers. In these operations, the maximum exposure as of 12/31/2024 is R\$ 236 with the final maturity in Nov/2029.

28.4 Capital management

Capital management is the set of procedures that aims to ensure an adequate capital base for the Company to operate, allowing it to honor all of its financial commitments and risks, pursuing an adequate debt profile whilst guaranteeing a return for shareholders. The Company can change its capital structure to suit macroeconomic conditions, and as a result of the development of organic and inorganic projects in its portfolio.

	Consolidated	
	2024	2023
Financing (note 14)	20,449	14,770
Leases (nota 15)	359	748
Gross debt from borrowing and leases	20,808	15,518
Derivative financial instruments (Swap)	(875)	644
Gross debt after derivative instrument	19,933	16,162
Less: cash and cash equivalents (note 6)	(10,480)	(6,666)
Net debt	9,453	9,496

28.5 Fair value measurement

Fair value measurements are classified at different levels in a hierarchy, as described below, based on the degree to which the fair value measurement information can be observed:

- Level 1 – quoted prices (without adjustments) in active markets for identical assets or liabilities to which the entity could have access at the measurement date;
- Level 2 - inputs other than quoted prices included in Level 1 that are observable for the asset or liability, either directly or indirectly;
- Level 3 - inputs for the asset or liability that are not based on observable market data.

The Company classifies a financial instrument measured at fair value as level 3, when one or more significant data are not observable.

As of December 31, 2024 the estimated fair value for the Company's financing calculated at market rates in force is presented in note 14.2.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

29 Related parties

29.1 Commercial transactions and other transactions

29.1.1 By company

	Consolidated					
	Net income		Asset		Liabilities	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Join ventures of Company						
ES GAS	-	3	-	-	-	-
Evolua	-	-	-	-	133	319
Comerc	-	2	-	-	-	-
Vem Conveniência	-	26	-	-	-	-
Navegantes	2	1	29	14	-	-
Nordeste I	1	-	9	8	-	-
Zeg Biogás e Energia	1	-	11	-	-	-
	4	32	49	22	133	319
Total	4	32	49	22	133	319

	Parent Company					
	Net income		Asset		Liabilities	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Company's subsidiaries						
Fundo Invest.Imobiliário FCM	(67)	(75)	540	543	373	434
Vibra Trading B.V.	(33)	66	-	12	20	154
VBBR Conveniência	20	1	160	159	228	237
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda.	1	-	11	1	9	-
	(79)	(8)	711	715	630	825
Join ventures of Company						
ES GAS	-	3	-	-	-	-
Evolua	-	-	-	-	133	319
Comerc	-	2	-	-	-	-
Vem Conveniência	-	26	-	-	-	-
Navegantes	2	1	29	14	-	-
Nordeste I	1	-	9	8	-	-
Zeg Biogás e Energia	1	-	11	-	-	-
	4	32	49	22	133	319
Total	(75)	24	760	737	763	1,144

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

29.1.2 By operation

	Consolidated			Parent Company		
	Net income	Assets	Liabilities	Net income	Assets	Liabilities
Net Income						
Net foreign exchange gains / (losses) and indexation	-			(59)		
Net financial revenue (expense)	4			(26)		
Other income and expenses	-			10		
Asset						
Account receivable (note 7)		-			699	
Dividends		1			13	
Other noncurrent assets		48			48	
Liabilities						
Trade payables			133			180
Other accounts and expenses payable			-			228
Leases			-			355
As of 12/31/2024	4	49	133	(75)	760	763
January to December 30/2023	32			24		
As of 12/31/2023		22	319		737	1,144

As of December 31, 2024, the purchases of oil products from the subsidiary Trading BV total R\$ 2,485 million (R\$ 5,499 million as of December 31, 2023) and from the subsidiary Vibra Trading Importação e Exportação Ltda R\$ 82. As of December 31, 2024, the purchases of anhydrous and hydrated alcohol from ECE (Evolua Ethanol) total R\$ 4,151 (R\$ 3,254 as of December 31, 2023).

As of December 31, 2024 the Company had guarantees provided to Trading BV for purchases made by this subsidiary up to the amount of USD 1 billion (USD 1 billion as of December 31, 2023). The Company is also the guarantor of the loan obtained by Trading BV of USD 80 million (USD 55 million as of December 31, 2023) and CSP – Credit Support Provider guarantees for USD 50 million and Future Guarantees of USD 2.

The Company also has corporate guarantees submitted to Comerc Participações in the amount of R\$ 202 as of December 31, 2024 (R\$ 274 as of December 31, 2023).

As of December 31, 2024, the Company has a loan of R\$ 29 to Navegante Logística Portuária S.A., R\$ 11 with Zeg Biogás e Energia S.A and R\$ 8 to Nordeste Logística I S.A.

Notes to the financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***29.2 Key executive compensation**

Compensation paid to all members of the Company's board of directors and executive board was as follows:

	Parent Company							
	2024				2023			
	Executive Board (statutory)	Board of Directors	Other members of the statutory committee	Total	Executive Board (statutory)	Board of Directors	Other members of the statutory committee	Total
Benefits								
Short-term employee	42.9	11.2	0.7	54.8	37.0	11.3	0.6	48.9
Post-employment	1.1	-	-	1.1	1.0	-	-	1.0
Share-based payments	21.0	2.2	-	23.2	14.9	4.5	-	19.4
Total	65.0	13.4	0.7	79.1	52.9	15.8	0.6	69.3

At December 31, 2024 the Company had six members on the Executive Board (six members as of December 31, 2023) and six members on the Board of Directors (eight members as of December 31, 2023).

The consolidated expense on director and officer fees amounted to R\$ 83 (R\$ 69 as of December 31, 2023).

Notes to the financial statements

*(In millions of Reais, unless stated otherwise)***30 Additional information to the statements of cash flow**

	Consolidated		Parent Company	
	2024	2023	2024	2023
Investment and financing transactions not involving cash				
Leases	122	69	120	71
Capitalization of receivables in equity interests	-	-	21	-
Real estate development (*)	15	-	15	-
Other transactions				
Use of judicial deposit to pay contingency	16	21	16	21

(*) This refers to properties received as payment for debts (dation in payment) and those involved in expropriation proceedings.

It is Company practice to present interest paid as a financing activity and dividends received as an investment activity in the statement of cash flows.

The factoring cash flows are presented as operational activities as they consist of payments derived from the acquisition of operational goods and services.

31 Subsequent events**Acquisition of Equity interest in Comerc Energia S.A.**

Under the transaction, the Company acquired 181,514,631 common shares issued by Comerc, representing approximately 50% of Comerc's total and voting share capital. These shares were acquired from Mr. Cristopher Alexander Vlavianos, the Perfin Infra funds, and the Original Noncontrolling Shareholders, as defined and qualified in the Comerc Shareholders' Agreement performed on February 25, 2022, and amended on this date. Upon completion of the transaction, the Company now holds 358,309,951 common shares of Comerc, representing approximately 98.70% of the company's total and voting share capital, thereby consolidating control.

The total acquisition price paid by the Company was R\$ 3,732 ("Acquisition Price"), corresponding to R\$ 20.56 per Comerc share. A portion of this amount was retained as a contractual guarantee, as follows: R\$ 250, to be paid on the second anniversary of the transaction closing date; and R\$ 50, to be paid on the fifth anniversary of the closing date. Both amounts will be restated for the positive variation of the CDI rate, calculated on a *pro rata die* basis, from the closing date until the day immediately before payment. These amounts may be replaced by a bank guarantee, as per the agreed terms. The remaining balance of the Acquisition Price was fully settled on the transaction's closing date.

The carrying amount of the acquired net assets was R\$ 3,524, corresponding to 98.70% of the total amount of R\$ 3,570, based on the financial position as of December 31, 2024. Summarized accounting information on Comerc's total assets and liabilities, on a non-proportional basis, is detailed in Note 10.1 of the financial statements.

As of the authorization date for issuing the financial statements for the financial year ended December 31, 2024, the purchase price allocation report for the acquisition of Comerc Energia S.A. was still in progress. Therefore, the accounting effects of the transaction, as well as the required disclosures, will be presented in the financial information for the first quarter of 2025 (1Q25).

The acquisition of Comerc is aligned with Vibra's strategic planning and will allow it to add complementary skills into an integrated energy platform.

Notes to the financial statements

(In millions of Reais, unless stated otherwise)

Capital increase at Comerc Energia S.A.

On January 17, 2025, at an Extraordinary General Meeting of Comerc Energia S.A., a capital increase of R\$ 1.5 billion was approved through the issuance of 161,985,792 common shares, which were fully subscribed and paid in by the Company. As a result of this capital increase, the Company now holds 520,295,743 common shares of Comerc, representing 99.10% of its total and voting share capital.

Approval of Payment of Interest on Equity

On February 24, 2025, Vibra's Board of Directors approved the distribution of advance remuneration to shareholders in the form of Interest on Equity (JCP) for the 2025 fiscal year.

The gross amount will be R\$350, equivalent to approximately R\$0.31403898619 per share. Shareholders in the shareholding position on March 21, 2025 (inclusive) will be entitled to payment.

Proceedings not provisioned for (possible loss)

On February 07, 2025, the Company was notified of an assessment by the Amazonas State Finance Department in a proceeding disputing the incidence of ICMS on the variation in fuel volumes due to leftovers and inventory shortages arising from the operation and transportation of products (note 25.3 tax proceedings, item 2). According to the Company's estimates, the financial risk involved is R\$ 77.

Vibra Energia S.A

Representation of the Officers about the Financial Statements and Independent Auditors' Report

Pursuant to article 25 (V,VI) of CVM Directive 480 issued December 07, 2009, the CEO and officers of Petrobras Distribuidora S.A - BR, a listed company having its registered office at the address Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, corporate taxpayer number (CNPJ) 34.274.233/0001-02, hereby represent that they have:

(i) reviewed, discussed and agree with the Company's financial statements for the financial year ended December 31, 2024;

(ii) reviewed, discussed and accept the conclusions expressed in the report issued by KPMG Auditores Independentes Ltda., relating to the Company's financial statements for the financial year ended December 31, 2024.

Rio de Janeiro, February 24, 2025.

ERNESTO PERES POUSADA JUNIOR

CEO

AUGUSTO RIBEIRO JUNIOR

Vice President Executive Officer of Finances, Purchases and IR

JULIANO JUNQUEIRA DE ANDRADE PRADO

Vice President Executive Officer of B2B Commerce

CLARISSA DELLA NINA SADOCK ACCORSI

Vice President Executive Officer of Renewable Energy and ESG

FLAVIO COELHO DANTAS

Vice President Executive Officer for Commercial, Retail and Market Intelligence

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA

Vice President Executive Officer for Operations, Logistics and Sourcing

BOARD OF DIRECTORS

SÉRGIO AGAPITO LIRES RIAL

Chair

CLÁUDIO ANTONIO GONÇALVES

Director

FABIO SCHVARTSMAN

Director

MATEUS AFFONSO BANDEIRA

Director

NILDEMAR SECCHES

Director

WALTER SCHALKA

Director

EXECUTIVE BOARD

ERNESTO PERES POUSADA JUNIOR

CEO

AUGUSTO RIBEIRO JUNIOR

Vice President Executive Officer of Finances, Purchases and IR

JULIANO JUNQUEIRA DE ANDRADE PRADO

Vice President Executive Officer of B2B Commerce

CLARISSA DELLA NINA SADOCK ACCORSI

Vice President Executive Officer of Renewable Energy and ESG

FLAVIO COELHO DANTAS

Vice President Executive Officer for Commercial, Retail and Market Intelligence

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA

Vice President Executive Officer for Operations, Logistics and Sourcing

ACCOUNTANT

LUÍS CLÁUDIO SACRAMENTO BISPO

Accountant - CRC - RJ – 077.292/O-2

Summarized Annual Report of the Statutory Audit Committee

1. INTRODUCTION

The Statutory Audit Committee (“CAE”) of Vibra Energia S.A. (“VIBRA”) is a permanent advisory body to the Board of Directors, established in accordance with Article 25 of the Bylaws.

The Committee is currently composed of 4 (four) members, namely: (i) 2 (two) members of the board of directors appointed at the board meeting held on May 08, 2024, one of whom serves as Coordinator; (ii) 2 (two) external members who are experts in accounting and finance and do not hold any other position in the Company, in accordance with the requirements of article 22 (V) of the Novo Mercado Regulations.

The Committee members are: Director Mateus Affonso Bandeira (Coordinator), Director Claudio Antonio Gonçalves and External Members Marco Antonio Mayer Foletto and Pedro Augusto de Melo (accountancy and finances experts).

We emphasize that all the current members of CAE meet the independence criteria set out in article 31-C (2) of CVM Resolution 23/2021 and that established by the IBGC – Brazilian Institute of Corporate Governance.

2. ROLES AND RESPONSIBILITIES

VIBRA management is responsible for preparing and ensuring the integrity of the financial statements, managing risks, maintaining effective internal control systems and ensuring activities comply with the legal and regulatory requirements.

The Internal Audit is responsible for periodic engagements focusing on the core risks, broadly and independently assessing the management of these risks and the adequacy of governance and internal controls, embracing the departments and activities which are most sensitive to VIBRA’s strategy and operations.

KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) has been responsible for independently auditing our individual and consolidated financial statements since April 2017 and are expected to confirm that said financial statements present fairly, in all material respects, the financial position of VIBRA ENERGIA S.A. as of December 31, 2024, and the performance of its operations and cash flows for the financial year then ended, in accordance with the accounting practices adopted in Brazil and the International Financial Reporting Standards (IFRS) issued by the International Accounting Standards Board – IASB.

Summarized Annual Report of the Statutory Audit Committee

In compliance with its duties set out in the Internal Regulations, the analyses and assessments carried out by CAE relied on information received from Management, the Internal Audit, the independent auditors and executives charged with the Company's internal controls and risk management.

In accordance with the Bylaws and applicable regulations, especially CVM Directive 23/2021 and the Novo Mercado Regulations of B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), the CAE exists to advise the Board of Directors, especially regarding: (i) the quality, transparency and integrity of the financial statements; (ii) the effectiveness of internal control and risk management processes; (iii) the work, independence and quality of the services provided by the independent auditors and internal auditors; and (iv) related-party transactions.

3. SUMMARY OF CAE'S ACTIVITIES FOR THE FINANCIAL YEAR ENDED DECEMBER 31, 2024

In the 2024 financial year embraced by this report, the Committee held 9 (nine) ordinary meetings, engaging with integrity, risk, internal audit, independent auditors and vice presidents and officers. The CAE also had joint meetings with the Audit Committee to analyze and approve the company's quarterly and annual financial statements.

The activities carried out in financial year 2024 included the following:

Independent Audit

- Evaluation of the main conclusions of the independent auditors at the end of each review of the Quarterly Financial Information (ITRs) throughout 2024 and issuance of an opinion on the financial statements.
- Review and discussion with the independent auditors regarding the Key Audit Matters (KAMs) identified in their examination.
- Evaluation of the report of independent auditors' recommendations on the internal controls
- Overseeing activities in order to assess independence and quality

Summarized Annual Report of the Statutory Audit Committee

Internal Auditing

- Analysis of the audit work plan for FY 2025, with a recommendation for approval by the Board of Directors
- Monitoring the execution of the dynamic internal audit plan and its results, reviewing recommendations and action plans
- Follow-up on Continuous Audit reports
- Evaluation of the Internal Audit Quality Program
- Monitoring the Internal Audit assessment.

Integrity

- Monitoring allegations received via our Ethics Hotline;
- Periodically monitoring actions related to integrated corporate risk management and fraud monitoring;
- Follow-up of measures related to cyber and information security risks
- Monitoring the quality and integrity of the internal control mechanisms

Financial Management

- Monitoring the process of preparing the Company's Interim Individual and Consolidated Annual Financial Statements
- Preparing this Committee's budget;
- Evaluation of the impacts of new sustainability standards (IFRS S1 and S2).
- Monitoring accounting issues related to the acquisition of Comerc.
- Monitoring updates in legal provisions and contingencies.

4. CONCLUSIONS AND RECOMMENDATIONS FOR THE BOARD OF DIRECTORS

In accordance with their legal responsibilities and duties, the members of the VIBRA Statutory Audit Committee have examined and analyzed the financial statements for the financial year ended December 31, 2024, along with the Independent Auditors' Report and Annual Management Report.

Summarized Annual Report of the Statutory Audit Committee

In view of all of the analyses, studies and debates taking place over the course of the meetings and the oversight and follow-up works conducted, the Statutory Audit Committee believes that the individual and consolidated financial statements as of December 31, 2024 have been prepared in accordance with the accounting practices adopted in Brazil, and the International Financial Reporting Standards (“IFRS”) issued by the International Accounting Standards Board (“IASB”), therefore recommending the Company's Board of Directors sign them off for subsequent submission to the General Shareholders Meeting.

Rio de Janeiro, February 21, 2025.

Mateus Affonso Bandeira
Statutory Audit Committee Coordinator

Claudio Antonio Gonçalves
Director

Marco Antonio Mayer Foletto
External Member

Pedro Augusto de Melo
External Member

Oversight Board Report

Pursuant to the responsibilities attributed to it by the law and bylaws, at a meeting held today the Oversight Board of VIBRA ENERGIA S.A. examined its financial statements for FY 2024 and the accompanying notes, the Annual Management Report, the allocation of profit for FY 2024 and the proposed dividend distribution, proposed capital budget for 2025 and the proposed amendment to art. 4 of the Bylaws, as a result of the capital increase via the capitalization of part of the legal reserve.

Based on our examinations, the information and clarifications received over the course of the financial year and the unqualified Independent Auditors' Report issued on this date, it is the opinion of the Oversight Board that these documents are ready for appreciation by the General Shareholders' Meeting.

Rio de Janeiro, February 24, 2025.

Gueitiro Matsuo Genso
Chairman

Vitor Paulo Camargo Gonçalves
Director

Rinaldo Pecchio Junior
Director



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Sector 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brazil
P.O. Box 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brazil
Phone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Independent auditors' report on the individual and consolidated financial statements

(A free translation of the original report in Portuguese, as filed with the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM), prepared in accordance with the accounting policies adopted in Brazil, CVM rules and the International Financial Reporting Standards - IFRS)

The Board of Directors and Shareholders of

Vibra Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinion

We have audited the individual and consolidated financial statements of Vibra Energia S.A. ("Company") referred to as parent company and consolidated financial statements, respectively, which comprise the statement of financial position as of December 31, 2024, and the statement of income, statement of comprehensive income, statement of changes in shareholders' equity and statement of cash flows for the year then ended, and notes to the financial statements, including material accounting policies and other explanatory information.

In our opinion, the accompanying financial statements present fairly, in all material respects, the individual and consolidated financial position of Vibra Energia S.A. as at December 31, 2024, and its individual and consolidated financial performance and its individual and consolidated cash flows for the year then ended in accordance with the accounting practices adopted in Brazil and the International Finance Reporting Standards (IFRS) issued by the International Accounting Standards Board (IASB).

Basis for opinion

We conducted our audit in accordance with International and Brazilian Standards on Auditing (ISAs). Our responsibilities under those standards are further described in the Auditors' responsibilities for the audit of the individual and consolidated financial statements" section of our report. We are independent from the Company and its subsidiaries in accordance with the ethical requirements that are relevant to our audit of the financial statements and are set forth on the Professional Code of Ethics for Accountants and on the professional standards issued by the Regional Association of Accountants, and we have fulfilled our ethical responsibilities in accordance with these requirements. We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our audit opinion.

Key audit matters

Key audit matters are those matters that, in our professional judgment, were of most significance in our audit of the financial statements of the current period. These matters were addressed in the context of our audit of the individual and consolidated financial statements as a whole, and in forming our opinion thereon, and we do not provide a separate opinion on these matters.

1 - Judicial, administrative proceedings and tax credits

According to Explanatory Note No. 26 and 16.1 of the individual and consolidated financial statements.

Key audit matter	How the matter was addressed in our audit
The company is involved in legal and administrative proceedings of a fiscal, civil, and labor nature, resulting from the normal course of its activities. Additionally, in the 2024 fiscal year, the company recognized tax credits. The evaluation of the loss or gain classification of the proceedings and the recognition of the tax credit by the company's management is supported by opinions from internal and external legal advisors, who consider criteria and assumptions that involve a high degree of judgement, such as jurisprudential precedents of similar cases and doctrine on the subject. This matter was considered significant in our audit due to the judgement exercised by the company's management to estimate the values involved, the probability of outflow of resources or inflow of economic benefits, and the existence of a present obligation from legal and administrative proceedings in which the company is a passive party, in addition to the almost certain gain of tax credits.	Our audit procedures included, among others: • Understanding the processes adopted by the company related to the capture of legal and administrative proceedings, risk assessment, measurement, accounting recognition, and disclosure of provisions for contingencies, contingent liabilities, and tax credits. • Evaluating the relevant estimates and judgements made by the company and its legal advisors, through the analysis of the criteria and assumptions used for the measurement of the values recognized and/or disclosed in the financial statements. • Assessing the information related to the nature, dates, values, and expected outcomes of the main proceedings and claims involving the company, through direct confirmation with internal and external legal advisors and other documents produced by the company.

	• Involving our tax and legal specialists to evaluate the conclusion of internal and external legal advisors on the merit and measurement of specific cases recognized during the fiscal year. • Analyzing whether the disclosures made in the financial statements are in accordance with applicable requirements and provide information about the nature, exposure, and values recognized or disclosed. During the course of our audit for the previous year, an undervaluation in the measurement of tax credits was identified, which was fully recorded and disclosed by management in the current fiscal year as it was considered immaterial. Based on the evidence obtained through the summarized procedures above, we consider that the balances recognized in the financial statements, and the related disclosures, are acceptable in the context of the individual and consolidated financial statements taken as a whole for the year ended December 31, 2024.
--	--

Other matters - Statements of value added

The individual and consolidated statements of value added for the year ended December 31, 2024, prepared under the responsibility of the Company's management, and presented as supplementary information for IFRS purposes, were submitted to the same audit procedures followed together with the audit of the Company's financial statements. In order to form our opinion, we evaluated whether these statements are reconciled to the financial statements and to the accounting records, as applicable, and whether their form and content are in accordance with the criteria set on Technical Pronouncement CPC 09 - Statement of Value Added. In our opinion, these statements of value added have been adequately prepared, in all material respects, according to the criteria set on this Technical Pronouncement and are consistent with the individual and consolidated financial statements taken as a whole.

Other information that accompanies the individual and consolidated financial statements and the independent auditors' report

The Company's management is responsible for the other information which comprises the Management's Annual Report.

Our opinion on the individual and consolidated financial statements does not cover the Management's Annual Report and we do not express any form of assurance conclusion thereon.

In connection with our audit of the individual company and consolidated financial statements, our responsibility is to read the Management's Annual Report and, in doing so, consider whether the other information is materially inconsistent with the financial statements or our knowledge obtained in the audit, or otherwise appears to be materially misstated. If, based on the work performed, we conclude that there is material misstatement in the Management's Annual Report, we are required to report on such fact. We have nothing to report on this respect.

Responsibilities of Management and Those Charged with Governance for the Individual and Consolidated Financial Statements

Management is responsible for the preparation and fair presentation of the individual and consolidated financial statements in accordance with accounting policies adopted in Brazil and with International Financial Reporting Standards (IFRS), issued by the Accounting Standards Board (IASB), and for such internal control as management determines is necessary to enable the preparation of financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error.

In preparing the individual and consolidated financial statements, management is responsible for assessing the Company's ability to continue as a going concern, disclosing, as applicable, matters related to going concern and using the going concern basis of accounting unless management either intends to liquidate the Company and its subsidiaries, or to cease operations, or has no realistic alternative but to do so.

Those charged with governance are responsible for overseeing the Company's and its subsidiaries' financial reporting process.

Auditors' Responsibilities for the Audit of the Individual and Consolidated Financial Statements

Our objectives are to obtain reasonable assurance about whether the individual and consolidated financial statements as a whole are free from material misstatement, whether due to fraud or error, and to issue an auditors' report that includes our opinion. Reasonable assurance is a high level of assurance, but it is not a guarantee that the examination performed in accordance with Brazilian and international standards on auditing will always detect possible existing material misstatements. Misstatements can arise from fraud or error and are considered material if, individually or in aggregate, they could reasonably be expected to influence the economic decisions of users taken on the basis of these financial statements.

As part of the examination performed in accordance with Brazilian and international standards on auditing, we exercised professional judgment and maintained professional skepticism throughout the audit. We also:

- Identify and assess the risks of material misstatement of the individual and consolidated financial statements, whether due to fraud or error, design and perform audit procedures responsive to those risks, and obtain audit evidence that is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion. The risk of not detecting material misstatement resulting from fraud is greater than the one deriving from error, as fraud may involve the act of circumventing internal control, collusion, forgery, omission or deliberate false representations.
- Obtain an understanding of internal control relevant to the audit in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the Company's and its subsidiaries' internal controls.

- Evaluate the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates and related disclosures made by management.
- Conclude on the appropriateness of management's use of the going concern basis of accounting and, based on the audit evidence obtained, whether a material uncertainty exists related to events or conditions that may cast significant doubt on the Company's and its subsidiaries' ability to continue as a going concern. If we conclude that a material uncertainty exists, then we are required to draw attention in our auditors' report to the related disclosures in the individual and consolidated financial statements or, if such disclosures are inadequate, to modify our opinion. Our conclusions are substantiated by the audit evidence obtained up to the date of our report. However, future events or conditions may cause the Company and its subsidiaries to cease to continue as a going concern.
- Evaluate the overall presentation, structure and contents of the financial statements, including the disclosures, and whether the individual and consolidated financial statements represent the corresponding transactions and events in a compatible manner with the objective of a true and fair presentation.
- Obtain sufficient appropriate audit evidence regarding the financial information of the entities or business activities within the Group to express an opinion on the individual and consolidated financial statements. We are responsible for the direction, supervision and performance of the group audit. We remain solely responsible for our audit opinion.

We communicate with those charged with governance regarding, among other matters, the planned scope and timing of the audit and significant audit findings, including any significant deficiencies in internal control that we identify during our audit.

We also provide those charged with governance with a statement that we have complied with relevant ethical requirements regarding independence, and communicate with them all relationships and other matters that may reasonably be thought to bear on our independence and where applicable, related safeguards.

From the matters communicated with those charged with governance, we determine those matters that were of most significance in the audit of the financial statements of the current year and are therefore the key audit matters. We describe these matters in our auditors' report unless law or regulation precludes public disclosure about the matter or when, in extremely rare circumstances, we determine that a matter should not be communicated in our report because the adverse consequences of doing so would reasonably be expected to outweigh the public interest benefits of such communication.

Rio de Janeiro, February 24, 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Original report in Portuguese signed by

Juliana Ribeiro de Oliveira Contadora CRC

RJ-095335/O-0